UMA GENEALOGIA DA ESPIRAL DO SILÊNCIO

A EXPRESSÃO DA OPINIÃO SOBRE AS PRAXES ACADÉMICAS

JOSÉ CARLOS ALEXANDRE

LABCOM.IFP
Comunicação, Filosofia e Humanidades
Unidade de Investigação
Universidade da Beira Interior

UMA GENEALOGIA DA ESPIRAL DO SILÊNCIO

A EXPRESSÃO DA OPINIÃO SOBRE AS PRAXES ACADÉMICAS

JOSÉ CARLOS ALEXANDRE

LABCOM.IFP
Comunicação, Filosofia e Humanidades
Unidade de Investigação
Universidade da Beira Interior

Ficha Técnica

Título
Uma Genealogia da Espiral do Silêncio
A expressão da opinião sobre as praxes académicas

Autor
José Carlos Alexandre

Editora LabCom.IFP
www.labcom-ifp.ubi.pt

Coleção
Livros de Comunicação

Direção
Gisela Gonçalves

Design Gráfico
Cristina Lopes

ISBN
978-989-654-465-2 (papel)
978-989-654-467-6 (pdf)
978-989-654-466-9 (epub)

Depósito Legal
444255/18

Tiragem
Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama.
6201-001 Covilhã. Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2018

© 2018, José Carlos Alexandre.
© 2018, Universidade da Beira Interior.
O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor João Carlos Correia, pela supervisão, pelas correções pacientes, pela partilha da sua experiência e cultura, pelas sugestões estimulantes, pela motivação permanente.

Aos meus colegas e amigos por todos os incentivos, em especial ao Carlos Brigas e ao Nuno Amaral Jerónimo pelo apoio e pelas preciosas dicas na investigação empírica.

À minha família, pela compreensão das minhas frequentes ausências.

À Paula e ao Miguel, pelo estímulo e apoio sem falhas.

Índice

Introdução 15

CAPÍTULO 1 - UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE PÚBLICO 21
1.1 Três significados de público 23
1.2 Um público ideal 25
1.3 A era do público 28
1.3.1 A progressão geométrica da imitação 28
1.3.2 O nascimento do público 34
1.4 Atores e espetadores 37
1.5 Em busca do público perdido 42

CAPÍTULO 2 - DOIS CONCEITOS AFINS DE PÚBLICO:
MULTIDÕES E MASSAS 51
2.1 A ascensão das multidões 52
2.1.1 A era das multidões 54
2.1.2 Multidões e cristais 63
2.2. O poder das massas 66
2.2.1 Um ataque ao homem-massa 68
2.2.2 Massas impotentes 74
2.2.3 Massas integradas 80
2.2.4 Massas como fetiche 85

CAPÍTULO 3 - OPINIÃO PÚBLICA: DA RACIONALIDADE ARGUMENTATIVA
AO CONTROLO SOCIAL 93
3.1 Breve incursão concetual 95
3.2 Delimitação da noção de opinião pública 96
3.3 A opinião pública no seu estado original segundo Habermas 100
3.4 Crítica de Hegel e Marx à publicidade burguesa 104
3.5. A opinião entre a tradição e a razão 108
3.6 O espaço público ameaçado 112
3.6.1 A perda do sentido de espaço público 117
3.6.2 Uma exortação às possibilidades existentes 122
3.7 As razões de uma opinião pública sem razão 129

CAPÍTULO 4 - OPINIÃO PÚBLICA: DA AMEAÇA DE ISOLAMENTO AO ESTEREÓTIPO 139
4.1 O jugo da opinião pública 140
4.1.1 De Laclos a Locke 140
4.1.1 Rousseau: a opinião pública sem discussão pública 143
4.1.3 Tocqueville e Stuart-Mill: opinião pública e tirania da maioria 146
4.2 Opinião pública e sociabilidade natural do homem 151
4.2.1 A opinião pública no iluminismo escocês segundo Canel 152
4.2.2 O conceito de empatia em David Hume e Adam Smith 156
4.3 Walter Lippmann: a opinião pública no reino dos estereótipos 162

CAPÍTULO 5 - A TEORIA DA ESPIRAL DO SILÊNCIO 177
5.1 Trinta imutáveis contra mil cata-ventos 178
5.2 Prolegómenos 181
5.3 Premissas e condições contingentes 185
5.4 O ascendente do medo do isolamento 187
5.4.1 O impacto da pressão do grupo: o paradigma de Asch 190
5.4.2 O pelourinho do público anónimo 195
5.5 Uma questão de perceção 203
5.6 Um processo dinâmico e interativo e uma exceção 208
5.7 O papel dos media 212
5.7.1 Os media como criadores da opinião pública 216
5.7.2 Efeitos cumulativos, de consonância e de articulação 222

CAPÍTULO 6 - ESPIRAL DO SILÊNCIO: ABORDAGENS CRÍTICAS E DESENVOLVIMENTOS METODOLÓGICOS 229
6.1 Operacionalização da expressão da opinião 230
6.2 Quando o silêncio não é uma opção 236
6.3 Para além do medo do isolamento 239
6.4 Opiniões minoritárias em linha 243
6.5 Grupos de referência versus público anónimo 246
6.6 Aproximação da espiral do silêncio a outras teorias 249
6.6.1 Teoria do comportamento planeado 249
6.6.2 Apreensão comunicacional 253

CAPÍTULO 7 - A EXPRESSÃO DA OPINIÃO SOBRE AS PRAXES ACADÉMICAS 259
7.1 Enquadramento 259
7.1.1 As praxes sob a forma de binómios 260
7.1.2 Do ruído da multidão ao pacto de silêncio do grupo 265
7.1.3 Atores e espetadores de uma história polémica 270
7.2 Questões de pesquisa e hipóteses 273
7.2.1 Questões de pesquisa 274
7.2.2 Hipóteses 275
7.3 Método 279
7.3.1 Instrumentos e procedimentos 280
7.3.2 Medidas 282
7.3.3 Regressão ordinal 287
7.4 Análise e discussão dos resultados 289

Considerações Finais 303

Bibliografia 309

Lista de Acrónimos

AC - Apreensão comunicacional

IPG - Instituto Politécnico da Guarda

TCP - Teoria do comportamento planeado

TES - Teoria da espiral do silêncio

UBI - Universidade da Beira Interior

WSC - *Willingness to self-censor*

WSCS - *Willingness to self-censor scale*

Introdução

Em 1974, Elisabeth Noelle-Neumann apresentou a espiral do silêncio. Segundo esta teoria, a disposição do indivíduo para assumir em público o seu ponto de vista sobre temas controversos depende da avaliação que faz acerca da distribuição atual das opiniões e da sua evolução futura. As pessoas estão mais predispostas a exprimir publicamente as suas opiniões quando pressentem que a maioria está, e estará, do seu lado. Por outro lado, tendem a silenciar-se e a ser cautelosas quando pressentem que estão, e estarão, do lado de uma minoria.

Com o tempo, e ao longo dos vários textos em que foi desenvolvendo a sua hipótese inicial, tornou-se claro que o objetivo da autora alemã não era apenas explicar a disposição dos indivíduos para exprimirem aberta e publicamente uma opinião ou, ao invés, para se remeterem ao silêncio. A espiral do silêncio é uma abordagem teórica mais ambiciosa e abrangente, que tenta também explicar como é que a opinião pública pode afetar a vida e o comportamento das pessoas, assegurar a coesão social e influenciar os processos de decisão dentro de uma sociedade. A opinião pública é aqui equiparada à sentença de um tribunal, a que ninguém fica indiferente, desde o cidadão comum ao mais poderoso dos governantes; é uma forma de coação, no sentido em que ameaça os dissidentes com o ostracismo e a exclusão social. Essa coação é um dos preços a pagar pelos indivíduos para garantir a coesão e a estabilidade da sociedade em que vivem. Numa palavra, a opinião pública é uma forma de controlo social. Segundo Noelle-Neumann, esta é a conceção original de opinião pública que a teoria da espiral

do silêncio tenta recuperar e resgatar. A espiral do silêncio é, por conseguinte, tributária de vários autores.

Elaborar uma genealogia da espiral do silêncio é um dos principais objetivos deste trabalho. Trata-se de um itinerário que ainda não terá sido feito em Portugal. Além disso, regra geral, sempre que alguns autores mencionam os antecedentes históricos e teóricos desta teoria da opinião pública fazem-no de uma forma sumária e, em nosso entender, ignoram ou desvalorizam autores fundamentais como David Hume, Gabriel Tarde ou Walter Lippmann. Uma genealogia contém várias linhagens, ascendentes, ramificações, que se podem cruzar e estender indefinidamente. Para percorrermos este percurso precisamos de um ponto de partida e de uma direção. Utilizamos como principal critério e guia na elaboração desta genealogia as referências deixadas pela própria Noelle-Neumann nos seus textos, em especial na segunda edição da *The spiral of silence: public opinion – our social skin*, publicada em 1993, a qual é, no fundo, uma súmula de tudo o que a autora havia escrito antes sobre o assunto.

A nossa genealogia da espiral do silêncio não se reduz, todavia, às pistas apontadas explicitamente por Noelle-Neumann. Incluiremos, por motivos diversos, autores não mencionados ou referidos apenas lateralmente pela autora. Uns fazem parte da arqueologia da teoria da pressão do grande grupo que está subjacente à espiral do silêncio, como Gustave Le Bon, Ortega y Gasset, C. W. Mills ou Elias Canetti. Outros distanciam-se da corrente de pessimismo que atravessa a teoria da pressão do grande grupo, como Herbert Blumer ou Umberto Eco. Outros surgem como contraposição à espiral do silêncio, como Habermas. Outros corroboram autores centrais para Noelle-Neumann, é o caso de Adam Smith relativamente a David Hume ou de John Stuart Mill relativamente a Tocqueville. Outros contrariam, pelo menos parcialmente, autores centrais na nossa genealogia, como acontece com John Dewey relativamente a Walter Lippmann.

A opinião pública é inseparável do público e do espaço público. Os três conceitos estão interrelacionados. Mesmo correndo o risco de haver algumas

sobreposições ou repetições, porquanto a análise de cada um dos conceitos nos remete, de facto, para os outros, optámos por organizar os primeiros quatro capítulos em torno desta "divisão artificial". Sem perder de vista os pontos de contacto com a espiral do silêncio, grande parte dos autores da nossa genealogia surgem, assim, ordenados e catalogados em função das suas análises sobre o público, o espaço público e a opinião pública. Alguns, nomeadamente Gabriel Tarde e Walter Lippmann, aparecem, em consequência, em mais do que uma secção.

No capítulo 1, começamos pelo adjetivo público antes de passarmos ao substantivo público. Essencialmente, interessa-nos perceber até que ponto o público na sua ideal-tipicidade se afasta da realidade e de que forma se pode aproximar dela. No final do século XIX, Gabriel Tarde apresentou o primeiro discurso sistematizado sobre o público. Um quarto de século depois, John Dewey e Walter Lippmann, apesar das suas visões não coincidirem, já vislumbravam o carácter fantasmagórico do público.

No século XIX, foram introduzidos os conceitos de multidão e massas, dois conceitos afins do público, cujas definições e delimitações concetuais só se tornariam consensuais no século XX. O público anónimo da espiral do silêncio apresenta muitas das características das massas. Os indivíduos surgem atomizados, desenraizados, sem interação uns com os outros, à mercê dos *media*. No capítulo 2, apresentaremos alguns dos autores mais relevantes na descrição das multidões e das massas: Gustave Le Bon, Elias Canetti, Ortega y Gasset, Herbert Blumer, C. W. Mills.

Noelle-Neumann contrapõe ao conceito de opinião pública como controlo social o conceito de opinião pública como racionalidade. A autora tinha consciência de que esta dicotomia era uma simplificação ou generalização. De qualquer maneira, estes dois conceitos servem-nos de guia para situar várias conceções possíveis de opinião pública. No capítulo 3, começamos por Jürgen Habermas, cujo pensamento sobre a opinião pública e o espaço público foi evoluindo desde 1962, ano em que publicou o seu fundamental *A transformação estrutural da esfera pública*. Acabamos o capítulo com a

descrição de Noelle-Neumann do conceito da opinião pública como controlo social. Antes, serão apresentadas as conceções de opinião pública de Hegel, Marx e Tarde. Nenhuma destas três conceções encaixa na dicotomia proposta por Noelle-Neumann.

No capítulo 4, descrevemos uma das mais importantes fundações teóricas da espiral do silêncio. Esta tradição teórica tem a ver com os trabalhos de filósofos como Montaigne, Maquiavel, Locke Rousseau ou Tocqueville, cujos escritos abordam os efeitos da opinião pública e o ostracismo. Todavia, a coação ou controlo social exercido pela opinião pública só é eficaz na medida em que os indivíduos são sensíveis ao meio social. O século XVIII ocupou-se, talvez mais do que qualquer outro, com a reflexão sobre a sociabilidade dos indivíduos. Os iluministas escoceses foram particularmente originais nas suas análises sobre a sensibilidade do indivíduo ao meio social e nas conexões que procuraram estabelecer entre o "eu" e a sociedade, entre o individual e o universal. Neste particular, David Hume destaca-se claramente nas referências de Noelle-Neumann. Concluímos este capítulo com Walter Lippmann. O jornalista e analista político norte-americano deixou marcas importantes na teoria da espiral do silêncio, nomeadamente através dos seus contributos originais sobre os estereótipos e a natureza das notícias.

No capítulo 5, expomos a teoria da espiral do silêncio. Damos especial atenção a dois conceitos-chave: o medo do isolamento e a perceção do clima de opinião. Completamos a nossa genealogia com George Herbert Mead, Erving Goffman e Solomon Asch. Além disso, como veremos, a espiral do silêncio é também indiretamente uma teoria sobre os efeitos dos *media*.

Nos seus mais de 40 anos de vida, a espiral do silêncio gerou uma investigação empírica considerável. No capítulo 6, damos conta de algumas abordagens críticas e desenvolvimentos metodológicos de que foi alvo. Concentramo-nos nas suas principais áreas críticas: a operacionalização da disposição dos indivíduos para expressarem as suas opiniões sobre assuntos controversos; o medo do isolamento como principal conceito explicativo da espiral do silêncio; o público anónimo *versus* os grupos de referência.

Testar empiricamente a espiral do silêncio é o segundo grande objetivo deste trabalho. No capítulo 7, apresentamos um teste empírico da espiral do silêncio. Escolhemos como tema da nossa investigação empírica a expressão da opinião sobre as praxes académicas. Na primeira secção, apresentamos um breve enquadramento do tema, a fim de demonstrar por que motivos as praxes reúnem um conjunto de condições essenciais para a formação de uma espiral do silêncio. Será também uma oportunidade para evocarmos vários dos autores analisados nos capítulos anteriores. Serão os estudantes condicionados na expressão da sua opinião sobre as praxes académicas? Existirá uma espiral do silêncio associada às praxes académicas? Estas são as duas questões principais da nossa investigação empírica. As respostas às questões colocadas assentam na análise dos resultados de dois inquéritos aplicados a estudantes de sete licenciaturas da Universidade da Beira Interior e a sete do Instituto Politécnico da Guarda, num total de 701 inquiridos. Nas restantes secções apresentamos as questões de pesquisa, as hipóteses, o método, os resultados e a discussão da nossa investigação empírica.

Capítulo 1

UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE PÚBLICO

Como veremos com mais detalhe nos próximos capítulos, Noelle-Neumann não partilha da ideia generalizada de que o conceito de opinião pública apenas emergiu durante o iluminismo, no século XVIII. Em parte, devido à grande influência da obra de Habermas intitulada *A transformação estrutural da esfera pública*, publicada em 1962 (a que voltaremos no capítulo 3), estabeleceu-se um relativo consenso de que, pelo menos, a expressão terá surgido nessa época.

Atribui-se normalmente a Jacques Necker, ministro das finanças de Luís XVI, a primeira utilização da expressão opinião pública (Habermas, 1962/2012). Noelle-Neumann refuta o argumento. Em vários dos seus textos, relembra que a expressão é mais antiga; remonta à Antiguidade, aparecendo, nomeadamente, numa carta enviada por Cícero ao seu amigo Ático (Noelle-Neumann & Peterson, 2004, p. 340). Além disso, como veremos no capítulo 4, vários autores, antes da famosa declaração de Jacques Necker, recorreram à expressão opinião pública, de Montaigne a Rousseau.

Não há dúvidas de que os termos público e opinião têm uma história bastante antiga (Price, 2008, pp. 11-12). A questão de Noelle-Neumann é outra. Basicamente, considera que o termo opinião já contém o sentido de publicidade e, por consequência, o termo "pública" veio apenas reforçar o sentido original.

Embora estejam interligados, os conceitos de público, opinião pública e espaço público surgem, regra geral, tratados separadamente pela maioria dos autores. Noelle-Neumann (1995b) considera essa divisão

artificial. A autora não partilha da visão iluminista sobre a opinião pública, na qual esta surge como uma espécie de *raisonnement* (troca racional de argumentos) político, na esfera pública, por parte de um público esclarecido, com consequências sobre a ação do governo. É esta visão que explica "por que motivo alguns sentem que desmontando o conceito como uma máquina e definindo as partes e as suas relações umas com as outras lhes permitirá compreender a natureza da opinião pública" (Noelle-Neumann, 1995b, p. 37)[1].

Em bom rigor, existe de facto alguma artificialidade nesta divisão. Os três conceitos estão interrelacionados e, por conseguinte, a análise de cada um deles remete-nos para os outros. De qualquer maneira, e contrariando Noelle-Neumann, optámos por analisar por partes esta "máquina" chamada opinião pública. Assim, decidimos centrar este capítulo no conceito de o público. A partir do capítulo 3, dedicamos especial atenção aos conceitos de espaço público e, sobretudo, de opinião pública.

Como explica Habermas (1962/2012, pp. 69-73), o uso dos termos "público" e "o público" mostra uma multiplicidade de sentidos distintos. Identificar "o público" é de vital importância para a investigação sobre opinião pública. Todavia, "o público" é uma entidade difícil de identificar de forma precisa (Price, 1994, p.52). Atualmente, conforme as situações em análise, os analistas podem equiparar o público a coletividades muito diferentes. Alguns equiparam-no àqueles que participam ativamente no debate público de uma questão concreta; outros equiparam-no àquele setor da população que aparece informado ou atento às questões públicas em geral; outros equiparam-no ao eleitorado ou, mais amplamente, à população. Price (1994) descreve vários tipos de público: "público em geral", "público que vota", "público atento", "público ativo", "elite".

Todavia, o público deve ser visto, antes de mais, como um tipo-ideal para usar a terminologia de Max Weber. O conceito de público é uma elaboração. À semelhança de Mills (1956/2000), consideramos útil começar por defini-lo

1. A tradução de todas as citações ao longo deste trabalho são da autoria do autor deste livro.

na sua ideal-tipicidade. Assim, neste capítulo, interessa-nos, sobretudo, perceber até que ponto esse conceito ideal de público se distancia da realidade e de que forma, eventualmente, se poderá aproximar dela. Para o efeito, recorremos a autores clássicos como Gabriel Tarde, Walter Lippmann e John Dewey, cujas análises e questões sobre o público continuam a ser, a nosso ver, bastante pertinentes, atuais e úteis.

Tarde foi o primeiro autor a estruturar um discurso sobre o público e fundou, juntamente com Gustave Le Bon (a que voltaremos no capítulo 2) e o criminólogo italiano Scipio Sighle, o campo da psicologia de massas. Com Lippmann, o público passou a ter um sentido fantasmagórico e Dewey revelou dramaticamente o seu eclipse.

Antes de nos centrarmos nos autores supracitados, expomos um conceito de público ideal, que remonta a uma ideia clássica do século XVIII. Mas, primeiro, enunciamos três significados de público. Numa palavra, começamos pelo adjetivo "público", para depois passarmos ao substantivo "o público".

1.1 Três significados de público

De acordo com Price (1994, pp. 20-22), a palavra latina *publicus* é, com grande probabilidade, um derivado de *poplicus* ou *populus*, que significava "o povo". Há uma conceção legal de público que sublinha o aspeto etimológico de abertura: aberto a todo o mundo (um lugar público, um caminho público, um juízo público), enquanto distinto da esfera privada (do latim *privare*) (Noelle-Neumann, 1985/1994a, p. 86). Esta noção continua válida nos nossos dias: quando, por exemplo, dizemos "tornar público" queremos dizer tornar amplamente acessível.

Segundo Arendt (1958/2001), "público significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível" (p.64). Todavia, de acordo com a autora, o termo público denota ainda um segundo fenómeno intimamente relacionado com o primeiro, mas não exatamente igual: neste caso, público "significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos

cabe dentro dele" (Arendt, 1958/2001, p.67). Em Arendt, público remete-nos para questões como: (1) a publicidade[2] (tudo o que pode ser visto e ouvido por todos); (2) a identidade na diversidade (ser visto e ouvido por todos deriva o seu significado do facto que todos veem e ouvem desde uma posição diferente); (3) âmbito de atividade compartido; (4) permanência (é a publicidade que pode absorver e fazer brilhar através dos tempos qualquer coisa que os homens queiram salvar da ruína natural do tempo).

As duas últimas questões levantadas pelo termo público em Arendt conduzem-nos a um segundo significado de público, e talvez seja o que teve maior influência. Encontramo-lo nos conceitos de direito público e poder público. Neste caso, o público está ligado a questões de interesse geral e, mais especificamente, a assuntos relacionados com a administração e o Estado. Este sentido tem pouco a ver com a ideia de acesso comum, referindo-se antes a interesse comum ou a bem-comum. É com base neste princípio que os indivíduos cedem ao Estado o monopólio do uso da força.

Seguindo as famosas palavras de Abraham Lincoln, "público" significava originariamente duas coisas: "do povo" (referindo-se ao acesso comum) e "para o povo" (referindo-se ao bem-comum). Só significou "pelo povo" muito mais tarde (ou seja, realizado pelo cidadão comum, no sentido em que, amiúde, pensamos no termo hoje) (Price, 1994, p. 21-22).

Segundo Noelle-Neumann (1995a), na expressão opinião pública, o termo público deve assumir um significado relacionado com os dois significados acima descritos: acessível a todos e bem-comum.

Por fim, Noelle-Neumann (1995a) acrescenta um terceiro significado de público, que designa como psicossociológico. O indivíduo não vive sozinho "nesse espaço interior em que pensa e sente" (p. 87). A sua vida está virada

2. De acordo com *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de José Pedro Machado, o termo publicidade deriva de "público" e tem origem no século XVI. O sentido moderno deste vocábulo é uma adaptação do francês *publicité*. Até ao início do século XX, a denotação da palavra era "vida social pública" ou "Qualidade ou estado do que é publico, do domínio público, do que não é mantido em segredo" (Machado, 1990, p. 457). Durante o século XX o termo foi ganhando outras conotações, nomeadamente "uma acção psicológica sobre o público em geral, com fins essencialmente comerciais" (Machado, 1990, p. 457). Ao longo do trabalho usaremos o termo no seu sentido original.

para o exterior, não apenas para as outras pessoas, mas também para a coletividade como um todo. A autora alemã evoca o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, o qual procedeu a uma distinção entre comunidade e sociedade. Na comunidade, o indivíduo está protegido pela intimidade e familiaridade infundida, por exemplo, pela religião; por outro lado, sobretudo nas grandes civilizações, está mais exposto às exigências da sociedade.

O medo do isolamento, da impopularidade, da má reputação obriga o indivíduo a atender à natureza social do seu meio. A sensibilidade ao meio social difere entre os indivíduos. Mas, regra geral, estes observam com inquietação a corte anónima que "reparte a popularidade e a impopularidade, o respeito e o escárnio" (Noelle-neumann, 1995a, p. 88). A autora alemã critica os intelectuais que, fascinados pela ideia de um indivíduo emancipado e independente, se esqueceram do indivíduo isolado e temeroso da opinião dos seus iguais. E, no entanto, este aspeto psicossociológico de público "é o sentido que as pessoas percebem na sua sensível pele social, na sua natureza social" (Noelle-Neumann, 1995 a, p. 88).

"Hoje impera a cultura do *like*, a *likability*, como escreveu Bret Easton Ellis. Todos somos obrigados a que gostem de nós" (Alves, 2016, 16 de janeiro). Noelle-Neumann subscreveria esta frase, mas acrescentaria que essa não é nenhuma peculiaridade dos tempos hodiernos: sempre assim foi, faz parte da natureza social do homem – voltaremos a este assunto, em especial no capítulo 5.

Neste terceiro significado de público, continuamos no domínio dos adjetivos. Noelle-Neumann (1995a) não considerava muito apropriados conceitos como homem-massa. Preferia referir-se à natureza social do homem, a qual nos faz temer a separação e o isolamento social e desejar ser respeitados e estimados pelos outros. No fundo, o público psicossociológico apresentado por Noelle-Neumann é uma massa, conceito que retomamos no capítulo 2.

1.2 Um público ideal

Os dois significados antigos de público acima enunciados estão presentes na noção clássica de um público ideal, que remonta ao século XVIII. Dito de outro modo, o substantivo "o público" não abandonou os significados associados ao adjetivo "público". Mills (1956/2000, p. 299) estabelece um interessante paralelismo entre a conceção clássica de público e a conceção de mercado em concorrência perfeita. Trata-se de duas idealizações dos autores clássicos dos séculos XVIII e XIX, cuja aderência à realidade tem sido alvo de intermináveis discussões ao longo do tempo.

Num mercado de concorrência perfeita, indivíduos anónimos, racionais, com igual acesso à informação, igual peso negocial, chegam a um preço através do livre jogo da oferta e procura. Por seu lado, a opinião pública seria o resultado da livre discussão de indivíduos informados, racionais, com pensamento próprio, que chegam a uma opinião final, a qual determinaria a ação dos governantes. Admite-se que alguns indivíduos podem ter mais influência sobre a opinião geral do que outros, mas nenhum grupo monopoliza a discussão ou determina por si as opiniões que prevalecem.

O desacordo e a discussão racional em torno de um assunto concreto fazem nascer um público. A autonomia destas discussões é um elemento essencial na conceção da opinião pública como legitimação democrática (Mills, 1956/2000, p. 299). Como refere Mills, o público, assim concebido, é o leme da democracia clássica do século XVIII:

> O povo tem problemas. Discute-os. Decide sobre eles. Formula os seus pontos de vista. Estes são organizados e concorrem entre si. Um desses pontos de vista "vence". Então, o povo age segundo esse ponto de vista, ou os seus representantes recebem instruções para colocá-los em prática, o que prontamente fazem. (Mills, 1956/2000, pp. 299-300)

Convém sublinhar, desde já, algumas ideias-chave deste conceito de público ideal e apontar algumas das principais críticas de que foi alvo. Neste ponto, seguimos de perto a análise de Mills (1956/2000, pp. 299-302).

Em primeiro lugar, a ideia de que a consciência individual é a sede final de julgamento. Talvez Rousseau tenha sido o primeiro autor a contrariar claramente esta ideia ao falar em soberania do povo e de uma "vontade geral" e abstrata (voltaremos a Rousseau no capítulo 4).

Em segundo lugar, a ideia de uma harmonia de interesses, natural e pacífica, entre os indivíduos que constituem o público. Como veremos no capítulo 4, o iluminismo escocês teve um papel fundamental nesta visão harmoniosa do público. Esta harmonia foi posta em causa por Hegel e Marx, nomeadamente com o conceito de "luta de classes" do último, tal como veremos no capítulo 3. Por outro lado, filósofos utilitaristas como James Mill e Bentham consideravam irrealista a ideia de um conjunto de cidadãos livremente associados, motivados para pensar e discutir o bem-comum. Ao invés, os cidadãos transformam-se numa massa de indivíduos perseguindo livremente os seus interesses pessoais ou de grupo. Ambos os autores apoiam vigorosamente a liberdade de imprensa e consideram que através do voto da maioria se escolheriam os líderes mais sensatos e competentes (Price, 1992, pp. 27--28; Price, 2008, p. 13; Dewey, 1927/1954, p. 93).

Em terceiro lugar, este conceito ideal de público pressupõe a racionalidade dos indivíduos e, por consequência, a racionalidade da discussão. A opinião pública surge, assim, como a voz infalível da razão. Esta visão é colocada em causa de várias formas. Primeiro, com a necessidade de introduzir especialistas no debate público, resultado da crescente complexidade dos temas – que analisaremos mais à frente neste capítulo e no capítulo 4. Segundo, com a "descoberta" da irracionalidade do homem e da "natureza socialmente condicionada do que se considerava outrora como a razão autónoma" (Mills, 1956/2000, p. 301). A irracionalidade do homem, evidenciada sobretudo quando inserido em grandes grupos, deu origem a uma longa corrente de pessimismo.

Autores como Rousseau (1762/1999), Tocqueville (1835/2001, 1856/1997), Mill (1956/2000), Le Bon (1905), Freud (1921/2011, 1930/2010), Adorno e Horkheimer (1947/1997), Gasset (1930/1997), Canetti (1960/2014), entre ou-

tros, fazem parte da arqueologia da teoria da pressão do grande grupo que está subjacente à espiral do silêncio de Noelle-Neumann. Ao longo dos próximos capítulos voltaremos a alguns desses autores, especialmente aos que nos parecem estar mais próximos da autora alemã.

Por fim, a questão da proximidade entre o público e quem decide. Numa sociedade democrática, a opinião gerada pelo público é determinante na ação governativa. Lippmann e Dewey sublinharam o carácter fantasmagórico do público nas sociedades modernas e a sua impotência para determinar o rumo dos acontecimentos. Há ainda o problema, sublinhado por vários autores, da transformação do público em massas e multidões. Mas deixamos este último ponto para o capítulo 2.

1.3 A era do público

Gabriel Tarde (1843-1904) foi o primeiro autor nas ciências sociais a estruturar um discurso sobre os públicos. A sua obra *L' opinion et la foule*, e em particular o primeiro capítulo intitulado *Le public et la foule*[3] reveste-se de grande importância para a Filosofia, Psicologia, Ciências da Comunicação, Sociologia e Criminologia. *Le public et la foule* é uma análise sobre o público e a multidão enquanto coletividades sociais. Mas, antes, em 1890, Tarde publicara *Les lois de l' imitation*, o estudo fundador do seu pensamento. O conceito de imitação é fundamental para percebermos melhor a sua ideia de público e de opinião pública. Para Freud (1921/2011), a imitação, tal como é descrita por Tarde, deve incluir-se no conceito de sugestão, a que faremos referência no capítulo 2, quando analisarmos as multidões em Le Bon.

1.3.1 A progressão geométrica da imitação

> A lei suprema da imitação parece ser a sua tendência para uma progressão indefinida.
> Tarde (1895a, p. 111)

3. *Le public et la foule* foi pela primeira vez publicado, sob a forma de artigo, em 1898 nos números de 15 de julho e 1 de agosto de *La Revue de Paris*. Aliás, o livro L' Opinion et la foule é a reunião de um conjunto de textos publicados anteriormente por Tarde em revistas científicas.

Para Tarde (1895a), só há ciência se houver semelhanças e repetição[4]. Conhecendo as causas dos fenómenos, pode-se, por vezes, prever, mas conhecendo as semelhanças pode-se quantificar e medir. E a ciência vive, sobretudo, de números e medidas. As semelhanças do mundo da física devem-se aos movimentos periódicos e, sobretudo, aos movimentos vibratórios. Por sua vez, as semelhanças do mundo vivo resultam da transmissão hereditária. Por fim, as semelhanças de origem social, que se observam no mundo social, são fruto direto ou indireto da imitação sob todas as suas formas: imitação-costume, imitação-moda, imitação-simpatia, imitação-obediência, imitação-instrução ou imitação-educação, imitação-naïve ou imitação-refletida, etc.[5] (Tarde, 1895a, p. 28). Definindo-se como um "psicólogo social", a Tarde interessa, por consequência, apenas uma forma de repetição: a imitação e as suas leis. Como uma imitação é sempre precedida de uma invenção, analisa também as leis, ou melhor, as pseudo-leis da invenção[6].

A sociedade é imitação e o ser social é, por essência, um imitador. Tudo o que é social tem a imitação como causa, tanto nas semelhanças como nas diferenças. Daqui decorre outra pergunta: o que é a imitação? (Tarde, 1895a, p. 65). A imitação é uma memória e um hábito. Esta memória e este hábito não são individuais, mas sim coletivos. Se uma ideia ou uma imagem foram depositadas originariamente no espírito através de uma conversação ou de uma leitura, se um ato habitual teve por origem a observação ou o conhecimento de uma ação análoga, esta memória e este hábito são, ao mesmo tempo, factos sociais e psicológicos.

Sobre a forma como se processa a nível cerebral essa sugestão, célula a célula, Tarde admite que não sabemos nada. Sobre a essência da sugestão

4. Tarde (1895a, p.28) considera que esta distinção é, no fundo, redundante, uma vez que cada avanço científico tende a demonstrar que todas as semelhanças se devem às repetições.
5. Tarde (1895a, p. 26) estabelece analogias entre as três formas de repetição: imitadora (imitatif), hereditária (*héréditaire*) e vibradora (*vibratoire*) A imitação desempenha nas sociedades um papel análogo ao da hereditariedade nos organismos ou ao da ondulação nos corpos brutos.
6. É a imitação, e não a invenção, que está sujeita a leis. Aliás, Tarde diz que é por este motivo que é muito difícil prever o futuro. O futuro pertence aos inventores e as invenções, ao contrário das imitações, não são formuláveis em leis.

pessoa a pessoa, que constitui a vida social, o autor também admite que se sabe pouco. Não se pode perceber claramente se há uma tendência inata à imitação. Todavia, se esta tendência for de facto inerente aos elementos nervosos, Tarde considera legítimo estabelecer uma analogia entre as relações célula a célula no interior de um mesmo cérebro e a relação singular de dois cérebros em que um fascina o outro. Invoca, todavia, dois conceitos afins, o hipnotismo e o sonambulismo, muito em voga à época[7]. Para Tarde, a "sugestão social"[8] confirma a sua visão do homem social como um verdadeiro sonâmbulo. Tal como o sonâmbulo, o homem, enquanto ser social, é crédulo e submisso ao mais alto grau, ou seja, é, antes de tudo, um imitador. À semelhança do sonâmbulo, o homem social vive na ilusão de que as suas ideias são espontâneas, quando, na realidade, são sugeridas. Numa palavra, a sociedade é imitação e a imitação é uma espécie de sonambulismo.

A invenção e a imitação são o ato social elementar. A imitação é uma "invenção imitada" (Tarde, 1895 b, p. 120) e uma inovação "não imitada" é como se não existisse socialmente. Tudo aquilo que é imitado é sempre uma crença (ideia ou querer) e um desejo (opinião ou desígnio), que se manifestam no espírito de uma língua, nas orações de uma religião, nos artigos de um código, nos deveres morais, no trabalho da indústria e nos processos da arte.

A invenção tem uma lógica essencialmente individual. Antes de ser social, o indivíduo é supra-social. Antes de brilhar no espírito de uma nação, uma combinação feliz de ideias tem de brilhar primeiro num cérebro isolado (Tarde, 1895a, pp. 111-112). Todavia, a invenção não é um simples ato individual, pois a influência exterior do meio ambiente, da discussão, da tradição e da educação estão também presentes enquanto contágio imitativo. Isto leva-nos a outra questão: por que motivo apenas uma pequena percentagem

7. Tarde (1895a) enumera vários cientistas que estudavam à data o fenómeno do sonambulismo: MM. Richet, Binet et Férè, Beaunis, Bernheim, Delboeuf.
8. Tarde relembra que utilizou a expressão "sugestão social" dez anos antes, em novembro de 1884 na *Revue philosophique*. Esta ideia surgiu-lhe por associação ao conceito de "sugestão hipnótica", que dava então os primeiros passos. Na segunda edição das *Lois de l'imitation*, de 1895 (é esta a edição que citamos neste trabalho), Tarde diz que a expressão "sugestão social" já se tinha vulgarizado. Mais de 100 anos depois, escreveu o filósofo inglês John Gray: "A internet confirma o que se sabia desde há muito – que o mundo é governado pelo poder da sugestão. (...) Os mercados financeiros agem sob a influência do contágio e da histeria. As novas tecnologias da comunicação expandem a sugestibilidade" (Gray, 2008, pp. 148-149).

das invenções (linguísticas, religiosas, artísticas, políticas, jurídicas, industriais, etc.) é imitada[9]? Para explicar a difusão das inovações bem-sucedidas, Tarde estabelece uma divisão entre causas naturais e causas sociais[10]. As causas sociais são de dois tipos: lógicas e extralógicas (não lógicas).

A sociedade é configurada como um conjunto de leis lógicas e leis extralógicas. As primeiras referem-se principalmente à inovação, as segundas à herança cultural. As leis lógicas da imitação atuam quando uma inovação é considerada mais útil ou verdadeira do que as outras. As leis extralógicas da imitação são basicamente três: (1) o movimento do interior (disposição do espírito) para o exterior (o comportamento que ele induz); (2) do superior para o inferior (o funcionamento dos modelos ligados à ação sugestiva e contagiosa dos indivíduos da elite); (3) a alteração do costume e da moda. Voltaremos mais à frente às leis extralógicas.

Voltemos às leis lógicas da imitação. O progresso tem duas vertentes: progresso social e progresso individual. Ambos operam através de dois processos: a substituição e a acumulação. Há descobertas ou invenções que não são substituíveis e outras que são acumuláveis. Daí, respetivamente, os duelos lógicos[11] e as uniões lógicas. Estamos perante um duelo lógico quando a nova invenção vem substituir as antigas descobertas. Para Tarde, a história das sociedades é uma sequência de duelos lógicos[12]. Tudo o que hoje vemos aceite, instalado, ancorado nos costumes ou nas crenças, começou por ser

9. Tarde (1895a) fala numa percentagem de 10% de ideias bem-sucedidas.
10. Tarde (1895a) descarta as causas naturais, não porque não as considere importantes, mas porque lhe interessa apenas a sociologia abstrata e pura e não a concreta e aplicada.
11. É essencial distinguir entre os duelos lógicos individual e social. Somente quando o duelo individual cessa, é que o duelo social começa. Todo o ato de imitação é precedido por uma hesitação do indivíduo. Enquanto persistir essa hesitação, o indivíduo não imita. Quando imita, é porque já decidiu e ultrapassou a hesitação, e só então faz parte da sociedade. É importante sublinhar que a propagação de uma imitação implica o encontro e a luta com outra imitação (Tarde, 1895a).
12. O desfecho do duelo lógico social pode suceder de três formas diferentes: (1) a supressão de um dos adversários é apenas um prolongamento natural (o comboio que substituiu os coches); (2) a vitória de um consiste na supressão violenta do outro (a decisão importante de uma assembleia ou de um ditador - o voto ou o decreto é uma condição exterior nova que favorece uma das teses ou vontades rivais); (3) e, mais importante para Tarde, muitas vezes os antagonistas conciliam-se, ou um deles é voluntariamente expulso devido à intervenção de uma descoberta ou invenção nova (discussões vivas que se resolveram com uma descoberta: o telescópio e a questão do heliocentrismo). Aqui cada invenção suprime a contrariedade das duas partes - uma contradição de vontades entre pai e filho parece inultrapassável até ao dia em que uma revelação inesperada vem mostrar que ela é puramente aparente e sem o menor sentido (Tarde, 1895a, pp. 122-123).

objeto de ardentes discussões. Como sublinha o autor francês, não há nenhuma instituição pacífica que não tenha tido por mãe a discórdia - uma gramática, um código, uma constituição implícita ou escrita, uma indústria reinante, uma poética soberana, um catecismo.

Há evolução social[13] quando uma invenção se expande tranquilamente pela imitação. Por vezes, uma invenção nova (imitada por sua vez) é enxertada sobre a precedente e melhora-a[14]. É neste tipo de situação que surgem as uniões lógicas, em que há uma acumulação de invenções. Tarde dá os exemplos das línguas, das mais antigas organizações políticas, da religião e da ciência. Nestes casos, a imitação resulta num esforço lógico de unidade que pressupõe uma acumulação de invenções.

Uma falha de comunicação desempenha em termos da física social o mesmo papel que uma falha de elasticidade na física: os danos causados à imitação são tão grandes como os danos causados à ondulação (Tarde, 1895a, p. 91). Todavia, o progresso da civilização facilita e acelera a imitação ao mesmo tempo que multiplica os génios inventivos[15] - a este respeito, Tarde sublinha várias vezes a importância de invenções como o comboio e o telégrafo. Há uma tendência irresistível para as imitações se espalharem pelo globo. Existem, todavia, obstáculos à disseminação das invenções. Primeiro, existem as contradições lógicas e teleológicas que lhes são opostas por outras invenções. Segundo, existem as leis extralógicas, mencionadas acima, nomeadamente os preconceitos e os orgulhos de raça estabelecidos entre as diversas famílias, as diversas tribos, os diversos povos e, dentro de cada povo ou dentro de cada tribo, entre as diferentes classes. Os obstáculos provocam apenas uma desaceleração da disseminação das invenções. Uma

13. Em bom rigor, Tarde (1895a) considera que não há evolução, mas sim evoluções, no sentido em que há imitações que se combatem. Além disso, qualquer que seja o método usado para suprimir o conflito das crenças ou dos interesses e para estabelecer um acordo, acontece quase sempre (ou sempre) que a harmonia assim alcançada cria um antagonismo de um género novo.
14. Tarde (1895a) considera que, neste caso, seria talvez mais correto falar em inserção do que em evolução.
15. O progresso estimula mais a imitação (dissimulada muitas vezes de invenção) do que a invenção. A verdadeira invenção, a que merece de facto esse epíteto, torna-se cada vez mais difícil e rara. As civilizações atingem, tarde ou cedo, um limite do seu génio inventivo. Tarde achava, todavia, que a Europa estava longe de atingir esse estádio.

inovação "feliz" nascida, por acaso, numa "classe inferior" não se comunica e propaga a menos que as vantagens sejam evidentes às "classes superiores". Ao invés, as inovações formadas e acolhidas pelas "classes superiores" descem facilmente às classes habituadas a sofrer o seu prestígio. Este movimento de cima para baixo também se verifica nas relações entre os Estados. Quando um povo domina os outros pelo seu brilho, os outros imitam-no. "Moda" é o nome que Tarde dá à propagação extranacional da imitação.

Este movimento de cima para baixo, do superior para o inferior, nunca desaparece, mas, com o tempo, transforma-se devido à própria imitação. As "classes inferiores", à força de assimilarem os modelos das "classes superiores", tornam-se elas próprias capazes de ser modelos, pelo que, paulatinamente, a superioridade deixa de ser hereditária e passa a ser individual. Por seu turno, a desigualdade aristocrática dá lugar a uma desigualdade democrática. O campo da imitação não cessa de se alargar e, concomitantemente, liberta-se da hereditariedade. Ao mesmo tempo, cada germe de imitação, depositado no cérebro de um imitador comum sob a forma de uma crença ou de uma aspiração, de uma ideia ou de uma faculdade nova, desenvolve-se através de manifestações exteriores, em palavras e em ações, de acordo com a lei do movimento do interior para o exterior. Numa palavra, as leis extralógicas da imitação, de cima para baixo e de dentro para fora, acabam por reforçar a expansão imparável da imitação.

O simples jogo da imitação leva não somente à sua extensão, mas também à sua reciprocidade. Em todo o lado, seja nas relações entre Estados, seja nas relações entre classes, seja nas relações dentro da própria família (marido e mulher, pais e filhos) a imitação transforma, a longo prazo, e num processo irreversível, relações unilaterais em relações recíprocas[16].

Como era típico da maioria dos intelectuais da época, Tarde transpirava otimismo. Cada ato de imitação prepara as condições que tornam possíveis e mais fáceis novos atos de imitação, cada vez mais livres e racionais e, ao

16. Embora, como referimos antes, Tarde considere que as relações de cima para baixo nunca desaparecem, apenas assumem novas configurações, menos aristocráticas e mais democráticas, ou meritocráticas, por assim dizer.

mesmo tempo, mais precisos e rigorosos. A supressão gradual das barreiras de castas, de classes, de nacionalidades, a diminuição das distâncias devido à rapidez dos meios de locomoção e o aumento da densidade da população levam a uma progressão geométrica da imitação[17].

1.3.2 O nascimento do público

> Apesar de tudo, estou inclinado a acreditar que as profundas transformações sociais que devemos à imprensa foram feitas no sentido da união e pacificação finais.
>
> Tarde (1901, p. 32)

Para Gabriel Tarde, as multidões são um reflexo do passado[18] e estão condenadas a ser substituídas pelo público. O psicólogo social francês vislumbra uma nova era, a era "do público ou dos públicos" (Tarde, 1901, p. 12). O público pressupõe uma evolução mental e social muito mais avançada que a formação de uma multidão[19]. Somos sociedade porque somos constituídos por interdependências, por ligações sociais, que obedecem a vários poderes. Os públicos configuram um novo poder e um novo modelo de sociabilidade destinado a substituir o antigo modelo de sociabilidade das multidões. O público é uma coletividade espiritual, composta por indivíduos fisicamente dispersos, cuja coesão é completamente mental (Tarde, 1901, pp. 8-9). A relação que se estabelece num público consiste, assim, numa relação social e espiritual.

17. Se estas condições forem elevadas ao mais alto grau, a transmissão imitadora de iniciativas bem-sucedidas tornar-se-á quase instantânea. Tarde (1895a) diz conseguir vislumbrar essa realidade na vida social da época: por exemplo, no mundo dos sábios (*savants*) ou dos comerciantes, que, apesar de ainda estarem dispersos, se comunicavam cada vez mais através de múltiplas comunicações internacionais.

18. Como veremos no capítulo 2, não era essa a visão de Gustave Le Bon, que Tarde refere várias vezes. Tarde não contraria o conceito de multidão de Le Bon, mas sim a tese central deste segundo a qual a ascensão imparável das multidões é uma das características fundamentais da sociedade moderna.

19. Tarde analisa as relações, as semelhanças e as diferenças entre a multidão e o público. Todavia, não dá uma definição definitiva de multidão, apesar de considerar que esta apresenta "qualquer coisa de animal" (Tarde, 1901, p. 9), isto é, enquanto coletividade é passiva, pobre de imaginação, acéfala, crédula, louca, intolerante, orgulhosa (pp. 22, 25, 30, 32). Todas estas características impossibilitam qualquer discussão crítica no seio da multidão. Torres (2014) relembra que Tarde em obras anteriores, nomeadamente *La Philosophie Penale*, publicada em 1890, e *Les crimes des foules*, publicada em 1892, havia antecipado várias das ideias de Gustave Le Bon sobre as multidões, como a possibilidade de uma multidão se sugestionar à distância ou de não poder prescindir de um *meneur* (condutor). Voltaremos a Le Bon no próximo capítulo.

Tarde vinca de uma forma muito viva a associação dos públicos à modernidade, num sentido de evolução social, ou melhor, trata-se de uma perspetiva evolucionista (no sentido de um processo linear) da evolução social. O público[20] começara a nascer após a invenção da tipografia no século XVI. Nos séculos XVII e XVIII, era ainda restrito, composto por um pequeno número de eruditos que liam as gazetas e se reuniam em salões, cafés e clubes. Paralelamente a este público, existia uma multidão amorfa de pessoas que se manifestava nos acontecimentos políticos e socioeconómicos (por exemplo, coroações, revoltas, festas). No século XIX e princípios do século XX, o desenvolvimento da imprensa expande imenso o universo do público e dos publicistas. Todavia, tal não teria sido possível sem a coexistência de três grandes invenções: a tipografia, o telégrafo e o caminho-de-ferro.

O público emerge das multidões, o que se traduz, nomeadamente, na possibilidade de se poder pertencer a vários públicos ao mesmo tempo[21], mas nunca a várias multidões num mesmo contexto temporal. À semelhança das multidões, existem vários tipos de público. Os públicos e as multidões devem ser classificados, antes de tudo, de acordo com a natureza dos objetivos e da fé que os animam (Tarde, 1901, pp. 20-27). Além disso, devem ser tidos em conta critérios como o género, a idade, e ainda critérios étnicos, económicos, culturais, profissionais, políticos, religiosos, estéticos e filosóficos. Apesar da multiplicidade de públicos e das suas divergências, estes formam, em conjunto, um só e mesmo público, através do seu acordo parcial sobre alguns assuntos, o que é, afinal, o que autor chamou "a opinião" (ver a secção 3.5 do capítulo 3). Os públicos são entidades mais ou menos concretas. Todavia, o público no singular remete-nos para uma categoria de ordem simbólica. Tarde deu, assim, um passo indispensável para a desconstrução de uma visão reificada dos públicos concretos, os quais aparecem enquadrados numa realidade mais vasta, "o público", do qual fazem também parte a

20. Tarde (1901) diz não haver uma palavra em latim ou em grego que represente aquilo que ele entende por público. Há apenas palavras para designar povo, assembleia de cidadãos armados ou não armados, o corpo eleitoral, todas as variedades de multidão.
21. Para Torres (2014), "o conceito de pertença simultânea a vários públicos é um dos contributos originais de Tarde" (p. 84), antecipando, por exemplo, as "audiências difusas", "que situam o indivíduo entre *performances* de multidão em espectáculos, etc., e do público, colectivo ou individual" (p. 84).

opinião pública e o espaço público. Voltaremos a estes dois conceitos nos próximos capítulos.

Dispersos por um vasto território, os indivíduos que fazem parte de um público sugestionam-se uns aos outros à distância, sem se verem ou ouvirem. Para esta "sugestão à distância", basta que cada um esteja sentado em sua casa "lendo o mesmo jornal" (Tarde, 1901, p. 9). É através da consciência da identidade simultânea das suas ideias ou das suas tendências, das suas convicções ou das suas paixões, que se estabelece uma ligação entre os membros de um público. Neste sentido, as correntes de opinião são, para Tarde, comunicações de consciência a consciência.

Tarde vê como inevitável a transformação de todos os grupos sociais em públicos. Esta transformação traduz-se numa crescente sociabilidade que torna necessário o estabelecimento de uma comunicação regular dos seus membros através de uma corrente contínua de informações e excitações comuns. A comunicação está no âmago dos públicos ou, dito de outro modo, os públicos são constituídos por comunicação. As pessoas precisam de se ligar umas às outras, estabelecendo um fluxo regular de comunicação. Se tal não existir, não existe público.

Os indivíduos que compõem o público, além de partilharem um interesse sobre um assunto, trocam ideias sobre esse assunto. Discutem. O público tem um carácter eminentemente reflexivo. Mas o público pode tornar-se perigoso. Quando o público tem uma ação destrutiva, pode ter efeitos ainda mais destrutivos do que a multidão porque é mais reflectivo "mesmo nas suas violências" (Tarde, 1901, p. 27). De qualquer maneira, há uma tentativa de reflexão inerente ao público, na qual cada indivíduo se apresenta como agente crítico. Os públicos são entidades coletivas que não só toleram como promovem a individualidade dos seus membros. As opiniões individuais e originais são as que têm mais facilidade em expandir-se e os publicistas[22]

22. Numa nota de rodapé, Tarde (1901) sublinha que o termo *publiciste* apenas passou a figurar no *Dictionnaire de l'Académie* a partir de 1762, com a aceção de um autor que escreve sobre direito público. O sentido do termo, no uso corrente, o de escritor público, o de alguém que escreve para o público em geral, só se vulgarizou durante o século XIX.

emergem como os "caracteres individuais marcantes", aqueles que têm mais facilidade em se impor. O leitor não tem consciência da influência persuasiva e quase irresistível do jornal que lê habitualmente. A influência que o publicista exerce sobre o público é contínua e, por conseguinte, bastante poderosa. Esta influência é reforçada, e jamais contrariada, pela influência, muito mais fraca, que os membros de um mesmo público exercem uns sobre os outros.

O jornal dirige facilmente um leitor dócil e crédulo, fazendo-lhe apenas algumas concessões, análogas "às precauções oratórias dos antigos oradores" (Tarde, 1901, p.15). Os publicistas medíocres podem deixar submeter-se aos caprichos do público, mas o público submete-se cada vez mais ao despotismo dos grandes publicistas, os quais têm um conhecimento instintivo da psicologia do público. Devido à sua continuidade no tempo, a influência dos publicistas sobre o público é bastante mais poderosa do que o impulso breve e passageiro imprimido à multidão pelo seu condutor (*meneur*). O poder dos publicistas é inclusive maior do que o dos homens de Estado, cujo poder sofre de um desgaste muito maior.

A inconsciência generalizada dos públicos em relação à influência persuasiva dos jornais ou o despotismo dos grandes jornalistas sobre os públicos não impedem Tarde de acreditar na "união e pacificação finais" promovidas pelos jornais. Não deixa, porém, de alertar para o erro profundo que seria exaltar cegamente os públicos. Por dois motivos principais. Primeiro, toda a iniciativa fecunda emana sempre de um pensamento individual, independente e forte, e para pensar é necessário isolar-se da multidão e do público. Segundo, o nivelamento democrático tende a anular a capacidade crítica dos eruditos. O que poderá preservar da destruição as sumidades intelectuais e artísticas da humanidade é a sua "força de resistência" (Tarde, 1901, p. 33).

1.4 Atores e espetadores

Nos anos 20 do século passado - antes, por conseguinte, do aparecimento das sondagens nos anos 30 -, Walter Lippmann (1889-1974) publicou *Public opinion* e *The phantom public*. Estas obras trouxeram uma nova luz sobre

o conceito de "o público", uma luz que perdura até hoje. Nesta secção, interessa-nos particularmente a segunda obra.

Em 1922, em *Public opinion*, Lippmann já manifestava o seu ceticismo sobre a participação do público numa moderna democracia de massas. Os cidadãos tomam decisões estritamente baseados em estereótipos fabricados pelos *media*. Para atenuar o problema, o autor norte-americano preconizava o envolvimento dos especialistas (*experts*) no debate público. Tal expediente parecia-lhe o paliativo mais eficaz para manter os estereótipos em linha com a realidade, realidade que apenas alguns especialistas poderiam alcançar.

Três anos mais tarde, Lippmann publicou *The phantom public*, uma sequela de *Public opinion*. O seu ceticismo sobre as limitações da democracia moderna agudiza-se. O mundo moderno, cada vez mais interconectado e complexo, não é sequer inteligível para os especialistas, pois estes apenas têm autoridade sobre um assunto muito específico. Além disso, as agências, onde colaboram muitos dos especialistas, dão apenas um apoio remoto, vago e acidental ao público em geral, porque as suas investigações e descobertas são demasiado complexas e desinteressantes para o leitor casual.

Agora, a distinção importante já não é entre *experts* e *amateurs*, mas entre *insiders* e *outsiders*; entre aqueles com conhecimento sobre um assunto particular ou circunstância e aqueles sem esse conhecimento. A relação de cada um destes dois grupos com um determinado problema é radicalmente diferente. Apenas o *insider* pode tomar decisões. Não porque seja inerentemente melhor, mas porque está colocado numa posição que lhe permite compreender e agir. O *outsider* é necessariamente ignorante e frequentemente irrelevante, porque tenta navegar o navio em "terra seca" (Lippman, 1922/1998, p.140). É por este motivo que empresários eminentes, críticos literários e cientistas brilhantes fazem muitas vezes comentários políticos sem nenhum sentido. Ao colocarem-se fora da sua área de excelência, tentam navegar um navio em terra seca. E este é um dos pecados capitais que Lippmann aponta aos teóricos da teoria da democracia: esquecem-se que a

competência existe apenas em relação com a função. Ninguém é bom *tout court*; quando muito, é-se bom nalguma coisa.

Lippmann vai ainda mais longe. Em bom rigor, não existe sequer "o público". O público é um mero fantasma, uma abstração. Falar de um público capaz de superintender os assuntos públicos é o mesmo que apelar a um "público fantasma", uma vez que o público não tem conhecimento e compreensão suficientes para determinar ou influenciar a política governamental. A existir um público genuíno e efetivo terá de ser definido *ad hoc*. O público não é um grupo fixo de indivíduos, é simplesmente aquele grupo de pessoas interessadas num assunto (Lippman, 1922/1998, p. 67).

O público dedica pouco tempo aos assuntos públicos e tem apenas um interesse superficial e casual em factos e muito pouco apetite por teorias. É composto por indivíduos ocupados que leem o jornal meia-hora por dia. Por conseguinte, não é prudente ou razoável esperar que esteja ao seu alcance uma justiça detalhada. Lippmann vê esta realidade como a ordem natural das coisas. E dá o seu próprio exemplo. Apesar dos assuntos públicos serem o seu principal interesse e dedicar a maior parte do seu tempo a observá-los, não consegue arranjar tempo suficiente para fazer aquilo que lhe é pedido pela teoria da democracia. Isto é, não é capaz de saber o que se passa e de formar uma opinião que valha a pena ser exprimida sobre cada questão colocada à comunidade. Ironicamente, afirma nunca ter conhecido alguém que conseguisse tal feito, desde o Presidente dos Estados Unidos a um professor de ciência política.

Uma aposta maior na educação não consegue suprir as insuficiências da democracia, espelhadas num público alheado e distante dos assuntos públicos. Nem a educação, nem os outros remédios prescritos por vários teóricos (mais democracia, ética, populismo, socialismo) resolverão o problema de fundo. Todos partem de um pressuposto errado: os votantes são competentes para dirigir o curso dos acontecimentos ou, pelo menos, considera-se que é possível fazer progressos nessa direção. Trata de um ideal inatingível, inexequível. Usando a metáfora de Lippmann, é um ideal insensato no

sentido em que é insensato um homem gordo tentar fazer *ballet*. Um ideal deve expressar as suas verdadeiras possibilidades. Quando não as expressa, perverte-as. A busca do ideal do cidadão "omnicompetente" (*omnicompetent*) e soberano é enganosa e está condenada a falhar. O problema é que este falhanço tem consequências. Para começar, produziu o atual estado de desencantamento do homem moderno e pode mesmo despertar tiranias (Lippman, 1922/1998, pp. 28-29 e 145).

O público não expressa propriamente uma opinião, limita-se a alinhar a favor ou contra uma pessoa ou uma proposta. A teoria proposta por Lippmann abandona a noção de que o governo democrático é a expressão direta da vontade do povo e vê como uma ficção a ideia de que o povo governa. Em vez disso, considera que, através das suas ocasionais mobilizações, o povo apoia ou opõe-se aos indivíduos que, de facto, governam. É, sobretudo, em situações de crise que se torna necessária a intervenção do público, quando as instituições não conseguem resolver os problemas mais duros.

Lippmann introduz, em *The phantom public*, os conceitos de ator e de espetador, que continuam a ser hoje de bastante utilidade. Os atores são aqueles que tentam influir diretamente no curso dos assuntos públicos. Os assuntos públicos são as questões em debate entre os atores (grupos ou indivíduos, dentro e fora do governo) que conseguiram obter a atenção de um grupo mais amplo. Os atores são sensíveis aos problemas, propõem soluções e tentam persuadir os demais com os seus pontos de vista. Os espetadores compõem a audiência dos atores, seguindo as suas ações com diferentes graus de interesse. Os membros, de cada um destes dois grupos, variam em função dos assuntos. Os atores de um determinado assunto podem ser espetadores noutro, e os indivíduos transitam constantemente de uma posição para a outra.

É difícil definir os limites precisos da distinção entre atores e espectadores. Existe um limbo, uma zona crepuscular (*twilight zone*), que gera confusão e dúvida sobre as atitudes e as verdadeiras motivações de alguns elementos do público. O ponto de vista público é muitas vezes manchado pela presença

de membros espúrios, pessoas que, na realidade, estão a tentar mudar uma regra a seu favor, mas que fingem ser movidas apenas pelo interesse público. Para alcançar os seus intentos, os grupos de interesse podem subverter parcialmente o discurso racional, tentando despertar emoções e disponibilizando má informação. Por conseguinte, é fundamental detetá-los e, antes de tudo o mais, ter consciência da sua existência.

Lippmann dá por adquirido a existência de grupos de interesse no seio do público. Os homens, sempre que podem, não hesitam em beneficiar-se a si próprios. Em seu entender, uma teoria política baseada no espírito de sacrifício e na abnegação do homem não merece ser considerada. É por isso um erro de análise tentar obscurecer ou negar a existência dos grupos de interesse. Pelo contrário, devem ser trazidos à luz e o público deve tentar expurgá-los. Não porque os interesses privados sejam maus, mas porque, se a sua força estiver escondida ou dissimulada, não podem ser ajustados com êxito às regras de uma comunidade. Se o verdadeiro público, preocupado com o ajustamento necessário das regras da comunidade, se deixar inadvertidamente mobilizar (e manipular) por interesses privados, o ajustamento alcançado será débil. Não haverá, nesse caso, uma tradução da verdadeira correlação de forças sobre um assunto concreto. Por conseguinte, a solução estará condenada a não durar muito.

Nenhum espetador vulgar está em condições de analisar e descodificar a propaganda que tenta associar um grupo privado (homens de negócios, sindicatos, etc.) ao público desinteressado. O público tem apenas um recurso: insistir no debate. Lippmann parte do pressuposto de que o público não será capaz de avaliar e julgar os méritos dos argumentos esgrimidos no debate. Como referimos acima, quando o público intervém, não é para lidar com a substância do problema. Seja como for, deve insistir na liberdade de discussão: os oponentes acabarão por se denunciar uns aos outros. O debate aberto pode não iluminar o problema e a respetiva solução, mas tenderá a denunciar os sectários (*partisans*). E, se tal acontecer, o debate cumpriu a sua principal função.

Numa afirmação contundente, Lippmann (1922/1998) resume as suas expectativas: o público chegará a meio do terceiro ato e partirá antes do final, ficando apenas o tempo suficiente para decidir "quem é o herói e quem é o vilão da peça" (p. 55). Os corruptos, os demagogos, os manipuladores das massas, os dissimuladores teriam, assim, mais dificuldades em fazer passar os seus interesses pessoais ou de grupo pelo bem-comum. Um indivíduo, não diretamente interessado ou envolvido num assunto, pode, mesmo assim, juntar-se aos grupos de interesse e apoiar a sua causa. Mas, havendo debate, este indivíduo terá, pelo menos, consciência de que se tornou um *partisan* e talvez se torne menos propenso a confundir o objetivo de um partido ou grupo com o bem-comum.

1.5 Em busca do público perdido

Daredevil é uma série de grande sucesso da Netflix. Na primeira temporada, Ben Urich é um jornalista íntegro, corajoso, que durante anos denunciou vários casos de corrupção em Nova Iorque. O jornal onde trabalha há muitos anos está a perder audiências e o público parece ter perdido o interesse pelas suas histórias. O chefe diz-lhe para escrever sobre outros assuntos, assuntos que supostamente interessam mais às pessoas. Contrariando as orientações superiores, Urich investiga um processo de corrupção que envolve polícias, juízes, jornalistas e políticos, todos a soldo de Wilson Fisk, o vilão da história. Em desespero, Urich decide criar um blogue para denunciar os crimes.

No 12.º episódio, numa cena entre Urich e o vilão, diz o último:

- E tu pensas que os rumores na internet vão alterar alguma coisa?
- As pessoas procuram a verdade... Não interessa onde é que a podem encontrar.
- No meu tempo e no teu talvez isso fosse verdade. Hoje, no mundo à nossa volta, as pessoas estão preocupadas com os casamentos das celebridades, com vídeos de gatos. Os assuntos complicados, os assuntos que interessam, consomem demasiada concentração... As pessoas consomem muito tempo a enviar sms... com os milhares de canais por satélite.

· Tenho mais fé na humanidade.
· Também Cristo teve, se bem me lembro.

À primeira vista, estamos perante duas visões opostas e inconciliáveis do mundo. Uma mais otimista (a do jornalista Ben Urich), outra mais pessimista (a do vilão Wilson Fisk). Esta dicotomia não é nova, remonta ao século XIX. Gustave Le Bon (ver o capítulo 2) e Gabriel Tarde encarnam bem cada um dos lados desta polémica. O primeiro anunciou uma era das multidões, o segundo uma era do público ou dos públicos. Na visão otimista, com mais educação, informação e meios de comunicação ativos e independentes, os indivíduos tenderão a interessar-se e a envolver-se, cada vez mais, nos assuntos da *polis* e, dessa forma, poderão controlar melhor o poder e contribuir, racionalmente, para o bem-comum. Na visão pessimista, esse cidadão ideal é uma ilusão perigosa, no sentido em que só levará a frustrações e a eventuais tiranias; o mundo é cada vez mais complexo, as pessoas dispersam-se e não têm tempo nem competências para perceber a maior parte dos assuntos públicos; não há educação, nem comunicação que resolvam este problema de fundo.

Na verdade, Urich não considera irrealista o retrato do público pintado pelo vilão Fisk. Nem Ben Urich, nem Wilson Fisk se sentem confortáveis neste *brave net world*. O que os afasta, de facto, é uma questão de fé na humanidade. Recuando no tempo, até aos anos 20 do século passado, o filósofo John Dewey (1859-1952) e o jornalista e analista político Walter Lippmann travaram um "diálogo" com algumas semelhanças ao destas personagens de *Daredevil*. A obra *The public and its problems* de John Dewey, publicada em 1927, é geralmente vista como uma resposta a *The phantom public* de Walter Lippmann.

Após a publicação de *The public and its problems* de John Dewey e de *The phantom public* de Walter Lippmann, surgiu, em especial a partir dos anos 80, uma vasta biografia que procura evidenciar uma dicotomia entre os dois autores. Regra geral, Dewey surge como um "herói" e Lippmann como um "vilão" na história das ciências sociais norte-americanas (Jansen, 2009). E, no entanto, durante décadas, ninguém, ou quase ninguém, vislumbrou

uma divisão ou uma divergência de fundo entre as obras dos dois autores[23]. Pelo contrário. Jansen (2009) procedeu a um levantamento dos textos publicados em revistas académicas e não académicas e concluiu que, antes dos anos 80, a maioria dos textos - com a exceção de dois - não estabelece qualquer dicotomia entre os autores.

Embora apareça apenas numa nota de rodapé, Dewey no seu *Public and its problems* expressa a sua admiração pela *Public opinion* e pelo *The Panthom public*. Antes, em *The New Republic*, já havia publicado duas recensões sobre estas obras de Lippmann, respetivamente em 1922 e 1925. As recensões são bastante positivas (Jensen, 2009, p. 233).

Numa primeira análise, Dewey parece estar próximo de autores como Gabriel Tarde, que analisámos acima. Na verdade, Dewey e Tarde viram o público a partir de perspetivas diferentes. No final do século XIX, Tarde viu a alvorada do público. Um quarto de século depois, Dewey viu o seu eclipse. Esta é uma das teses centrais de *The public and its problems,* uma tese que se aproxima muito da visão pessimista de Lippmann.

A era tecnológica, a que Dewey (1927/1954) chama *Great Society*, trouxe a democracia e o Estado nacional. Os caminhos-de-ferro, o comércio, os correios, o telégrafo, o telefone e os jornais facilitaram a circulação rápida e fácil de opiniões e informação; geraram uma constante e intrincada interdependência e interação, muito para além dos limites das comunidades *face-to-face*. Em consequência, criaram similitudes de ideias e sentimentos. O problema é que estas forças ou movimentos não trouxeram apenas as formas de um governo democrático, a ideia de um Estado nacional, o sufrágio universal, governantes e legisladores eleitos pelo voto da maioria. Inadvertidamente, as comunidades locais ficaram condicionadas por organizações remotas e invisíveis. O alcance destas forças é tão amplo e o seu impacto é tão pene-

23. À época, ambos os autores viviam em Nova Iorque. Em 1929, na comemoração do 70.º aniversário de Dewey, Lippmann integrou a comissão organizadora do evento. Tal sugere que Lippmann seria visto pelos colaboradores mais próximos de Dewey como um admirador e não como um adversário do aniversariante; em 1952, no obituário de Dewey no *New York Times*, Lippmann é descrito como "associates in thought" de Dewey (Jensen, 2009, p. 233).

trante e incessante que Dewey (1927/1954) considera estar perante "a new age of human relations" (p. 98).

A *Great Society*, criada pelo vapor e pela eletricidade, pode ser uma sociedade, mas não é uma comunidade. Invadiu e desintegrou parcialmente as pequenas comunidades locais do passado sem gerar, ao mesmo tempo, uma *Great Community*. Nesta nova era das relações humanas, não existem ainda organizações políticas ajustadas à nova realidade. As organizações legais e políticas adaptam-se de forma parcial, e com grande atraso, às transformações tecnológicas e industriais.

Os indivíduos sentem-se apanhados no meio de um turbilhão de forças demasiado vastas e poderosas para as poderem compreender e dominar. Uma atividade associativa ampla e duradoura, com consequências importantes, traz à luz um público. Mas o público só emerge (e desenvolve-se) quando percebe que essas consequências indiretas (porque envolvem terceiros) o afetam coletivamente. É a partir das comunidades que se forma o público. O público em si é desorganizado e informe.

A invasão das comunidades locais por um novo tipo de relacionamento e comportamento humanos, mecânicos e impessoais é "o facto notável da vida moderna" (Dewey, 1927/1954, p. 98). O varrimento das comunidades locais pela modernidade levou ao definhamento do público. É neste contexto que Dewey (1927/1954, p. 126) se refere ao eclipse do público ou ao eclipse da ideia de público. O público, disperso, móvel e numeroso, não se consegue reconhecer e definir a si próprio e expressar os seus interesses[24]; é um fantasma que caminha, fala, obscurece, confunde e induz em erro a ação governamental de forma desastrosa (Dewey, 1927/1954, p. 125). Na senda de Lippmann, Dewey também não acredita num indivíduo "omnicompeten-

24. A confusão e a apatia do público derivam, em grande parte, de dois problemas. Primeiro, as forças não-políticas são a expressão de uma época tecnológica, injetadas num esquema político herdado do passado, mas desajustado às necessidades do presente. Segundo, a sociedade investe muita da sua energia e tempo em assuntos não políticos. Os assuntos políticos sempre tiveram fortes rivais. Todavia, nas sociedades modernas há uma novidade: as distrações tornaram-se muito mais abundantes, variadas e baratas. As tecnologias são a principal causa dessa evolução. Os entretenimentos acessíveis e baratos desviam a atenção do público e vieram para ficar. Dewey não oferece soluções para este problema.

te". A história mostra claramente o irrealismo dessa presunção[25]. Ao longo de *The Public and its problems*, o filósofo norte-americano confirma, amplia e desenvolve o diagnóstico de Lippmann. Fica, todavia, profundamente apreensivo com as suas implicações.

Nos anos 20, os dois autores tinham um projeto comum: reformar a democracia moderna à luz das novas condições, nomeadamente a emergência dos *mass media*. Ambos reconhecem os poderes sem precedentes da propaganda e da publicidade para produzirem consenso (*manufacture consente*), poderes que tanto o governo como as corporações exploram. Os apelos de ambos a uma *expertise* desinteressada, aos *media* e a reformas na educação[26] são, antes de mais, tentativas para enfrentar estes novos poderes (Jansen, 2009, p. 222). Todavia, o foco de Lippmann na democracia institucional é demasiado estreito para Dewey. A democracia é mais do que uma forma de governo, é uma forma de vida, que deve impregnar todas as instituições e relações. A emancipação do homem não pode ser alcançada na esfera política se não for culturalmente sustentada. A democracia é por inerência comunitária e a comunidade é por inerência democrática. A esperança de que a *Great Society* possa evoluir para uma *Great Community* é, talvez, o maior contributo adicional de Dewey relativamente à análise de Lippmann.

Na *Great Community*, os especialistas coligem e fornecem informação rigorosa. Essa informação não se deve destinar apenas aos governantes, administradores e jornalistas. É fundamental que chegue também ao público. Neste ponto, Dewey distancia-se claramente de Lippmann. De qualquer maneira, o filósofo pragmatista[27] não acreditava que o controlo do "poder

25. Dewey (1927/1954) considera que esta "ilusão" poderia ter sido detetada com antecedência se não fosse a influência enganadora de uma "falsa psicologia". Mas a filosofia predominante na época considerava que o conhecimento e as ideias eram função da mente ou da consciência e que o conhecimento tinha origem em indivíduos isolados, baseados no contacto com objetos: "mas, de facto, o conhecimento é uma função da associação e da comunicação; depende da tradição, de instrumentos e métodos socialmente transmitidos, desenvolvidos e sancionados" (Dewey, 1927/1954, p. 158).
26. Dewey é bastante conhecido pelos seus trabalhos na área das ciências da educação. No capítulo 4, voltaremos a Lippmann e faremos referência aos seus argumentos relativos à educação.
27. O pragmatismo é um pensamento filosófico criado no fim do século XIX pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), pelo psicólogo William James (1844-1910) e pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr (1841-1935). Há traços gerais comuns entre os seus defensores. O sentido de uma ideia ou conceito depende da sua praticidade, eficácia, utilidade. Na construção das teorias deve-se seguir o critério da maior utilidade possível para as necessidades e os interesses humanos. John

opressivo" da oligarquia económica[28] pudesse ser realizado de forma eficaz por uma aristocracia intelectual constituída por especialistas. Tal seria uma versão moderna da antiga aspiração platónica de que os filósofos fossem reis (e os reis fossem filósofos). Um governo de especialistas que ignore as necessidades das massas mais não é do que uma oligarquia gerida em função dos interesses de alguns. No processo de decisão, as necessidades do povo devem ser sempre tidas em conta. Usando uma metáfora de Dewey, quando temos um problema com os sapatos, é o especialista (*shoemaker*) que o pode resolver, mas apenas o povo é que sabe onde é que lhe doem os pés.

Mesmo admitindo que a massa é instável e ignorante, que os seus interesses são superficiais e vulgares, que os seus julgamentos assentam em preconceitos e numa enorme ligeireza, o mundo sofreu mais com os líderes e as autoridades do que com as massas (Dewey, 1927/1954, pp. 207-208). Dewey afasta-se, por isso, de autores como Tocqueville (voltaremos a este autor no capítulo 4), que viam na ascensão da democracia uma tendência para a eleição da mediocridade e o predomínio das paixões. Ao invés, considera que os governos populares reconhecem melhor do que qualquer outra forma de governo a existência de interesses comuns, ainda que esse reconhecimento seja muitas vezes vago e confuso. Não obstante, a discussão e a publicidade, inerentes ao governo popular, trazem sempre alguma clarificação sobre os interesses comuns.

O público estava perdido, apático, amorfo, desorganizado, desarticulado e a opinião pública é suscetível de manipulação quando não é o produto de métodos de investigação e comunicação. Nesse caso, fica à mercê dos grupos de interesse, que a manipulam e direcionam em função dos seus interesses pessoais ou de grupo. A comunicação dos resultados da investigação social é o mesmo que a formação da opinião pública. Cada uma destas duas fases - a opinião e a sua expressão pelo público - exigem condições difíceis, mas possíveis de alcançar. O problema essencial do público é a "melhoria dos

Dewey foi o último grande teórico do pragmatismo.

28. Tal como Lippmann, Dewey considera que, na sociedade moderna, a oligarquia já não é aristocrática. É económica. A oligarquia não reclama agora o poder por questões de hereditariedade, mas sim por questões de competência em gestão.

métodos e condições de debate, discussão e persuasão" (Dewey, 1927/1954, p. 208). Este público reflexivo (e democrático) é possível se houver um aperfeiçoamento dos processos de investigação social e da disseminação das suas conclusões. A solução é mais e melhor comunicação.

Em bom rigor, Dewey não oferece soluções concretas para os problemas do público, nem faz nenhuma profecia sobre a sua ocorrência. Nem é esse o seu desiderato. Admite que o seu exercício é meramente intelectual ou hipotético. Como ele próprio reconhece, trata-se, no fundo, de definir condições necessárias, mas não suficientes.

Em suma, para que o público deixe de habitar nas sombras, abandone o seu estado de eclipse e se torne democrático e organizado, é necessário que a *Great Society* se transforme numa *Great Community*. Esta difícil transformação exige, pelo menos, duas condições. Primeira, as consequências das atividades associativas (intrincadas e em contínua expansão) têm de ser bem conhecidas e percebidas pelos indivíduos, de modo a que possa emergir um público organizado e articulado. Segunda, no sistema de transmissão e circulação de informação, têm de passar a predominar uma investigação científica mais difícil e uma arte da comunicação mais subtil, delicada, viva e sensível. O público leitor não está interessado em aprender e assimilar os resultados de uma investigação rigorosa. Uma apresentação intelectual é apenas apelativa para os intelectuais, mas não é notícia para as massas. A apresentação é, por consequência, fundamental. É uma "questão de arte" (Dewey, 1927/1954, p. 183). Os jornalistas devem ser artistas, de forma a atingir em profundidade a sua audiência, tal como os novelistas de sucesso o fazem.

Em termos filosóficos, Dewey era um pragmatista. Escreveu por isso a pensar na realidade do seu tempo, uma realidade marcada pela modernização industrial e o fordismo. Hoje, quase um século depois, a realidade é muito diferente, mas as suas inquietações continuam pertinentes: é possível criar uma "grande comunidade" a partir da qual nasça um público organizado e democrático? Lippmann não teria muitas dúvidas a esse respeito. Resta sa-

ber se Dewey consideraria estarmos atualmente mais ou menos afastados do seu ideal.

****

Neste capítulo, vimos que o substantivo público, na sua ideal-tipicidade, não se desligou dos dois significados principais do adjetivo público: acessível a todos e bem-comum. No final do século XIX, Gabriel Tarde julgou estar perante o nascimento da era dos públicos e do público. O indivíduo pertence simultaneamente a vários públicos. Os públicos no seu conjunto formam "o público". O público, no singular, tornou-se possível devido sobretudo à imprensa. É uma coletividade espiritual, de indivíduos espalhados por um vasto território, unidos pelo acordo parcial sobre alguns assuntos e cuja coesão é meramente mental. Estava assim dado um passo fundamental para a desconstrução de uma visão reificada dos públicos concretos. Tarde alertou para os efeitos poderosos da imprensa, uma influência de que o público não tem consciência. Como veremos no capítulo 5, Noelle-Neumann invoca Tarde para fundamentar a sua tese sobre os efeitos dos *media*. De qualquer maneira, as conclusões do psicólogo francês são bastante otimistas. Os jornais conduziriam a uma união e pacificação finais.

Lippmann e Dewey não partilhavam do otimismo de Tarde. Onde o psicólogo social francês via a coesão mental de um público disperso fisicamente, que se sugestiona à distância através da leitura do mesmo jornal, os autores americanos viam um público disperso, fragmentado, desorganizado, amorfo, apático, perdido na complexidade da *Great Society,* trazida pelo vapor e pela eletricidade.

Os conceitos de ator e espetador são um contributo original de Lippmann e ainda hoje mantêm a sua utilidade. O ator aproxima-se muito do conceito de líder de opinião introduzido em meados dos anos 40 por Paul Lazarsfel e os seus colegas da Columbia University's Bureau of Applied Social Research; mas distancia-se deste num ponto essencial: a influência do ator é mais ampla, exerce-se sobre um público concreto (os espetadores) e não apenas dentro dos grupos de referência a que o indivíduo pertence.

O público anónimo da espiral do silêncio de Noelle-Neumann partilha muitas das características do público fantasmagórico de Lippmann e Dewey. Estamos, no fundo, perante uma massa, um conceito introduzido no século XIX e desenvolvido por vários autores do século XX. É este o tema central do nosso próximo capítulo.

Capítulo 2

DOIS CONCEITOS AFINS DE PÚBLICO: MULTIDÕES E MASSAS

No capítulo 1, apresentámos uma definição ideal-típica de público, tendo por base uma caracterização de C. W. Mills, autor a que voltaremos neste capítulo. Se essa conceção de "público ideal" remonta a uma ideia clássica do século XVIII, os conceitos de multidão e massas remontam a meados do século XIX. Numa primeira fase, a maioria dos autores utilizou estes dois conceitos de forma quase indistinta e ainda com os ecos da Revolução francesa bastante presentes. As definições e delimitações conceptuais só se tornaram consensuais no século XX. Autores como Robert Park ou Herbert Blumer (que desenvolveu e aprofundou conceptualmente os conceitos de Park) foram fundamentais nessa tarefa (Price, 1994, pp. 42-46).

Como sublinha Price (1994), Robert Park considera a multidão e o público como similares num aspeto: "ambos são mecanismos de adaptação social e mudança, formas sociais transitórias usadas por grupos sociais para "transformar-se" em novas organizações" (p.43). Por outro lado, Park destaca distinções fundamentais entre os dois conceitos. À semelhança de Le Bon, considera que a multidão está marcada por uma unidade de experiência emocional; o público, quando deixa de ser crítico, dissolve-se ou transforma-se em multidão.

Por seu turno, as massas compõem-se de indivíduos anónimos, pertencentes a todos os estratos sociais e a todas as profissões e caracterizam-se por uma fraca interação entre eles. A massa está muita dispersa geograficamente e os seus membros revelam grande

dificuldade em atuar concertadamente. Segundo Price (1994), o que une as massas não é a partilha de emoções (como na multidão) nem o desacordo ou a discussão (como no público), mas sim um "foco de interesse comum ou atenção, algo que atrai as pessoas fora dos limites da sua experiência restrita" (p.46).

Dado o crescente desenraizamento das pessoas no mundo moderno, vários autores previram que o público tenderia gradualmente a ser substituído pelas massas; outros previram que, nalgumas situações, as massas se transformariam em multidões, como é o caso de C. W. Mills.

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, analisamos a "a ascensão da multidão". Não é possível falar de multidões sem evocar a *Psychologie des foules* de Gustave Le Bon, publicada em 1895, e, por consequência, é por Le Bon que começamos. Na segunda parte, apresentamos diferentes visões de autores clássicos sobre o poder efetivo das massas. *Apocalípticos e integrados* de Umberto Eco continua a ser, em nosso entender, uma excelente síntese deste problema. E é com Umberto Eco que encerramos este capítulo.

2.1 A ascensão das multidões

O conceito de multidão é hoje raramente invocado. Todavia, consideramos que seria um erro ignorá-lo no nosso trabalho, por um motivo fundamental: aclara e reflete algumas das características fundamentais dos conceitos coletivos modernos de massas e público (Price, 1994). No fundo, o conceito de multidão serve essencialmente como contraponto à definição do público. Como sublinha Torres (2014) não há uma definição de multidão, "mas uma 'multidão' de definições" (p. 18). De qualquer maneira, apesar de uma certa imprecisão do conceito e da sua fluidez taxonómica, há autores cujas intuições e reflexões deixaram marcas indeléveis em toda a bibliografia posterior sobre esta matéria[1].

1. Torres (2014) empreende um levantamento sobre a reflexão acerca da multidão desde a Antiguidade Clássica até à atual era das redes. Na segunda parte do seu trabalho, partindo da sociologia e dos estudos mediáticos, faz uma análise das representações mediáticas da multidão, centrando-se na análise de emissões televisivas com o seguinte perfil: multidões em eventos políticos (manifestações

Em 1895, Gustave Le Bon (1841-1931) publicou a *Psychologie des foules*. Freud (1921/2011), apesar de considerar que não se trata de uma análise original, classificou como brilhante a descrição que o psicólogo social francês faz da "alma coletiva". As análises posteriores abandonaram, em grande parte, a visão tremendista de Le Bon sobre a "era das multidões"; puseram também de lado o seu conceito fundamental de sugestão hipnótica, muito em voga à época. Seja como for, em termos conceptuais, a *Psychologie des foules* é uma referência incontornável e Le Bon, "um plagiador muito original" como lhe chama Torres (2014, p. 70), exerceu durante décadas uma grande influência sobre muitos autores.

Em 1960, Elias Canetti (1905-1994) publicou *Massa e poder*. O título da obra, na tradução para português, induz em erro. Na verdade, a massa de Canetti é uma multidão[2], uma multidão repleta de emoções. Se Le Bon é o mais influente dos autores que escreveram sobre a multidão, a *Massa e o poder* de Canetti é considerada por alguns autores como a obra definitiva sobre o tema (McClelland, 1989, citado em Torres, 2014). Em Canetti, interessa-nos particularmente a sua tipologia das multidões. Como sublinha Torres (2014), vale "a pena referir as classificações da multidão por Canetti, mais eficazes que as de Le Bon e Tarde" (p. 155). Para Canetti, independentemente da época e do lugar, a multidão possui um conjunto de características fundamentais que lhe são inerentes; é biológica e intrínseca ao ser humano (Torres, 2014). Não é, portanto, o fruto de uma época.

Freud (1921/2011) considera pertinente uma análise sobre a "diferença entre massas que têm um líder e massas sem líder" (p. 42)[3]. Até que ponto as massas com líder são mais primordiais e mais completas? Pode o líder ser substituído por "uma ideia, uma abstração"? (Freud, 1921/2011, p. 42). A estas questões, Freud responde 20 páginas à frente: "a natureza da massa

globais contra a globalização, marchas brancas em Bruxelas e Portugal contra a pedofilia, ataque a milheiral transgénico em Silves); multidões em eventos religiosos (católicos); multidões em espectáculos musicais; multidões em eventos desportivos (Euro 2004).

2. Não por acaso na tradução para inglês o título aparece muitas vezes como *Crowds and power*. Todavia, o título original em alemão é *Masse und Macht*.

3. Convém sublinhar que a massa de Freud também é uma multidão.

é incompreensível se negligenciamos o líder" (p. 62). Le Bon também não concebia a multidão sem um líder. Em Canetti, a multidão surge afastada do líder e goza de uma certa autonomia em relação ao poder; em contrapartida, Canetti fala em "cristais de massa", que são, no fundo, um grupo-líder.

2.1.1 A era das multidões

> O que tinham de horrível os Dois Minutos de ódio não era a obrigatoriedade de cada qual representar um papel, mas, pelo contrário, o facto de ser-se impossível não participar. Um pavoroso êxtase de medo e vingança, um desejo de matar, de torturar, de esmagar rostos com um malho, parecia percorrer todo aquele grupo de pessoas como uma corrente elétrica, convertendo cada um dos presentes, mesmo contra vontade, em lunático ululante e de face contorcida. E, no entanto, a raiva que cada pessoa sentia era uma emoção abstrata, sem objecto, que podia ser orientada de um lado para o outro como a chama dos maçaricos.
> Orwell (1949/1999, p. 20)

Wilson é a personagem principal de *Mil novecentos e oitenta e quatro*, o célebre romance político de George Orwell (1903-1950), publicado em 1949. Wilson é um funcionário do "Departamento de Arquivos", com perigosas tentações heterodoxas. Alimenta um ódio secreto contra o "Partido", a "Polícia do Pensamento" e o "Grande Irmão" (*The Big Brother*). Naqueles "Dois Minutos de ódio", o seu ódio inicial transforma-se em adoração ao "Grande Irmão". Ao mesmo tempo, e de forma inelutável, o seu ódio é redirecionado contra Emmanuel Goldstein, o inimigo, real ou imaginário, do "Povo", antiga figura cimeira do "Partido", "quase ao nível do próprio Grande Irmão" (Orwell, 1949/1999, p. 20), e que, entretanto, se transformara no "traidor primevo", no "primeiro corruptor da pureza do Partido" (p. 17).

Ao contrário de Orwell, Le Bon não tinha em mente os perigos de um Estado totalitário, que controla por completo a vida das pessoas. Todavia, Le Bon reconheceria com certeza nos "Dois Minutos de ódio" algumas das características fundamentais da multidão que ele via ascender de forma imparável e perigosa no final do século XIX. Primeira, a transformação do indivíduo

quando inserido na multidão, o qual, mesmo contra a sua vontade inicial, é irresistivelmente arrastado pela "corrente elétrica" de sentimentos que atravessa todo o grupo. Segunda, a forma arbitrária como esses sentimentos podem ser dirigidos contra ou a favor determinados alvos. Terceira, e ligada à anterior, a suscetibilidade da multidão à manipulação. Quarta, a incapacidade intelectual e a intensificação afetiva de uma multidão sedenta de ação.

Le Bon (1905) considerava que a sociedade vivia um momento crítico, em que o pensamento dos homens estava em vias de se transformar. Dois fatores fundamentais estariam na base dessa transformação. O primeiro era a destruição das crenças religiosas, políticas e sociais, donde derivam todos os elementos da nossa civilização. O segundo era a criação de um pensamento inteiramente novo, resultado das modernas descobertas das ciências e da indústria. Le Bon não conseguia vislumbrar ainda o novo tipo de sociedade que, supostamente, estaria prestes a nascer, nem as ideias fundamentais em que esta se fundaria. Mas via com clareza uma nova força: o poder das multidões. As multidões sempre existiram, mas o seu papel nunca havia sido tão importante como na idade moderna. Le Bon não tinha dúvidas: estava-se a entrar definitivamente na era das multidões.

A análise de Le Bon da psicologia das multidões quer-se meramente científica. De acordo com o autor, no sentido vulgar ou popular, o termo multidão significa apenas uma reunião ou ajuntamento de indivíduos, quaisquer que sejam as suas nacionalidades, profissões, e quaisquer que sejam as circunstâncias que os juntaram. Todavia, do ponto de vista psicológico, o termo assume outro significado. Não basta o ajuntamento acidental de centenas ou milhares de indivíduos para que se forme uma multidão. Uma multidão psicológica pode ser constituída apenas por meia-dúzia de indivíduos; em contrapartida, em certos momentos, sob certas emoções violentas - um grande acontecimento nacional, por exemplo -, uma multidão pode corresponder a uma população inteira.

O que é que distingue uma multidão psicológica? Em certas circunstâncias, uma aglomeração de homens possui características novas, muito diferentes

das dos indivíduos que a compõem. A personalidade consciente esvai-se e os sentimentos e as ideias são orientados na mesma direção. A multidão torna-se organizada ou uma multidão psicológica. A multidão forma uma alma e encontra-se submetida à "lei da unidade mental das multidões" (*loi de l' unité mentale des foules*). Os indivíduos que a compõem, por mais semelhantes ou diferentes que sejam em termos de género, ocupação, carácter ou inteligência, possuem uma espécie de alma coletiva que os faz sentir, pensar e agir de uma forma completamente diferente da que cada um pensaria, sentiria e agiria se estivesse isolado (Le Bon, 1905, pp.17-19). Na alma coletiva da multidão, as aptidões intelectuais dos indivíduos apagam-se. A heterogeneidade submerge na homogeneidade e as qualidades inconscientes dominam. É a colocação em comum de qualidades medíocres que explica por que motivo as multidões jamais serão capazes de cumprir atos que exijam uma inteligência elevada. Nas multidões, é a asneira que se acumula e não o espírito.

As multidões geram também um carácter novo. O surgimento de caracteres especiais nas multidões - e que os indivíduos isolados não possuem - está associado a três causas fundamentais. A primeira deriva do número: um indivíduo inserido numa multidão adquire um sentimento de poder invencível, que o leva a ceder aos seus instintos mais básicos, instintos que, isolado, tentaria refrear. E a tentação de se deixar levar pelos instintos será tanto maior quanto mais anónima for a multidão e, por conseguinte, mais irresponsável. O sentimento de responsabilidade dos indivíduos desaparece por inteiro nas multidões. A segunda causa é o contágio mental. Le Bon, baseando-se nas descobertas científicas da época[4], associa o contágio ao fenómeno da hipnose. Numa multidão, todo o sentimento, todo o ato é contagioso, e é contagioso ao ponto de o indivíduo sacrificar o seu interesse

4. Em finais do século XVII e inícios do século XIX, o austríaco Franz Anton Mesmer (1734-1815) demonstrou que a sugestão hipnótica pode exercer efeitos profundos sobre o comportamento humano. Durante décadas, Mesmer foi ridicularizado. Até que, 60 anos mais tarde, Jean Charcot (1825-1893) demonstrou a existência de uma conexão entre hipnose e histeria, tornando-se assim um dos pais fundadores da psiquiatria moderna (Gray, 2002/2008, pp.148-149). No final do século XIX, Freud (1856-1939), partindo dos estudos de Charcot, utilizou a hipnose para tratamento de pacientes com histeria. Freud avançou com a hipótese de que a causa da doença não era orgânica, mas sim psicológica. Esta hipótese de Freud serviu de base para outros conceitos que introduziria mais tarde, como o de inconsciente.

pessoal ao interesse coletivo. A terceira causa, e que Le Bon considera como a mais importante, é a sugestão, de que o contágio é um efeito[5].

Isolado, um homem pode ser civilizado; integrado numa multidão, tem a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos. O indivíduo torna-se um autómato, destituído de vontade própria, pronto a transformar em atos as ideias sugeridas. Esvai-se

5. Freud, em *Psicologia das massas e análise do eu*, considera que os efeitos de contágio e sugestionabilidde não estão claramente definidos e separados em Le Bon. Escreveu Freud (1921/2011): "talvez interpretemos da melhor maneira sua afirmação se relacionarmos o contágio ao efeito que os membros isolados da massa exercem uns sobre os outros, enquanto as manifestações de sugestão de massa, equiparadas aos fenômenos de influência hipnótica, remetem a outra fonte. A qual, porém? Deve nos tocar como uma sensível deficiência o fato de um dos principais elementos dessa comparação, isto é, a pessoa que substitui o hipnotizador para a massa, não ser mencionado por Le Bon. De qualquer modo ele distingue esta influência fascinadora, deixada na penumbra, e o efeito contagioso dos indivíduos entre si, que vem a fortalecer a sugestão original" (p. 17).
Convém sublinhar que Freud utiliza indistintamente os termos "multidão" e "massas". Segundo o tradutor para português, numa versão alemã de 1912 da *Psychologie des foules*, o termo *foules* aparece traduzido por *masse*. Todavia, Freud utiliza também o termo *menge* (multidão) na sua *Psicologia das massas e análise do eu (Massenpsychologie und ich-analyse)*. O próprio Freud (1921/2011) chama a atenção para a necessidade de definir melhor os vários tipos de massas. Recorrendo a outros autores, em especial à obra *The group mind*, publicada em 1920, de William McDougall, Freud distingue "massas organizadas" de "massas efémeras", as quais "se juntam rapidamente com indivíduos heterogêneos, por interesse passageiro" (p. 24) – as últimas são, no fundo, o equivalente das multidões descritas por Le Bon. Todavia, a maior organização da massa, segundo Freud (1921/2011), atenua, mas não anula as duas características fundamentais das massas efémeras ou simples (multidão): "intensificação do afeto" e "inibição do pensamento" (p. 29).
Freud critica o facto de Le Bon reduzir tudo o que há de estranho nos fenómenos a dois fatores: a mútua sugestão dos indivíduos e o prestígio do líder, a que voltaremos mais à frente. Mas até o prestígio se exterioriza apenas no efeito de provocar sugestão. Freud (1921/2011) conta-nos que a sua "hostilidade" à "tirania da sugestão" começou em 1889 com a sua observação das experiências de Bernheim: "Quando gritavam a um doente que não se mostrava dócil: "O que está fazendo? *Vous vous contresuggestionez!*", eu achava aquilo uma evidente injustiça e uma violência. Ele tinha direito a contrassugestões certamente, se tentavam sujeitá-lo com sugestões" (p. 31). Freud (1921/2011) confessa a sua "revolta contra o fato de a sugestão, que tudo explicava, se furtar ela mesma à explicação" (p. 31). Sobre a natureza da sugestão, "isto é, sobre as condições em que se produzem influências sem fundamento lógico, não houve esclarecimento" (Freud, 1921/2011, p. 32).
Em vez da sugestão, Freud (1921/2011) tenta aplicar, na "psicologia das massas", o conceito de *libido*, "uma expressão proveniente da teoria da afetividade" (p. 34), e que Freud havia usado antes no estudo das psiconeuroses. Basicamente, Freud (1921/2011) avança com a hipótese de que "as relações de amor (ou, expresso de modo mais neutro, os laços de sentimento) constituem também a essência da alma coletiva" (p. 34). Amor é aqui usado num sentido abrangente, não se referindo apenas ao "amor entre os sexos para fins de união sexual", mas também ao "amor a si mesmo, do outro o amor aos pais e aos filhos, a amizade e o amor aos seres humanos em geral, e também a dedicação a objetos concretos e a ideias abstratas" (Freud, 1921/2011, p. 32). Para Freud (1921/2011), são as ligações libidinais que caracterizam a massa: "Portanto, se na massa aparecem restrições ao amor-próprio narcisista, inexistentes fora dela, isso indica forçosamente que a essência da formação de massa consiste em ligações libidinais de nova espécie entre os membros da massa" (p. 45).
Está fora do âmbito deste trabalho um aprofundamento das explicações psicológicas sobre a transformação do indivíduo na multidão ou na massa. De qualquer maneira, convém sublinhar que Freud não contesta o retrato da "alma coletiva" dado por Le Bon. Pelo contrário, considera-o brilhante, apesar de não considerar originais as duas teses principais avançadas por Le Bon: "inibição colectiva da capacidade intelectual" e "elevação da afectividade na massa".
De acordo com Freud, só restavam como próprias de Le Bon duas noções: o inconsciente e a comparação da multidão com a vida anímica dos primitivos – mas mesmo em relação a estas duas noções, Freud afirma, algumas páginas depois, que não são completamente originais.

a personalidade consciente, predomina a personalidade inconsciente[6]. Se a capacidade intelectual da massa está abaixo da do indivíduo isolado, a sua conduta ética tanto pode estar bastante abaixo como bastante acima. Se a multidão é capaz de "assassinato, incêndio e de todos os tipos de crime" (Le Bon, 1905, p. 36), é também capaz de atos de dedicação e sacrifício muito mais elevados do que o indivíduo isolado. Ao contrário do indivíduo, na multidão o interesse pessoal raramente é um móbil poderoso. É nesse sentido que Le Bon fala na moralização do indivíduo pela multidão.

As multidões conhecem apenas os sentimentos simples e exagerados. As opiniões, ideias e crenças que lhes são sugeridas são aceites ou rejeitadas em bloco e consideradas como verdades ou erros absolutos. Segundo Le Bon, isto é inevitável quando as crenças, em vez de serem engendradas por via da razão, são determinadas por via da sugestão. Um indivíduo isolado pode suportar a contradição e a discussão; a multidão, nunca.

As ideias só se tornam acessíveis às multidões sob a forma de imagens e podem ser divididas em dois grandes grupos. Por um lado, existem as ideias acidentais e passageiras, criadas pela influência do momento: a paixão por um indivíduo ou por uma doutrina, por exemplo. Por outro lado, existem as ideias fundamentais, munidas de uma maior estabilidade: as crenças religiosas, no passado; as ideias democráticas e sociais, na idade moderna (Le Bon, 1905, p.39). A partir do momento que as ideias sofrem as transformações necessárias para se tornarem acessíveis às multidões, penetram o inconsciente e transformam-se num sentimento, o qual é, por natureza, mais estável e duradouro. É necessário tempo para as ideias se estabelecerem na alma da multidão, mas, uma vez estabelecidas, não é fácil removê-las.

Como as multidões são incapazes de reflexão ou raciocínio, deixam-se impressionar sempre pelo lado "maravilhoso" e "lendário" dos acontecimentos.

6. Numa nota de rodapé, Freud esclarece que o conceito de inconsciente de Le Bon não coincide inteiramente com aquele usado na psicanálise. O inconsciente de Le Bon contém antes de tudo os traços mais profundos da alma da raça; além disso, não se encontra em Le Bon o conceito de "reprimido inconsciente" (Freud, 1921/2011, p. 90).

O irreal predomina sempre sobre o real. As multidões só conseguem pensar através de imagens e só se deixam impressionar por imagens. As imagens são os seus móbiles da ação. É pela imaginação que se pode provocar as multidões (Le Bon, 1905, pp. 40-43). A incapacidade de raciocinar das multidões impede-as de ter qualquer espírito crítico, ou seja, são incapazes de discernir a verdade do erro e de proceder a um julgamento rigoroso sobre que assunto seja. Os "raciocínios inferiores" das multidões baseiam-se numa associação de diferentes objetos, sem relações aparentes entre eles; são feitas generalizações imediatas a partir de casos particulares. E é este o tipo de raciocínio que lhes é apresentado por aqueles que as sabem manipular.

A multidão nunca dispensa um chefe, um condutor[7] (*meneur*). A multidão tende a aproximar-se facilmente àquele que a impressiona com palavras e imagens. Para manejar habilmente as multidões, o líder deve penetrar, pelo menos de uma forma inconsciente, na psicologia das multidões[8]. Deve, sobretudo, conhecer muito bem a influência das palavras, fórmulas e imagens. Deve possuir uma eloquência especial, composta por afirmações enérgicas, clareza, imagens impressionantes, enquadradas por raciocínios sumários. O uso de termos marcantes é essencial. É preciso escolher palavras e fórmulas que evoquem imagens muito vivas. Ser instruído e inteligente não ajuda a oratória. Pelo contrário, é mais nocivo do que benéfico. Mostrar a complexidade das coisas, explicando e compreendendo, amaciam a intensidade das convicções necessárias aos apóstolos (Le Bon, 1905, pp. 116-118).

Segundo Le Bon, grande parte dos homens não consegue elevar-se acima das multidões. Daí a facilidade com que certas opiniões se propagam e generalizam: a maior parte dos homens é incapaz de formar uma opinião baseada no seu próprio raciocínio.

Para fazer penetrar ideias e crenças (por exemplo, as teorias sociais modernas) no espírito das multidões, os condutores não necessitam de medir

7. Le Bon acredita que os seres vivos, seja um rebanho de animais ou um agrupamento de homens, se submetem instintivamente à autoridade de um chefe.
8. Le Bon discute os diferentes tipos de líder e os meios pelos quais eles atuam sobre a multidão. No essencial, entende que os líderes adquirem importância pelas ideias de que eles mesmos são fanáticos. O líder deve possuir uma vontade forte, imponente, que a multidão, sem vontade, aceita.

logicamente os argumentos; ao invés, têm de recorrer a três procedimentos: afirmação, repetição e contágio. A estas ideias e crenças (propagadas pela afirmação, repetição e contágio), bem como aos líderes, Le Bon atribui um poder misterioso e irresistível, que ele designa por "prestígio". O prestígio é uma espécie de dominação exercida por um indivíduo, uma obra ou ideia sobre o espírito[9]. Esta dominação paralisa todas as faculdades críticas e enche a alma de fascínio e respeito. O prestígio é o mais poderoso recurso da dominação. Impede de ver as coisas tal como elas são e paralisa a capacidade de julgar. Os indivíduos às vezes, e as multidões sempre, precisam de opiniões feitas. O sucesso dessas opiniões não depende da verdade ou do erro que contenham, depende unicamente do prestígio.

Quando as opiniões não surgem ligadas a nenhuma crença geral e aos sentimentos da raça, estão fatalmente condenadas a uma duração efémera. Neste caso, as opiniões ficam à mercê de todos os acasos ou às menores mudanças do meio. Formadas por sugestão e contágio, são sempre fugazes. O conjunto de opiniões móveis e flutuantes das multidões é maior do que alguma vez havia sido no passado. De acordo com Le Bon, esta instabilidade opinativa deve-se a três razões fundamentais. Primeira, o império das antigas crenças enfraqueceu, e já não consegue como outrora agir sobre as opiniões passageiras, dando-lhes uma orientação. O apagamento das crenças gerais deixou espaço a uma cornucópia de opiniões sem passado, nem futuro. A segunda razão é que à medida que o poder das multidões se torna mais forte, os seus possíveis contrapoderes se tornam cada vez mais fracos. A extrema volatilidade das ideias, típica das multidões, pode agora manifestar-se livremente. A terceira razão tem a ver com a difusão (recente, na altura) da imprensa, que exibe sob os olhos das multidões todo o tipo de opiniões, as quais acabam, em grande parte, por se anular umas às outras.

9. Le Bon distingue o prestígio adquirido ou artificial do prestígio pessoal. O primeiro é dado às pessoas pelo nome, a riqueza, a reputação; e é conferido às ideias, conceções, obras de arte, etc. pela tradição. O prestígio pessoal, por seu lado, está reduzido a um pequeno número de pessoas, e é sem dúvida o mais importante para Le Bon. É através deste tipo de prestígio que algumas pessoas se tornam líderes, levando a que todos lhes obedeçam, como sob o efeito de um encanto magnético (Freud, 1921/2011, p.22). Mas todo o prestígio depende também do sucesso e é perdido com o fracasso.

Como resultado, as opiniões morrem antes de terem a possibilidade de se difundirem o suficiente para se tornarem gerais.

Das causas acima referidas resulta um fenómeno novo na história do mundo: a impotência dos governos em dirigir a opinião. Segundo Le Bon, antes (e "antes" não havia sido há muito tempo), os verdadeiros reguladores da opinião eram a ação dos governos e a influência de um número restrito de jornais e escritores. Os escritores perderam toda a influência e os jornais limitam-se a refletir a opinião das multidões. Quanto aos homens de Estado, longe de dirigirem a multidão, procuram apenas segui-la. A opinião das multidões tende, portanto, a tornar-se o barómetro supremo da política. Os impulsos das multidões móveis, alheias à razão, tornaram-se o principal guia da política.

A imprensa possui um poder considerável, mas apenas na medida em que é o reflexo das incessantes variações das opiniões das multidões. Além disso, a concorrência do mercado pressiona ainda mais os jornais a cederem à volatilidade das multidões. Reduzida a simples agência de informação, a imprensa renunciou a impor qualquer ideia ou doutrina. Passados 120 anos após a publicação da *Psychologie des foules*, escreveu Miguel Sousa Tavares no *Expresso*:

> Porque não há nada que a imprensa mais tema, hoje em dia, do que estar desatenta ao que chama os movimentos "virais" nas redes sociais: onde estiver o vírus está a audiência. Temos assim uma curiosa e perversa inversão do contrato entre o jornalista e o público: não é o jornalista que determina o que é notícia, é o público. (Tavares, 2015, 23 de maio, p. 7)

Le Bon não se surpreenderia com certeza com as palavras acima citadas. Vasco Pulido Valente traça um paralelismo entre os gostos atuais do público e o conteúdo das notícias dos séculos XVIIII e XIX:

> o público parece que gosta: um gosto que vem da literatura popular do século XVIII e do inevitável "folhetim" dos jornais do século XIX. Olhando para a televisão, não melhorámos muito no nosso gosto pelo melodrama e pela história crapulosa do dia. (Valente, 2015, 22 de maio, p. 52)

A ausência total de uma direção da opinião e, ao mesmo tempo, a dissolução das crenças gerais tiveram como resultado um desmoronamento completo de todas as convicções e a indiferença crescente das multidões por tudo o que não diga diretamente respeito aos seus interesses imediatos. Devido aos métodos de discussão e análise, todas as opiniões perdem o seu prestígio.

Le Bon considera que a instrução e educação podem melhorar ou, pelo menos, alterar a alma das multidões. Descrevendo as características do sistema de ensino francês (que designa de latino, por contraponto ao anglo-saxónico), não vê, todavia, nenhum motivo para alimentar qualquer esperança nesse sentido. Um sistema que se baseia em decorar os manuais, que não treina a interpretação e o espírito crítico, só pode gerar descontentes e espíritos prontos a obedecer.

Le Bon vê neste desmoronamento geral das opiniões um sintoma evidente de decadência da civilização[10]. Todavia, esta mobilidade enorme das opiniões das multidões tem uma vantagem. Dado o poder crescente das multidões, se

10. Em 2004, Michael Hardt e António Negri publicaram *Multitude: war and democracy in the age of empire*. À semelhança de Le Bon, consideram a ascensão das multidões um dos elementos fundamentais da sociedade moderna. Ao contrário de Le Bon, veem com esperança e otimismo a ascensão das multidões à vida política. A multidão ou multitude da era das redes é composta por um grande número de pessoas separadas fisicamente, mas com interesses e ações comuns. No fundo, esta multitude aproxima-se, de certa forma, daquele tipo de multidão descrito por Le Bon que, sob o efeito de emoções violentas, pode corresponder a uma população inteira – à semelhança, por exemplo, do inglês que distingue *crowd* de *multitude* (Hardt & Negri, 2004), alguns autores portugueses também utilizam essa distinção, caracterizando-se a multitude, em comparação com a multidão, por uma maior distância física entre as pessoas (ver, por exemplo, Torres, 2014). Hardt e Negri (2004) acreditam que este tipo de multidão pode mesmo gerar uma democracia a nível global. A multitude da era digital dispensa líderes, funciona sem hierarquias ou chefias. Na era das redes, alguns autores consideram que a multidão ou alguns tipos de multidão passaram a poder dispensar o líder (e.g., Hardt & Negri, 2004), ou, pelo menos, o líder já não é necessariamente um indivíduo, pode ser "um conjunto de indivíduos (...) pode ser a música numa festa ou concerto; pode ser o programa de televisão e os seus apresentadores (...) O líder pode ser a centralidade do evento, como se verifica na cerimónia religiosa" (Torres, 2014, p. 352). Como na multidão de Le Bon, existe uma espécie de alma coletiva. Mas em Hardt e Negri, as singularidades da multitude não se apagam, não se anulam; põem-se em contacto umas com as outras, num sistema em rede, produzindo o comum e transformando-se umas às outras. Nalguns aspetos, a multitude da era digital parece aproximar-se do público ideal que descrevemos no capítulo 1. Todavia, Hardt e Negri (2004, p. 264) classificam esse conceito de público como utópico, porquanto o poder das multitudes é dramaticamente assimétrico em relação àqueles que dominam hoje a ordem global hoje.

se estabelecesse uma crença geral, ela seria de tal forma tirânica que todos teriam que se lhe curvar e a liberdade de expressão ficaria comprometida por muito tempo (Le Bon, 1905, p. 92).

Le Bon considera que todas as objeções teóricas à soberania das multidões, por mais excelentes que sejam, perdem toda a sua força se tivermos em conta o poder invencível das ideias transformadas em dogmas. E o dogma da "soberania das multidões" tem um poder tão absoluto como outrora teve o dogma religioso na Idade Média. É inútil combatê-lo.

2.1.2 Multidões e cristais

Viena, 17 de julho de 1927. Trabalhadores mais radicais insurgem-se contra os seus próprios dirigentes social-democratas[11]. Marcham sobre o Palácio da Justiça e incendeiam-no. O jovem Elias Canetti, então com 22 anos, está presente e dissolve-se na multidão. Esta imersão confirma a sua decisão de analisar "a estrutura interna, as energias exponenciais e a aura contagiante das massas" (Steiner, 2017, p. 271)[12]. *Massas e poder*, uma obra fragmentária e inacabada, só apareceria nos anos 60. Mas o mergulho no sentimento de massa naquele violento dia de verão não mais abandonaria as preocupações de Canetti; a dissolução do indivíduo na massa permaneceria como o "enigma dos enigmas" (Steiner, 2017, p. 274).

Canetti (1960/2014) considera que o receio de contacto é comum a todos os homens. É através da massa[13] que os indivíduos se podem libertar desse receio. A massa só existe propriamente após a "descarga". A descarga é o momento em que todos aqueles que fazem parte da massa "se libertam das suas diferenças e se sentem como iguais" (Canetti, 1960/2014, p. 17). E é "por causa deste momento feliz, em que ninguém é mais, em que ninguém é melhor que o outro, que os homens se tornam massa" (Canetti, 1960/2014, p.

11. Os trabalhadores estavam enfurecidos por um escândalo judicial recente, no qual os assassinos de vários trabalhadores haviam sido absolvidos (Steiner, 2017).
12. O fogo faria parte das suas apropriações metafóricas (Steiner, 2017).
13. Como referimos antes, trata-se na realidade de "multidão" e não de "massa". Todavia, dado que a tradução portuguesa optou pelo termo massa, optámos por mantê-lo de forma a não gerar confusão com alguns dos excertos que retirámos de *Massa e poder* de Canetti.

17). A descarga consuma-se na destruição. A massa pode, por consequência, ser destrutiva. A principal explicação da destruição é a possibilidade de um exercício de liberdade. Integrado na massa, o indivíduo sente-se aliviado dos fardos das distâncias (em relação aos outros, que ele próprio criou, mas de que não consegue libertar-se sozinho). Ou seja, o homem sente-se livre, e a sua liberdade traduz-se na transgressão dos limites.

Canetti destaca quatro propriedades fundamentais da massa. Primeira, é próprio da massa querer crescer ilimitadamente. Pode surgir em toda a parte e onde quer que surja, geralmente de forma súbita e brusca, alastra com vigor. Ao seu contágio poucos podem resistir. Segunda, a igualdade reina no seio da massa e é por causa desta igualdade que se passa a ser massa. Terceira, a massa gosta de densidade (proximidade física) e é no momento da descarga que tem a sensação da máxima densidade. Quarta, a massa precisa de uma direção. A direção, que é comum a todos os participantes, reforça o sentimento de igualdade. A massa existe enquanto tiver um objetivo não alcançado. Procura para si um inimigo. Apaga-se tão repentinamente como aparece e muitas vezes de modo igualmente inexplicável.

Canetti investigou as massas na história[14] e concluiu que a massa é igual em toda a parte[15], independentemente das épocas, civilizações, línguas e tipos

14. *A Psicologia das massas e a análise do Eu* de Freud, publicada em 1921, e acima referida, repeliu Canetti desde o primeiro momento (Steiner, 2017). Essa repulsa nunca o abandonaria. Canneti fazia parte de uma pequena constelação de autores (Karl Kraus, Wittgenstein, Heidegger) que rejeitaram Freud e a construção psicanalítica como "uma mitologia artificiosa e anti-histórica, cujo método é, no melhor dos casos, de ordem estética e cuja base material de demonstração – os sonhos, os atos de linguagem, estilos de atitudes de uma população de raiz judaica na Europa Central *fin-de-siécle*, primordialmente feminina e da classe burguesa – é quase absurdamente limitada" (Steiner, 2017, p. 272).

15. Segundo Canetti (1960/2014), é da "matilha" que se tem de partir para investigar as origens do comportamento das massas. Ao contrário da massa, a matilha não pode crescer. Regra geral, é um grupo constituído por 10 a 20 elementos. Das quatro propriedades fundamentais da massa, crescimento, densidade, igualdade e direção, apenas as duas últimas estão presentes na matilha: a "primeira coisa que se nota na matilha é a firmeza da sua direcção. A igualdade, porém, manifesta-se no facto de todos estarem possuídos pelo mesmo objectivo: por exemplo, a visão de um animal que querem abater" (Canetti, 1960/2014, p.112). A matilha apresenta-se, desde sempre, com quatro formas ou funções diferentes: a matilha de caça (é a mais natural e autêntica); a matilha de guerra (está muito associada com a matilha da caça); a matilha da lamentação (por exemplo, "religiões de lamentação", como o catolicismo ou os xiitas partilham muitas das suas características); a matilha da multiplicação (não está satisfeita com a sua dimensão, e esta é uma das características fundamentais da massa moderna, ainda que as matilhas não possam crescer de maneira nenhuma).
As quatro formas básicas de matilha podem ser agrupadas em vários tipos. É ainda possível distinguir entre matilhas exteriores (movem-se em direção a um objetivo que se encontra no exterior) e interiores. As matilhas de caça e guerra são matilhas exteriores. As matilhas de lamentação e multiplicação são matilhas interiores. Um outro tipo de classificação é a distinção entre matilhas silenciosas e ruidosas.

de educação. A massa aberta é a massa natural. A massa aberta pode crescer indefinidamente e, por isso, tem necessariamente de se desagregar. Por seu turno, a massa fechada tem principalmente em vista a sua duração. O que na massa fechada se nota em primeiro lugar é um limite. O crescimento exponencial das cidades propiciou um transbordar das massas, que levou a uma transição de massas fechadas para massas abertas[16].

Além das massas abertas e fechadas, Canetti traça também distinções entre massas lentas e rápidas, entre massas visíveis e invisíveis (os mortos). A travessia do deserto de Moisés (que durou 40 anos) ou a peregrinação anual a Meca dos muçulmanos são exemplos de massas lentas. O carácter anónimo é constitutivo das massas lentas. As massas rápidas constituem uma parte importante da nossa vida moderna e podem ser políticas, desportivas, belicosas. Às massas lentas não é permitida a descarga. E esta é a sua característica mais importante e a que as distingue das massas rápidas.

Todavia, "o facto de a massa ser aberta ou fechada, lenta ou rápida, invisível ou visível, pouco revela sobre o que a massa sente, sobre o seu conteúdo" (Canetti, 1960/2014, p. 54)**.** As massas transbordam de vários tipos de emoções. Em termos da emoção principal, Canetti identifica cinco tipos de massa. As mais antigas são a massa de arruaça (ou de acosso) e a massa da fuga. Ocorrem entre os animais tal como na espécie humana. Além destas, há as que são especificamente humanas: as massas da proibição, as massas da inversão e as massas da festa. A massa da proibição é uma massa de resistência - o exemplo típico é a greve. As revoluções são talvez o melhor exemplo de massas de inversão. A massa de inversão é um processo que abrange a sociedade inteira e no qual cada indivíduo tenta livrar-se dos seus "espinhos" (consequência duma longa submissão à dominação) e "cada um tem muitos espinhos atravessados" (Canetti, 1960/2014, p. 67). Em relação às massas da festa ou massas festivas, o indivíduo procura o relaxa-

Cada "um dos tipos fundamentais de matilha existe desde o princípio e em todo o lado onde haja seres humanos. Assim, também são sempre possíveis todas as mudanças de uma matilha para outra" (Canetti, 1960/2014, p. 145).
16. Canetti (1960/2014) designa por "evasão" essa evolução das massas fechadas para as massas abertas.

mento e não a descarga, a "festa é o objectivo, e já está alcançado" (Canetti, 1960/2014, p. 72).

A existência de uma massa dupla é a melhor garantia – por vezes, é a única garantia - de uma massa durar e de não se desagregar rapidamente. Canetti dá vários exemplos: homens e mulheres, vivos e mortos, amigos e inimigos (guerra). A guerra é o caso clássico. Cada participante numa guerra pertence "sempre a duas massas ao mesmo tempo: para a sua própria gente, ele faz parte do número de guerreiros vivos; para o adversário, do número dos potenciais e desejáveis mortos" (Canetti, 1960/2014, p. 83).

São os cristais de massa que desencadeiam as massas. É assim que Canetti (1960/2011) denomina os "pequenos grupos rígidos de pessoas, firmemente delimitados e de grande estabilidade" (p. 86). Os cristais contrastam com os fenómenos agitados, imprevisíveis, súbitos que caracterizam as massas. Monges e soldados são exemplos de cristais de massa. O cristal de massa nunca é completamente absorvido pela massa. Qualquer que seja o tipo de massa a que dê origem, mantém sempre as suas peculiaridades. A massa tende a desagregar-se - muitas vezes, rapidamente -, mas o cristal mantém-se junto ou volta rapidamente a juntar-se[17].

2.2. O poder das massas

> A estranheza de tal situação lembra a de uma sessão espírita na qual determinado número de pessoas, reunidas em torno de uma mesa, vissem subitamente, por algum truque mágico, desaparecer a mesa entre elas, de modo que duas pessoas sentadas em frente uma à outra já não estariam separadas mas tampouco teriam qualquer relação tangível entre si.
>
> Arendt (1958/2001, p. 67)

17. A massa fechada distingue-se do cristal não só pelo seu maior volume, mas também por ter um sentimento mais espontâneo de si própria e não poder permitir-se uma distribuição rigorosa de funções. Em comum com o cristal tem a limitação e repetição regular (rituais da igreja, por exemplo).

Em *A condição humana*, Hannah Arendt (1906-1975) sublinha o carácter incómodo da sociedade de massas e a sensação de estranheza que esta desperta. Para a autora, o número de pessoas envolvidas não é a explicação principal para esse mal-estar. O motivo fundamental é o facto de ter desaparecido entre as pessoas o "mundo" que as mantinha juntas e as relacionava umas com as outras – esse mundo, como veremos no capítulo 3, era o espaço público. Esta ideia de mal-estar, de estranheza ou incómodo atravessa grande parte dos autores que escreveram sobre as massas. As multidões rebeldes e perigosas descritas por Le Bon dão lugar às massas conformistas, dispersas e desintegradas. Em *Apocalípticos e integrados*, publicado em 1965, Umberto Eco (1932-2016) atribui aos "apocalíticos" a autoria de conceitos como massas, sociedade de massas, cultura de massas – os "integrados" não sentem necessidade de teorizar, argumenta Eco. Como a própria classificação de Eco sugere, os apocalípticos produzem quase sempre teorizações catastrofistas ou apocalípticas sobre a civilização de massas, que é a civilização onde vivemos, segundo o autor italiano.

Entre os apocalípticos, para mantermos a classificação de Eco, há, como é evidente, diferenças: uma delas, como veremos de seguida com mais detalhe, é a sua visão sobre o poder das massas. Uns sublinham a crescente (e preocupante) fraqueza dos governos perante as massas; outros, ao invés, sublinham a fraqueza das massas - ou de um público a transformar-se em massa - perante os círculos do poder. Ortega y Gasset (1883-1955) e C. W. Mills (1916-1962) representam, respetivamente, cada uma destas posições.

Herbert Blumer (1900-1987) não é catalogável como "apocalítico". Todavia, não ignora os riscos de uma sociedade feita de massificação, diversidade e constante mudança. Mas Blumer vê a possibilidade de um processo de compromissos em construção (*working compromisses*) no seio da sociedade de massas.

2.2.1 Um ataque ao homem-massa

> Há um facto que, para bem ou para mal, é o mais importante na vida pública europeia da hora presente. Este facto é o advento das massas ao pleno poderio social.
> Gasset (1930/1989, p. 39)

Em 1930, Ortega y Gasset publicou o seu livro mais famoso: *A rebelião das massas*. A ditadura de Primo Rivera caminhava para o fim; a Segunda República em Espanha chegaria um ano depois. A publicação do livro coincidiu com o início de uma época de grande politização, o que terá toldado a luz a que foi lido e interpretado por muitos. Sete anos depois, num "Prólogo para franceses", Gasset (1930/1989) sublinha que "Nem este volume nem eu somos políticos. O assunto de que se fala aqui é prévio à política e pertence ao seu subsolo" (p. 25). O objetivo do filósofo espanhol era fazer um diagnóstico do "nosso tempo", da "vida atual". Para Gasset, o facto característico, o mais importante, da vida europeia é o advento das massas. A "era das multidões" descrita por Le Bon estaria a ser substituída por uma "era das massas".

Segundo Gasset, a sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. Ao invés, a massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. O homem seleto, ou da minoria, não é o petulante que se julga superior aos outros, é aquele que exige mais de si mesmo. A massa é o homem médio, que não se diferencia dos outros homens. Em rigor, a massa não exige que os indivíduos surjam aglomerados. Ao contrário da multidão, que se definia pela quantidade e pelos aspetos ou efeitos visuais, a massa ou "multidão social" é essencialmente um facto psicológico: "massa é todo aquele que não se avalia a si mesmo – como bem ou como mal – por razões especiais, mas que se sente «como toda a gente» e, no entanto, não fica angustiado, sente-se à vontade ao sentir-se idêntico aos outros" (Gasset, 1930/1989, p. 42). Não se trata, por conseguinte, de classes sociais, nem sequer de grupos sociais permanentes, mas sim de classes de homens:

> Por «massa» (...) não se entende em especial o operário; não designa aqui uma classe social, mas uma classe ou modo de ser homem que se dá hoje em todas as classes sociais, que, por isso mesmo, representa o nosso tempo, no qual predomina e impera. (Gasset, 1930/1989, p. 111)

Estar dentro ou fora da massa é também uma questão de funções. Todos os homens pertencem, em princípio, à massa na medida em que não são especialmente qualificados. Todavia, emergem da massa quando têm uma competência ou qualificação pertinente para exercer uma função minoritária; fora dessa função, reintegram a massa.

O triunfo das massas deveu-se a fatores internos (europeus). Foi o século XIX que trouxe à luz as massas. A democracia liberal e a técnica[18] levaram a que a população europeia quase triplicasse em apenas um século: passou de 180 para 460 milhões entre 1800 e 1914 (Gasset, 1930/1989, p. 68). E, no entender de Gasset - e de vários autores, como, por exemplo, Hannah Arendt -, os grandes números inerentes à sociedade moderna, nomeadamente as suas cidades cada vez mais populosas, tinham consequências sociais. O século XIX foi essencialmente revolucionário ao colocar o homem médio – a grande massa social – em condições de vida radicalmente opostas às que sempre haviam existido. As possibilidades do homem aumentaram drasticamente, em termos de ordem intelectual (mais dados e informação, mais problemas, mais ciências), em termos de ofícios e em termos de diversões, especialmente nas cidades.

O facto de as massas assumirem atividades próprias das minorias é uma tendência geral. As inovações políticas traduzem o império político das massas. Gasset (1930/1989) fala mesmo em "hiperdemocracia", porque duvida que tivesse havido outra época em que a "multidão tenha chegado a governar tão directamente como no nosso tempo" (p. 44). O nivelamento é um sinal dos tempos: "nivelam-se as fortunas, nivela-se a cultura entre as dife-

18. A democracia liberal e a técnica não são uma invenção do século XIX, mas foram implantadas e extraordinariamente desenvolvidas nesse século. A técnica é uma síntese de outros dois fatores: experimentação científica e industrialismo (Gasset, 1930/1989, p. 72).

rentes classes sociais, nivelam-se os sexos. Ora bem: também se nivelam os continentes" (Gasset, 1930/1989, p. 51).

A este "homem-novo" do século XX, embora produzido pelo século XIX, Gasset designou por "homem-massa". Ao longo do livro, não poupa nos sarcasmos e "ditérios sobre esta figura de ser humano" (Gasset, 1930/1989, p. 102). O homem-massa é um "rebelde primitivo", um "bárbaro", um "menino mimado", um "menino satisfeito"[19]. Antes de prosseguirmos na dissecação do homem-massa, convém sublinhar que "massa" e "homem-massa" não são equivalentes. A massa é um ingrediente essencial da sociedade; o homem-massa é uma doença dos tempos, que às vezes assola as sociedades, mas não é uma fatalidade e, por isso, deve ser combatido. Aliás, Gasset (1930/1989) considera que o seu livro é "um primeiro ensaio de ataque a esse homem triunfante, e o anúncio de que uns quantos europeus se vão virar energicamente contra a sua pretensão de tirania" (p. 103).

Nunca a massa havia sido tão forte, mas, ao contrário da tradicional, está "encerrada hermeticamente em si mesma, incapaz de atender a nada nem a ninguém, julgando que se basta a si mesma – em suma: indócil" (Gasset, 1930/1989, p. 80). O século XIX depois de ter introduzido no homem-massa enormes apetites e, ao mesmo tempo, lhe ter proporcionado os meios necessários para os satisfazer – económicos, corporais (higiene, saúde média superior a todos os tempos), civis, técnicos – deixou-o abandonado a si mesmo e o homem médio, seguindo a sua índole natural, fechou-se dentro de si.

Por causa da sua indocilidade e rebeldia, o homem-massa, muito satisfeito consigo próprio, é incapaz de se deixar governar. O problema é que as massas necessitam de ser dirigidas, influenciadas, representadas, organizadas. Necessitam, para o efeito, de uma instância superior, constituída pelas minorias excelentes. A recusa em seguir as minorias excelentes, sem as

19. Todos estes epítetos atribuídos por Gasset ao homem-massa resultam, em primeiro lugar, da desproporção entre o proveito que o homem médio recebe da civilização e a gratidão que lhe dedica. O homem médio ao deparar-se com uma civilização tão perfeita parece acreditar que esta foi produzida pela natureza, e não pensa nunca nos "esforços geniais dos indivíduos excelentes que a sua criação pressupõe" e percebe menos ainda que "todas estas facilidades continuam a apoiar-se em determinadas virtudes difíceis dos homens, cuja mínima falha volatilizaria rapidissimamente a magnífica construção" (Gasset, 1930/1989, p. 74).

quais a "humanidade não existiria" (Gasset, 1930/1989, p. 116), equivale a uma revolta das massas contra o seu próprio destino. Esta rebeldia política é grave na medida em que resulta de uma indocilidade intelectual e moral mais profunda. Como vimos acima, o homem médio fechou-se dentro de si mesmo. A rebelião das massas é precisamente a obliteração ou fechamento das "almas médias".

Antes do advento do homem-massa, havia no homem médio uma consciência inata da sua limitação e, em consequência, nunca tivera ilusões sobre "ter «ideias» sobre as coisas" (Gasset, 1930/1989, p. 83). Quando muito, tinha crenças, tradições, experiências, provérbios, hábitos mentais, mas não se imaginava na posse de opiniões teóricas sobre o que as coisas são ou devem ser – por exemplo, sobre a política ou sobre a literatura. Avaliava, bem ou mal, os projetos e as ações dos políticos; apoiava ou retirava-lhes o seu apoio, mas a sua atitude limitava-se a "repercutir, positiva o negativamente, a acção criadora de outros" (Gasset, 1930/1989, p. 83). Ao invés, o homem-massa, munido de ideias-feitas, lugares-comuns, preconceitos, palavras vazias que o acaso amontoou no seu interior, tem opiniões taxativas sobre tudo. Pior: com uma audácia, que "só se explica pela ingenuidade" (Gasset, 1930/1989, p. 83), não se abstém de tentar impor as suas opiniões sobre todas as questões da opinião pública. Isto não significa que o homem-massa seja um "estúpido". Pelo contrário, "o actual é mais esperto, tem mais capacidade intelectiva que o de qualquer outra época" (Gasset, 1930/1989, p. 83). Todavia, esta capacidade não lhe serve de nada e a "vaga sensação de possuí-la serve-lhe só para encerrar-se mais em si mesmo e não usá-la" (Gasset, 1930/1989, p. 83).

Ter ideias e opiniões implica querer a verdade e aceitar as regras do jogo que a verdade impuser. Não há ideias ou opiniões sem uma "serie de normas que cabe apelar na discussão" (Gasset, 1930/1989, p. 124). No "império da vulgaridade", o homem-massa, cego, surdo e incapaz de se submeter a instâncias superiores, arrasta a civilização para a barbárie no sentido literal do termo: ausência de normas e de possibilidade de recurso, de apelação. O homem-massa não suporta o diálogo e a discussão "e detesta-se qualquer

formas de convivência que implique por si mesma acatamento de normas objectivas, desde a conversa no parlamento, passando pela ciência" (Gasset, 1930/1989, p. 85).

Este hermetismo da alma leva a massa a intervir em toda a vida pública (e a política é apenas uma das dimensões da vida pública, que é também intelectual, moral, económica, religiosa) e leva inexoravelmente a um único procedimento de intervenção: a ação direta, ou seja, a violência[20]. Se a civilização não é outra coisa que a tentativa de reduzir a força à *ultima ratio*, a ação direta é o oposto e consiste em inverter a "ordem e proclamar a violência como *prima ratio*; rigorosamente, como única razão" (Gasset, 1930/1989, p. 86). Gasset (1930/1989) considera a democracia liberal a "suprema generosidade: é o direito que a maioria outorga às minorias e é, portanto, o grito mais nobre que soou no planeta" (p. 87). Todavia, este "grito nobre", este respeito e tolerância em relação às minorias, é antinatural. E é do Estado (que não para de se expandir) que pode vir o maior dos perigos[21], uma vez que as massas o podem utilizar para esmagar as minorias.

Um dos temas principais do livro é a barbárie do especialismo. E talvez esta seja uma das maiores originalidades de Gasset, que o distingue dos outros apocalípticos. Ao contrário, por exemplo, de Walter Lippmann (que retomaremos no capítulo 4), Gasset não vê nos especialistas uma força potencialmente benigna. A questão essencial para Gasset também não é o facto de os especialistas poderem estar ao serviço de interesses pessoais ou de grupos – como vimos no capítulo 1, era essa a crítica de Dewey, ou, como veremos de seguida, a de C. W. Mills. O que realmente incomodava Gasset era a mediocridade enfatuada dos especialistas.

O progresso da ciência levou, a partir de finais do século XIX, à sua mecanização e especialização[22], o que permite que homens médios possam fazer

20. A questão da violência é talvez um dos maiores erros de previsão de Gasset, que achava que esta tinha atingido na época o seu máximo e que tenderia a diminuir. Seis anos após a publicação da obra começaria a guerra civil espanhola e nove anos depois a II Guerra Mundial.
21. O capítulo XIII de *A rebelião das massas* intitula-se precisamente "O maior perigo, o Estado".
22. Segundo Gasset, a prazo, esta tendência levará ao prejuízo e à estagnação da própria ciência, que, para progredir, precisa de unificações e sínteses, só ao alcance de um saber enciclopédico.

uma carreira brilhante dentro da sua pequena parcela de saber - que, geralmente, corresponde a um nicho dentro de cada ciência. Por outras palavras, é a própria ciência – raiz da civilização moderna - que converte automaticamente o cientista no protótipo do homem-massa, ou seja, faz dele "um primitivo, um bárbaro moderno" (Gasset, 1930/1989, p.111). O especialista domina a sua pequena parcela de saber, mas ignora tudo o resto. Todavia, fora do seu nicho de saber, o especialista comporta-se com uma enorme petulância. Tem posições enérgicas e taxativas sobre tudo o que desconhece e não reconhece a sua ignorância, mesmo perante os especialistas das outras áreas – o que não deixa de ser irónico e paradoxal, como sublinha Gasset. Ao especializá-lo, a civilização tornou-o hermético e satisfeito dentro da sua própria limitação. Mas esta mesma sensação íntima de domínio e de valia, a sensação de que é um "homem que sabe" (e, de facto, sabe dentro da sua especialidade) leva-o a querer predominar fora da sua pequena parcela de saber. Daqui resulta algo paradoxal e que transforma o especialista numa nova "configuração humana ímpar em toda a história" (Gasset, 1930/1989, p. 113). Este homem, que representa o máximo do homem qualificado, e, portanto, é o oposto do homem-massa, comporta-se como homem-massa em quase todas as outras esferas da vida:

> Quem quiser pode observar a estupidez com que os «homens de ciência» pensam, julgam e actuam hoje em política, em arte, em religião e nos problemas gerais da vida e do mundo e, é claro, após eles, médicos, engenheiros, financeiros, professores, etc. (Gasset, 1930/1989, p. 114)

A incapacidade de ouvir e de se submeter a instâncias superiores, características constitutivas do homem-massa, atingem o seu expoente máximo com estes homens "parcialmente qualificados" (Gasset, 1930/1989, p. 114). No fundo, os especialistas "simbolizam, e em grande parte constituem, o imperio actual das massas, e a sua barbárie é causa mais imediata da desmoralização europeia" (Gasset, 1930/1989, p. 114).

2.2.2 Massas impotentes

No seu *The power elite*, publicado em 1956, C. W. Mills pretende analisar os círculos do poder nos Estados Unidos, que designou como "a elite do poder". Mills (1956/2000) refere-se aos "círculos politicos, económicos e militares que, como um complexo de cliques interligadas, partilham decisões de consequências pelo menos nacionais" (p. 18). São os membros da elite do poder quem toma as decisões sobre os eventos de dimensão nacional, com consequências que se estendem, pelo menos, a todos os norte-americanos. Em meados dos anos 50 do século passado, nos EUA, predominavam os círculos económicos, políticos e militares[23]. Se o governo, os militares e as corporações moldavam a vida moderna, instituições como as igrejas, as escolas e as famílias limitavam-se a adaptar-se à vida moderna e, por vezes, a subordinar-se à elite do poder.

Mills não trata o conceito de elite do ponto de vista humanista, ou seja, a elite não é constituída por aquelas pessoas que se tentam transcender, independentemente das posições que ocupem na sociedade, que era, como vimos, a visão de Ortega y Gasset. De acordo com Gasset, não importa que os indivíduos sejam ricos ou pobres, que tenham altas posições ou não, que sejam aclamados ou desprezados, são a elite por serem como são. O resto da população é a massa, a qual, segundo o filósofo espanhol, mergulha apaticamente na mediocridade. Mills não partilha esta visão. Para o sociólogo americano, a ideia de uma elite composta de homens e mulheres com um carácter moral mais apurado é uma ideologia da elite na sua condição de camada dominante privilegiada – independentemente dessa ideologia ser produzida pela própria elite ou por outros; como se os bens e privilégios dos membros da elite fossem extensões naturais do seu ser. Para Mills (1956/2000), a elite é simplesmente "o grupo que tem o máximo que se pode ter" (p. 9), o que inclui dinheiro, poder e prestígio, bem como todos os mo-

23. Mills critica a visão marxista que atribui sempre o maior poder às corporações, recusando, por isso, usar a expressão "classe dominante", com as suas conotações marxistas, preferindo, ao invés, a expressão *The power elite*. A composição e o poder efetivo desta elite do poder evoluem com o tempo e as circunstâncias.

dos de vida que estes proporcionam. E os homens poderosos são aqueles capazes de realizar a sua vontade, mesmo quando os outros lhes resistem.

Naquela época particular, uma combinação de circunstâncias históricas havia conduzido ao aparecimento de uma elite do poder[24]. Os homens dos círculos que compõem essa elite, isolada e coletivamente, tomam as decisões-chave[25]. O fato do poder ter sido enormemente ampliado e centralizado nas mãos de pequenos grupos – ou seja, nas mãos da elite do poder - significa que as decisões que esses homens tomam, ou deixam de tomar, têm maiores consequências para um número maior de pessoas do que em qualquer outra época da história da humanidade. E, para Mills, ainda não se havia alcançado o auge dessa ampliação e centralização de poder[26].

Os Estados Unidos nunca haviam sido uma comunidade de públicos na plena aceção dessa expressão, como também ainda não se haviam transformado por completo numa sociedade de massas. A realidade social "é sempre uma combinação das duas" (Mills, 1956/2000, p. 302). De qualquer maneira, o sociólogo americano não tinha dúvidas sobre as tendências da sociedade americana. Esta (e as sociedades modernas, em geral) estava a evoluir para uma sociedade de massas e, em consequência, o público estava a transformar-se em massa.

24. Mills descreve sucintamente (numa nota de rodapé) quatro conceitos de elite, a saber: (1) a elite é definida em termos da posição institucional e da estrutura social que as instituições formam, colocando dentro dessa definição as outras três, e é este tipo que interessa diretamente a Mills; (2) a elite é definida em termos da estatística dos valores escolhidos - é a definição de Vilfredo Pareto, segundo a qual em cada ramo da atividade humana é atribuído um índice a cada indivíduo, o qual representa um sinal da sua capacidade, semelhante às classificações nas várias matérias da escola; por exemplo, o tipo mais elevado de advogado receberá um 10, enquanto o que não conseguiu nenhum cliente receberá um zero. E assim sucessivamente para todas as atividades humanas; (3) a elite é definida em termos da participação de um conjunto de pessoas semelhantes a uma clique; (4) a elite é definida em termos da moralidade de certos tipos de personalidade. Ou "em termos menos elegantes: o que aparentam, o que têm, aquilo a que pertencem, quem realmente são" (Mills, 1956/2000, p. 385).
25. A elite do poder não é constituída por governantes solitários. Conselheiros e consultores, porta-vozes e *opinion-makers* são muitas vezes os "capitães" dos seus pensamentos e decisões superiores. Nos poderes intermédios, abaixo da elite, estão os políticos profissionais dos níveis médios, nomeadamente os congressistas que, nos últimos tempos, haviam perdido poder.
26. O poder da elite varia de época para cada época e depende de cada estrutura social. Assim, "César podia fazer menos com Roma do que Napoleão com a França; Napoleão menos com a França do que Lenine com a Rússia, e Lenine menos com a Rússia do que Hitler com a Alemanha (Mills, 1956/2000, p.23).

Mills enumera quatro dimensões que permitem identificar as diferenças entre público e massa. Primeira, na massa, o número de pessoas que expressam opiniões é muito menor do que o número de pessoas que as recebem; no extremo, há uma comunicação unidirecional: um fala para muitos. Segunda, a possibilidade de responder a uma opinião sem provocar represálias internas ou externas é reduzida - em parte, a redução das possibilidades de resposta livre deve-se às condições técnicas dos meios de comunicação, que impõem uma razão desproporcional de oradores em função de ouvintes. Terceira, os canais pelos quais a opinião é exprimida são organizados e fiscalizados pelas autoridades. Quarta, a massa não tem margem de autonomia real em relação à autoridade instituída. As características do público encontram-se no extremo oposto das da massa, acima referidas[27].

A análise dos modos dominantes de comunicação é o método ou o critério mais fácil e simples para distinguir o público da massa. Assim, numa comunidade de públicos, a discussão é o meio de comunicação fundamental; os *mass media*, quando existem, apenas ampliam e animam a discussão. Por seu turno, numa sociedade de massas, o tipo de comunicação dominante é o meio de comunicação formal; os públicos são reduzidos a simples mercados desses *media.* Aplicando estes critérios, Mills conclui que já se havia avançado muito na direção de uma sociedade de massas.

A partir do século XIX, uma longa corrente de autores viu a ascensão das massas e multidões com grande apreensão, argumentando que a sua influência não parava de crescer. C. W. Mills não via este fenómeno da mesma forma. As massas estavam a crescer? Sem dúvida, mas a angústia do sociólogo americano não estava no crescente poder das massas. Pelo contrário. Na realidade, afirmava Mills, o poder real das massas estava a diminuir. O público estava a transformar-se em massas e as massas, por vezes, quan-

27. Num público, (1) praticamente o mesmo número de pessoas expressa e recebe opiniões. (2) A comunicação pública é organizada de tal modo que há a possibilidade imediata e efetiva de responder a qualquer opinião expressa em público. A opinião formada por essa discussão encontra (3) prontamente uma saída na ação efetiva, mesmo contra - se necessário - o sistema de autoridade predominante. E (4) as instituições de autoridade não penetram no público, que é mais ou menos autónomo nas suas operações. Quando estas condições prevalecem, temos um modelo de uma comunidade de públicos, e esse modelo enquadra-se nas várias suposições da teoria democrática clássica (Mills, 1956/2000, pp. 303-304).

do manipuladas, transformavam-se em multidões. Depois das erupções de violência, e recorrendo à terminologia de Canetti, dá-se a "descarga" e a multidão dispersa-se, submissamente.

As elites, num processo de centralização de poder sem precedentes, têm ao seu dispor instrumentos ímpares de controlo e manipulação das massas. Esses instrumentos não são apenas administrativos, incluem também a educação obrigatória e os meios de comunicação de massas. Mills considerava que as ciências sociais não dispunham ainda dos meios de pesquisa necessários para investigar em profundidade todas as subtilezas da influência dos *media*. Vislumbrava, contudo, razões para suspeitar, por assim dizer, de influências perniciosas. Os *media*, ao contrário das esperanças de alguns autores (Dewey, por exemplo, como referimos no capítulo 1), não ampliam as discussões dos públicos primários[28]. Em vez disso, transformam os públicos primários em mercados ou *targets*, acelerando a evolução para uma sociedade de massas.

Além de aumentarem a desproporção entre o número dos que expressam a opinião e o número dos que a recebem e, concomitantemente, promoverem o declínio das possibilidades de resposta, Mills acrescenta ainda um terceiro "efeito perverso" dos *media*: a iliteracia psicológica (*psychological illiteracy*). A iliteracia psicológica manifesta-se de quatro formas fundamentais. Em primeiro lugar, recorrendo a Walter Lippmann, Mills considera que os indivíduos estão condicionados pelos estereótipos ou quadro mentais - como veremos com mais detalhe no capítulo 4 quando voltarmos a Lippmann. O conhecimento que o indivíduo tem da realidade social é-lhe fornecida pelos *media* e esse conhecimento, mesmo quando resulta de uma experiência pessoal e direta, está organizado em padrões e estereótipos. Em segundo lugar, os indivíduos não comparam os conteúdos dos diferentes *media* e, mesmo que os comparassem, não encontrariam muitas diferenças. A liberdade de colocar problemas está cada vez mais limitada aos representantes dos grupos de interesse. Em terceiro lugar, os *media* tornam os

28. Mills (1956/2000, p. 316) entende por público primário (*primary public*) a vida e o contexto social imediato em que vivem as pessoas e que sobre elas exerce uma expectativa constante.

grupos de referência do indivíduo mais amplos. Proporcionam ao indivíduo identidade (dizem-lhe quem ele é), aspirações (dizem-lhe o que deseja ser), técnica (dizem-lhe como chegar lá) e fuga (dizem-lhe como sentir que ele é assim mesmo quando não é). A distância entre a identidade e a aspiração leva à técnica ou à fuga.

Os *media* não levam ao desenvolvimento do ser humano. Ao invés, inventam e mantêm um pseudomundo e destroem (em especial a televisão) a discussão em pequena escala, a troca de opiniões, realizada sem pressa e de forma mais humana. Numa palavra, os *media* são uma força maligna porque:

> não articulam para o espetador ou ouvinte as fontes mais amplas das suas tensões e ansiedades, os seus ressentimentos subjacentes e esperanças mal formuladas. Nem permitem ao indivíduo transcender o seu meio estreito ou esclarecer o seu sentido particular. (Mills, 1956/2000, p. 314)

Os *media* não oferecem nenhuma solução ao cidadão. Pelo contrário, distraem e obscurecem as possibilidades de o indivíduo compreender o mundo ou de se compreender a si próprio, atraindo a sua atenção para excitações artificiais. De acordo com o autor, os *media* são uma das causas fundamentais da transformação dos EUA numa sociedade de massas, mas são também um dos principais instrumentos de poder da elite. Muitos dos agentes dos *media* fazem parte dessa elite ou estão ao seu serviço. A opinião pública é controlada pelos publicitários, os peritos de propaganda, os relações públicas. Com o tempo, os *opinions-makers* foram perdendo as ilusões sobre os poderes mágicos dos *media* em termos da persuasão das massas. A persuasão não bastava. Eram necessários métodos mais insidiosos de controlo. É neste contexto que entra em cena a manipulação, o exercício secreto do poder, impercetível para os influenciados, em que o poderoso domina sem exibir a sua força. A manipulação é um jogo de aparências. Consiste em aparentar que o público tomou a decisão, quando, na verdade, o poder de iniciativa e decisão reside nos pequenos círculos do poder.

No capítulo 1, descrevemos a analogia ou paralelismo estabelecido por Mills entre o mercado de concorrência perfeita e a opinião pública. Prolongando esse paralelismo, o autor americano considera que em ambos os movimentos (mercado e opinião pública) se verifica uma tendência para a substituição de pequenos poderes dispersos por poderes cada vez mais concentrados. Os centros de poder, parcialmente ocultos, são centros de manipulação. Na sociedade de massas, a concorrência entre indivíduos que defendem os seus pontos de vista e interesses está ameaçada. Nestas condições, a opinião pública não surge como uma resposta, mas como uma simples reação de pessoas cada vez mais indefesas às sugestões e manipulações emanadas dos *media*. A manipulação, conduzida a partir dos centros de poder, esmaga uma multidão de pequenos produtores de opinião, que, antes, operavam num mercado livre e equilibrado. Os resquícios do público[29], composto pelos restos da classe média, cujos interesses não estão claramente definidos e organizados, tornaram-se o alvo principal dos manipuladores.

Aparentemente, a educação poderia contrariar a ascensão das massas. Como vimos no capítulo 1, essa era uma das esperanças de Dewey e, de certa forma, de Lippmann. Neste ponto, Mills aproxima-se mais de autores como Gustave Le Bon, defendendo que a educação obrigatória é um dos instrumentos de poder da elite e um dos veículos das massas. A educação política deu lugar a uma educação vocacional virada para a economia[30]. A educação pública visava criar um homem informado, autocultivado, capaz de pensar por si próprio, e, portanto, mais habilitado para formar um juízo sobre os assuntos públicos. A educação vocacional (visível sobretudo ao nível do ensino secundário) visa, principalmente, preparar as pessoas para empregos melhores; a adaptação à vida predomina sobre padrões de nível cultural e de rigor intelectual e as "'Escolas democráticas' muitas vezes

29. Fazem parte dos "resquícios do público": os profissionais qualificados, assalariados, especialmente professores universitários; empregados não sindicalizados, especialmente os funcionários de colarinho branco, juntamente com os profissionais liberais e pequenos homens de negócios. Os elementos do público têm opiniões e influenciam-se uns aos outros de forma direta, próxima e permanente.
30. No final do seculo XVIII e princípios do século XIX, a *intelligentsia* europeia alimentou uma interessante polémica. A instrução ou formação é um fim em si mesmo ou é possibilitadora de um ofício? Por outras palavras, o que é que deve ser tido em conta: a formação da personalidade ou a resposta às necessidades profissionais da época? Essa discussão veio até aos nossos dias (ver, por exemplo, Habermas, 1962/2002, pp. 84-85).

significam o aprofundamento da mediocridade intelectual, formação profissional, lealdades nacionalistas e pouco mais" (Mills, 1956/2000, p. 320). Como resultado, o homem inserido nas massas é acossado pelos problemas pessoais e não consegue pensar claramente sobre si ou sobre qualquer outra coisa. Não têm consciência do significado dos problemas, nem consegue ver as suas raízes.

Por fim, a associação entre a ascensão das massas e as grandes metrópoles. Tal como os indivíduos tendem a escolher os *media* que confirmam as suas crenças, tendem nos grandes meios a estabelecer contacto com pessoas que corroboram as suas opiniões. Afundados na rotina e nas suas vidas mais ou menos estreitas, os indivíduos não se transcendem. Esta tendência reforça o florescimento dos preconceitos e estereótipos.

Um público autêntico é soberano, não necessita de um senhor. Ao invés, e como referimos anteriormente, para Mills, a sociedade de massas está associada à ideia de uma elite de poder. A soberania do público fica reduzida à retórica e manifesta-se apenas nos momentos plebiscitários.

Mills conclui o capítulo intitulado "Mass society" do seu *The power elite* resumindo bem a sua ideia central. O poder da elite é cada vez maior e mais centralizado; os grupos intermédios, em que se encontram os resíduos do público, estão desorientados e não ligam a cúpula com a base; a base está cada vez mais fragmentada e impotente. Na base está a emergir uma sociedade de massas.

2.2.3 Massas integradas

Num artigo intitulado "The concept of mass society", publicado em 1948, Herbert Blumer, depois de analisar as limitações de três importantes abordagens da sociedade moderna[31], concentra-se numa quarta abordagem, aquela

31. São três as abordagens da sociedade moderna referidas por Blumer (1948/2000b, pp. 337-339): (1) faz-se uma comparação entre as instituições das sociedades modernas e as instituições das outras sociedades; (2) as sociedades modernas são tratadas como uma antítese das sociedades mais antigas; (3) estuda-se a particularidade da sociedade moderna manifestada nas suas estruturas urbanizadas e industrializadas. Todas estas abordagens apresentam, de acordo com o autor, várias insuficiências e limitações.

que vê a sociedade moderna como uma sociedade de massas. Esta abordagem, que remonta a meados do século XIX, mas que se tornou proeminente a partir da primeira década do século XX, exige, segundo o autor, alguma prudência. Assim, de acordo com a abordagem da sociedade de massas, há quatro propriedades fundamentais que caracterizam a sociedade moderna: (1) a massificação; (2) a heterogeneidade dos elementos estruturais da sociedade; (3) o acesso fácil e ilimitado às áreas da vida pública; (4) a mudança constante. Vejamos de seguida com algum detalhe cada uma destas quatro propriedades da sociedade de massas enumeradas por Blumer.

O fator quantitativo é fundamental. A sociedade de massas é caracterizada por estatísticas da população colossais. Este elemento massificador reflete-se no tamanho das suas instituições, no potencial social, na escala das atividades comunitárias. Por consequência, em associação com a sociedade moderna, referimo-nos a *mass media*, a transportes de massa, a *mass entertainment* e a educação de massas. As instituições e organizações são também enormes: departamentos governamentais gigantes, organizações económicas massivas, consórcios industriais poderosos, Estados-providência vastos. Todavia, o tamanho por si só não explica o carácter específico da sociedade de massas. No passado, também existiram sociedades de enorme dimensão e algumas delas vieram até ao presente, mas não apresentavam os outros elementos definidores de uma sociedade moderna. De qualquer modo, o elemento "massa" é um pré-requisito da sociedade moderna.

Este fator quantitativo é de particular importância devido às mudanças qualitativas que induz em termos das associações de pessoas, dos seus modos de interação e na forma como as instituições funcionam. Geram-se distâncias de vários tipos: (1) entre os políticos e os eleitores; (2) nas grandes organizações, entre o chefe e os empregados; entre quem produz e quem consome; (3) o distanciamento, em forma de ignorância, dos indivíduos em relação ao funcionamento das instituições às quais eles próprios pertencem; (4) e talvez este seja o aspeto mais importante para os sociólogos, nomeadamente, para C. W. Mills, como vimos acima: o potencial de manipulação das

massas por indivíduos colocados em posições de poder dentro de organizações grandes e complexas.

A segunda característica fundamental da sociedade de massas, e que deriva da anterior, é a heterogeneidade das suas partes constituintes. Para o efeito, basta, por exemplo, considerar a pletora de profissões existentes numa sociedade moderna. Além disso, o número de associações formais e informais não para de crescer. Blumer achava que a multiplicação desta variedade de partes constituintes ainda não havia sido bem compreendida pelos sociólogos. Estes tendem a ver esta multiplicidade apenas como o resultado da divisão do trabalho. Nesta perspetiva, a multiplicidade formaria um todo mais complexo. Blumer não nega o lado integrador dessa multiplicidade, mas considera que esta exibe outro aspeto repleto de consequências: as partes não estão fundidas num todo orgânico, como acontecia com as tribos primitivas ou nas sociedades agrárias. Muitas das partes ou setores da sociedade moderna estão bastante afastados uns dos outros, o que significa que são relativamente autónomos e que se desenvolvem separadamente.

Relativamente à terceira propriedade fundamental da sociedade de massas, a acessibilidade ilimitada às áreas da vida comunitária ou pública, Blumer apresenta três exemplos, considerados por si como os mais óbvios: (1) o mercado de massas, no qual os indivíduos assumem o papel anónimo e impessoal de consumidor; (2) os meios de comunicação de massas, em que os indivíduos formam uma audiência indeterminada; (3) a arena política, onde as pessoas exercem influência através da sua filiação num partido, do seu direito de voto ou através da sua voz na opinião pública. Estas três áreas estão abertas ao público. Os indivíduos que se envolvem na vida pública provêm de diferentes profissões, *status*, localidades geográficas e organizações, refletindo a multiplicidade e a heterogeneidade inerentes à sociedade de massas. Não obstante, nos setores públicos, os indivíduos assumem compromissos que transcendem os meros interesses individuais ou de grupo. O pano de fundo é o interesse comum. Em consequência, Blumer considera a massa como um tipo específico de grupo e essa especificidade nasce do seu acesso a um vasto conjunto de áreas de interesse, as quais transcendem os

antigos limites ou limitações geográficas, como a zona de residência dos indivíduos.

A massa é constituída por todos aqueles que intervêm nas áreas de ação de massas – mercado de massas, *mass media* e arena política. A massa é um grupo que age e a sua ação traduz-se em escolhas: escolher produtos enquanto consumidor; escolher entre os vários programas dos *media*; escolher entre as várias sugestões, programas, doutrinas e candidatos políticos.

Relativamente ao conceito de massa, Blumer considera importante precisar três questões. A primeira questão é a mais importante: a massa, ao contrário da conceção de Marx de "'mass' against 'class'" (Blumer, 1948/2000b, p. 343), não deve ser vista como um grande número pessoas de baixo estatuto social. Em segundo lugar, a massa não deve ser confundida com a multidão, porque não é um todo compacto; é antes um grupo indeterminado, anónimo e desorganizado; a massa não se move por excitações coletivas e entre os seus elementos praticamente não existe interação. Em terceiro lugar, o mundo das ações (escolhas) das massas é caracterizado por uma série de modelos mutuamente competitivos – produtos, sugestões, temas, etc. -, todos eles clamando por atenção. Este mundo vive num estado de movimento contínuo, de modificação constante, está exposto à permanente introdução de novos modelos, à flutuação de interesses e gostos. Daqui decorre que as organizações não podem perder o contacto com os gostos e interesses das massas, sob pena de porem em risco a sua sobrevivência (Blumer, 1948/2000b, p. 343).

Chegamos, assim, à quarta e última característica essencial da sociedade de massas: a mudança constante. O tamanho e a heterogeneidade enormes da sociedade de massas são por si só suficientes para induzir uma reorganização contínua. A liberdade e a relativa independência com que os seus segmentos e sectores se desenvolvem são a base da transformação contínua da sociedade de massas.

Blumer afasta-se de Gasset e Mills, mas também de Le Bon e Canetti. A decadência, a desordem, a apatia, a manipulação não são, em seu entender,

as marcas distintivas da sociedade de massas. De acordo com o autor, na visão pessimista ou catastrofista, as pessoas, sem o suporte das tradições, vivem num mundo de valores confusos e com posições de *status* incertas e instáveis. Perdem o sentido de disciplina e responsabilidade social, que é o produto de uma cultura madura e de uma estrutura social regulada. A falta de uma orientação disciplinada e de um gosto cultivado fazem a massa parecer uma grande multidão, movida por preocupações impulsivas e sensuais, uma presa fácil para os demagogos, agitadores, publicitários e aventureiros carismáticos que sabem tirar partido da situação. A existência destas massas indisciplinadas e sem freio mina as instituições e o controlo social regulado. A elite, como força orientadora, torna-se deficitária de respeito e autoridade. A vida política torna-se instável e converte-se numa luta rude pelo poder. As instituições perdem as ligações às suas tradicionais obrigações e procuram, ao invés, ir ao encontro das disposições efémeras das massas. A cultura renuncia aos seus padrões e sentido de integridade e torna-se vulgar, *kitsch*. Os indivíduos vivem numa atmosfera de alienação e anonimato. Para quem vê a sociedade desta forma, as perspetivas de uma vida comunitária são de facto negras.

Blumer tem uma visão diferente. A utilização de conceitos como "aberração", "disfunção", "alienação", "anomalia" e "desorganização" leva a um retrato radicalmente falso da sociedade de massas. É um erro caracterizar a sociedade de massas como desorganizada ou como uma multidão gigante e desordenada. A desordem existe na sociedade de massas, mas não é a sua essência. De acordo com o autor, por mais diversificadas e extensas que sejam as sociedades de massas, as instituições conseguem cumprir as suas funções. Excetuando as crises extremas, existe uma razoável capacidade de acomodação às novas situações.

Como referimos acima, para Blumer, as partes que compõem a sociedade de massas não formam um todo harmonioso, mas também não existe um completo isolamento de umas partes em relação às outras, como parece ter sido o caso entre as sociedades de maior extensão no passado. Os membros da sociedade de massas vivem uma vida coletiva, interagem de inúmeras

maneiras, formam diversos tipos de grupos, ocupam múltiplas posições, pertencem a instituições ativas, têm lideres, reconhecem autoridade a outras pessoas e não abdicam de rituais e cerimónias.

A diferenciação dentro da sociedade de massas favorece a formação de diferentes grupos de valores, valores que são inconstantes e mutuamente opostos, podendo, todavia, coexistir sem correlação aparente. A introdução dos diferentes grupos de valores nas áreas da vida pública de uma sociedade de massas gera situações completamente novas. O resultado não é uma situação de confusão e caos, mas antes a construção de um arranjo ou compromisso entre os diferentes proponentes de normas opostas. A formação da opinião pública, a moda, os eventos políticos, as tentativas mútuas de grupos de pressão para acomodar os interesses dos outros grupos são exemplos do processo de compromissos em construção. Estes compromissos ocorrem em sociedades de massas entre pessoas cujos valores, interesses e fórmulas de encarar o mundo são diferentes e mutáveis.

2.2.4 Massas como fetiche

Em *Apocalípticos e integrados*, publicado em 1964, Umberto Eco critica tanto os que rejeitam este mundo como os que o exaltam. Um mundo que nasce com "a ascensão das classes subalternas à fruição dos bens culturais e com a possibilidade de os produzir graças a processos industriais" (Eco, 1964/2015, p. 30), os quais remontam a Gutenberg, e até antes, sugere o autor italiano.

Para Eco, o erro dos "integrados" consiste em acreditar que a multiplicação de produtos culturais[32] – televisão, rádio, jornais, cinema, novelas populares - é boa por si só. De acordo com esta visão otimista, vivemos numa época de expansão cultural, que atinge um número cada vez maior de pessoas. Os integrados não teorizam. Não submetem à crítica os produtos culturais segregados pelo mercado. Acreditam na bondade do mercado livre. Para os integrados, se "esta cultura sobe a partir de baixo ou é confecionada em

32. O tema principal de *Apocalípticos e integrados* é a cultura de massas. Eco usa como objeto de trabalho músicas populares, novelas, a banda desenhada do super-homem, a televisão.

cima para os consumidores indefesos, não é problema que o integrado se ponha" (Eco, 1964/2015, p. 28). Em contrapartida, os "apocalípticos" elaboram várias teorias sobre a decadência da sociedade. A sua utilidade começa precisamente na denúncia de que a "ideologia otimista dos integrados é profundamente falsa e de má-fé" (Eco, 1964/2015, p. 36). Mas a utilidade dos apocalípticos não se esgota nessa função. Sem as suas "repreensões, injustas, parciais, neuróticas, desesperadas, não teríamos podido elaborar três quartos das ideias que queremos partilhar" (Eco, 1964/2015, p. 46). A família dos apocalípticos é bastante eclética. Inclui autores que, em termos ideológicos, se encontram, em muitas questões, nos antípodas uns dos outros. Isto não impede que, por exemplo, Ortega y Gasset e os autores da Escola de Frankfurt partilhem, no essencial, do mesmo pessimismo em relação às massas.

Eco critica uma certa sobranceria intelectual por parte dos apocalípticos. No fundo, estes consolam os seus leitores porque deixam entrever, no fundo da catástrofe, a existência de uma comunidade de "super-homens" capazes de se elevarem acima da banalidade média e de a rejeitar. Trata-se, ainda por cima, de uma comunidade "reduzidíssima – e eleita – de quem escreve e de quem lê, «nós dois, tu e eu – os únicos que percebemos, e que estamos a salvo: os únicos a não serem massa" (Eco, 1964/2015, p. 29). A crítica dos apocalípticos à sociedade de massas ou à cultura de massas supõe não só uma desconfiança em relação à ascensão das massas, mas também em relação ao progresso tecnológico, ao sufrágio universal ou à educação estendida às massas. Estes fenómenos estão todos interligados[33]. A ascensão das classes subalternas à participação (formalmente) ativa na vida pública, o aumento do consumo de informação, criou uma nova situação antropológica: a civilização de massas. Para Eco, no âmbito da dita civilização, todos os que pertencem à comunidade passam a ser, em certa medida, consumidores de uma produção intensiva de mensagens, elaboradas em série e transmitidas

33. A ligação e associação entre estes fenómenos é consensual. Ao longo deste capítulo e do anterior referimos vários autores que sublinharam essas ligações: Gabriel Tarde, John Dewey, Walter Lippmann, Gustave Le Bon, Herbert Blumer, Charles Wright Mills.

segundo os canais comerciais de um consumo regido pelas leis da oferta e da procura.

O universo da comunicação de massas é o nosso universo, um universo moldado pelos jornais, a rádio, a televisão, a música gravada, as novas formas de comunicação áudio e visual. Ninguém escapa a estas condições, nem mesmo o "virtuoso que, indignado pela natureza inumana deste universo da informação, transmite o seu protesto através dos canais de comunicação de massas, nas colunas do grande jornal diário" (Eco, 1964/2015, p. 30).

Eco relembra que a visão maniqueísta entre a solidão e a "lucidez do intelectual" e a "torpeza" do homem massa não nasceu com os apocalípticos do século XX. A sua ascendência histórica remonta a Bruno Bauer e a uma corrente de jovens hegelianos que está à cabeça do *Allgemeine Literaturzeitung*. Eco (1964/2015) cita um conjunto de frases de um autor (que não identifica), publicadas em 1843, e que traduzem, no essencial, a ideologia da "sagrada família" baueriana e dos movimentos colaterais:

> O pior testemunho a favor de uma obra é o entusiasmo com que as massas se lhe dirigem... Fundamentalmente todas as grandes empresas da história até agora foram erradas e careceram de sucesso efetivo porque as massas se interessaram e entusiasmaram por elas... Ora o espírito sabe onde procurar o seu único adversário – nas frases, nas autoilusões, na falta de nervo das massas. (pp. 34-35)

Os autores da Escola de Frankfurt estão entre os principais herdeiros desta "ideologia do espírito" por oposição à massa. Eco relembra a célebre a polémica entre Marx e Bruno Bauer, a qual deu origem ao livro *A Sagrada família* do primeiro (com a colaboração de Engels). Marx coloca as massas "como única alternativa real ao vossoo «Espírito»" (citado em Eco, 1964/2015, p. 36). Não por acaso Eco classifica como pseudomarxistas as formulações de apocalípticos como Adorno ou Horkheimer. Ao contrário de Marx, estes consideram que, na sua qualidade de pensadores (ou "críticos"), não devem propor remédios ou soluções; basta-lhes dar o testemunho da sua dissidência.

Eco classifica como categorias-fetiche as massas, o homem-massa, a cultura de massas, a indústria cultural. O problema é que o apocalíptico reduz o consumidor ao fetiche do homem-massa indiferenciado e "em vez de o analisar, caso a caso, para fazer emergir as suas características estruturais, nega-o em bloco" (Eco, 1964/2015, p. 37). Mudando apenas o "sinal algébrico", os integrados assumem também o "conceito-fetiche" de massa. O filósofo italiano rejeita - pelo menos, como princípio geral - o argumento de uma influência unidirecional, de cima para baixo, em que as massas surgem como um todo homogéneo e indiferenciado, à mercê de manipuladores ávidos de lucros ou de qualquer outro tipo de vantagem. É necessário, ao invés, analisar empiricamente as diferentes modalidades de receção segundo a "circunstância histórica ou sociológica, e as diferenciações do público" (Eco, 1964/2015, p. 44). Além disso, é necessário analisar a forma das mensagens de produtos culturais concretos e "também definir em que medida a forma é determinada pelas condições objetivas da emissão" (Eco, 1964/2015, p. 44). Por fim, é importante perceber em que medida a saturação das mensagens pode realmente levar à imposição de um modelo de homem-massa.

Eco sublinha que a cultura de massas não é produzida pelas massas. Não existe nenhuma forma de criação coletiva que não seja mediada por personalidades mais dotadas que se tornem intérpretes de uma sensibilidade da comunidade em que vivem. Todavia, o autor considera que não existem dois níveis independentes: de um lado a comunicação de massas e do outro a criação aristocrática que a precede, sem que esta seja condicionada por aquela. Eco exemplifica. Depois de Gutenberg, nasce o livro que é produzido em série e que uniformiza e adapta a linguagem às possibilidades recetivas de um púbico alfabetizado e este público, precisamente graças ao livro, torna-se cada vez maior. Por outro lado, o livro, ao criar um público de leitores, fica cada vez mais condicionado por estes.

A título de curiosidade, esta visão de um condicionamento mútuo[34], entre os produtores e os consumidores de mensagens, aparece, ainda que noutro

34. Esta conceção de um condicionamento mútuo ao nível da comunicação, ou *a two-sided communication*, foi bastante desenvolvida no campo dos *cultural studies*, especialmente com os

contexto, no último romance de Umberto Eco, publicado em 2015, intitulado *Número zero*. Em 1992, um grupo de jornalistas reúne-se para lançar o número zero de um novo jornal, o *Amanhã*. Uma jornalista pergunta ao diretor do futuro jornal: "Mas os jornais seguem as tendências das pessoas ou criam-nas?". O diretor responde: "Ambas as coisas, menina Fresia. As pessoas, de início, não sabem que tendências têm, depois, nós, dizemos-lhas e elas apercebem-se de que as tinham" (Eco, 2015, p. 78).

****

Como referimos no início deste capítulo, o conceito de multidão é hoje utilizado muitas vezes como contraponto aos conceitos de massas e público. No final do século XIX, Gustave Le Bon descreveu com perspicácia a transformação do indivíduo quando integrado numa multidão. Na multidão, esvai-se a racionalidade, prevalecem as emoções e a irracionalidade. Os indivíduos tornam-se presas fáceis de líderes manipuladores, os quais sabem usar com eficácia palavras, fórmulas e imagens. É pela repetição e pelo contágio, associados ao prestígio do líder, que as multidões são manipuladas. A multidão psicológica de Le Bon tanto pode ser constituída por um pequeno grupo de pessoas, como pode corresponder, em certos momentos, sob a influência de emoções mais intensas, a uma população inteira. No último caso, há uma clara aproximação à ideia de coesão mental à distância do público (e da multidão) de Gabriel Tarde (ver o capítulo 1) – aliás, Gabriel Tarde e, em especial, Scipio Sighele acusaram Le Bon de plágio (Torres, 2014). Há no público anónimo da espiral do silêncio alguns pontos de contacto com a multidão descrita por Le Bon, em especial o predomínio das emoções sobre a razão, o conformismo (seguir a maioria) e a capacidade que alguns têm em fazer vingar as suas ideias e interesses, usando métodos que desvalorizam a racionalidade dos argumentos.

trabalhos de Stuart Hall e da Birmingham School. Foi rejeitada a anterior perspetiva dominante de sucessões lineares de causa e efeito. Hall (1989/2005, pp. 125-127) distingue três estratégias de interpretação por parte dos telespetadores: ou se submetem à estrutura da oferta, ou se opõem a ela, ou a sintetizam de acordo com as suas próprias interpretações.

Elias Canetti oferece-nos uma tipologia das multidões – apesar de, como referimos antes, na tradução portuguesa se ter optado, erradamente, pelo termo massas. Independentemente das formas que pode assumir, a multidão está repleta de emoções heterogéneas, quer crescer ilimitadamente, gosta da proximidade física e precisa de uma direção. As multidões são uma forma, ou melhor, a única forma de os indivíduos se libertarem do receio do contacto com os outros; são a oportunidade de todos se sentirem iguais. Em vez de líderes envoltos em prestígio como em Le Bon, Canetti refere-se a um grupo-líder que designa por cristais de massas. Este grupo rígido, estável e organizado de pessoas tem o poder de desencadear as multidões e de lhes dar uma direção. As multidões são inerentes ao ser humano, existem em todas as épocas e em todos os lugares. É como se fizessem parte da natureza social do homem, para usarmos uma linguagem tão ao agrado de Noelle-Neumann. Nas multidões, os indivíduos partilham emoções, encontram a solução para o seu medo natural de contacto com os outros e seguem os cristais de massa. Em princípio, as multidões tendem a desagregar-se. A descarga corresponde a esse momento feliz. Todavia, por vezes, podem durar. É o caso da multidão fechada, da multidão lenta, da multidão dupla e, claro, dos cristais de massa.

Na visão de Ortega y Gasset as massas tinham chegado ao cume do seu poder. O filósofo espanhol fala em hiperdemocracia, onde tudo se nivela. Na sua arrogância e autossatisfação, o homem-massa, uma doença dos tempos, fechou-se dentro de si mesmo, acumulando no seu interior lugares-comuns e preconceitos. Cheio de apetites, muito convicto dos seus direitos, ignorando as suas obrigações, com ideias taxativas sobre tudo, tendo perdido o sentido da audição, sem respeitar nada nem ninguém, sem interesse nenhum pela história, sem referências, o homem-massa recusa a direção e a orientação das minorias excelentes, sem as quais a humanidade desapareceria. A rebelião das massas consiste precisamente nesse hermetismo das almas médias e na sua recusa em se submeter a instâncias superiores. Os especialistas, fora do seu pequeno nicho de saber, transformam-se no ex-

poente máximo do homem-massa. Gasset refere-se mesmo à barbárie dos especialistas, a quem atribui a causa imediata da desmoralização europeia.

C. W. Mills também é um apocalíptico como Gasset, para usarmos a classificação de Umberto Eco. Mas o sociólogo americano vê o fenómeno da "era das massas" de outra forma. A sociedade de massas estava a emergir e a alastrar nos EUA. A elite tem um poder sem precedentes e utiliza os *media* para controlar, orientar, manipular e, cada vez mais, intimidar, em especial o que ainda resta do público. Seja como for, em Gasset e Mills os indivíduos surgem indiferenciados e incapazes de perceber o que se passa à sua volta. Sobretudo em Mills, é evidente o desenraizamento, a falta de interação, a desorganização e a atomização dos indivíduos. Herbert Blumer rejeita esta visão apocalíptica. Verdade que a sociedade de massas não é um todo harmonioso, não para de crescer em tamanho e diversidade e a mudança é constante. Todavia, os indivíduos não estão completamente isolados, continuam a interagir, conseguem muitas vezes transcender os limites da sua experiência restrita e construir compromissos.

Umberto Eco também se distancia da visão de autores como Gasset e Mills. As massas e o homem-massa são usadas pelos apocalípticos como categorias fetiche, como se os indivíduos fossem seres indiferenciados, com estômago para aguentar tudo o que os manipuladores lhes propõem. É necessário analisar caso a caso, sublinha o filósofo italiano. Regra geral, não existe uma influência unidirecional, de cima para baixo, com as massas a aceitarem passivamente o que lhes é proposto pelos de cima. O condicionamento é mútuo.

Como referimos anteriormente, o público anónimo da espiral do silêncio é uma massa com muitas das características identificadas por C. W. Mills, nomeadamente a sua impotência e fragilidade ante os *media*. Por outro lado, para Noelle-Neumann, que evitava o termo massa, o público não pode ser reduzido a uma massa impotente, manipulada arbitrariamente por uma elite do poder. Os governantes estão também condicionados na sua ação pela opinião das massas, ou do público anónimo, como lhe preferia chamar a

autora alemã. A perspetiva de Blumer sobre as massas e a sociedade de massas aproxima-se da de Noelle-Neumann num ponto: ambos os autores se afastam de visões catastrofistas. Na sociedade de massas, é possível construir compromissos e a opinião pública é um dos exemplos apresentados pelo sociólogo americano. No próximo capítulo apresentamos algumas conceções possíveis de opinião pública, nomeadamente aquela que é preconizada por Noelle-Neumann.

Capítulo 3

OPINIÃO PÚBLICA: DA RACIONALIDADE ARGUMENTATIVA AO CONTROLO SOCIAL

> Entre as várias superstições verbais, de que se alimenta a pseudo-inteligência da nossa época, a mais vulgarmente usada é a da "opinião pública". E, como acontece com todas as superstições que conseguem deveras enraizar-se mas que não conseguem nunca tornar-se lúcidas, este critério instintivo respeitador da opinião pública em palavras (porque sente que há por detrás da frase uma realidade), mas pouco respeitador dela em actos (porque não se sabe definitivamente que realidade é essa), é ao mesmo tempo o esteio e o vício das sociedades modernas. É o seu esteio porque é o esteio de todas as sociedades, na sua realidade verdadeira; é o seu vício porque as sociedades modernas têm da opinião pública um conceito absolutamente errado.
>
> Pessoa (1919/1980a, p. 1)

A citação em epígrafe, retirada de um texto de Fernando Pessoa, publicado originalmente em 1919, levanta desde logo um dos grandes problemas do conceito de opinião pública: a sua definição.

As primeiras teorizações acerca da opinião pública surgiram durante o século XVIII. No entanto, a partir do século XIX, a maioria dos autores passou a relacionar o conceito de opinião pública com um conjunto de profundas alterações ocorridas na sociedade: a ascensão da classe média; a difusão e desenvolvimento de instituições democráticas[1]; o aumento considerável das taxas

1. A reforma da lei eleitoral é o tema do século XIX (Habermas, 1962/2002, p. 64).

de alfabetização e literacia; o lugar cada vez mais destacado dos meios de comunicação (Sena, 2007). Associada à expressão opinião pública surgem de imediato as seguintes indagações: de quem são as opiniões que formam a opinião pública? A opinião pública exprime necessariamente um consenso ou a opinião da maioria? Admite-se que a opinião pública tem poder ou são os *media* que têm o poder? (Sena, 2007).

Segundo Noelle-Neumann (1995a), nos anos 50 e 60 do século passado, o conceito de opinião pública parecia condenado a desaparecer. Quando muito, estaria reduzido a um interesse meramente histórico. Talvez o mais surpreendente nesta história é o facto de o conceito subsistir e se negar a desaparecer, argumenta a autora alemã. Para Price (1994), a dificuldade em definir opinião pública não nos devia admirar. Os esforços para definir o conceito oscilam entre pontos de vista que situam a opinião pública no "reino da coletividade" e definições "reducionistas que a situam nos indivíduos" (p.15). Como sublinha Price (1994), sobre o tema da opinião pública, muitos escritores começam, sensatamente, por colocar a seguinte questão: "o que é que entendemos exatamente por opinião pública?" (p.17). Todavia, qualquer tentativa para encontrar uma definição simples e clara revelar-se-á infrutífera. Em consequência, Price considera que, mais do que chegar a uma definição simples de opinião pública, é mais interessante e útil entender os seus diferentes usos.

No capítulo 1, apresentámos o conceito de público e os seus problemas, para tomarmos de empréstimo o título da obra de John Dewey mencionada anteriormente. Do público, fazem parte a opinião pública e o espaço público. É sobre estes dois elementos de um tripé conceptual que nos debruçamos neste capítulo. Os três conceitos estão interligados e não existem isoladamente.

A espiral do silêncio de Noelle-Neumann é uma teoria da opinião pública. Consideramos que a sua descrição e definição se torna mais clara se for comparada ou contraposta a outras conceções possíveis de opinião pública. Assim, neste capítulo, são analisados autores que nos dão diferentes perspetivas sobre este tema, desde Habermas a Tarde, passando por Hegel e Marx.

Antes, apresentamos uma possibilidade de delimitação da noção de opinião pública, proposta por Noelle-Neumann (1995a, 1995b). Apresentamos também o conceito de espaço público e as ameaças de rarefação que sobre ele pairam. Habermas (1962/2012, 1992/1997) e Arendt (1958/2001) são referências incontornáveis nesta temática. Por fim, fazemos uma introdução à teoria da opinião pública de Noelle-Neumann, que desenvolveremos com mais detalhe no capítulo 5.

3.1 Breve incursão concetual

Os gregos já utilizavam conceitos próximos de opinião pública (Price, 1994). Habermas (1962/2012) relembra que *opinion* transporta para o inglês e o francês a palavra latina *opinio*, a qual tem o sentido de juízo incerto e não completamente provado. É esse sentido que transparece num diálogo entre Sócrates (narrador) e Gláucon em *A República* de Platão:

> - E, por conseguinte, a opinião não é ignorância.
> - Parece que não.
> - Portanto, está para além de ultrapassando a ciência em clareza ou obscuridade?
> - Não.
> - Então parece-te mais obscura que clara que a ignorância?
> - Certamente – respondeu.
> - Situa-se entre uma e outra?
> - Sim, situa. (Platão, 2004, p. 202)

Todavia, Habermas (1962/2012) e Noelle-Neumann (1995a) consideram mais importante um segundo significado de *opinion*, a saber: reputação, crédito, a consideração que uma pessoa goza na opinião dos outros.

De acordo com Noelle-Neumann (1995a, p.91), o termo original anglo-saxónico o*pinion* (ao contrário do que acontece com o equivalente em alemão) dispensava o termo "pública" porque já continha em si mesmo a ideia de publicidade. O sentido de acordo e de comunidade estava também subjacente à *opinion* francesa. Falar de apoio da opinião equivalia a contar

com o apoio dos tribunais populares. Habermas (1962/2012) tem um entendimento diferente. Para o filósofo alemão, como veremos adiante, a *opinion* não evoluiu para *public opinion* (e *opinion publique*) de forma linear. Além disso, considera que os dois sentidos de opinião acima referidos (o de mera opinião e o de reputação formada no espelho das opiniões) estão em oposição à racionalidade pretendida pela opinião pública.

Opinion e *public opinion* são conceitos distintos para Habermas. Não só não são a mesma coisa como a *public opinion* pode inclusive contrariar a *opinion*. Habermas (1962/2012) argumenta que opinar não implica um raciocínio; opinar é uma simples manifestação "desses «costumes» que, mais tarde, precisamente, se irão opor criticamente à opinião pública como preconceitos" (p. 191). Por outras palavras, a *opinion* é apenas uma manifestação dos hábitos tradicionais de comportamento e, por isso, tarde ou cedo, enfrentará criticamente a *public opinion*. De acordo com o autor, a combinação dos termos "opinião" e "pública" teria ocorrido somente com as filosofias democráticas e liberais do século XVIII.

Esta breve incursão etimológica e semântica é suficiente para vislumbrarmos divisões suscitadas pela noção de opinião pública. Vejamos de seguida dois conceitos de opinião pública propostos por Noelle-Neumann.

3.2 Delimitação da noção de opinião pública

No capítulo 2, analisámos dois conceitos afins de público: multidões e massas. O público (como tipo-ideal) e as massas (e multidões) subjazem a duas visões opostas de opinião pública presentes no pensamento político moderno: visão utópica e visão apocalíptica (Hardt & Negri, 2004, pp. 258-260). A primeira preconiza uma perfeita representação do povo na governação. Esta visão nasceu no século XVIII e, não por acaso, na mesma época que a teoria da representação democrática (Hardt & Negri, 2004, p. 259). A opinião pública seria, assim, um mecanismo essencial da democracia representativa. Na visão apocalíptica, a opinião pública surge associada às massas ou multi-

dões. Hardt e Negri (2004) evocam Gustave Le Bon[2]. A multidão é irracional e suscetível de influência e manipulação pelo líder que a controla e mantém unida pelo contágio e a repetição, como vimos no capítulo 2.

Harwood Childs, um professor de Princeton, no seu livro *Public opinion: nature, formation, and role*, publicado em 1965 (citado em Noelle Neumann, 1995, pp. 83 e 279), catalogou 50 definições de opinião pública disponíveis na literatura de então. Noelle-Neumann (1995a, 1995b) considera que a grande maioria delas procede de dois conceitos fundamentais: (1) a opinião pública como racionalidade[3]; (2) a opinião pública como controlo social. A divisão proposta pela autora alemã não se afasta muito da dicotomia visão utópica *versus* visão apocalíptica. Mas não são equivalentes.

Na sua forma mais pura, a opinião pública como processo racional é o julgamento alcançado sobre uma questão de importância geral ou cívica após uma discussão pública racional e consciente, vencendo sempre os melhores argumentos (Scheufele & Moy, 2000). O público é esclarecido e racional, capaz de participar no processo político. Parte-se ainda do pressuposto de que o governo terá em atenção estes julgamentos racionais. Segundo Noelle-Neumann (1995b), este conceito de opinião pública, herdado do século XVIII, é uma invenção que deve ser abandonada. Não tem em conta a natureza social do homem, nem o controlo social, essencial para promover um nível de consenso suficiente no seio da sociedade, consenso sobre o qual as ações e decisões dos indivíduos devem estar ancoradas. Para Noelle-Neumann, a opinião pública como controlo social não é, todavia, nenhuma visão apocalíptica. É a ordem natural das coisas. É um importante instrumento para assegurar a coesão social. É neste conceito que a autora inclui a sua teoria da opinião pública, que designou por espiral do silêncio.

2. Por isso, em bom rigor, trata-se de multidões e não de massas, de acordo com os conceitos que usámos no capítulo 2.
3. A racionalidade é aqui entendida como a "aquisição consciente de conhecimento através da razão e da elaboração de julgamentos lógicos e racionalmente corretos baseados nesse conhecimento. A aquisição de conhecimento e a formação de julgamentos supõem o uso de transformações e deduções lógicas. A racionalidade opera com conceitos definidos inequivocamente, incluídos num quadro concetual mais amplo. A racionalidade apreende assim diferentes campos objetuais dos quais se podem derivar inferências lógicas. O conhecimento desses campos é configurado, então, pela lógica, a causalidade e a consistência. Os produtos do pensamento lógico são convincentes, razoáveis e compreensíveis de forma intersubjetiva" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 281).

Como referimos nos capítulos anteriores, o público de Noelle-Neumann aproxima-se muito de uma massa, conforme a descreveram autores como Mills e Gasset (ver o capítulo 2), Arendt ou Tocqueville e Stuart Mill (ver o capítulo 4); está também impregnado de muitas das características do público fantasmagórico de Lippmann e Dewey (ver o capítulo 1). Os indivíduos surgem atomizados, desenraizados, sem interação uns com os outros, à mercê dos *media*. A todos estes atributos, Noelle-Neumann acrescenta ainda o medo do isolamento dos indivíduos e a ameaça de isolamento que a sociedade exerce sobre eles. Em nenhum dos autores que analisámos nos capítulos anteriores surgem, pelo menos de forma evidente, estes dois conceitos fundamentais da espiral do silêncio: a ameaça de isolamento e o medo do isolamento, o qual leva, muitas vezes, os indivíduos a preferirem remeter-se ao silêncio. Noelle-Neumann importou estes conceitos de outra linhagem de pensadores, cuja análise reservamos para os próximos dois capítulos.

Noelle-Neumann (1995a) reconhece que a noção de opinião pública não se esgota nos dois conceitos por si propostos. Antes de mais, diz a autora, estes não abarcam as definições de carácter técnico-instrumental. As sondagens e os inquéritos surgidos nos anos 30 do século passado vieram provocar uma mudança de perspetiva sobre a opinião pública. A questão é: até que ponto os resultados obtidos pelos inquéritos e sondagens constituem a opinião pública? Em parte, os investigadores tentaram, pelo menos numa primeira fase, resolver o problema fazendo corresponder a opinião pública aos resultados das sondagens de opinião. É nesse sentido que vão, por exemplo, estas palavras de Lazarsfeld (1957) "Agora que temos a realidade das sondagens da opinião pública, continuaremos, sem dúvida, a chamar opinião pública a uma distribuição de atitudes bem analisada" (p. 43.).

O primeiro investigador a criticar esta tendência foi Herbert Blumer, em 1948, no seu artigo "Public opinion and public opinion polling". O sociólogo americano não considera os inquéritos um bom método para avaliar a opinião pública porque os indivíduos e os grupos não exercem todos a mesma

influência no processo de formação da opinião[4]. No entanto, nos inquéritos é-lhes atribuído o mesmo peso. A ideia de que o valor ou o peso das opiniões varia de indivíduo para indivíduo é hoje comummente aceite. Como sublinha Price (1994), na realidade, nem os utilizadores de sondagens e inquéritos são favoráveis ao método de "uma pessoa um voto"[5].

De qualquer maneira, os dois conceitos de opinião pública propostos por Noelle-Neumann são um ponto de partida ou de referência para situar outras noções de opinião pública. Por exemplo, como veremos mais adiante neste capítulo, as conceções de Hegel, Marx ou Tarde não encaixam bem em nenhum destes conceitos.

A própria Noelle-Neumann diz que não se deve escolher entre um destes dois conceitos como se se tratasse de uma alternativa. Embora a autora defenda os méritos do conceito da opinião pública como controlo social, reconhece que o *raisonnement* - a troca racional de argumentos no espaço público - desempenha um papel no processo de formação da opinião pública. Em última análise, mesmo os assuntos com uma forte componente moral necessitam de um suporte cognitivo para se poderem afirmar na opinião pública (Noelle-Neumann, 1995b, p. 49).

Na verdade, dos autores analisados neste capítulo, Habermas (1962/2012, 1992/1997) e Noelle-Neumann (1974, 1977, 1979, 1995a, 1995b) são os únicos candidatos a ocupar um lugar dentro dos limites definidos por estes dois conceitos de opinião pública. A inclusão da espiral do silêncio no conceito da opinião pública como controlo social é relativamente evidente. Afinal de contas, é a própria autora que o sugere, ou melhor, que o afirma claramente. Noelle-Neumann (1995a) inclui Habermas no grupo de autores apologistas do conceito de opinião pública como racionalidade. Nesse sentido, os dois

4. Blumer (1948/2000) delineou um conceito de opinião pública racional; esta, numa democracia, assume a função de informar os políticos acerca das atitudes dos grupos funcionais que constituem uma sociedade. A opinião pública é, assim, classificada como a pressão exercida pelos grupos de interesse (sindicatos, associações de empresários, câmaras de agricultura, grupos étnicos) sobre os políticos.

5. Como vimos no capítulo 1, nos anos 20, Lippmann (1925/1993) dividiu o público, esse fantasma, em atores e espetadores. As sondagens, surgidas na década seguinte, não vieram invalidar a tese do autor americano. No fundo, 25 anos depois, Blumer veio corroborar a tese de Lippmann, ainda que utilizando outra terminologia.

autores alemães funcionariam como pólos opostos. Esta classificação merece, porém, algumas reservas ou reparos.

Não está nos objetivos deste trabalho analisar em profundidade a evolução do pensamento de Habermas sobre o espaço público e a opinião pública. Interessa-nos, contudo, descrever as suas linhas gerais. Como dissemos antes, essa descrição pode ajudar-nos a fazer sobressair, por comparação ou contraposição, as particularidades da teoria da espiral do silêncio, que é o tema central deste trabalho.

Prestaremos especial atenção a duas obras de Habermas: *A transformação estrutural da esfera pública*, publicada em 1962, e *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*, publicada em 1992. Entre 1962 e 1992, o pensamento do filósofo alemão sofreu uma evolução (Correia, 1998). A partir de finais dos anos 70 a obra de Habermas estabelece-se num confronto entre a racionalidade instrumental ou de dominação e a racionalidade argumentativa. A primeira é unilateral e assenta exclusivamente na dominação; a segunda é de origem normativa e a sua legitimidade funda-se no debate público. E em nenhuma dessas racionalidades está completamente excluído o controlo social.

Passemos de seguida à visão de Habermas (1962/2012) sobre o nascimento da opinião pública no século XVIII.

3.3 A opinião pública no seu estado original segundo Habermas

Em *A transformação estrutural da esfera pública*, Habermas analisa as várias fases da opinião pública, desde as suas origens no século XVIII, em Inglaterra e França.

Durante o século XVII, uma série de fatores sociais introduziram brechas importantes na conceção autoritária e absolutista do antigo regime. Os poderes feudais (igreja, coroa, nobreza) desagregam-se. A expansão das cidades, os bancos, a intensificação das trocas de mercadorias requerem informações fidedignas sobre o que acontece em lugares distintos e, por vezes, distantes. Para responder a esta nova necessidade, surgiram, numa

primeira fase, os correios como agências de notícias, os quais atuavam com discrição e privacidade. É necessário esperar pelos finais do século XVII para que apareça a atividade jornalística regular, que informa o público em geral.

As classes burguesas constituíam o público que se foi formando paulatinamente nas casas de café de Londres e nos salões de Paris[6]. Habermas estabelece uma clara conexão entre as casas de café e os salões e o advento da opinião pública. Este público vai adquirindo uma textura mais uniforme graças à mediação da imprensa.

A expressão "opinião pública" é cunhada em Inglaterra na segunda metade do século XVIII, a partir da expressão francesa *opinion publique*. No entanto, a expressão *general opinion* já havia sido introduzida há algum tempo. Para Habermas, a transição ou a ponte ideológica de *opinion* para *public opinion* efetuou-se através do termo anglo-saxónico *public spirit*. Pelo menos até ao final do século XVIII, as duas expressões, *public spirit* e *public opinion*, circulavam como sinónimos. No entender de Habermas, o *public spirit* é o culminar do sentir do povo, da voz comum (*common voice*). Neste sentido, o *public spirit* envolvia, por um lado, a espontaneidade da lei da opinião de Locke (voltaremos a Locke no capítulo 4) e, por outro, o ajuste de contas público através do esgrimir de uns argumentos contra outros. O carácter dialógico racional do *public spirit*[7], tal como o vê Habermas, encontrou nos salões de França e nos cafés de Inglaterra dos séculos XVIII e XIX um pasto fértil e na literatura e nos jornais um excelente veículo de transmissão.

6. As casas de café (*coffee houses*) em Inglaterra (1680-1730 é o seu período áureo, existindo mais de três mil em Londres na primeira década do século XVIII) e os salões (*salons*) em França são centros de crítica literária e, por conseguinte, também de política. Havia discriminação das mulheres nos cafés de Londres, ao contrário do que acontecia nos salões de Paris. Os cafés acolhiam não só os círculos elitistas, mas também as classes médias mais abastadas. Da mesma forma, nos salões em França verificou-se um alinhamento da aristocracia e da grande burguesia bancária e burocrática com a «intelectualidade». Na mesma época, na Alemanha, não há nenhuma cidade com infraestruturas capazes de substituir a publicidade representativa da corte pela publicidade burguesa (Habermas, 1962/2012, pp. 70-72).

7. Em França, a história dos termos *esprit publique* e *opinion publique* é muito semelhante. Noelle-Neumann (1995b, p. 43) relembra que no tempo de Montesquieu (1689–1755) as duas expressões circulavam como equivalentes, tendo, à semelhança do que se passou no Reino Unido, vingado no fim a *opinion publique*.

O *public spirit*, juntamente com a *general opinion*, acabará por se fundir com a *public opinion*. Em 1781, o *Oxford Dictionary* regista pela primeira vez a expressão *public opinion* (Habermas, 1962/2012, p. 129). Em França, a expressão *opinion publique* aparece em meados do século XVIII. A opinião pública equivalia, numa primeira fase, à opinião do povo transportada e legada pela tradição e o bom senso (*bon sens*). Só com os fisiocratas a opinião pública é imputada ao público ilustrado e ganha o significado de opinião verdadeira, destilada a partir de uma discussão crítica e pública (Habermas, 1962/2012, p.129). São os fisiocratas quem primeiro liga explicitamente a lei com a razão e esta com a opinião pública.

Segundo Habermas, foi na Inglaterra que começou o que ele denomina de publicidade política. Após a revolução gloriosa de 1688[8], houve grandes transformações ao nível da publicidade. Uma das novidades foi a criação de uma oposição popular. A agitação popular e o alvoroço ainda não estavam na ordem do dia. Tão pouco havia assembleias públicas regulares. A opinião pública estava orientada por outro fator: a fundação de um jornalismo independente. O antagonismo entre sociedade civil e estrutura estatal desencadeou uma dialética em que a imprensa assumiu um papel protagonista. A ascensão de um jornalismo independente assentou, por conseguinte, na afirmação face ao governo. O comentário crítico sobre o governo e a oposição política tornam-se correntes. Frente à imprensa, a única defesa do parlamento era fazer uso do seu privilégio, mantendo as discussões parlamentares em segredo. Mas a exclusão da publicidade das discussões parlamentares não se podia manter por muito tempo. A partir de 1727, graças à ação da imprensa política, surgiu uma oposição sistemática. É neste contexto que nasce o famoso quarto poder (*Fourth Estate*), em que a imprensa assume, pela primeira vez, o papel de órgão crítico de um público racional e politicamente motivado (Habermas, 1962/2012, p. 147).

8. A "revolução gloriosa" ocorreu em 1688, com a deposição do rei católico Jaime II, substituído pela sua filha Maria e o seu genro neorlandês Guilherme, Príncipe de Orange (ambos protestantes). Guilherme de Orange foi obrigado a assinar uma *Bill of Rights*, que se tornou o fundamento da constituição da Grã-Bretanha. Nela são garantidas a livre eleição do parlamento, a liberdade de expressão, a liberdade dos debates parlamentares e a sua imunidade judicial; nenhum imposto pode ser introduzido sem autorização do parlamento; o rei não pode revogar nem suspender qualquer lei do parlamento; o rei não pode ser católico e não pode manter um exército permanente sem a autorização do parlamento.

A expressão *public opinion* foi utilizada pela primeira vez na Câmara dos Comuns em 1792. O whig Charles James Fox, num ataque ao seu arquirrival William Pitt, declarou: "É certamente justo e sensato que se consulte a opinião pública (...) mas uma coisa é perfeitamente clara, eu devo dar ao público os meios para formar uma opinião" (citado em Habermas, 1962/2012, p. 154). Na declaração de Fox, a última frase é a mais importante – "os meios para formar uma opinião". O político britânico referia-se à educação e à informação necessárias para se formar uma opinião fundada, opinião que nasceria de um debate público, no qual vingariam os argumentos mais racionais e persuasivos.

Nesta época, o público reduzia-se aos proprietários e às pessoas instruídas (dois grupos que, na prática, se sobrepunham). O público não iria, por conseguinte, além de umas centenas de milhares, num país que já teria mais de 20 milhões de habitantes. De qualquer maneira, o absolutismo parlamentar vê-se, gradualmente, obrigado a ceder a sua soberania. Os deputados passam a ter como interlocutor oficial o público e estavam, assim, lançadas as bases para um "government by public opinion" (Habermas, 1962/2012, p. 155).

Frente à publicidade regulamentada pelos poderes públicos, surge a publicidade crítica, que preconiza a necessidade de discussão pública dos interesses gerais e das atuações e decisões governamentais, envolvendo pessoas privadas, educadas e racionais, "a fim de que a legitimidade de tais decisões fosse obtida no tribunal da opinião pública" (Correia, 1998, p. 21). A razão é a capacidade discursiva que surge das razões das pessoas privadas (os sujeitos ilustrados e informados) que pensam e expressam as suas ideias. A publicidade literária, artística, científica, etc. são igualmente relevantes.

As leis e as decisões políticas requerem uma justificação e uma legitimação, e estas apenas podem ser descobertas na força da razão, uma razão que se manifesta no debate inerente à opinião pública. É neste sentido que kant afirma que somente a razão tem poder, porque fora dela não existe legitimação, nem justificação possível (Habermas, 1962/2012, pp. 206-225).

A conceção iluminista kantiana encontra-se nos antípodas do princípio hobbesiano *auctoritas non veritas facit legem* (é a autoridade, não a verdade, que faz a lei) e nela o princípio da racionalidade vincula moral e política. Convém sublinhar que Kant fala da "verdadeira política" e de uma associação com a moral que não depende da vontade dos políticos; trata-se de uma vinculação interna que pode ser obviada na prática, mas não sem consequências (Cucurella, 2001, p. 60).

3.4 Crítica de Hegel e Marx à publicidade burguesa

No século XIX, instala-se a suspeita de que a opinião pública não representa uma "vontade geral" e que a publicidade, tal como se manifesta historicamente, tem falhas graves. Este é um dos fios argumentativos dos pensadores críticos do século XIX, dos quais Hegel (1770-1831) e Karl Marx (1818-1883) se destacam pela originalidade e contundência das suas análises.

Hegel considera a publicidade do raciocínio das pessoas privadas a pedra de toque da verdade (Habermas, 1962/2012, p. 226). Todavia, nos seus *Princípios da filosofia do direito*, aponta o carácter ambivalente da opinião pública:

> Tanto merece a opinião pública ser apreciada como desdenhada. Desdenhada na sua consciência concreta imediata e na sua expressão, apreciada na sua base essencial que na manifestação concreta só aparece mais ou menos perturbada. Em si mesma não possui ela a pedra de toque ou a capacidade de elevar a um saber definido o que tem de substancial, e, por isso, a primeira condição formal para fazer algo de grande e de racional é ser independente (tanto na ciência como na realidade). Pode-se estar certo de que a opinião pública acabará por reconhecer esta grandeza e fará dela um dos seus preconceitos. (Hegel, 1962/1992, pp. 290-291)

Por que motivo merece a opinião pública ser, ao mesmo tempo, "apreciada" e "desdenhada"? Como já referimos, Hegel reconhece virtudes à opinião pública. Esta reflete, por um lado, as verdadeiras necessidades e tendências da realidade e, por outro, revela uma capacidade de formação das massas

(Habermas, 1962/2012, p. 229). A desconsideração de Hegel pela opinião pública resulta do conceito hegeliano de sociedade civil. O filósofo alemão descobre a profunda divisão ou rutura da sociedade burguesa. Esta não só não supera as desigualdades inerentes à natureza como levanta ela própria uma desigualdade do talento, da capacidade e inclusive da formação intelectual e moral (Habermas, 1962/2012, p.227). O conflito de interesses inerente à desigualdade inviabiliza a possibilidade de um interesse comum. O público, constituído pelos proprietários privados, manifesta apenas um conjunto de interesses meramente particulares. Os particularismos de uma sociedade de antagonismos – a sociedade civil - só poderão ser ultrapassados através de uma vida ética, a qual é "inseparável das suas instituições, das suas interpretações colectivas do mundo, das suas formas de auto-entendimento, dos seus costumes, tradições e valores" (Correia, 2004, p. 44).

Kant considera "o Iluminismo exactamente como uma atitude de vida caracterizada pela audácia, no exercício do juízo contra o dogmatismo das instituições que oprimem a liberdade individual" (Correia, 2004, p. 44). Ao contrário desta perspetiva, Hegel considera que a natural propensão da sociedade para a desorganização e a anarquia exige, por um lado, uma integração pelo poder político e, por outro, torna inviável a pretensão da publicidade burguesa de um público de pessoas privadas autónomas "converter a autoridade política em autoridade racional" (Habermas, 1962/2012, p. 232). Como sublinha Correia (2004), "Desenha-se, pois, a tese segundo a qual, em face do carácter irreconciliável dos interesses particulares, o Estado deve surgir como relação objectiva e necessária" (p. 44).

A ligação entre política e moral, preconizada por Kant, é rejeitada por Hegel, que a considera uma questão mal definida (Habermas, 1962/2012, pp. 230-232). Segundo Hegel (1918/1997), o bem de um Estado e o bem de um indivíduo têm justificações muito diferentes:

> Em certo tempo, falou-se muito da oposição entre a moral e a política, e de a exigência da primeira dirigir a segunda. Apenas devemos mostrar que o bem do Estado tem uma legitimidade muito diferente da do bem

> dos indivíduos e da substância moral, que o Estado adquire imediatamente a sua existência, quer dizer, o seu direito em algo de concreto e não de abstrato. É esta existência concreta, e não as numerosas ideias abstratas consideradas como mandamentos morais subjetivos, que o Estado pode erigir em princípio de conduta. A crença na chamada injustiça inerente à política, na chamada oposição entre a política e a moral, está fundada em falsas conceções da moralidade subjetiva, da natureza do Estado e da sua situação do ponto de vista moral subjetivo. (p. 305)

Tendo como ponto de partida a filosofia de Hegel[9], Marx afasta-se radicalmente do conceito de ordem natural dos filósofos liberais. Ao contrário de Hegel[10], acha que a razão ainda não "se terá realizado na História, naquele momento particular de configuração da sociedade e do Estado" (Correia, 2004, p. 45).

Marx "descobre no proletariado uma força negativa que denunciará a realidade da razão, do direito e da liberdade como sendo a realidade da mentira, da injustiça e da servidão que, na sua perspectiva, se abate sobre a maioria da população" (Correia, 2004, p. 45).

Marx analisa as contradições internas do sistema capitalista, prevendo um cataclismo iminente do mesmo[11]. O carácter antagónico da sociedade industrial e capitalista é o centro do pensamento marxista. Este carácter antagónico é intrínseco ao regime capitalista e é, simultaneamente, "a mola do desenvolvimento histórico" (Aron, 1965/2015, p. 22).

9. Hegel defendera que o desenvolvimento histórico derivava da tensão entre os opostos, que desapareciam por meio de mudança súbita – e com eles a tensão. Marx aceitou esta premissa, mas depois inverteu a perspetiva de Hegel. Para Marx, não é o "espírito do mundo" ou a "razão do mundo" que faz avançar a história, como acreditava Hegel. É o inverso. São as forças materiais (económicas) que levam a alterações das condições espirituais e que dirigem a história (Wolff, 2003).
10. O "Estado universal" pensado por Hegel era o Estado burocrático prusso-alemão do século XIX e, de certa maneira, considerava que os outros Estados avançavam nessa direção.
11. Apesar das previsões (ou profecias, nas palavras de alguns) não se terem até ao momento concretizado, isso não impediu que a ideia central de Marx vingasse: é o dinheiro – a economia – que faz girar o mundo. Esta ideia faz hoje parte da nova sabedoria do senso comum (Ferguson, 2001/2015, pp.29-35).

O *Manifesto comunista* de Marx e Engels, publicado em 1848, apresenta, sob uma forma resumida, algumas das suas ideias fundamentais. O tema central desta brochura de propaganda é a luta de classes:

> A história de todas as sociedades que existiram até aos nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (Marx & Engels, 1848/1999, p.7)

A história humana é caracterizada pela luta de grupos humanos, a que Marx chama classes. Estas classes têm uma dupla característica. Por um lado, comportam um antagonismo entre opressores e oprimidos e, por outro, tendem a uma polarização em dois e só dois blocos. No regime capitalista, essas classes seriam a burguesia e os operários, que Marx designou por proletariado[12].

A industrialização seria adquirida à custa da degradação humana. A expansão do capitalismo exige a extração de uma mais-valia (a origem do lucro) da força de trabalho (a única mercadoria de que dispõem os trabalhadores). Este processo leva a uma sociedade com classes. O conflito de interesses entre os poucos proprietários e os muitos pobres é insolúvel[13]. Um prole-

12. Marx admite a existência entre os capitalistas e os proletários de múltiplos grupos intermédios, artesãos, camponeses, proprietários, comerciantes. Todavia, a própria evolução do regime capitalista levaria à cristalização das relações sociais em apenas dois grupos. Além disso, apenas duas classes, os capitalistas e os proletários, "representam uma possibilidade de regime político e uma ideia de regime social. As classes intermédias não têm nem iniciativa nem dinamismo histórico" (Aron, 1965/2015, p. 27).
13. Atendendo à lei da baixa tendencial da taxa de lucro (dada como adquirida por Marx, à semelhança, aliás, de vários economistas do século XIX, como David Ricardo e John Stuart Mill), os capitalistas, a fim de contrariarem essa lei, tentariam explorar cada vez mais os proletários. No fundo, a teoria de Marx é uma espécie de inversão das proposições centrais dos liberais. Como veremos mais à frente, para Adam Smith (o pai do liberalismo económico), existe uma harmonia social e, por conseguinte, cada um, trabalhando no seu próprio interesse, trabalha, inadvertidamente, no interesse do conjunto. Para Marx, cada um trabalhando no seu interesse contribui para a destruição do regime (Aron, 1965/2015, p. 62).

tariado, formado nas fábricas, empobrecido, mas bastante numeroso, destruiria, inevitavelmente, o capitalismo e a burguesia.

Para Marx, a igualdade de oportunidades, um dos pressupostos da publicidade burguesa, é irrealista. Dito de outro modo, as possibilidades e expectativas de ascensão social do trabalhador assalariado a proprietário e, por consequência, a público são reduzidas e ilusórias. Marx ataca o Estado de direito e o sistema parlamentar, acusando-os de servir uma classe economicamente dominante. Os regimes de democracia burguesa mantêm uma fachada de instituições livres, enquanto a classe capitalista exerce o poder efetivo. A crítica de Marx atinge fortemente os fundamentos da publicidade burguesa (Habermas, 1962/2012).

O Estado de direito e a publicidade como princípio central da sua organização são mera ideologia. A opinião pública não passa de uma falsa consciência e de uma máscara dos interesses da classe burguesa. Na medida em que o Estado representa sempre os interesses de uma classe dominante, a solução, no futuro, após a inevitável derrocada do regime capitalista, seria uma sociedade sem Estado. Antes de se atingir esse estádio evolutivo, o Estado atingiria a sua plenitude através da "ditadura do proletariado", uma expressão que se encontra em particular num texto de 1875 intitulado *Crítica do programa do partido operário alemão ou Crítica do programa Gotha*.

3.5. A opinião entre a tradição e a razão

Se para Hegel e Marx a razão teria de ser encontrada fora do *raisonnement* típico da publicidade burguesa, para Gabriel Tarde a opinião pública está algures entre a razão e a tradição.

Como vimos no capítulo 1, Gabriel Tarde em *L' opinion et la foule* analisa, no seu primeiro capítulo, de forma original e pioneira, os conceitos de público e públicos. No segundo capítulo dessa obra, intitulado *L' opinion et la conversation*, debruça-se sobre "a opinião" (*l' opinion*)[14], sem lhe acrescentar o termo

14. Tarde também utiliza a expressão "opinião social". Todavia, por vezes equivale "a opinião" ao próprio público ou à multidão, como nesta passagem: "uma única multidão imensa, abstrata e soberana, que ele batizará de a opinião" (Tarde, 1901, p. 73).

pública. E não acrescenta porque "A opinião é para o público, nos tempos modernos, o que a alma é para o corpo, e o estudo de um conduz-nos naturalmente ao outro" (Tarde, 1901, p.34). Público e opinião estão interligados e interrelacionados. Como vimos no capítulo anterior, sem imprensa, não há público [15]; sem público, não há "a opinião".

Tarde distingue a opinião da tradição e da razão[16]. Estes três ramos do espírito público (ou espírito social) alimentam-se e delimitam-se uns aos outros, numa constante disputa de fronteiras. A tradição é um resumo das opiniões acumuladas dos mortos, uma herança necessária e salutar de preconceitos, mas que, por vezes, se torna onerosa para os vivos. A razão são os julgamentos pessoais, relativamente racionais, ainda que muitas vezes pouco razoáveis, de uma elite que se isola e pensa, saindo da corrente popular para a conter ou dirigir.

A opinião tem um carácter temporário e transitório, uma vez que é um conjunto de opiniões sobre problemas da atualidade[17] e esse conjunto de opiniões, mais ou menos lógico, é reproduzido por um público eminentemente nacional. Além disso, a opinião exige que cada um dos indivíduos tenha uma consciência, mais ou menos clara, da semelhança entre as suas opiniões e as opiniões sustentadas pelos outros. A consciência desta semelhança de ideias entre os membros de uma sociedade nasce da manifestação de uma ideia individual, que, gradualmente, se vai generalizando. A transformação de uma opinião individual em "a opinião" dá-se através da palavra pública (em especial, na Antiguidade e na Idade Média) e da imprensa nas sociedades modernas. Seja como for, em todas as épocas, as conversas privadas são sempre uma das fontes principais de a opinião (Tarde, 1901, pp. 36-37).

15. Como referimos no capítulo 1, para Tarde, além da imprensa, a tipografia, o telégrafo e o caminho-de-ferro foram decisivos no nascimento do público.
16. Tarde distingue também duas aceções de opinião. A opinião propriamente dita, um conjunto de opiniões (*jugements*); e a "vontade geral", um conjunto de desejos. A Tarde interessa a primeira aceção.
17. Para Tarde, a atualidade (*l' actualité*) é tudo o que inspira um interesse geral, mesmo que se trate de um facto antigo. Ao invés, factos ocorridos recentemente podem não fazer parte da "atualidade" se não despertarem o tal interesse geral.

Em bom rigor, para cada problema que se coloca, não há uma, mas sempre duas opiniões. Uma das duas opiniões tende a ser eclipsada pela outra, a qual se dissemina rapidamente pelo público. Por vezes, a opinião que se impõe não é a que está, num determinado momento, mais disseminada, mas sim a mais violenta e ruidosa. A maior violência de uma opinião torna a sua manifestação maior, ou seja, a sua existência torna-se mais visível e, devido a isso, a sua propagação é favorecida (Tarde, 1901, p. 37).

Antes de ter uma opinião, os indivíduos têm consciência da existência de uma tradição comum e, voluntariamente, tendem a submeter-se às decisões de uma razão julgada superior. Das três forças em luta, ou em aliança, a tradição é a mais profunda e estável e a mais delimitada às fronteiras nacionais; a opinião é a mais ligeira e passageira, aspirando sempre a tornar-se internacional (como a razão aliás, neste último ponto). A opinião é tanto mais forte quanto mais fraca é a tradição.

Dos três ramos do espírito público, a opinião é o que apresenta maior potencial de crescimento e tende a crescer à custa da tradição e da razão. Se a opinião é conduzida por uma elite racional, os danos causados à tradição podem ser demolidores. Se a opinião for abandonada aos "primeiros que chegarem", estes, apoiados na tradição, podem amotinar a opinião contra a razão.

Tarde via com alguma apreensão a expansão imparável de a opinião. Tudo correria pelo melhor se a opinião se limitasse a vulgarizar a razão. A razão de hoje tornar-se-ia dessa maneira a opinião de amanhã e a tradição de depois de amanhã. Mas nem sempre é isso que acontece. Às vezes, a opinião inebria-se com as doutrinas da moda e destrói as ideias ou as instituições consuetudinárias antes de as poder substituir; outras vezes, atuando sob o império do costume, expulsa ou oprime os elementos racionais. Em suma, a opinião, graças à imprensa, tornou-se todo-poderosa e, numa luta constante, tende a causar danos à tradição, mas também à razão judiciária, científica, legislativa ou política, conforme a ocasião[18].

18. Segundo Tarde, se a opinião ainda não invadiu os laboratórios dos sábios - o único asilo inviolável

Antes do surgimento da imprensa, não havia a opinião, mas milhares de opiniões separadas, sem nenhuma ligação entre elas - cada vila debatia os seus próprios assuntos, havia um interesse vago e difuso pela política nacional e um completo desconhecimento do que se passava nas cidades ao lado. No clã, na tribo, na cidade antiga e na cidade da idade média, toda a gente se conhecia pessoalmente e as ideias comuns eram inculcadas nos espíritos através das conversações privadas ou dos discursos dos oradores. A ligação entre os milhares de opiniões separadas começou a desenhar-se com o livro e concretizou-se, com eficácia, com a imprensa. A imprensa permitiu a formação de um agregado secundário (público), cada vez mais extenso, cujos elementos se associam sem jamais se terem visto ou conhecido. Tarde distingue este grupo secundário dos grupos primários. Nos grupos primários, mais do que o número, predominam as vozes ponderadas e credíveis; ao contrário, no grupo secundário, muito mais vasto, no qual as pessoas não se veem, as vozes são contadas em vez de pesadas. A imprensa, involuntariamente, trabalha para aumentar o poder do número e da quantidade e, concomitantemente, diminuir o poder do carácter e até o da inteligência (Tarde, 1901, pp. 37-38).

Antes da imprensa, qualquer assunto local, independentemente do seu interesse intrínseco, não se propagava para além de um pequeno raio. O jornalismo nacionalizou e, por vezes, internacionalizou o espírito público. Numa primeira fase, os jornais começaram por exprimir a opinião local de grupos privilegiados, como um tribunal, um parlamento, dos quais reproduziam os rumores, as discussões e os discursos. Com o tempo, acabaram, quase ao seu critério, a dirigir e a modelar a opinião, impondo aos discursos e às conversações a maior parte dos seus assuntos quotidianos. Tarde considera difícil sabermos até que ponto o jornal enriqueceu e, ao mesmo tempo, unificou no espaço e diversificou no tempo as conversações dos indivíduos. Mesmo os que não leem os jornais são forçados a seguir os assuntos que os

até essa altura -, já havia invadido as salas de tribunal e os parlamentos.

leitores tomam por empréstimo dos jornais[19]: "basta uma caneta para pôr em movimento milhões de línguas" (Tarde, 1901, p.40).

De uma forma geral, depois do surgimento da imprensa, todas as instituições se transformaram e tiveram de se adaptar para sobreviver. Por exemplo, nos parlamentos havia uma justaposição de opiniões locais, mas, com a imprensa, estas passaram a entrelaçar-se, a interpenetrar-se, acabando por gerar a opinião e um espírito nacional. Tarde associa claramente a imprensa e a concomitante opinião à ascensão dos nacionalismos. À primeira vista, o aprofundamento da demarcação das nacionalidades poderia parecer contraditório com os crescentes entrelaçamentos e imitações recíprocas dos Estados. No primeiro capítulo, descrevemos as leis da imitação, as quais preveem uma progressão geométrica da imitação, dentro dos Estados e entre os Estados. No entanto, Tarde sempre considerou irrealista a formação de um Estado único europeu; à semelhança de Kant, via o cosmopolitismo acompanhado do soberanismo. As trocas de mercadorias e de ideias multiplicam-se entre diferentes povos, próximos ou afastados. Mas, devido aos jornais, as ideias disseminam-se ainda mais rapidamente entre os indivíduos de um povo falando a mesma língua. Se as diferenças absolutas entre as nações diminuem, as suas diferenças relativas continuam a crescer.

Tarde via como natural que os limites geográficos das nacionalidades coincidissem com os das línguas principais. O sentimento nacional foi revigorado pelo jornalismo e a difusão verdadeiramente eficaz dos jornais para nas fronteiras do idioma em que são escritos (Tarde, 1901, p. 42).

3.6 O espaço público ameaçado

> No século XX falou-se muito de espaço público, que agora é altamente penalizado e tende a deteriorar-se. A ideia de espaço público, com tudo que possa ter de elitismo, era a possibilidade das pessoas não terem só

19. No fundo, em Tarde, aparece já um esboço da teoria do *agenda-setting*, que surgiria cerca de 70 anos mais tarde.

> informação mas discutirem a informação. A simples informação não produz decisão. As decisões colectivas precisam de passar por fóruns de discussão.
>
> Aurélio (2016, 6 de janeiro)

Em 1949, George Orwell publicou *Mil novecentos e oitenta quatro*, uma obra-prima de reflexão política, na qual surgem termos como *big brother* ou *newspeak* (novilíngua) que se tornaram, entretanto, correntes. Trata-se de uma advertência satírica sobre as tendências totalitárias existentes na nossa sociedade. Mas as preocupações do escritor inglês com o totalitarismo vinham de trás. Em 21 de maio de 1941, numa emissão radiofónica, Orwell (2008) afirmava que o indivíduo autónomo estava a deixar de existir, ou melhor, o indivíduo estava a perder a ilusão de ser autónomo: "Vivemos numa época em que o indivíduo autónomo está a deixar de existir – ou talvez se deva dizer: em que o indivíduo está a deixar de ter a ilusão de ser autónomo" (p. 62).

A ameaça de totalitarismo não provinha apenas da Alemanha, da Itália ou da Rússia. Era um fenómeno que ameaçava tornar-se mundial. Orwell vê os sinais dessa tendência numa economia cada vez mais centralizada no Estado, que ele designa por socialismo ou capitalismo de Estado. Com isso, a liberdade económica e a liberdade do indivíduo fazer o que gosta chegam ao fim. O fim dessa liberdade económica teria efeitos na liberdade intelectual. Era este o problema que Orwell chamava a atenção, considerando que antes não havia sido bem visto. Antes, pensava-se que a arte floresceria ainda mais porque o artista já não estaria sujeito a constrangimentos económicos. Mas não era assim que Orwell via as coisas. O totalitarismo abolia a liberdade de pensamento de forma inaudita. O totalitarismo não se limita a proibir a expressão do pensamento. Os seus efeitos são mais profundos e perversos. O totalitarismo "dita o que irá pensar, cria uma ideologia para si, tenta reger a sua vida emocional, assim como tenta estabelecer um código de conduta" (Orwell, 2008, p. 63). A peculiaridade do Estado totalitário é que controla o pensamento, mas não o fixa. O que é verdade hoje é mentira ama-

nhã. Estabelece dogmas, porque "precisa da obediência absoluta dos seus súbditos" (Orwell, 2008, p. 65), mas altera-os em função das conveniências.

Orwell não tinha dúvidas de que o capitalismo liberal estava a chegar ao fim e que uma economia coletivizada era inevitável. A liberdade de pensamento nestas circunstâncias estaria seriamente ameaçada, embora não necessariamente condenada. Talvez conseguisse sobreviver nos países em que o liberalismo havia lançado raízes mais profundas. Mas esta, confessava o escritor, era apenas uma "esperança piedosa" (Orwell, 2008, p. 66).

O futuro imaginado por Orwell durante os anos 40 é uma metáfora e um aviso sobre os perigos que impendem sobre uma sociedade que, paulatinamente, se deixa controlar pelo Estado. Curiosamente, e provavelmente é um sinal dos tempos, a literatura e o cinema de ficção científica nunca associam o futuro a sociedades democráticas e plurais. Ainda que de forma menos catastrofista, vários autores têm alertado para os perigos que ameaçam valores fundamentais das democracias ocidentais como o pluralismo e a tolerância. Neste grupo de autores, Jürgen Habermas e Hannah Arendt são incontornáveis. Ambos chamaram a atenção para a rarefação do espaço público, no qual surge a opinião pública. Antes de nos determos nestes dois autores, voltemos, porém, a uma analogia de C. W. Mills, referida nos capítulos anteriores.

No capítulo 1, referimos o paralelismo que Mills estabeleceu entre o público da opinião pública e o mercado de concorrência perfeita - duas idealizações dos autores dos séculos XVIII e XIX. Esta metáfora ou analogia de Mills pode ser estendida ao conceito de espaço público. Socorrendo-nos de um manual de economia de autoria de João César das Neves, encontramos a seguinte definição de mercado:

> Um mercado não é necessariamente um local ou um edifício, nem é o gráfico da procura e da oferta. Um mercado é todo o arranjo pelo qual produtores e consumidores se encontram, e trocam um bem, fixando o preço e a quantidade a transacionar. Este «arranjo» pode ser um local, um computador, uma relação telefónica, etc. (Neves, 1993, p. 143)

No fundo, o espaço público também é um "arranjo". Um arranjo pelo qual os elementos de o público entram em relação ou interação uns com os outros. Esse arranjo pode ser "um local ou edifício" (cafés, teatros, por exemplo) ou os *media*.

Mercado, produtores, consumidores, troca de bens e preço estão interligados. Não existem isoladamente. Cada um destes elementos remete-nos para os restantes. Como referimos no capítulo 1, passa-se o mesmo com o espaço público, o público e a opinião pública. Neste sentido, podemos ver o espaço público como um mercado. Um mercado de opiniões.

Mercado e espaço público permanecem ainda associados a espaços concretos, com produtores e consumidores, e o público, presentes. Essa dimensão espacial ecoa nas "metáforas arquitetónicas" (Habermas, 1992/1997, p. 93) usadas muitas vezes para os designar. Por exemplo, praças financeiras, no caso dos mercados; arenas, palcos e fóruns, no caso do espaço público. E, no entanto, devido em grande parte aos avanços tecnológicos, mercado e espaço público tendem a desligar-se da sua dimensão física. Há uma dimensão abstrata associada aos conceitos de mercado e espaço público que se torna cada vez mais evidente à medida que estes integram a presença virtual de produtores e consumidores, por um lado, e do público, por outro, os quais estão cada vez mais distantes uns dos outros[20].

No mercado, os consumidores e produtores encontram-se e trocam um bem, fixando o preço e a quantidade transacionada. No espaço público, os indivíduos encontram-se e trocam opiniões e argumentos, fixando a opinião pública. Na verdade, no espaço público também há produtores e consumidores de opinião. Como vimos no capítulo 1, Walter Lippmann chamou-lhes, respetivamente, atores e espetadores – Habermas (1992/1997) também usou estas denominações. Pode haver mercados com muitos pequenos produtores (concorrência perfeita) ou mercados com poucos e poderosos produtores (oligopólio). O mesmo se passa com o espaço público, como muito bem des-

20. Como vimos antes, para Gabriel Tarde, o público é uma coletividade espiritual, composta por indivíduos fisicamente dispersos, cuja coesão é completamente mental. Essa coesão tornou-se possível a partir do século XIX devido à imprensa.

creveu C. W. Mills, o qual considerava que, nas sociedades modernas, os pequenos produtores de opinião tendem a ser esmagados pelos manipuladores da elite do poder, que têm os *media* à sua mercê [21] (ver os capítulos 1 e 2).

Podemos definir o mercado em função dos produtos transacionados[22]. De modo semelhante, há várias esferas públicas, correspondentes aos problemas e temas em discussão. O mercado pode ser local, nacional ou internacional. O preço é a regra geral usada para definir as fronteiras de um mercado[23]. A esfera pública também pode ser local, nacional ou internacional. Como já dissemos atrás, para Tarde, faz parte da natureza da opinião aspirar a ser internacional; ao mesmo tempo, devido, nomeadamente, às barreiras linguísticas, a opinião tende a parar à porta das fronteiras nacionais. Não há dúvidas de que o potencial de internacionalização dos mercados é superior ao dos espaços públicos.

De qualquer maneira, o espaço público expandiu-se imenso, devido essencialmente aos *media*. Tornou-se cada vez mais abstrato. Para Arendt (1958/2001), essa abstração, inerente à sociedade de massas, nascida com a sociedade comercial e industrial, representa o fim do sentido de espaço público. Habermas (1962/2002, 1992/1997) reconhece as dificuldades de sobrevivência do espaço público neste contexto. Todavia, apela às possibilidades existentes.

21. Estamos no âmbito das democracias, porque, prosseguindo com a analogia, em sociedades totalitárias, haveria um monopólio, com a existência de um único produtor de opinião, o partido ou o *big brother* de Orwell. Em bom rigor, nesse caso, não se poderia sequer falar em espaço público ou opinião pública.
22. As fronteiras de um mercado nem sempre são evidentes. É relativamente fácil definir ou isolar o mercado da batata. O mesmo não se passa, por exemplo, com o mercado livreiro. Os manuais de economia, a literatura, a banda desenhada, as revistas da moda farão parte do mesmo mercado? Para os consumidores, é evidente que não. Para os produtores, existem semelhanças claras na sua produção e só varia o que está escrito (Neves, 1993). Todavia, a economia, como uma das "ciências do comportamento", para usar os termos de Arendt (1958/2001) e a que voltaremos a fazer referência mais adiante, parte do pressuposto que as pessoas "não são tão diferentes assim" e, portanto, "toda a gente está de acordo que um livro não é igual a outro só porque tem o mesmo número de páginas" (Neves, 1993, p. 144).
23. Teoricamente, se "o preço for igual em zonas diferentes, o mercado é o mesmo" (Neves, 1993, p. 143). Dito de outro modo, se o preço numa região afetar o de outra é sinal que estão ligadas e, portanto, fazem parte do mesmo mercado. A ligação entre as diferentes zonas (nacionais ou internacionais) tem a ver com o maior ou menor contacto entre as pessoas, o que depende de vários fatores: existência de fronteiras, problemas legais, meios de comunicação, etc.

3.6.1 A perda do sentido de espaço público

Em *A condição humana*, Arendt (1958/2001) transmite uma ideia poderosa, a de que perdemos o sentido de espaço público, de agir em concertação, e em vez disso tornámo-nos escravos de uma visão da vida humana que consiste numa combinação de "fazer" e "História", a crença perigosa no destino e em desfechos determinados (Judt, 2009, p. 94).

Segundo Arendt (1958/2001), na Antiguidade Clássica, quem vivesse unicamente uma vida privada, quem não participasse na esfera pública, não era inteiramente humano. O termo privado tem origem na aceção de privação: estar privado de ser visto e ouvido pelos outros. O homem privado não aparece e, portanto, é como se não existisse. É a publicidade que pode absorver e fazer brilhar através dos tempos qualquer coisa que os homens queiram salvar da ruína natural do tempo.

Para Arendt (1958/2001), talvez "o mais claro indício do desaparecimento da esfera pública na era moderna seja a quase completa perda de uma autêntica preocupação com a imortalidade" (p. 70). A perda da preocupação com a imortalidade é atestada pela atual identificação da sua busca com o vício privado da vaidade. A negação do mundo como fenómeno político só é possível na base da premissa de que o mundo não durará e é quase impossível que essa premissa não venha a dominar a esfera pública.

A pretensão dos cristãos de seres livres de envolvimento em assuntos mundanos, livres de todas as coisas terrenas, foi precedida pela *apolitia* filosófica da última fase da Antiguidade, e nela teve origem. A partir de determinado momento, alguns filósofos da Antiguidade Clássica começaram a desconfiar que "nenhuma obra saída de mãos mortais pode ser imortal" (Arendt, 1958/2001, p. 33). A queda do Império Romano deitou por terra qualquer ilusão que ainda subsistisse a esse respeito. A partir daí, a necessidade de admiração pública passou a ser vista como vanglória, como lhe chamou Hobbes.

Para Arendt (1958/2001), o espaço público não pode ser construído apenas para uma geração e pensado apenas para os que estão vivos, deve transcender a vida dos homens: "Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública, são possíveis" (p. 69).

A hostilidade cristã em relação à esfera pública não tem apenas a ver com as expectativas escatológicas. Pode também ser entendida como uma consequência da devoção às boas obras. Para Arendt (1958/2001), esta segunda explicação é ainda mais relevante: a "bondade só pode existir quando não é percebida, nem mesmo por aquele que a faz (...) Daí: "«Que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua mão direita»" (p. 88). Tanto o amor à sabedoria (filosofia) como o amor à bondade se opõem, de certa forma, à esfera pública. Mas o amor à bondade é ainda mais radical, neste particular: "Só a bondade deve esconder-se de modo absoluto e evitar qualquer publicidade, pois de contrário é destruída" (Arendt, 1958/2001, p. 89). A bondade implica, portanto, isolamento, estar fora do mundo. É neste sentido que Arendt (1958/2001) considera que "a bondade e o isolamento têm muito mais relevância para a política que a sabedoria e a solidão" (p. 90) porque "por fugir do mundo e esconder-se dos seus habitantes, nega o espaço que o mundo oferece aos homens e, principalmente, a região pública desse espaço onde tudo e todos são vistos e ouvidos por outros" (p. 91). A bondade não é apenas impossível dentro das fronteiras da esfera pública, a bondade pode mesmo destruir a esfera pública[24].

Na tradição cívica, a esfera da *polis*, comum aos cidadãos livres, estava separada da esfera da casa (*oikos*). Entre as duas esferas havia uma conexão, uma vez que a condição de liberdade na *polis* era a satisfação prévia de todas as necessidades em casa (Arendt, 1958/2001, pp. 43-50). Nos séculos XVIII

24. Como sublinha Arendt (1958/2001), talvez ninguém mais do que Maquiavel tenha percebido o potencial de destruição da bondade. Como na Antiguidade Clássica, para Maquiavel, o principal critério para julgar a ação política era a glória. Nem a bondade, nem a maldade podem assumir o esplendor da glória. Maquiavel teve a ousadia de "ensinar os homens a não serem bons. Não é preciso acrescentar que ele não disse nem pretendia dizer que se deva ensinar os homens a serem maus" (Arendt, 1958/2001, p. 91). O que Maquiavel criticava ao cristianismo era o facto de ensinar as pessoas a serem boas, mas não lhes ensinar a resistir ao mal, "o que tem como resultado que os «governantes perversos podem fazer todo o mal que quiserem»" (Arendt, 1958/2001, p. 92).

e XIX, a emergência da sociedade comercial[25] e industrial provocou uma rutura. Há uma redefinição entre o "eu" e a sociedade. A sociedade comercial e industrial teve como consequência imediata a superação do âmbito doméstico e a extensão das relações sociais até atingir uma dimensão em que o indivíduo se viu submergido. A propriedade perde o seu valor de uso – satisfação mínima na esfera doméstica - para se converter num valor exclusivamente social, um valor flutuante e relativo.

A propriedade perde a permanência própria do mundo comum clássico: "Originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía o seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo político, isto é chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituíram a esfera pública" (Arendt, 1958/2001, p.77). Mas a propriedade não era apenas uma condição para entrar na esfera pública. Se ser político significava alcançar a mais elevada possibilidade da existência humana, carecer de um lugar privado próprio (como era o caso do escravo) "significava deixar de ser humano" (Arendt, 1958/2001, p. 78). A ameaça deste novo mundo não é a perda de riqueza[26], mas sim a abolição do "lugar", do reconhecimento público merecedor de crédito:

> A ascensão da sociedade trouxe consigo o declínio simultâneo das esferas pública e privada; mas o eclipse de um mundo público comum, factor tão crucial para a formação da massa solitária e tão perigoso na formação da mentalidade, alienada do mundo, dos modernos movimentos ideológicos de massas, começou com a perda, muito mais tangível, da propriedade privada de um pedaço de terra neste mundo. (Arendt, 1958/2001, p.321)

25. A expressão "sociedade comercial" surgiu no século XVIII. No século XX foi substituída por "capitalismo financeiro" (Judt, 2015).
26. Arendt (1958/2001) distingue propriedade de riqueza. Todas as civilizações tiveram por base o carácter sagrado da propriedade privada, mas a riqueza "nunca antes fora sagrada" (p. 77). A expulsão do cidadão "podia significar não apenas o confisco da sua propriedade mas a destruição da sua própria morada" (Arendt, 1958/2001, p. 77). A riqueza (calculada muitas vezes em função do número de trabalhadores, ou seja, de escravos, que se possuía) de um estrangeiro ou de um escravo não podia, de modo algum, substituir a propriedade; por outro lado, a pobreza não fazia que o "chefe da família perdesse o seu lugar no mundo e a cidadania dele decorrente" (Arendt, 1958/2001, p. 77). Na época moderna, com os negócios societários e as novas dinâmicas monetárias, diluiu-se a distinção entre propriedade e riqueza.

O surgimento da sociedade de massas implicou a absorção dos vários grupos sociais por uma sociedade única. A sociedade igualiza e "a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do facto de a sociedade ter conquistado a esfera pública" (Arendt, 1958/2001, p. 55). Na época moderna, a privação de relações objetivas com os outros tornou-se no fenómeno de massa da solidão. A sociedade de massas não destruiu apenas a esfera pública, destruiu também a esfera privada, que era o resguardo do indivíduo contra o mundo, inclusive dos que estavam excluídos do mundo – ou seja, todos os que não eram cidadãos.

Com a "ascensão do social", os processos económicos, que até então estavam confinados à esfera doméstica, emancipam-se e tornam-se assuntos públicos. A política concentra-se, cada vez mais, na economia e na administração. Todavia, este novo interesse comum não cria espaços de significação vital compartidos, servindo apenas de mero incremento à acumulação de capital. O espaço público da política transforma-se num pseudo-espaço de interação em que os indivíduos já não agem, mas comportam-se como produtores e consumidores.

Para Arendt (1958/2001), os aumentos populacionais levam a um maior conformismo[27], "a suposição de que os homens se comportam ao invés de agir em relação uns aos outros" (p. 56); em termos políticos, quanto maior é a população de qualquer corpo político, "maior é a probabilidade do social, e não o político, constituir a esfera pública" (p. 57). Os gregos tinham plena consciência deste desfecho. Sabiam que a *polis*, "com a sua ênfase na ação

27. Este conformismo está na base da moderna ciência da economia, "cujo nascimento coincidiu com o surgimento da sociedade, e que, juntamente com o seu principal instrumento, a estatística, se tornou a ciência social por excelência" (Arendt, 1958/2001, p. 56). A economia só veio a adquirir carácter científico quando os homens se tornaram seres sociais e passaram a seguir unanimemente certas normas de conduta, "de tal modo que aqueles que não seguissem as regras podiam ser considerados associais ou anormais" (Arendt, 1958/2001, p. 56). A economia, que era a ciência da sociedade nas suas primeiras fases, quando as suas regras de comportamento podiam ser impostas apenas a determinados sectores da população foi seguida pelas ciências sociais – que Arendt designa por "ciências do comportamento", as quais "visam reduzir o homem como um todo, em todas as suas actividades, ao nível de um animal que se comporta de maneira condicionada" (Arendt, 1958/2001, pp. 59-60). Para Arendt, quanto maior é a população, menor é o número de "desvios" e maior é a relevância da estatística, a qual lida com grandes números e longos períodos de tempo. Arendt (1958/2001) via com tristeza esta evolução: "A triste verdade acerca do behaviorismo e da validade das suas «leis» é que quanto mais pessoas existem, maior é a possibilidade de que se comportem e menor a possibilidade de que tolerem o não comportamento" (p. 58). Os acontecimentos, que antes iluminavam o tempo histórico, perderão cada vez mais a sua importância e ficarão reduzidos a meros "desvios" estatísticos.

e no discurso, só poderia sobreviver se o número de cidadãos permanecesse restrito" (Arendt, 1958/2001, p. 57). De igual modo Arendt (1958/2001) considera que um "grande número de indivíduos, agrupados numa multidão, desenvolvem uma tendência quase irresistível para o despotismo, seja o despotismo pessoal ou o do governo da maioria" (p. 57). E esta tendência leva à destruição do mundo comum porque este acaba "quando é visto apenas sob um ponto de vista e só lhe é permitida uma perspectiva" (Arendt, 1958/2001, p. 73).

Em suma. a fronteira entre a esfera pública e privada, que correspondiam, na Antiguidade, respetivamente ao campo político e ao campo familiar, desaparece na esfera social da sociedade comercial e industrial; o privado e o público convertem-se no íntimo e no social (Arendt, 1958/2001, pp. 58-73).

À semelhança de Marx, Arendt vê nesta evolução uma degradação dos homens, rebaixados a mercadorias. Os homens já não são julgados como pessoas, mas como produtores, "segundo a qualidade dos seus produtos" (Arendt, 1958/2001, p. 202). Verifica-se um processo de alienação, mas não no sentido que Marx lhe atribuía: "O que distingue a era moderna é a alienação em relação ao mundo e não, como pensava Marx, a alienação em relação ao ego" (Arendt, 1958/2001, p. 317).

A condição humana, talvez a mais importante obra teórica de Arendt, suscitou várias críticas, nomeadamente: a visão idealizada da Antiguidade Clássica (e.g., Benhabib, 1996); uma desconfiança em relação à revolução democrática (e.g., Correia, 2004); a exaltação de um espaço público elitista, limitado a algumas centenas de cidadãos, à custa da exclusão das mulheres e de milhares de escravos (e.g., Benhabib, 1996; Correia, 2004); o relegar de atividades como o trabalho e o labor[28] e, por extensão, a economia e a tecnologia, ao domínio privado, ignorando que estas atividades, enquanto relações de poder, se tornaram problemas públicos importantes (e.g.,

28. "Para Arendt, a vita activa designa três actividades humanas fundamentais: a satisfação das necessidades biológicas fundamentais de produção e reprodução, ao nível da própria sobrevivência da espécie (labor); o trabalho, através do qual se provém o mundo artificial das coisas; e, finalmente, a acção como actividade que se desenvolve entre homens de modo imediato, comprometida com a fundação e preservação dos corpos políticos" (Correia, 2004, p. 68).

Benhabib, 1996; Correia, 2004); uma conceção restrita do poder, baseada na ação e no discurso (e.g., Correia, 2004; Cuccurella, 2001; Habermas, 1992/1997).

Todas estas críticas são pertinentes, mas nenhuma delas apaga a forte intuição de Arendt: numa sociedade de massas, com a ascensão do social, perdeu-se o sentido de espaço público. Como dissemos antes, é esta ideia poderosa que atravessa do princípio ao fim *A condição humana*. Arendt não nos diz "de que forma o espaço público é equacionável com a modernidade" (Correia, 2004, p. 70). Esta é mais uma crítica possível a juntar à lista supracitada. Como veremos de seguida, Habermas não se furtou a essa equação.

3.6.2 Uma exortação às possibilidades existentes

> E a existência de um debate político, ainda que fictício, era necessário para o funcionamento harmonioso dos órgãos da comunicação social, talvez até para a existência no seio da população de um sentimento, pelo menos formal, de democracia.
> Houellebecq (2015, pp. 177)

O escritor francês Michel Houellebecq no seu romance *Submissão* imagina um cenário em que o partido a "Fraternidade Muçulmana", liderado pelo "extremamente hábil" Mohammed Ben Abbes, ganha as eleições presidenciais francesas de 2022. Os primeiros passos do governo de Ben Abbes são coroados com um inaudito estado de graça. Este "impulso de esperança" coincide com a "brutal implosão do sistema de oposição binária entre o centro-esquerda e o centro-direita, que estruturava a vida política francesa desde tempos imemoriais" (Houellebecq, 2015, p. 177). Em resultado, a comunicação social mergulha num entorpecimento "próximo da afasia". Paulatinamente, emergem alguns focos de oposição, suficientes para um debate político. E esse debate político, real ou fictício, é, de acordo com Houellebecq, necessário, por um lado, ao funcionamento harmonioso dos órgãos de comunicação social e, por outro, à existência de um sentimento de democracia no seio da população, ainda que esse sentimento possa ser meramente formal. Há ressonâncias "habermasianas" nesta conclusão de

Houellebecq: o debate político, real ou fictício, proporciona a existência de um sentimento de democracia no seio da população. No fundo, a grande questão de Habermas é perceber até que ponto é possível tornar esse debate mais real do que fictício.

Em *A transformação estrutural da esfera pública*, Habermas adota as teses centrais de Arendt sobre o declínio do espaço público. À semelhança de Arendt, Habermas faz uma digressão pela história das realidades vinculadas ao conceito de espaço público. E começa precisamente pela Grécia. Ambos os autores consideram que a distinção entre público e privado constitui a pedra angular da sociedade grega.

Vimos antes que Habermas (1962/2012) situa o nascimento da opinião pública no século XVIII em Inglaterra e na França. Na segunda metade do século XIX, ocorrem mudanças sociais significativas, nomeadamente: o agravamento dos conflitos de classes, o surgimento da sociedade de massas e de uma cultura tecnológica, a concentração dos mercados, o nascimento das sociedades de ações[29]. Entretanto, a Europa é sacudida por uma recessão a partir de 1873, que abre espaço para o avanço do Estado em áreas até então reservadas à sociedade.

A escolaridade obrigatória e o serviço militar obrigatório assinalam o início das intervenções do Estado na esfera privada. O aumento do orçamento de Estado é apenas um sinal do aumento das funções do Estado. Uma análise qualitativa das suas funções torna essa tendência mais evidente. O Estado social assumiu uma série de funções que eram anteriormente da família: subsídios de desemprego, apoio na velhice e na doença. Não se trata apenas de apoios materiais. Por exemplo, os membros individuais da família são diretamente socializados por instâncias extrafamiliares, pela sociedade[30]. Em

29. Segundo Habermas (1962/2012), o modelo liberal foi apenas um episódio, fruto de circunstâncias históricas. A partir de meados do século XIX, o mercado livre já não consegue assegurar o equilíbrio do sistema, o que obriga a crescentes intervenções estatais. O processo de concentração de mercado e as crises evidenciam a estrutura antagónica da sociedade. E quanto mais visível esta se torna, mais necessário se torna um Estado forte.
30. Este minar do lar familiar, na sua esfera íntima, encontra também expressão arquitetónica na construção de casas e cidades - as finas paredes permitem liberdade de movimentos visual, mas não acústica (Habermas, 1962/2012, pp. 278-282).

consequência, a transformação da família leva à "perda das suas funções económicas e socializadoras" (Correia, 2004, p. 73).

A separação entre Estado e sociedade começa a diluir-se. Esta diluição leva à destruição da base da publicidade burguesa. A partir do recíproco processo de socialização do Estado e de estatização da sociedade, surge uma nova esfera que já não pode ser "concebida nem como puramente privada, nem como genuinamente pública (Habermas, 1962/2012, p. 271).

A estatização do público e a ameaçadora intromissão do Estado em todos os âmbitos da vida do cidadão apoiaram-se na transformação paulatina dos *media* em instrumentos de entretenimento e dominação das massas. A imprensa de massas ampliou o público. Todavia, a maximização das vendas levou a uma despolitização dos conteúdos. Os *media* converteram as mensagens em mercadoria e a função social da comunicação social tornou-se um instrumento de criação de riqueza e de influência política. De genuína expressão da opinião pública, a imprensa passou a instrumento de interesses particulares (Habermas, 1962/2012, pp. 313-333).

O sujeito político já não é o indivíduo do liberalismo e "a esfera pública é dominada por um número cada vez mais pequeno de poderosas organizações e só os públicos organizados podem exercer influência" (Correia, 2004, p. 73). A publicidade crítica é substituída pela publicidade manipuladora e a publicidade parlamentar deriva em formulações plebiscitárias. Da publicidade como informação e manifestação de opinião ante um público leitor que discute passou-se a uma situação em que o público "está cindido em minorias de especialistas que raciocinam de um modo não público, e a grande massa de consumidores cuja recepção é pública mas não é crítica" (Habermas, 1962/2012, p. 303).

Como sublinha Correia (2004):

> As potencialidades mediadoras e normativas dos públicos, enquanto lugar onde se realizaria a convergência da opinião com a razão (...) deram a vez a uma suspeita generalizada segundo a qual o devir concreto desta

> forma de sociabilidade, no capitalismo desenvolvido, tomou a forma de um aparelho esotérico constituído por representantes e especialistas fechados sobre si próprios. (p. 73)

Em suma, Habermas (1962/2012) identificou uma série de fatores que contribuíram para a rarefação do espaço público e para a consequente manipulação do processo de formação da opinião pública, a saber: o crescente poder do Estado, do capital e dos *mass media*. A este processo Habermas designou por "refeudalização" da sociedade.

No seu novo prólogo de 1990 para a reedição de *A transformação estrutural da esfera pública* (a obra que nos tem vindo a ocupar), Habermas insiste na importância da força comunicativa do discurso como forma de sustentação de determinados tipos de legitimação. Reformulou, todavia, algumas das suas ideias iniciais. Reconheceu que havia sido demasiado pessimista em relação à capacidade de resistência e, sobretudo, ao potencial crítico de um público muito diferenciado internamente, cujos hábitos culturais começavam a desprender-se das barreiras de classe[31].

Em 1992, Habermas publicou *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Nesta obra, desenvolve e aprofunda as suas ideias sobre o espaço público, que havia apresentado 30 anos antes. O debate político ocorre na esfera pública[32], a qual é uma "rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos" (Habermas, 1992/1997, p. 92). Regressa ao tema da opinião pública porque a considera uma peça-chave da sua proposta de política deliberativa, uma alternativa para superar os défices democráticos das políticas contemporâneas (Cucurella, 2001).

31. Na década de 60, quando publicou *A transformação estrutural da esfera pública*, Habermas não se afastou muito de Adorno e da Escola de Frankfurt e da sua visão pessimista ou apocalíptica sobre as massas (ver capítulo 2). Todavia, mais tarde, "Habermas considerou que terá subestimado a influência positiva do alargamento da escolaridade na mobilização cultural e na promoção de atitudes críticas" (Correia, 1998, p. 58).
32. Ao longo do trabalho usamos indistintamente as expressões espaço público e esfera pública, embora Habermas nos seus trabalhos publicados em inglês utilize *public sphere*.

Das interações comunicativas no espaço público nasce um poder comunicacional, que pode influenciar o poder político[33], mas não pode substituí-lo[34]. As decisões não pertencem ao público, mas às instituições legalmente previstas para o efeito. Na esfera pública, luta-se, sobretudo, por influência.

O filósofo alemão reafirma a sua tese de que é fundamental restaurar a ligação entre a esfera privada e a esfera pública[35]. A esfera pública deve retirar os "seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares" (Habermas, 1992/1997, p. 98). A

33. Em Habermas (1992/1997), poder comunicacional e poder político são distintos. O primeiro tem a ver com a possibilidade de produzir discursivamente motivações e convicções partilhadas, que se concretizam numa vontade comum; o segundo diz respeito à pretensão de domínio sobre o sistema político e à aplicação do poder administrativo. O poder comunicativo transforma-se em poder administrativo na medida em que pode promover a criação de leis (Cucurella, 2001). Han (2017) critica esta visão do poder de Habermas: "O modelo comunicacional do poder fornecido por Habermas oculta a dimensão estratégica e polémica do poder (...) Não parece especialmente frutífero declarar ora o combate, ora o consenso como 'fenómeno fundamental do poder'. Seria mais adequado expor tanto o modelo do consenso como o modelo da luta enquanto *marcas de impressão diferentes de um mesmo poder*. Quer dizer, é necessário um modelo explicativo que evidencie tanto a 'instrumentalização da vontade alheia em vista de fins próprios" como a 'formação de uma vontade comum numa comunicação orientada para o acordo e o entendimento mútuo' enquanto formas diferentes do poder" (p. 100). Habermas pretende separar o poder instrumental do poder comunicacional, mas "o poder comunicacional, só por si mesmo, não conduz nunca à vitória" (Han, 2017, p. 99).

34. A questão do poder tem neste contexto um interesse acrescido. Segundo Arendt (1958/2001), o poder "é efectivado enquanto a palavra e o acto não se divorciam, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os actos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades" (p. 250). À semelhança de David Hume (ver o capítulo 4), Arendt (1958/2001) considera que o poder dos governos repousa, em última instância, na opinião – é nesse sentido que se deve entender a sua célebre frase: "se a violência é capaz de destruir o poder, jamais pode substituí-lo" (p. 253). Habermas (1997/1992) argumenta contra a identificação do poder com a opinião pública e contra a separação entre poder e aparato do Estado. Como sublinha Cucurella (2001), tal implicaria segundo o filósofo alemão: "a) a dissolução da dimensão ideológica da dominação; b) uma abordagem concetual que não permitiria desenvolvimentos descritivos para o conhecimento da realidade; c) o estabelecimento de um ponto de vista normativo convencional, senão irracional (uma vez que se baseia na opinião pública, expressão de uma «verdade de facto» mas não da «verdade de razão»)" (p. 65). Todavia, para Han (2017), Habermas, na leitura que faz de Arendt, "ignora as fissuras internas" (p. 95) do conceito de poder da autora alemã. Em *A condição humana*, escreveu Arendt (1958/2001): "Um grupo de homens relativamente pequeno, mas bem organizado, pode governar, por tempo quase indeterminado, vastos e populosos impérios; a história regista não poucos exemplos de países pequenos e pobres que levam a melhor sobre nações grandes e ricas" (p. 251). Ou seja, em Arendt, e ao contrário do que sugere Habermas, o poder não se baseia apenas na comunicação, no acordo, no entendimento mútuo; o poder surge também associado à organização e à estratégia, sem as quais grupos numericamente pequenos não conseguiriam dominar grupos muito maiores.

35. Como vimos antes, em *Historia y crítica de la opinión pública*, Habermas lamenta a destruição do vínculo entre as duas esferas, base da publicidade burguesa.

sociedade civil[36] consegue captar e identificar os novos problemas [37] com mais facilidade e sensibilidade do que os centros políticos. Estes problemas são levantados por "intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, 'advogados' autoproclamados, etc." (Habermas, 1992/1997, p. 115). Para atingirem o grande público, os problemas têm de chegar aos *media*; mas, antes, devem passar por "revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionais, universidades, etc., onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas" (Habermas, 1992/1997, p. 115). Na frase em epígrafe, no início desta secção, Aurélio (2016, 6 de janeiro) menciona o elitismo associado ao espaço público. Em Habermas, esse elitismo é evidente. É indispensável a mediação de atores com influência ou prestígio.

A influência ou prestígio dos atores do espaço público pode estar associada a partidos estabelecidos, a grupos conhecidos ou a "grupos de pessoas e de especialistas que conquistaram a sua influência através de esferas públicas especiais (a reputação de cientistas, autoridade de membros da igreja, notoriedade de literatos e artistas, etc.)" (Habermas, 1992/1997, p. 96). Mais: os atores políticos e sociais devem utilizar a esfera pública apenas na medida em que forem capazes de "fornecer contribuições convincentes para o tratamento dos problemas percebidos pelo público ou inseridos na agenda pública por consentimento dele" (Habermas, 1992/1997, p. 112).

Quanto ao papel de mediação dos *media* e dos jornalistas, Habermas é agora mais ambivalente. Por um lado, a complexidade dos *media* leva à sua centralização e concentração e, em consequência, aumenta o risco da sua

36. Segundo Habermas (1992/1997), o núcleo institucional da sociedade civil "é formado por associações e organizações livres, não estatais e não económicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública da política" (p. 99). Todavia, o conceito de sociedade civil preconizado por Habermas exige duas condições: (1) uma cultura política livre; (2) um mundo da vida já racionalizado. Caso contrário, podem surgir movimentos populistas que defendem "segmentos petrificados da tradição de um mundo da vida ameaçado pela modernização capitalista" (Habermas, 1992/1997, p. 104). Trata-se de movimentos que são modernos nas suas formas de mobilização, mas antidemocráticos nos seus objetivos.
37. Habermas (1992/1997) dá vários exemplos desses "novos problemas" ou "grandes temas" surgidos nas últimas décadas graças à intervenção da sociedade civil: rearmamento atómico, os riscos da energia nuclear, as experiências genéticas, as ameaças ecológicas, a sensibilização para o empobrecimento progressivo do terceiro mundo.

instrumentalização por interesses particulares. Por outro lado, após décadas de pesquisa sobre os efeitos dos *media* e sobre a receção, as conclusões não são ainda evidentes, considera o autor. Há, pelo menos, uma conclusão a retirar: muitos dos estudos desde Lazarsfeld contribuíram para a eliminação da imagem do consumidor passivo[38].

Habermas (1992/1997) sintetiza um conjunto de tarefas que devem ser desempenhadas pelos *media* no âmbito de uma política deliberativa:

> os meios de massa devem situar-se como mandatários de um público esclarecido, capaz de aprender e criticar; devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça; devem aceitar imparcialmente as preocupações e sugestões do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz desses temas. (p. 112)

Devido aos *media*, o público tende a expandir-se, até atingir toda a sociedade nacional e se transformar numa figura abstrata. Esta evolução torna cada vez mais clara a separação de papéis dentro do espaço público. De um lado, os atores, que se apresentam nas arenas; do outro, os espetadores, que se encontram nas galerias. E pelos rios subterrâneos da opinião pública corre a manipulação orquestrada pelos grandes grupos de interesse, a quem Habermas (1992/1997) chama "atores aproveitadores" (p. 109) do espaço público[39].

O filósofo alemão reconhece as dificuldades de sobrevivência da publicidade crítica numa sociedade de massas. Todavia, uma esfera pública submetida ao poder e à dominação dos *media* não lhe parece uma fatalidade. Acredita agora na possibilidade de despertar uma "esfera pública em repouso" (Habermas, 1992/1997, p. 113). Apela a uma mobilização da sociedade civil.

38. Habermas (1992/1997) invoca em especial as investigações de Hall (2005), a que também fizemos uma referência no capítulo 2.
39. Habermas (1992/1997) distingue os "atores aproveitadores" dos "atores nativos". Para os poder identificar, é "necessário observar se eles são sensíveis às ameaças que envolvem os direitos de comunicação, e se estão dispostos a ir além da defesa dos próprios interesses, levantando barreiras contra formas camufladas ou escancaradas de exclusão e de repressão de minorias e de grupos marginalizados" (p. 111). Sobre esta questão dos espetadores, dos vários tipos de ator e como identificá-los, Lippmann (1925/1993) fez uma análise pioneira, como referimos no capítulo 1. Todavia, Habermas não faz qualquer referência ao autor norte-americano.

É fundamental um exercício de influência sobre o sistema político. Só uma publicidade crítica permitirá a expressão dos conflitos reais e a superação dos mesmos pelo gerar de consensos. Da vitalidade do espaço público e da verdadeira autonomia da vontade dos cidadãos dependem a legitimação das decisões políticas e a regulação da coesão social.

Se para Arendt a referência de análise é o *agora* grego, para Habermas é o espaço público do iluminismo. Habermas pretende "precisamente uma reconstrução deste modelo iluminista e burguês a partir de um estudo histórico" (Sena, 2007, p.291). Ao contrário de Arendt, "o declínio, descrito por Habermas, só pode ser ultrapassado, por si mesmo, no interior de um ideal iluminista e moderno" (Correia, 2004, p. 73).

3.7 As razões de uma opinião pública sem razão

> A opinião pública serve como instrumento de controlo social e indiretamente assegura a coesão social.
> Noelle-Neumann e Peterson (2004, p.350)

Se para Hegel e Marx a razão teria de ser encontrada fora do *raisonnement* típico da publicidade burguesa, se para Gabriel Tarde a opinião pública está algures entre a razão e a tradição, se Habermas aspira a uma racionalidade argumentativa, para Noelle-Neumann a opinião pública está fora da razão.

Noelle-Neumann e Peterson (2004) fazem uma digressão pelo passado em busca do significado de opinião pública. Esta, até ao século XVII, era vista como um consenso social, ao qual tanto o governo como a população deviam aderir e submeter-se. É este conceito "original" de opinião pública, expresso por uma série de autores clássicos, que Noelle-Neumann tenta recuperar. A autora alemã chamou-lhe opinião pública como controlo social.

Noelle-Neumann e Peterson (2004) relembram que, no século XVIII, o conceito de opinião pública sofreu uma grande mudança. A razão passou então a ser valorizada. Concomitantemente, a opinião pública passou a estar associada à participação num debate público de cidadãos interessados, informados e responsáveis. Nos séculos XIX e XX, este conceito, circunscri-

to a assuntos políticos, foi ganhando cada vez maior aceitação e tornou-se dominante. Noelle-Neumann (1979) não considera errado pensar os assuntos políticos em conexão com a opinião pública. Mas acha esta delimitação prejudicial, porque direciona os nossos pensamentos no sentido errado. Em primeiro lugar, esta visão racionalista leva-nos a procurar um julgamento sensato na opinião pública, o que pode não ocorrer - como relembra e sublinha a autora, *Vox populi vox Dei* (a voz do povo é a voz de Deus) não é nenhuma lei universal. Em segundo lugar, não consegue explicar por que motivo a discussão pública inspira medo aos governos. Em terceiro lugar, não nos esclarece por que razão a opinião dos cidadãos mais informados sobre um determinado tópico, os especialistas, não se consegue impor ao resto dos indivíduos (Noelle-Neumann, 1995b).

Na questão dos especialistas, Noelle-Neumann afasta-se de todos os autores que evocámos anteriormente. O problema dos especialistas não é estarem (ou poderem estar) ao serviço dos grupos de interesse, como temiam Dewey ou Mills. Também não é a sua "barbárie", como acusava Gasset. Nem, ao contrário, o seu potencial préstimo para os homens de ação, governantes e jornalistas, como desejava Lippmann (ver os capítulos 1 e 4). Nem a sua possível utilidade ao público ou à sociedade em geral, como aspiravam Dewey ou Habermas. Para Noelle-Neumann, a questão é outra: o facto de alguém ser especialista não lhe confere a capacidade ou o poder de ter algum ascendente sobre o público anónimo. A opinião pública não pode estar circunscrita às opiniões de pessoas especialmente qualificadas ou politicamente motivadas ou a certos assuntos. O público envolve os cidadãos anónimos e a opinião pública, ou melhor, a pressão do público afeta todos os membros de uma sociedade. Ninguém lhe é indiferente, incluindo os especialistas. Espaço e tempo são os únicos limites da opinião pública, no sentido em que esta apenas exerce pressão num determinado espaço e num determinado momento (Noelle-Neuman, 1979, 1995a, 1995b).

Ao contrário da visão racionalista, nesta conceção "primordial" de opinião pública, a qualidade dos argumentos esgrimidos por cada uma das partes numa controvérsia não é relevante. A opinião que se impõe não depende

das conceções de certo e errado. Em contrapartida, os elementos morais (noções de bem e mal) ou estéticos (noções de beleza e fealdade) são fundamentais. A opinião pública desenvolve-se em resultado da interação dos indivíduos com o meio. Parte-se do pressuposto de que o medo do isolamento leva os indivíduos a perscrutarem permanentemente o seu meio social a fim de avaliar o clima de opinião (distribuição agregada de opiniões sobre um determinado assunto). Tendo em conta o elemento de consenso ou de acordo - presente, como vimos anteriormente, no sentido original da *opinion* francesa e inglesa -, a opinião pública é aqui entendida como a expressão de algo considerado aceitável e que não implica o risco de isolamento social[40].

Noelle-Neumann (1979, 1995a) reconhece que o conceito de opinião pública como controlo social não é, definitivamente, uma fonte de sabedoria que possa melhorar, através do seu poder crítico, a governação. Nele não há lugar para um cidadão informado e responsável, o ideal em que se baseia a teoria democrática. Mas desprezá-lo seria um erro. A teoria democrática não trata de temas como a natureza social do homem, a psicologia social ou a origem da coesão social.

O conceito de opinião pública como controlo social ajuda-nos a perceber a formação de consensos e a coesão da sociedade e do seu corpo político. Não se trata necessariamente de consensos em termos de opinião. Pode tratar-se de opções de conduta e comportamento, como, por exemplo, ceder ou não o lugar num transporte público a alguém mais velho (Noelle-Neumann, 1995a). Permite-nos explicar fenómenos que se encontram acima e para além da esfera política (Noelle-Neumann, 1995b, p. 47). Por consequência, ignorá-lo seria retroceder a um nível de conhecimento anterior à *Law of opinion, reputation and fashion* de John Locke. Deixaríamos de ser capazes de reconhecer as conexões entre fenómenos como o clima de opinião, o *zei-*

40. Na verdade, a autora alemã formulou esta conceção de várias formas. Assim, a opinião pública é a "opinion which can be voiced in public without fear of sanctions" (Noelle-Neumann, 1977, p. 145), "controversial opinions one is able to express in public without becoming isolated" (Noelle-Neumann, 1974, p. 44), opiniões "in the sphere of controversy that one can express in public without isolating oneself" (Noelle-Neumann, 1979, p. 150), "opinion that may be expressed in public without risk of isolation, or opinions that must be expressed if one wishes to avoid isolation" (Noelle-Neumann, 1995b, p. 46).

tgeist, a reputação, o politicamente correto, a moda e os tabus. Em suma, este conceito de opinião pública estende-se a todas as áreas de natureza moral, a áreas de conflitos sensíveis que podem levar a que a coesão social seja ameaçada (Noelle-Neumann, 1995b, p. 47).

Quando assume como principal função a coesão social, a opinião pública estabelece uma ligação com os conceitos de sanção e castigo; tem o peso de uma sentença de tribunal e os indivíduos ajustam-se às opiniões e aos comportamentos estabelecidos (Noelle-Neumann, 1995a, p.89). Numa palavra, a opinião pública é uma pressão para a submissão ou conformismo.

Este conceito de opinião pública relembra-nos a necessidade de integração e os riscos da sociedade se fragmentar de acordo com as preferências dos seus membros individuais. Mas este processo de integração não está isento de sofrimento. Como veremos no próximo capítulo, foram vários os autores que sublinharam este problema e talvez ninguém mais do que Rousseau se tenha queixado da forma como a opinião pública priva o indivíduo da sua verdadeira natureza, o aliena de si mesmo (Noelle-Neumann, 1979, p.151).

Noelle-Neuman (1979) considera que, no essencial, a opinião pública funciona de forma muito semelhante em todas as sociedades e que as suas funções se resumem essencialmente a quatro. Em primeiro lugar, alcançar integração: ao tentarem evitar o isolamento, os indivíduos tornam-se propensos ao compromisso, permitindo assim um "chão comum", o que é geralmente considerado uma condição de sobrevivência da sociedade. Em segundo lugar, estabilizar a sociedade: é uma consequência da integração, mas é mais do que isso - os cientistas políticos, interessados em sociedades mais desenvolvidas, consideram que a não existência de uma opinião pública pode levar a revoltas. Em terceiro lugar, estabelecer prioridades: em termos do campo da *communication research*, a análise da opinião pública remete-nos para o *agenda-setting function*, uma vez que nos permite identificar os problemas que a sociedade considera mais urgentes em cada momento. Por fim, conferir legitimidade: através da forte pressão sobre os indivíduos para a submissão, a sociedade gera consensos, protege normas estabelecidas ou

cria normas legalmente sancionadas - é este o significado da célebre frase de David Hume "all governments rest on opinion".

A autora alemã reconhece que não é fácil aceitar e aprovar este conceito de opinião pública, nomeadamente pelos académicos. Para aqueles que estimam e exaltam as virtudes da tolerância e da autonomia individual, será com certeza difícil aceitar que uma sociedade educada para esses valores mantenha os seus membros sob controlo, ameaçando-os sem contemplações com o isolamento[41]. De qualquer maneira, Noelle-Neumann (1979) não tem dúvidas: é necessário abandonar o conceito racional de opinião pública porque se trata de uma invenção. Com uma certa ironia, critica aqueles que, após a emergência da *public opinion research*, se deram finalmente conta dos perigos da tirania da maioria ou dos riscos de rarefação da democracia representativa e da sua possível substituição por uma democracia em permanente plebiscito[42]. Em seu entender, caíram no erro de subestimar o elemento natural da opinião, ou seja, o medo do isolamento, o qual sempre esteve presente nas democracias[43]. Na base de todo o processo da opinião pública está o medo de isolamento e a exploração desse medo por parte daqueles que querem impor a sua vontade à sociedade, seja para preservar uma opinião estabelecida, seja para introduzir uma nova regra (Noelle-Neumann, 1979).

Que consequências práticas pode um indivíduo retirar deste conceito de opinião pública para o seu comportamento numa democracia? Noelle-Neuman (1979) adianta duas. Primeira, a oportunidade para mudar ou moldar a opi-

41. Para Noelle-Neumann (1979), a educação apenas pode aliviar a severidade da censura exercida pela opinião pública.
42. Para Noelle-Neumann (1979), se todos os políticos bem-sucedidos percebem ou pressentem o sentir do povo, isso não significa que o sigam servilmente. Por dois motivos. Primeiro, a opinião do povo nem sempre é a mais sábia. Segundo, uma das características de um grande estadista é a convicção de que será sempre capaz de ultrapassar uma opinião pública adversa e de que, tarde ou cedo, com uma perseverança convincente, escolhendo o momento certo, conseguirá inverter a maré e conquistar a maioria. Um grande líder político é aquele que sabe usar todos os instrumentos a que na Antiguidade se chamava retórica.
43. Isto não significa que a *politic opinion research* não tenha modificado a democracia. Para Noelle-Neumann (1979), modificou, de facto. A informação sobre as reações da população tornou-se um fluxo diário que permite aos políticos moverem-se com mais segurança, como alguém que se move num quarto escuro e sabe onde fica cada uma das peças da mobília. Nunca, como hoje, governantes e governados estiveram tão próximos. De forma natural, a população percebe que os políticos estão bem informados e que estes sabem o que a população sente.

nião pública está reservada àqueles que não têm medo de ficar isolados. Dizendo e fazendo o que é impopular, chocando como uma vanguarda (*avant-garde*) ou um núcleo duro (*hardcore*), podem tornar as suas ideias proeminentes. Segunda, se alguém tem uma convicção forte, deve exprimi-la publicamente. Caso contrário, contribui para o declínio das suas próprias convicções. Mas não é fácil seguir estes conselhos, sublinha a autora. A maioria dos indivíduos deixa-se arrastar pela corrente da opinião pública. De acordo com as palavras de James Madison, um dos pais da constituição americana: "o Homem é tímido e cauteloso" (citado em Noelle-Neuman, 1979, p. 155).

Perdemos o sentido de espaço público, como lamentava Hannah Arendt? É necessário mobilizar a sociedade para a transformação do espaço público numa forma de legitimação das decisões políticas e de regulação da coesão social, como exortava Habermas? Na verdade, estas questões interessavam pouco a Noelle-Neumann. A autora alemã achava mais útil a elaboração de uma tipologia das relações do indivíduo com o espaço público, uma tipologia que estava por fazer. Se a opinião pública equivale a uma sentença de tribunal, então o espaço público equivale ao próprio tribunal ou a um campo de batalha onde se pode perder a reputação (Noelle-Neumann, 1995a, p. 107).

A autora alemã não oferece nenhuma resposta elaborada sobre a forma como se processam as mudanças na opinião pública. Considera, todavia, que a mudança provém dos poucos indivíduos dispostos a pagar o preço por enfrentar a ameaça de isolamento da sociedade. Artistas, vanguardistas, hereges, revolucionários, reformadores podem destruir a ordem das coisas (Noelle-Neumann, 1995a, p.184). Embora os elementos deste grupo heterogéneo se destaquem por conseguir ultrapassar o medo do isolamento, a forma como alcançam esse feito varia. Uns adoram provocar o público, mas outros sofrem com a hostilidade de que são alvo – por exemplo, Rainer Werner Fassbinder faria parte do primeiro grupo e Martinho Lutero do segundo (Noelle-Neumann,1995a, p. 185). Se a opinião pública, um fenómeno psicossociológico procedente do medo do isolamento, leva ao conformismo

de muitos, a estes, aos impulsionadores da mudança, é a alavanca da mudança (Noelle-Neumann, 1995a, p. 186).

Noelle-Neuman (1995a) não rejeita a importância de alguns detonadores da mudança da opinião pública sugeridos por Niklas Luhmann: as crises ou sintomas de crises, a dor ou qualquer dos "substitutos que a civilização proporciona para a dor" (p. 187), como, por exemplo, as privações económicas, os cortes orçamentais, as perdas de posição. Todavia, estes potenciais detonadores não conseguem explicar todas as mudanças da opinião pública. Não conseguem explicar, por exemplo, por que motivo o tema da liberdade e dos direitos da mulher assumiu tão grande destaque a partir dos anos 60. Na verdade, admite Noelle-Neumann (1995a), "não sabemos responder à pergunta de como se inicia o novo" (p. 187).

****

O modelo iluminista de opinião pública descrito por Habermas em *A transformação estrutural da esfera pública* corresponde ao conceito de opinião pública como racionalidade proposto por Noelle-Neumann. O filósofo alemão tomou esse modelo como referência, um ideal que era urgente recuperar, como forma de conferir legitimidade às decisões políticas e regular a coesão social. Neste particular, Habermas afasta-se de Marx que via a opinião pública como uma máscara dos interesses da classe dominante, numa sociedade marcada pela desigualdade e o conflito de interesses, como antes já havia denunciado Hegel. Todavia, ao contrário de Hegel, Marx considera que a razão ainda não se teria realizado na História e que tal só seria possível quando se chegasse a uma sociedade sem Estado, o que ocorreria após a derrocada inevitável do capitalismo.

Junto com Habermas, Hannah Arendt foi dos autores que mais se destacaram na descrição da rarefação do espaço público na sociedade moderna. A sociedade de massas, gerada pela sociedade comercial, destruiu a esfera pública e a esfera privada. Perdemos o sentido de espaço público. As sociedades numerosas trouxeram a alienação do homem em relação ao mundo. O homem já não age, comporta-se. Como veremos no capítulo 5, Noelle-

-Neumann, ainda que seguindo por um caminho diferente, chega a uma conclusão semelhante à de Arendt: o grande catalisador do conformismo é o público anónimo.

Dos autores analisados neste capítulo, Gabriel Tarde é o mais referido por Noelle-Neumann no seu livro *The spiral of silence: public opinion – our social skin*. As marcas de Tarde emergem de várias formas na espiral do silêncio, embora às vezes apenas de forma implícita. Dentro das marcas explícitas, destaca-se a sua análise do papel da imprensa. Se foi a imprensa que gerou o público (ver o capítulo 1), foi também ela que gerou indiretamente a opinião pública, que o psicólogo francês denomina apenas por "a opinião". Na visão de Tarde, a imprensa, todo-poderosa, gerou um espirito nacional, permitindo que as opiniões locais, antes dispersas, se entrelaçassem e formassem a opinião. Com o tempo, a imprensa, quase ao seu critério, passou a dirigir a opinião e todas as instituições passaram a ter de se lhe adaptar para sobreviver – à época, apenas os cientistas escapavam a esse rolo compressor. É a imprensa que marca a agenda, para usarmos uma linguagem mais moderna. No fundo, o autor francês esboçou a teoria (ou hipótese) do *agenda-setting* (função de agendamento) apresentada em 1972 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, segundo a qual existe uma forte correlação entre a importância que os *media* atribuem a certos objetos e a importância atribuída a esses objetos pelas audiências (McCombs & Shaw, 1972, 2000a). Noelle-Neumann acolhe todas estas ideias na espiral do silêncio. Mas também lhe interessam mais dois argumentos de Tarde. Primeiro, a opinião pública tende a parar às portas das fronteiras nacionais. Segundo, por vezes, a opinião que se impõe não é a mais numerosa, mas sim a mais ruidosa e violenta; embora, neste particular, a autora tenha preferido invocar outro autor francês, Alexis de Tocqueville, como veremos nos próximos capítulos.

Tarde distingue a opinião da razão (e da tradição). Por vezes as duas aproximam-se, ainda que com um desfasamento temporal: a razão de hoje seria a opinião de amanhã (e a tradição de depois de amanhã). Como referimos no início do capítulo, em bom rigor, Noelle-Neumann não exclui por completo a razão da opinião pública. Mesmo os assuntos mais controversos,

com maior carga moral (e é nestas situações que a espiral do silêncio é desencadeada), necessitam, em última análise, de um suporte cognitivo para se afirmarem na opinião pública. Seja como for, a razão não é determinante na formação da opinião pública como controlo social.

Excluindo, obviamente, a própria Noelle-Neumann, nenhum dos autores mencionados neste capítulo fez do controlo social um elemento central na sua análise da opinião pública. No próximo capítulo, começamos por uma linhagem de autores fundamental na espiral do silêncio, nos quais a opinião pública surge associada ao ostracismo social.

Capítulo 4

OPINIÃO PÚBLICA: DA AMEAÇA DE ISOLAMENTO AO ESTEREÓTIPO

> Se algo assim existe realmente, se este é verdadeiramente o processo mediante o qual as ideologias e os movimentos sociais se impõem ou desaparecem, muitos autores de séculos anteriores têm de tê-lo percebido e comentado. É muito improvável que esta classe de fenómenos se tenha subtraído à atenção de homens sensíveis e meditativos que, como filósofos, estudiosos do direito e historiadores, hajam escrito sobre os seres humanos e o seu mundo.
>
> Noelle-Neumann (1995a, p. 24)

Este capítulo está dividido em três partes, correspondentes às três secções principais. A primeira diz respeito a uma das mais importantes fundações teóricas da espiral do silêncio, constituída por autores que associaram a opinião pública ao ostracismo ou à ameaça de isolamento exercida sobre os indivíduos. O jugo da opinião pública tanto afeta o cidadão comum como o mais poderoso dos governantes. Noelle-Neumann resgatou vários autores clássicos, os quais, de uma forma ou outra, prenunciaram a teoria da espiral do silêncio. Todos os autores mencionados nesta secção surgem nos escritos da autora alemã, com a exceção de John Stuart Mill. Todavia, acrescentamos o economista e filósofo inglês por este ter desenvolvido e aprofundado o importante conceito da tirania da maioria de Tocqueville.

Na segunda parte deste capítulo, analisamos outra componente fundamental da espiral do silêncio: a sensibilidade do indivíduo ao seu meio social. No século

XVIII, os iluministas escoceses ocuparam-se, de forma original e pioneira, da sociabilidade natural do homem. Começamos esta secção com um enquadramento geral sobre a forma como a opinião pública era vista no iluminismo escocês, tendo por base uma obra de Maria Jose Canel intitulada *La opinión pública: estúdio del origen de un concepto polémico en la ilustración escocesa*, publicada em 1993. De seguida, analisamos o conceito de empatia nos dois mais importantes filósofos escoceses: David Hume e Adam Smith. O primeiro é profusamente mencionado nos textos de Noelle-Neuman sobre a espiral do silêncio, mas o segundo é ignorado. De qualquer maneira, decidimos acrescentá-lo na nossa genealogia da espiral do silêncio por considerarmos que o seu conceito de espetador imparcial é um importante contributo em relação ao conceito original de empatia de Hume.

Por fim, na terceira parte, correspondente à última secção deste capítulo, voltamos a Walter Lippmann. Desta vez a nossa análise recai sobre *Public opinion*, a sua obra mais conhecida, publicada em 1922. Noelle-Neumann considerou este livro revelador. Na perspetiva da autora alemã, a revelação de *Public opinion* manifesta-se principalmente no conceito de estereótipo e na análise, pioneira nos Estados Unidos, da natureza das notícias.

Faremos, assim, uma breve digressão pela história das ideias usando como guias as obras de Noelle-Neumann (1995a), Habermas (1962/2012) e Canel (1993).

4.1 O jugo da opinião pública

Há diferenças entre os autores que analisamos nas próximas três subsecções: uns enfatizam os efeitos da opinião pública sobre o indivíduo, outros sobre o poder. Mas em todos eles a opinião pública surge como uma força opressiva a cujo domínio ninguém escapa. Esse poder da opinião pública traduz-se no ostracismo dos que se lhe opõem.

4.1.1 De Laclos a Locke

De acordo com Noelle-Neumann (1995a, pp. 92-94), Montaigne (1533-1592) terá sido o primeiro autor a usar a expressão opinião pública. A autora alemã

atribui-lhe mesmo o título de descobridor da dimensão pública. Em 1588, na edição dos seus *Essais*, Montaigne utiliza duas vezes o termo *l'opinion publique*. Na mesma obra, utiliza também os termos *publique*, *l'opinion commune*, *l' approbation publique* e *reference publique*. Mostra assim que é sensível à importância da aprovação e condenação públicas, devido à natureza social do homem.

Em *Ligações perigosas*, um romance epistolar[1], típico do seu tempo, publicado em 1782, Choderlos de Laclos (1741-1803) recorre ao termo opinião pública. Fá-lo, todavia, de forma casual e lateral, utilizando uma linguagem coloquial e referindo-se à apreciação feita sobre uma determinada pessoa pelo meio social. Madame de Volanges escreve à sua amiga Madame de Tourvel avisando-a dos perigos que corre ao relacionar-se com o sedutor Visconde de Valmont:

> Não ficaria ainda contra ele a opinião pública, e não basta ela para regular a vossa conduta? Só Deus pode absolver no instante do arrependimento; Ele lê nos corações. Mas os homens não podem julgar os pensamentos senão através dos actos; e nenhum de entre eles, depois de ter perdido a estima dos outros homens, tem o direito de se queixar da desconfiança necessária, que torna essa perda tão difícil de reparar. (Laclos, 1782/2004, p. 73)

Os homens julgam os outros apenas através dos atos e, uma vez perdida a estima da comunidade, ninguém tem o direito de se queixar da "desconfiança necessária". Estamos, por conseguinte, ainda no âmbito privado. A opinião pública é vista como um tribunal, que aplica castigos e sanções morais, mas delimitada à esfera pessoal, não envolvendo temas políticos ou figuras políticas eminentes.

Antes, Shakespeare (1564-1616) em Henrique IV já utilizara o termo *opinion*. Henrique IV repreende o seu filho e futuro rei Henrique V porque o vê com frequência em más companhias. A opinião é da maior importância: "Foi a

1. Não há narrador, sendo as cartas que estabelecem as relações entre as personagens.

opinião que me deu a coroa[2]". Maquiavel (1469-1527) vai no mesmo sentido nos conselhos que dá ao rei. Em *O príncipe*, adverte o príncipe de que é essencial parecer grande e virtuoso aos olhos do povo e que é impossível governar contra a opinião do povo. Esta última advertência perpassa toda a obra do autor florentino: "um príncipe precisa de ter a amizade do seu povo, pois, se a não tiver, não terá remédio nas adversidades" (Maquiavel, 1532/2008, p. 125), ou "um príncipe deve preocupar-se pouco com as conjuras, se for benquisto pelo povo; todavia, quando ele lhe é hostil e o odeia, deve recear tudo e todos" (p. 159), ou "mesmo que possuas fortalezas, se és odiado pelo povo, as fortalezas não te salvam" (p. 171). Maquiavel e Shakespeare tiveram uma intuição importante: o tribunal de justiça chamado opinião pública faz tremer também os príncipes, reis e governantes, que estão submetidos aos seus ditames.

John Locke (1632-1704) distingue três classes de leis: a lei divina, a lei civil e a lei da virtude e vício (*law of virtue and of vice*). Esta última lei aparece também com outros dois nomes: lei da moda e do julgamento das pessoas (*law of fashion and of the judgment of private persons*) e lei da opinião e reputação (*law of opinion and reputation*) (Noelle-Neuman, 1979, p.144). Em consequência, Locke define uma terminologia em três níveis: (1) em referência à lei divina, falamos de deveres e pecados; (2) a lei civil tem a ver com o julgamento das ações, determinando se são ou não crime; (3) por último, em termos da lei da opinião e reputação, falamos em virtude e vício.

A *law of opinion* institui-se como juiz de virtudes e vícios (*measure of virtue and vice)*: a virtude mede-se precisamente em função da consideração pública. Caracterizando a opinião pública como uma moda, Locke sublinha a natureza superficial e fugaz desta - ligada ao lugar e ao momento -, mas também o seu carácter coercivo enquanto reina. No seu *Essay concerning human understanding*, a opinião pública surge como uma ameaça dirigida ao cidadão comum, o qual, submetido à lei da opinião e reputação na sua existência quotidiana, teme tanto a reprovação que nem um em dez mil ficaria

2. "Opinion, that did help me to the crown" (Shakespeare, W. Henry IV, part. I. act 3).

indiferente ao desprezo dos seus vizinhos[3]. Esta lei da opinião não exerce o seu poder somente sobre os indivíduos. Locke deixa também entrever que o poder provém do consentimento voluntário dos governados (Noelle-Neumann, 1995a, p. 285).

Para Habermas (1962/2012), a lei da opinião e reputação de Locke não alude propriamente a uma lei da opinião pública, uma vez que procede de elementos do âmbito da consciência privada e não surge de uma discussão pública.

4.1.1 Rousseau: a opinião pública sem discussão pública

> A estas três espécies de leis junta-se uma quarta, a mais importante de todas, que não é gravada nem no mármore nem no bronze, mas no coração dos cidadãos, que faz a verdadeira constituição do estado, que toma todos os dias novas forças (...) Estou a falar dos usos, costumes e sobretudo da opinião.
> Rousseau (1762/1999, p. 60)

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) utiliza pela primeira vez a expressão "opinião pública" no seu *Discurso sobre as artes e as ciências*. Em *O contrato social*, publicado em 1762, utiliza algumas vezes o termo opinião, mas a expressão opinião pública só aparece no final da obra, no capítulo VII intitulado "Da censura", do Livro IV. Rousseau emprega "ainda este novo conceito composto no sentido antigo de *opinion*" (Habermas, 1962/2012, p.192). Por outras palavras, Rousseau usa a expressão opinião pública no sentido de controlo social, para aplicarmos a classificação de Noelle-Neumann.

Rousseau quer reconstruir no "estado social" uma ordem natural. Todavia, essa ordem natural não é inerente às leis da sociedade burguesa. Pelo contrário, é, em definitivo, transcendente à atual sociedade. A desigualdade e a falta de liberdade resultam da corrupção de um "estado natural" no qual os homens realizavam apenas a sua natureza humana, enquanto a rutura entre natureza e sociedade dividiu o indivíduo em homem e cidadão. Como

3. "Nor is there one of ten thousand, who is stiff and insensible enough, to bear up under the constant dislike and condemnation of his own club" (Locke, 1690/1999, p. 340).

explica Habermas (1962/2012), o "truque genial do *contrat social* pretende remediar esta dilaceração: cada um submete à comunidade a sua pessoa, os seus bens, incluindo todos os seus direitos, para, pela mediação da vontade geral, poder partilhar os direitos e as obrigações de todos" (pp. 197-198).

A vontade geral não surge da concorrência entre interesses privados: uma tal "vontade de todos" coincidiria com o modelo liberal, no qual se pressupõe a autonomia privada – e era precisamente o modelo liberal que o "contrato social" se propunha superar (Habermas, 1962/2012, p.198).

> Há muitas vezes grande diferença entre a vontade de todos e a vontade geral; esta não olha a outra coisa que não seja o bem comum, enquanto a outra olha ao interesse privado e não é mais do que uma soma de vontades particulares. (Rousseau, 1762/1999, p. 35)

Habermas (1962/2012) critica a democracia da "opinião não-pública" de Rousseau, uma vez que este concebe a vontade geral "mais como «um consenso de corações que de argumentos»" (p.50). Ou, como destaca Noelle-Neumann (1995a), em Rousseau as funções da opinião pública não são intelectuais, são morais. O filósofo francês queria, de facto, uma democracia sem discussão pública. É excluído um público raciocinador porque os "particulares vêem o bem que afinal rejeitam; o público quer o bem que não vê" (Rousseau, 1762/1999, p. 45). Além disso, aos homens simples escapa-lhes os refinamentos políticos da discussão política: "há imensos tipos de ideias que é impossível de traduzir na expressão popular. As perspectivas demasiado abstractas e os objectos demasiado elevados estão igualmente fora do seu alcance" (Rousseau, 1762/1999, p. 48). Para perceber o bem-comum, é requerido apenas um sensato entendimento humano: "Enquanto vários homens reunidos se consideram como um corpo único (...) não é necessário mais do que um simples bom senso para o apreender" (Rousseau, 1762/1999, p. 104). Por consequência, "não são precisos debates ou eloquência para tornar lei aquilo que cada um já decidiu por si fazer, certo de que os outros farão igualmente como ele" (Rousseau, 1762/1999, p. 104).

Rousseau (1762/1999) vê mesmo algo de pernicioso nos debates longos porque "quanto mais as opiniões se aproximarem da unanimidade, tanto mais a vontade geral é dominante; mas os debates longos, as discórdias, o tumulto, prenunciam o ascendente dos interesses particulares e o declínio do Estado" (p. 106).

Em bom rigor, Rousseau não especifica a relação entre a vontade geral (que, como referimos, distingue da vontade de todos, que é privada e egoísta) e a opinião pública. Como sublinha Noelle-Neumann (1995a), apesar de ao longo da sua obra Rousseau se referir várias vezes a opinião pública[4], esta aparece definida uma única vez: "a opinião pública é a espécie de lei de que o censor é o ministro, e que outra coisa não se faz senão aplicá-la aos casos particulares" (Rousseau, 1762/1999, p. 126).

Em *O contrato social*, inventa um tribunal especial chamado censor[5], um "cargo que nunca havia existido" (Noelle-Neumann, 1995a, p.114): "Longe de ser o árbitro da opinião pública, o tribunal censorial é apenas o seu porta-voz e logo que dela se afasta as suas decisões são vãs e sem efeito" (Rousseau, 1762/1999, p. 126). Este tribunal é criado com o único objetivo de fortalecer a opinião pública como guardiã da moralidade pública: "Quem julga dos costumes julga da honra e quem julga sobre a honra vai buscar a sua lei à opinião" (Rousseau, 1762/1999, p. 127). Em consequência, a "censura mantém os costumes, impedindo as opiniões de se corromperem, conservando a sua rectidão por sábias aplicações, algumas vezes mesmo fixando-as quando são ainda incertas" (Rousseau, 1762/1999, p. 127)[6].

4. Noelle-Neumann evoca um estudo de 1975 de Christine Gerber segundo o qual a expressão "opinião pública" aparece mencionada 16 vezes nas principais obras de Rousseau; público e publicidade aparecem 106 vezes.
5. Esta proposta de Rousseau aparece precisamente no capítulo VII do livro IV de *O contrato social*, que, como fizemos referência no início desta secção, é o único em que aparece a expressão opinião pública.
6. A propósito, Rousseau dá o exemplo da proibição dos duelos em França. Quando um édito do Rei proibiu a nomeação de padrinhos, o julgamento público aceitou imediatamente este juízo. Mas quando mais tarde os éditos do rei também consideraram uma cobardia os duelos (opinião partilhada por Rousseau), o público "menosprezou esta decisão" porque neste caso "já tinha estabelecido previamente o seu próprio julgamento" (Rousseau, 1762/1999, p. 127).

Na verdade, a posição de Rousseau sobre a opinião pública é ambivalente. Se atribui à opinião pública a função de proteger o mais permanente e valioso de uma sociedade - os costumes, a tradição e a moralidade -, também a considera, por vezes, um preconceito vazio (Noelle-Neumann, 1995a). Por um lado, a opinião pública fomenta a coesão social; por outro, é uma força conservadora, que obriga os indivíduos a submeterem-se, por medo do isolamento, à tradição e a uma moral decadente. A primeira função é benéfica para todos; a segunda é desastrosa para o indivíduo e leva a um enorme sofrimento (Noelle-Neumann, 1995a).

A rebelião do coração contra a sociedade de Rousseau, como lhe chamou Arendt (1958/2001), "foi dirigida, em primeiro lugar, contra as exigências niveladoras do social, contra o que hoje chamaríamos de conformismo inerente a toda a sociedade" (p. 54). É importante notar que esta rebelião ocorreu antes do princípio da igualdade, ao qual, desde Tocqueville, atribuímos a origem do conformismo. Como escreveu Bloom (1987): "Rousseau observou que no seu tempo muitos homens, que eram liberais, um século antes teriam sido fanáticos religiosos. Concluiu que eles não eram realmente razoáveis, mas, ao contrário, conformistas" (p. 248).

4.1.3 Tocqueville e Stuart-Mill: opinião pública e tirania da maioria

> enquanto a maioria ainda não se afirmou, discute-se; mas logo que ela se pronuncia irrevogavelmente, todos se calam, e tanto os amigos como os inimigos parecem então concordar em segui-la.
> Tocqueville (1835/2001, p.313)

Como vimos nos capítulos 1 e 3, no século XIX, o público vai-se alargando através da imprensa. Além da exclusividade social, o público perdera também, em termos relativos, um alto nível de instrução. Liberais como Alexis de Tocqueville (1805-1859) e John Stuart Mill (1806-1873) veem este processo de forma ambivalente. Ambos veem a "formação discursiva da opinião e da vontade como um mero poder velado da maioria" (Habermas, 1962/2012, p. 44). Do ponto de vista normativo, a opinião pública poderia, quando muito, servir para limitar o poder.

Tocqueville não escreveu nenhum livro sobre a opinião pública. Não atribuiu sequer essa designação a nenhum capítulo dos seus livros. Todavia, Noelle-Neumann (1995a) relembra que a obra do autor francês está repleta de descrições, explicações e análises das consequências da opinião pública. Tocqueville vê a opinião pública como uma pressão pesada sobre o indivíduo, "uma coerção para a conformidade ou, nos termos de Rousseau, um jugo sob o qual o membro individual da sociedade devia humilhar-se" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 122). De facto, o autor francês trata a opinião pública mais como uma coação que impele ao conformismo do que como uma potência crítica. Em *Da Democracia na América*, vê como inevitável a emergência, na civilização cristã, de uma era democrática – que ele contrasta com a era aristocrática, para usar as suas próprias palavras. Essa emergência é mais evidente nos Estados Unidos, mas o autor francês não tem dúvidas de que alastrará a toda a Europa. Esta era democrática traz consigo benefícios, mas também prejuízos. Basicamente, os prejuízos relevam da paixão destemperada pela igualdade. A igualdade não é aqui entendida como igualdade de rendimentos ou económica – que o autor francês, na sua hostilidade ao socialismo emergente, considerava impraticável -, mas, antes, como igualdade de estatuto social: os indivíduos gozarão do mesmo astuto, dos mesmos direitos e deveres, e cada um considerará os outros como iguais. Tocqueville, ele próprio um aristocrata, sabia que antes da era democrática as diferenças de estatuto criavam uma hierarquia dos indivíduos à nascença, com os correspondentes deveres e prerrogativas. Em contrapartida, a era democrática é, sobretudo, a era da igualdade.

Como vimos no capítulo 3, no início do século XX, no seu *L' opinion et la foule,* Gabriel Tarde descreveu uma luta entre a opinião, a razão e a tradição. Tocqueville teve uma visão diferente: a razão estava sozinha no palco (Bloom, 1987). A democracia liberta o homem da tradição e da autoridade e exige que cada um decida por si próprio. Antigos bastiões como a igreja ou a aristocracia não devem influir nas opiniões dos indivíduos. Uma das consequências desta tendência – ou princípio para a igualdade de condições - é

o desmoronamento de toda a autoridade exterior ao indivíduo. Os homens perderam as antigas fontes da opinião.

A luz da razão deveria libertar os indivíduos da superstição e dos preconceitos de religião, classe, família. Mas gerou-se um efeito paradoxal. Para além do cálculo do interesse pessoal, estimulado pelo próprio regime, poucos se adestram no uso da razão. Com 90 anos de antecedência, Tocqueville esboçou a tese central de Walter Lippmann no seu *The phantom public*: os homens não têm tempo, nem capacidade para refletir sozinhos (ver o capítulo 1). Muitas vezes, não conseguem sequer fazer cálculos sobre o seu próprio interesse.

Removidas as boias da tradição e da autoridade, que antes davam alguma segurança, entregues a si próprios, os indivíduos veem-se compelidos a deixar-se levar pela corrente, à qual nenhum indivíduo isolado tem força para resistir. Para Tocqueville (1835/2001), o maior perigo da democracia é a escravização em relação a essa corrente (Bloom, 1987). Essa corrente chama-se opinião pública e corresponde à opinião da maioria numérica. É a tendência irresistível para a igualdade que leva, segundo Tocqueville, ao predomínio da opinião pública.

Tocqueville descreve a forma como a pressão da opinião pública afeta os indivíduos e os governos. Nenhuma classe, nenhum homem se acha superior para poder emitir as suas opiniões livremente, porque há cada vez menos pessoas a ter uma fé absoluta na infalibilidade de quem quer que seja: "Quanto mais igualitárias se tornam as condições, menos os homens são individualmente fortes e mais facilmente se deixam arrastar pela multidão, experimentando sempre mais dificuldade em manter uma opinião que ela tenha abandonado"[7] (Tocqueville, 1835/2001, p. 610).

Para Tocqueville, a opinião pública, determinada pelos sentimentos das massas, necessita de se purificar através dos pontos de vista de cidadãos exemplares e autónomos. Não é já possível fazer brotar da sociedade bur-

7. É neste sentido que Habermas (1962/2012) se identifica com Tocqueville. Como "Frankfurtiano", detesta a tirania da maioria por a identificar com a massa e não com o público.

guesa uma nova aristocracia, mas os cidadãos instruídos e poderosos, à falta de uma aristocracia de nascimento, podem constituir um público de elite cujo raciocínio seja determinante para a opinião pública.

Só a liberdade pode conter os excessos da igualdade, numa época em que os indivíduos estão dispersos e isolados face ao poder central. Tocqueville propõe a substituição dos anteriores "poderes intermédios" do antigo regime por novos poderes intermédios. Destaca cinco procedimentos democráticos que podem substituir as antigas estruturas intermédias aristocráticas: descentralização política e administrativa; independência judicial; liberdade religiosa; arte de associação; liberdade de imprensa. Para a nossa análise, interessam-nos particularmente as duas últimas.

A arte de associação permitiria a constituição de "personalidades aristocráticas" (Tocqueville, 1835/2001, p.843), que serviriam de instituições mediadoras de tipo democrático entre o Estado e o indivíduo. As associações funcionariam como um "cidadão instruído e poderoso cuja vontade não pode ser vergada e que não se consegue oprimir na sombra e que, ao defender os seus direitos pessoais contra as exigências do poder, salva as liberdades comuns" (Tocqueville, 1835/2001, p. 843).

A imprensa, ainda que por si só não baste para contrariar os males que a igualdade pode produzir, é um importante instrumento da razão e um meio de defesa, "uma arma muito poderosa, à qual até o mais fraco e o mais isolado podem recorrer" (Tocqueville, 1835/2001, p. 843). Com uma imprensa livre, a servidão nunca poderá ser completa. A imprensa é "por excelência o instrumento democrático da liberdade" (Tocqueville, 1835/2001, p. 844).

> O jornal representa a associação; podemos dizer que ele fala a cada leitor em nome de todos os outros e que os cativa tanto mais facilmente quanto mais fracos eles forem individualmente. O império dos jornais deverá pois crescer à medida que for aumentando a igualdade de condições entre os homens. (Tocqeville, 1835/2001, p. 610)

John Stuart Mill, que admirava a obra de Tocqueville, deplorava, na senda do autor francês, o jugo da opinião pública. A Mill (1859/2001) preocupava a tendência para o esmagamento da individualidade ou individualismo (*Individuality*). Esse esmagamento e a concomitante uniformização da sociedade teriam como causas a educação, a política, os meios de comunicação, o comércio e, em especial, a opinião pública. A opinião pública uniformiza tudo e de caminho expulsa a excentricidade, que Mill via como uma manifestação da originalidade, da energia, da força, da coragem, do carácter, do vigor mental e do génio de um povo. O abandono da excentricidade era um (mau) sinal da mudança dos tempos.

A exigência de tolerância de Mill (1859/2001) é dirigida à publicidade e não aos censores que antes a oprimiam, uma vez que a opinião pública, que até aí havia servido como garantia da razão contra o poder, transformara-se num meio de coação. O domínio da opinião pública significa o domínio da multidão e dos medíocres. A dimensão e a composição do público variava conforme os países livres. Nos Estados Unidos, compreendia a totalidade da população branca; na Inglaterra, sobretudo, a classe média. Seja como for, a extensão do público não alterava o essencial do problema, porque se trata sempre de "uma massa, isto é, uma mediocridade coletiva" (Mill, 1859/2001, pp. 61-62).

As massas criam ativamente as suas próprias opiniões e, novidade dos tempos, não as recolhem de membros eminentes do Estado ou da Igreja, de líderes ou dos livros, mas sim de homens comuns. Estes ditam o pensamento das massas e, através dos jornais, falam em nome destas sobre as excitações do momento. O poder do soberano foi substituído pelo poder não menos arbitrário da publicidade. Mill vislumbra uma tendência para um crescente poder da sociedade através da opinião pública, um poder que chega a tornar-se impertinente. Nada, nem ninguém escapa ao rolo compressor das massas. O público é uma massa que governa o mundo e os políticos

e os governantes, a fim de sobreviverem, são dos primeiros a render-se, tornando-se uma caixa-de-ressonância das massas[8]:

Apesar de ver com grande apreensão o desaparecimento da *individuality*, resultado, em grande parte, como referimos anteriormente, da ascensão da opinião pública nos países livres, Mill (1859/2001) considerava possível contrariar ou atenuar a tendência em curso. À semelhança de Tocqueville, Mill reconhece a necessidade de criar uma hierarquia social. Caso contrário, o individualismo estaria condenado a desaparecer. Era necessário que as pessoas mais inteligentes e mais eminentes do público sentissem o reconhecimento do seu valor e percebessem a importância de haver diferenças e de as sublinhar. Se havia um momento ideal para as reivindicações do individualismo, era aquele, enquanto o processo de assimilação e uniformização, desencadeado pela opinião pública, dava os primeiros passos.

4.2 Opinião pública e sociabilidade natural do homem

Para que a opinião pública exerça o seu poder sobre a sociedade, a maioria dos indivíduos tem de ser sensível às opiniões alheias e deixar-se influenciar por elas. Os iluministas escoceses chamaram a essa propensão dos indivíduos sociabilidade natural do homem. A empatia, um conceito introduzido por David Hume (1711-1776) e aprofundado por Adam Smith (1723-1790), é um elemento fundamental dessa sociabilidade natural do homem.

Recorrer aos iluministas escoceses para dar resposta ao significado de opinião pública oferece a possibilidade de contemplar a sociedade atual no seu ponto zero, como sublinha Maria Jose Canel em *La opinión pública: estúdio del oriegen de un concepto polémico en la ilustración escocesa*, publicado em 1993. E é a esta obra que passamos de seguida.

8. Como vimos em especial no capítulo 2, este era também o argumento de autores como Gustave Le Bon, Ortega y Gasset, Elias Canetti. O receio do despotismo das multidões ou das massas une estes autores.

4.2.1 A opinião pública no iluminismo escocês segundo Canel

Canel (1993) analisa de que forma os conceitos de público e opinião pública foram tratados por um conjunto de cinco pensadores do século XVIII da Escola do Iluminismo escocês: David Hume, Adam Smith, Francis Hutcheson, Adam Ferguson e Thomas Reid.

Antes de mais, convém sublinhar que Canel vê o iluminismo escocês como uma reação a alguns movimentos e tendências da época. Em primeiro lugar, a Ata da União de 1707, que integrou a Escócia na Inglaterra e tornou os pensadores escoceses especialmente sensíveis à questão da identidade nacional. Em segundo lugar, a implantação, em especial a partir do século XVIII, da sociedade comercial, que teve como repercussão a rutura da fronteira existente, no pensamento clássico, entre a esfera privada e a esfera pública. O *homo faber e mercator* substitui o cidadão clássico, dono da sua terra, da sua família, das suas armas e virtuosamente austero. A superação do âmbito doméstico e o alargamento das relações sociais submergem o indivíduo. Numa palavra, a implantação da sociedade comercial levou a uma redefinição da relação entre o "eu" e a sociedade, como Arendt (1958/2001) havia sublinhado (ver o capítulo 3).

A especulação do pensamento escocês pode ser vista como uma resposta ao seguinte problema: como integrar o particular no geral? Uma das características comuns dos pensadores escoceses é o interesse com a atuação do homem em sociedade[9]. Estudam a vida do homem "humanizada pela virtude da sua vida social" (Canel, 1993, p.61), pelo que na maior parte das suas obras encontramos uma grande atenção à comunicação. No Iluminismo escocês, está sempre presente a preocupação de estabelecer uma conexão entre o "eu" e a sociedade, entre o *self-love* [10] e o bem-comum, entre o individual e o universal, entre o particular e o comum, entre o privado e o público (Canel, 1993, p.183). Trata-se, em parte, de uma reação ao "Grande Leviatã"

9. Os iluministas escoceses foram os pioneiros do que mais tarde se chamaria sociologia e psicologia social e são também vistos como precursores das ciências sociais (Canel, 1993, p. 62).
10. Os pensadores escoceses distinguem o *self-love* - uma palavra usada na língua inglesa no século XVIII e que, entretanto, caiu em desuso, sendo substituída por *self-interest* (Raphael, & Macfie, 1984) – de *selfishness*.

de Hobbes, sem a autoridade do qual, o homem, um ser prenhe de instintos egoístas, descambaria rapidamente no caos. Os homens só poderiam escapar ao seu caótico "estado natural" se "estabelecessem um governo que através do monopólio do poder e da violência, abolisse a «guerra de todos contra todos» por «atemorizar todos»" (Arendt, 1958/2001, p. 46).

Apesar de haver diferenças entre os pensadores escoceses do século XVIII, a sua especulação filosófica apresenta alguns elementos comuns que nos permitem falar em escola[11], a saber: a mesma preocupação temática (a ação do homem em sociedade); pressupostos básicos similares (sociabilidade natural e uniformidade da natureza humana através dos tempos); e, por último, o conteúdo histórico dos seus estudos (Canel, 1993, p. 347).

Tomam como base empírica os sentimentos e tornam-se, assim, um contrapeso ao racionalismo. No fundo, a filosofia escocesa é também uma reação ao racionalismo continental[12]. A reação dos escoceses ao racionalismo consiste em sublinhar o carácter afetivo da conduta humana. De acordo com Canel (1993), isto não significa que mergulhem num sentimentalismo irracional, mas sim que a "via que tomam integra vida e razão" (p. 184). Confiam na perceção que o homem tem da realidade através do senso comum (*common sense*), que é anterior a toda a realidade.

Com o objetivo (permanente) de integrar o particular no geral, induzem o geral a partir da vida concreta de um indivíduo numa sociedade concreta. Neste sentido, partilham o método indutivo[13] com o empirismo, mas afastam-se deste ao (pre) estabelecer conceitos como senso comum, empatia (*symphaty*) e senso moral (*moral sense*). Estes três conceitos pressupõem

11. Muitas vezes, a escola do *common sense* aparece como uma das denominações do iluminismo escocês. É, todavia, uma visão parcial porque o ceticismo de Hume é radicalmente oposto à filosofia do *common sense*.
12. O cartesianismo havia conduzido à ausencia de um ponto de partida "extramental" e a uma conceção formalista do pensamento. Em consequência, a cultura só se podia entender como pura convenção racional, algo artificial (que não se apoia na natureza) e a formação da sociedade como resultado de um ato da razão - o motivo por que Descartes renunciou ao método indutivo radica na sua crença na existencia de verdades inatas: a mente percebe a verdade de um principio evidente quando confrontada com a experiencia e não a partir dela (Canel, 1993, p. 184).
13. Os filósofos escoceses do século XVIII são a primeira escola a usar na sua totalidade e de forma sistemática o método indutivo: induzir dos factos observados os princípios de explicação (Canel, 1993, p. 65).

uma natureza que está de acordo com a razão. Acreditam na existência, intemporal, de uma similitude e uniformidade nos homens, o que os leva a extrair leis universais sobre a natureza humana a partir de determinados factos empíricos.

Para Canel, a reformulação levada a cabo pelos pensadores escoceses dos conceitos de natural e artificial é um dos seus feitos mais interessantes. O natural é o que responde aos motivos intrínsecos da natureza humana; o artificial é o acordado, o planeado, o deliberado. Os escoceses definem ainda um terceiro tipo de fenómeno que se move entre o natural e o artificial, resultado de um conjunto de ações particulares. As ações particulares são deliberadas e respondem a instintos, mas o resultado destas ações não é planeado, nem deliberado globalmente. É desta forma que os escoceses concebem o institucional, como um fenómeno não intencional (*an unintended consequence phenomenon*). As instituições surgem espontaneamente, sem um plano prévio, e respondem às necessidades de cada época[14]. São um fenómeno natural e, ao mesmo tempo, cultural, intrinsecamente unido à sociabilidade natural do homem.

Para abordar os conceitos de público e de opinião pública, Canel assume como ponto de partida a importância que o Iluminismo escocês atribui ao institucional. O público surge com as características dos fenómenos a que os escoceses situam entre o natural e o artificial. O público refere-se à ação de vários "eu": uma situação pública anónima, afim da ideia de consenso. Por extrapolação, falar de opinião pública equivale a falar de um conjunto de opiniões particulares. Enquanto conjunto de opiniões particulares, a opinião pública não procede de uma intenção ou vontade global. A opinião surge num âmbito público, mas a partir de vidas individuais. Por outras palavras, o público e a opinião pública são o resultado de ações individuais, mas não são um desígnio humano de um "todo atuante" (Canel, 1993, p. 352); são um fenómeno não intencional.

14. O século XVIII foi uma época de confiança no homem e nas suas posibilidades. Se as instituições pudessem ser definidas corretamente, então o futuro da humanidade estaria garantido. As instituições poderiam sugerir, estimular e provocar as melhores reacções dos homens (Canel, 1993, p.335).

No pensamento escocês, os conceitos de público e opinião pública não são tratados de um modo sistemático e explícito; surgem associados aos termos *public*, *public opinión*, *honour*, *public spirit*, *fashion*, *public sense*, *public desire*, *public passions*, *public affections*, *public esteem*, *public repute* e *public utility*. Estes conceitos colhem o carácter espontâneo da opinião pública de Locke: o conjunto de tendências, sentimentos, costumes e tradições populares. Todavia, o iluminismo escocês atribui à natureza humana um forte sentido ético que o distingue de Locke: a moralidade é inata e anterior às relações intersubjetivas.

O instinto inato do homem para perceber as opiniões alheias e para se deixar influenciar por elas é uma expressão da sua sociabilidade natural. Como referimos anteriormente, a sociabilidade natural do homem é um dos pressupostos básicos, ou melhor, é um elemento-chave do Iluminismo escocês. Trata-se, no fundo, de um modo de entender a comunidade social e tem o seu fundamento no âmbito público. Nesta visão, o indivíduo só pode ser tido em conta na medida em que estiver unido aos outros, aos seus *fellows*. O indivíduo vê-se compelido a observar os que o rodeiam, porque procura sempre a sua aprovação, o seu acordo.

O conceito de opinião - entendida aqui como "o que os outros pensam de mim" - está impregnado de um forte conteúdo ético, sendo a opinião pública identificada com um tribunal de justiça; uma instância de sanção moral, tanto para o próprio atuar como para o atuar alheio. Estamos perante tendências inatas do homem e que são a "origem psicológica da opinião, e elementos para a formação da opinião pública" (Canel, 1993, p. 353). Isto significa, por um lado, que os indivíduos são sensíveis às opiniões dos outros e que se deixam influenciar por elas e, por outro, que o medo de se verem isolados dos outros os leva a aderir à opinião da maioria. Estas tendências são elementos naturais da opinião e anteriores à possibilidade fáctica da sua publicidade. A opinião pública surge aqui como um elemento de coesão social e uma "força estabilizadora da comunidade política" (Canel, 1993, p. 353).

Canel classifica de sábias as intuições dos pensadores escoceses do século XVIII. Ao trazerem à luz conexões entre o "eu" e a sociedade, entre o *self-love* e o bem-comum, entre o individual e o universal, entre o particular e o comum, entre o privado e o público permitiram uma melhor compreensão do fenómeno social da opinião pública. E isto porque "(...) o conceito de «opinião pública» implica em si mesmo uma relação entre «o individual» - a opinião enquanto tal é um ato individual – e «o social» - o adjetivo «pública» faz referência a uma comunidade ou grupo" (Canel, 1993, p. 345).

O surgimento dos *media* tornou esta visão dos pensadores escoceses do século XVIII desfasada e ultrapassada? De acordo com Canel, não. Os *media* apenas alargam o alcance da manifestação do sentir comum, mas o sentir comum é prévio à sua manifestação, independentemente dessa manifestação ser acessível a muitos ou a poucos. Por isso, "os meios de comunicação explicitam o sentir comum" (Canel, 1993, p. 355).

4.2.2 O conceito de empatia em David Hume e Adam Smith

David Hume e Adam Smith são os mais conhecidos e importantes filósofos escoceses. Eram contemporâneos e amigos. Em Hume e Smith, os elementos relacionados com o público e a opinião pública estão estreitamente ligados à ideia de empatia, um conceito introduzido pelo primeiro e desenvolvido pelo segundo. Ambos os autores aprovam expressamente a sensibilidade humana em relação ao meio social e não a consideram de todo uma debilidade.

Com o advento do que Hume chama "sociedades numerosas" (Canel, 1993, p. 267), os indivíduos tornam-se conscientes, por um sentimento comum, da necessidade de um governo. A instituição governo vai adquirindo estabilidade à medida que o povo se torna mais consciente da sua utilidade. Todavia, Hume insiste que essa consciência da utilidade não é racional, mas sim fruto de inclinações naturais, do sentir comum, da utilidade que todos aprovam[15].

15. A formação do governo em Hume tem características semelhantes à formação da justiça. A justiça é uma consequência indireta da procura direta ou intencionada do interesse pessoal. Ainda que a justiça seja um resultado da atividade humana, não é construída deliberadamente pelos homens. Hume não faz propriamente uma revisão da distinção entre o natural e o artificial, mas o seu tratamento da justiça é um claro exemplo de um terceiro tipo de fenómenos, *an unintended consequence phenomenon*, que participa do natural e do artificial, porque reúne características de ambos. E chega, portanto, à

É nesse sentido que deve ser entendida a célebre frase de Hume (1882) "It is... on opinion only that government is founded" (p. 110). A opinião é aqui entendida como o sentimento favorável do povo à autoridade estabelecida, o reconhecimento geral da necessidade da sua existência, de forma a garantir a segurança e a tranquilidade da sociedade[16].

Em Hume, a capacidade para captar o estado da opinião não é equivalente ao conhecimento ou à consulta sobre a opinião maioritária, mas sim a um "«sentir o sentir comum»" (Canel, 1993, p. 305). A capacidade de julgar em sintonia com a comunidade a que se pertence obtém-se pela pertença a essa mesma comunidade e pelas relações estabelecidas com os seus membros. E o governo que "se guia pelo«sentido comum» tem acesso à opinião pública (o sentir do povo)" (Canel,1993, p. 268).

Nas sociedades numerosas, com o diluir das vinculações pessoais de vizinhança, as tendências egoístas tendem a prejudicar a cooperação social. Como é que Hume resolve este problema? Dito de outra forma, como é que Hume faz a aproximação entre o "eu" e o remoto, o individual e o universal, o particular e o comum, o privado e o público? Recorrendo ao conceito de empatia, um mecanismo psicológico "no qual se vê toda a dimensão da vinculação natural do homem com a sociedade e pelo qual o campo distante se torna próximo" (Canel, 1993, p.266).

De acordo com Hume (1739), a empatia é a mais extraordinária qualidade da natureza humana, é a "propensão que temos para simpatizar com os outros, e para receber através da comunicação as suas inclinações e sentimentos, ainda que diferentes, ou mesmo contrários aos nossos" (p. 166). A empatia é "sentir compaixão", "padecer com", "sentir com"; é um *fellow-feeling*, um *feeling with*; é um sentimento em relação ao outro - experimentando, num

ideia básica de uma ordem social que surge espontaneamente e sem a intervenção de construções deliberadas (Canel, 1993, p.265).

16. Todavia, hoje, a frase de Hume convida a mal-entendidos. Na era das sondagens, muitos entenderão a frase como um sinal de que os políticos bem-sucedidos são os que agem sempre de acordo com as opiniões apuradas pelas sondagens. A relação dos grandes líderes políticos com as sondagens é de outra natureza. Na verdade, os políticos bem-sucedidos nunca precisaram de sondagens para saber avaliar o sentido da opinião pública. Um grande estadista é um perito inato em opinião pública – é uma coisa instintiva, ou se tem ou não se tem (Noelle-Neumann, 1979, p. 155).

grau mínimo, as suas paixões. Este sentimento evoca uma afinidade natural dos homens, a afinidade de compartilhar sentimentos. Para percebermos o que os outros sentem (uma vez que não sentimos diretamente), temos de nos colocar no seu lugar. Nesse sentido, a empatia implica imaginação. É a imaginação que nos permite colocar na posição do outro e reproduzir na nossa mente os seus sentimentos. A empatia é um elemento fundamental da sociabilidade natural do homem, que referimos na seção anterior. O exercício da empatia, concatenado à imaginação, obriga o sujeito a transcender o mero "eu".

Uma segunda prova da sociabilidade natural do homem é a sua necessidade de aprovação pelos seus iguais, inerente ao exercício da empatia. Por que motivo sente o homem esta necessidade? Porque "a parte principal da felicidade humana nasce da consciência de ser amado" (Smith, 1759/1984, p. 41).

A necessidade e a capacidade de empatia é, por consequência, uma prova da vinculação natural do homem à sociedade (Canel, 1993). Os autores escoceses levaram esta teoria até às últimas consequências, fazendo dela uma ponte entre o egoísmo individual e o amor à sociedade. Assim, se conseguiria uma harmonização das tendências individuais.

A empatia é central na teoria de Adam Smith, mas é mais complexa que o conceito de Hume. A compreensão do conceito de empatia de Smith requer a definição prévia de agente e espetador. O agente é o sujeito da ação, que é objeto de julgamento, e é sobre ele que tentamos formar uma opinião. O espetador é um juiz, que julga as ações do agente.

Em Smith, a empatia divide-se em três atos ou etapas. No primeiro ato, identificamo-nos com os sentimentos alheios, sejam bons ou maus, independentemente das causas que os motivaram. E é a partir daqui que Smith se começa a afastar de Hume. A Smith não interessa apenas a comunhão de afetos, interessa-lhe sobretudo os motivos desses sentimentos. Ao julgar o outro, tentamos colocar-nos na sua situação e compreender os motivos fundamentais das suas ações. Este é o segundo ato do processo simpatético, no qual emerge um pensamento consciente sobre os motivos do outro. Por fim,

num terceiro ato, e com base nesse pensamento consciente, aprovamos ou não moralmente as ações do outro. Este terceiro ato envolve um julgamento que é levado a cabo pelo espetador.

Através da empatia, consideram os outros as minhas paixões e ações; através da empatia, considero as paixões e ações dos outros; e, por último, através da empatia, julgo as minhas próprias ações. Os três julgamentos têm como referência uma correspondência de sentimentos entre o agente e o espetador[17].

Para explicar o terceiro tipo de julgamento - o julgamento das minhas próprias ações -, Smith recorre à figura do espectador imparcial (*impartial spectator*). O conceito de espetador imparcial é uma originalidade importante e bastante engenhosa de Smith, que foi sendo apurado pelo autor ao longo das seis edições e revisões da *Theory of moral sentiments*[18]. Imaginamo-nos outra pessoa, que nos observa, com os seus olhos, desde fora. Construímos assim uma imagem de nós mesmos e refletimos sobre essa imagem. A reflexão é aqui uma metáfora, porquanto o pensamento espelha o julgamento de um observador hipotético, fictício. Os outros funcionam como um espelho e, pela imaginação, colocamo-nos na posição de um espetador imparcial.

Com a figura do espetador imparcial, Smith explica a natureza e a origem da consciência, isto é, a capacidade do homem para julgar as suas próprias ações e o seu sentido de dever. O ato de aprovação ou desaprovação, a que chamamos consciência, é, assim, o efeito dos julgamentos levados a cabo pelo espetador imparcial. Analisamos os nossos atos, sentimentos e motivos contemplando-os como se estivessem a certa distância de nós, imaginando o modo em que outros olhos os veriam. Quando a correspondência de sentimentos não se faz apenas em relação a um espetador concreto, mas sim à sociedade em geral, o agente tenta adequar a sua conduta às condições

17. Ao julgar a conduta alheia aplicamos os nossos sentimentos e faculdades. Julgamos a adequação (*propriety*) ou inadequação dos sentimentos alheios em função da harmonia e dissonância com os nossos.
18. A primeira edição foi publicada em 1759 e a última em 1790, um ano após a morte de Smith.

gerais da sociedade. O espetador imparcial é a própria sociedade ou "não é outra coisa que o comum, o geral, o público" (Canel, 1993, p.190)[19].

A teoria da empatia oferece uma base de interpretação para as ideias de público e opinião pública. Noelle-Neumann (1995a) e Canel (1993) estão de acordo neste ponto. Noelle-Neumann (1979, 1995a, 1995b) invoca Hume por este sublinhar a sensibilidade dos indivíduos à opinião dos outros. A autora alemã não faz nenhuma referência a Smith, embora este, como vimos, tenha elevado essa sensibilidade a um nível mais complexo e profundo do que Hume.

David Hume trata da opinião pública na secção XI, intitulada "Of the Love of Fame", do seu *A treatise of human nature*, publicado em 1739[20]. Nos capítulos anteriores, o filósofo escocês exalta a virtude, a beleza, a riqueza e o poder, isto é, as condições objetivamente vantajosas que "fazem os homens sentirem-se orgulhosos, e como os oprimem a pobreza e a escravidão" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 104). No início da secção XI, Hume considera que a reputação, a fama e o nome são de enorme importância. Todavia, as virtudes, a riqueza e o poder são de pouca valia quando não são respaldadas pelas opiniões e os sentimentos dos outros. E ninguém é indiferente à opinião dos demais. Para perceber este fenómeno, é necessário "explicar primeiro a natureza da empatia" (Hume, 1739, p. 116). A empatia não é uma qualidade que sobressaia apenas nas crianças, que tendem a abraçar todas as opiniões que os adultos lhes propõem. Até os homens mais esclarecidos e de espírito mais agudo sentem a maior das dificuldades em seguir a sua

19. Se a consciência é um reflexo das atitudes sociais, como é que difere ou pode ser considerada superior à opinião popular? Segundo Raphael e Macfie (1984, p.16), Smith começou por responder a esta questão logo aquando da revisão da segunda edição de *Theory of moral sentiments*. Smith evidencia a forma como o imaginado espetador imparcial pode alcançar uma opinião mais objetiva do que a do "espetador real" (*real spectator*), o qual é suscetível de cair em erro por ignorância ou distorções de perspetiva. Ao invés, a imaginação pode "fabricar" um espetador livre dessas limitações e possibilitar julgamentos mais objetivos em termos de perceção. Todavia, Smith, nesta fase, mantém ainda a perspetiva de que a consciência começa com a opinião popular. Com a idade, Smith foi-se tornando mais cético em relação à opinião popular. Na sexta edição, passa a considerar que a jurisdição da consciência (*jurisdiction of conscience*) não depende apenas de um tribunal (a opinião popular), mas de dois tribunais, que, embora semelhantes, são, na realidade, diferentes. O julgamento do espetador real depende do desejo de louvor (*praise*), enquanto o imaginado espetador imparcial aspira ao merecimento (*praiseworthiness*).

20. Trata-se da primeira obra de Hume, mas que este renegou. Em 1741 e 1742 publicaria os seus *Essays: moral, political, and literary,* os quais retomam a maioria dos princípios da primeira obra.

própria razão e inclinações quando estas entram em oposição às dos seus amigos e companheiros diários (Hume, 1739, p. 166). Como sublinha Noelle-Neumann (1995a), Hume enaltece as vantagens da riqueza e do poder, mas, ao mesmo tempo, sugere que as coisas boas da vida dependem, em última instância, da opinião dos grupos de referência - para usarmos, à semelhança de Noelle-Neumann, um termo da sociologia moderna.

Para Hume, a ideia de público é muito parecida com a dos gregos da Antiguidade, conforme a descreveram Arendt (1958/2001) e Habermas (1962/2012) (ver o capítulo 3). O espaço público é, antes de mais, o lugar onde os indivíduos podem brilhar e alcançar a imortalidade da fama. Como referimos no capítulo anterior, ao contrário, Noelle-Neumann não vê o espaço público como uma oportunidade para os indivíduos se distinguirem dos demais, mas sim como uma ameaça, uma ameaça que pode explicar o silêncio que, em seu entender, tanto influi na construção da opinião pública. É por este motivo fundamental que Noelle-Neumann (1995a, p. 107) considera que a reflexão de Hume sobre a opinião não consegue explicar a espiral do silêncio.

Na opinião de Noelle-Neumann (1995a), Hume não pensou muito nos rejeitados pela sociedade, nos que sofrem os castigos da condenação pública[21], não viu os indivíduos e o público com os olhos de Locke: nem um em dez mil aguentaria o desprezo dos seus vizinhos. E, para a autora alemã, a vontade de estar do lado vitorioso – era assim que Hume via o indivíduo e o público – não é o mesmo que temer ficar socialmente isolado. Esta interpretação ou dicotomia é discutível. Até que ponto querer estar do lado vitorioso não tem como motivação mais profunda o medo de ficar socialmente isolado? Como veremos no capítulo 5, esta questão está relacionada com a diferença entre o conceito do efeito do carro-ganhador (*bandawagon effect)* introduzido nos anos 40 do século passado por Paul Lazarsfeld e a espiral do silêncio.

21. Estes argumentos também se podem estender a Smith, no sentido em que este se focou mais no lado feliz e harmonioso da sociedade. No caso de Smith, o espetador imparcial é inclusive um juiz prático e humano, que considera a intersubjetividade da moral e da justiça, que não examina os princípios de comportamento para um ser perfeito, mas sim os princípios aprovados por uma criatura fraca e imperfeita.

Trata-se, na verdade, de uma diferença subtil, como reconhece a própria Noelle-Neumann (1977, 1995a).

Canel (1993) também não subscreve esta interpretação de Noelle-Neumann, porquanto a teoria da empatia é de grande importância para entender o "temor que todo indivíduo padece ao sentir-se isolado da sociedade, o que em termos lockeanos sería sentir-se isolado da opinião pública" (p. 192).

4.3 Walter Lippmann: a opinião pública no reino dos estereótipos

> As imagens dentro das cabeças dos seres humanos, as imagens deles próprios, dos outros, das suas necessidades, propósitos, e relações, são a sua opinião pública. Aquelas imagens que são seguidas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome de grupos, são a Opinião Pública com letras maiúsculas.
> Lippmann (1922/1998, p. 29)

Um homem raramente observava paisagens, exceto, vamos supor, para examinar a possibilidade da sua divisão em lotes para construção. Mas durante anos esse homem contemplou algumas paisagens de quadros pendurados em paredes. Através dos quadros, aprendeu a associar as paisagens ao pôr-do-sol ou a uma estrada com uma igreja e uma lua de prata. Um dia, faz uma visita ao campo e durante horas não reconhece a paisagem. Chega então o pôr-do-sol e o homem identifica finalmente uma paisagem e diz que é bonito. Dois dias mais tarde, tenta lembrar-se do que viu, mas na sua mente apenas vê a paisagem dos quadros pendurados nas paredes (Lippmann, 1922/1998, pp. 87-88).

Com esta metáfora, Walter Lippmann pretende, no seu *Public opinion*, publicado em 1922, ilustrar aquela que se tornaria a sua mais famosa expressão: *the pictures in our heads*[22]. As imagens na nossa mente são as nossas representações sociais. O indivíduo age baseado em imagens construídas por ele

22. A terminologia e as ideias originais de Lippmann suscitaram algumas dúvidas e confusão. Numa carta de 13 de janeiro de 1925, Lippmann esclarece, por exemplo, que *the pictures in our heads* é equivalente à expressão *pseudo-environment*, que surge várias vezes em *Public opinion*, em especial no primeiro capítulo intitulado "The world outside and the pictures in our heads" (Curtis, 1998, p. XVII). Ambas as expressões se referem à representação do mundo a partir da qual o indivíduo age.

próprio ou que lhe são fornecidas por outros e não num conhecimento direto e rigoroso do mundo. Estas representações podem ser verdadeiras, falsas ou uma mistura de ambas. A distorção da realidade - a não correspondência entre as imagens mentais e o mundo exterior – nasce dos estereótipos, ou seja, das *pictures in our heads*. As representações nunca são neutras, pois dependem mais do observador do que do objeto. O observador define primeiro e vê depois (Lippmann, 1922/1998, p. 81).

Foi Lippmann quem introduziu o conceito de estereótipo no vocabulário das ciências sociais (Jansen, 2009). Os estereótipos são imagens mentais que se intrometem entre o indivíduo e a realidade e que, regra geral, a distorcem. Trata-se, por conseguinte, de imagens, categorias, generalizações ou simplificações que assumem um particular ponto de vista[23], sublinhando ou exagerando características e comportamentos padrão atribuídos a indivíduos ou a grupos, com um certo grau de regularidade[24]. Após a publicação de *Public opinion*, houve uma profusão de estudos e análises empíricas[25]

23. Segundo Noelle-Neumann (1995a), Nietzche antecipou várias das ideias de Lippmann. Isto aplica-se tanto ao papel dos estereótipos como veículos da opinião da pública, como ao princípio básico de que o ponto de vista do observador configura o observado. Escreveu Nietzche: "Apenas se vê desde uma perspectiva determinada; apenas se 'entende' desde una perspectiva determinada" (citado em Noelle-Neumann, 1995a, pp. 253-254). Até a distinção entre "Opinião Pública (com maiúsculas) e a opinião pública (com minúsculas) não é uma ideia original de Lippmann, remonta à análise de Nietzshe" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 254).

24. Lippmann estabelece, assim, uma certa analogia com o sentido original do termo. De acordo com o *Dictionary.com*, o termo *stereotype* tem origem em 1798 e significava "printing by means of a solid plate of type": do grego "stereos" (sólido) + do francês "type". O substantivo com o significado "stereotype plate" é registado em 1817. O significado "image perpetuated without change" (imagem perpetuada sem mudança) é registado pela primeira vez em 1850, a partir do verbo com o mesmo sentido, o qual remonta a 1819. O significado "preconceived and oversimplified notion of characteristics typical of a person or group" (noção preconcebida e hipersimplificada das características de uma pessoa ou grupo) é registado pela primeira vez em 1922. Este último significado está provavelmente relacionado com a análise de Walter Lippmann.

25. Curtis (1998, pp. XXIV-XXVIII) considera que, por uma questão de conveniência, podemos examinar a literatura concetual e os estudos empíricos sobre estereótipos a partir de três grandes perspetivas: sociológica, psicológica e cognitiva.

Na perspetiva sociológica, considera-se que os estereótipos estão presentes na nossa cultura e que os absorvemos através do processo da socialização - família, grupos, *mass media* e interação com os outros. A sociedade tende a descrever os indivíduos e os grupos de determinada forma e os indivíduos, consciente ou inconscientemente, aceitam essa descrição.

A perspetiva psicológica assenta no pressuposto de que os estereótipos refletem impulsos interiores, preconceitos ou frustrações. Muita desta literatura está baseada na literatura freudiana sobre os desejos do ser humano. Neste caso, os estereótipos tornam-se um mecanismo interno de defesa relacionado com os nossos impulsos interiores. A hostilidade interna é projetada em direção a alvos, inocentes ou não, por causa das frustrações individuais. Nesta perspetiva, os estereótipos são sempre negativos e são projeções do indesejável.

Por fim, o método cognitivo, que é, na realidade, o método de Lippmann. Nesta visão, a realidade social não deve ser apenas percebida. A realidade social é também construída a partir do contexto em que vivemos. O papel do observador é sempre seletivo e, frequentemente, criativo. Todos temos uma

que vieram em grande parte confirmar as intuições de Lippmann (e.g., Cabecinhas, 2005).

Lippmann considera os estereótipos normais e inevitáveis. O indivíduo é limitado e finito e precisa de mapas para se orientar num mundo demasiado grande, cada vez mais complexo e efémero e, por consequência, inacessível a um conhecimento direto:

> Porque o meio envolvente real é de modo geral demasiado grande, demasiado complexo, e demasiado efémero para um conhecimento direto. Não estamos equipados para lidar com tanta subtileza, tanta variedade, tantas mudanças e combinações. E embora tenhamos de agir nesse meio envolvente, temos de o reconstruir num modelo mais simples antes de poder lidar com ele. Para atravessar o mundo o homem precisa de ter mapas do mundo. (Lippmann, 1922/1998, p. 16)

A dificuldade persistente do indivíduo está em arranjar mapas seguros que o orientem bem a atravessar o mundo. Os estereótipos resultam parcialmente da censura, mas também, e sobretudo, da urgência de simplificar a complexidade do mundo e do medo de enfrentar os factos que possam destabilizar ou minar o conforto das crenças do indivíduo. Os estereótipos podem não ser uma fotografia completa do mundo, mas são uma fotografia de um mundo possível ao qual o indivíduo está adaptado. Em consequência, qualquer perturbação dos estereótipos parece um ataque às fundações do universo. E, quando as coisas importantes estão em perigo, o indivíduo não faz qualquer distinção entre o seu universo e o universo (Lippmann, 1922/1998, pp. 95-97). Os estereótipos não são, portanto, apenas uma forma de substituir a confusão ruidosa do mundo pela ordem. Não são apenas um atalho. São a garantia da manutenção do sistema de valores do indivíduo e do *status quo*. Os estereótipos estão por isso fortemente carregados de sentimentos, impregnados de afetos e desafetos, associados a medos, luxúrias, desejos fortes, orgulho, esperança (Lippmann, 1922/1998, p. 120). São usa-

imagem do mundo, imagem que construímos.

dos pelo indivíduo como trincheiras para se defender dos factos que abalam as suas certezas.

Cada indivíduo cria uma realidade que considera apropriada para si. Usa estereótipos que garantam o autorrespeito e uma projeção do mundo de acordo com os seus próprios valores e age como se as suas representações correspondessem aos factos reais. Por conseguinte, quando um sistema de estereótipos está bastante fixo e estabilizado, a atenção do indivíduo concentra-se nos factos que os suportam e afasta-se daqueles que os contradizem (Lippmann, 1922/1998, p. 119)[26].

Os estereótipos precedem a razão e filtram a informação antes desta chegar ao cérebro. Em consequência, não há nada tão inflexível e rígido para a educação e para o espírito crítico como os estereótipos. A mudança e o ajustamento são, todavia, possíveis se o indivíduo mantiver uma mente aberta e um espírito crítico: neste caso, a novidade é introduzida na sua imagem mental e esta é modificada. Seja como for, não existem pessoas neutrais, completamente despidas de preconceitos. Os preconceitos podem ser detetados, descontados, refinados, mas o indivíduo está condenado a transportar *pictures* consigo.

Na verdade, Lippmann não foi completamente claro num ponto: serão os estereótipos sempre negativos? Por um lado, são perniciosos ao induzirem muitas vezes o indivíduo em erro ou ao racionalizarem os preconceitos; por outro, o abandono de todos os estereótipos empobreceria a vida humana. Nesse sentido, o que importa é o carácter dos estereótipos e a credulidade com que o indivíduo os utiliza. Em última análise, a qualidade do pensamento e da ação do indivíduo dependem da qualidade dos seus preconceitos, que podem ser amigáveis e tolerantes ou odiosos e intolerantes em relação aos outros e às ideias.

26. "Neste sentido, Lippmann faz referência ao que posteriormente se veio a designar como 'profecias auto-confirmatórias' (...), amplamente demonstradas pelos estudos em cognição social" (Cabecinhas, 2005, p. 541).

Dentro de cada indivíduo existem vários códigos morais: pessoal, familiar, económico, profissional, legal, patriótico, internacional. No centro de cada código, existe um padrão de estereótipos acerca de psicologia, sociologia e história. E o mesmo indivíduo raramente mantém a mesma visão da natureza humana, das instituições ou da tradição nos seus diferentes códigos. Lippmann ilustra este argumento com um exemplo. Um pai amoroso pode ser um chefe amargo e um reformador político sério. A sua vida familiar, a sua carreira nos negócios, a sua carreira política assentam em versões totalmente diferentes sobre o que os outros são e de como ele se deve comportar. Cada código moral deste indivíduo – familiar, patriótico, comercial, etc. - assume um determinado (e diferente) tipo de natureza humana. Por esta razão, Lippmann considera perigoso fazer generalizações acerca da natureza humana. Os códigos morais diferem um pouco entre os indivíduos do mesmo grupo social, diferem bastante entre grupos sociais e entre nações. A partir de determinado ponto, essas diferenças podem inviabilizar uma assunção comum seja em que assunto for.

O padrão de estereótipos, no centro dos códigos de cada indivíduo, determina qual o grupo de factos que este vê e a que luz os vê. Por exemplo, numa discussão entre um capitalista e um socialista o mais provável é os dois acabarem a acusar-se mutuamente de insensatez ou perversão (Lippmann, 1922/1998, p. 125). Os diferentes padrões de estereótipos (códigos morais) dos dois interlocutores levam a que cada um veja diferentes grupos de factos e diferentes aspetos da natureza humana.

Embora de forma subtil, estes códigos morais são decisivos na formação da opinião pública. Esta é essencialmente uma versão moralizada e codificada dos factos. Devido aos limites cognitivos e estruturais do indivíduo, Lippmann (1922/1998, pp. 153-154) considera uma ficção o argumento da teoria democrática de que os cidadãos são capazes de tomar decisões racionais desde que estejam conscientes dos factos. São várias as condicionantes da opinião pública apontadas pelo autor: (1) o acesso dos indivíduos à informação é limitado e incerto; (2) a perceção dos acontecimentos está profundamente condicionada pelos estereótipos; (3) os factos disponíveis para a

nossa razão estão sujeitos a ilusões de defesa, prestígio, moralidade, espaço, tempo e amostragem; (4) confundimos facilmente uma sequência de eventos com uma relação de causa e efeito, isto porque vemos os acontecimentos através, sobretudo, de estereótipos.

Para Lippmann, não será fácil tornar visível o meio envolvente invisível de modo a que as pessoas possam emitir opiniões sobre a atividade governativa. O Estado moderno não é uma pequena cidade[27]. O conhecimento necessário para a gestão dos negócios públicos não nasce espontaneamente do coração humano. A verdade sobre matérias complexas e distantes não é autoevidente e os mecanismos para reunir informação são caros e tecnicamente complicados.

Em *Public Opinion*, Lippmann dá grande destaque aos jornais. A parte VII intitula-se precisamente "Newspapers" e é composta por quatro capítulos[28]. O autor norte-americano percebeu, através da cobertura da revolução russa (1917) e do uso da propaganda na I Guerra Mundial (1914-1918), que os factos podem ser distorcidos. Ficou convencido de que as notícias estão dominadas pelas emoções e esperanças dos jornalistas e não pelos factos. Todavia, discorda dos que consideram que a verdade é violada por uma conspiração, mais ou menos consciente, dos proprietários capitalistas dos jornais[29]. Argumenta que se tal visão das coisas estivesse correta, então o "corpo da verdade conhecida" não seria violado se os jornais não estivessem nas mãos do *Big Business*. Numa palavra, as falhas da imprensa não radicam na natureza capitalista dos proprietários dos jornais. Se o "corpo da verdade" não

27. Não por acaso, vários autores, de Platão a Rousseau, consideraram que o Estado genuíno correspondia a uma cidade, em que todos se conhecem e em que cada um pode saber tudo o que acontece.
28. O autor considera inclusive surpreendente que, à época, nenhum académico americano tivesse estudado de forma sistemática a imprensa e o jornalismo (Lippmann, 1922/1998, p. 320).
29. Em 1988, Noam Chomsky e Edward S. Herman publicaram um livro intitulado *Manufacturing consent*: *the poltical economy of the mass media*. Este título é inspirado na expressão *manufacture of consente* utilizada por Lippmann em *Public opinion*. Todavia, as conclusões dos dois autores são diferentes das de Lippmann. Para Lippmann, os jornais estavam condicionados sobretudo pelo público comprador (*buying public*), eram estes que asseguravam a independência e a sobrevivência dos jornais. Chomsky e Herman argumentam que os *mass media* americanos são geridos por empresas cujo principal objetivo é o lucro, as quais, em consequência, se comportam de forma subserviente face aos objetivos de propaganda do governo e corporações, de forma a não perderem informação, publicidade, subsídios.

está ao alcance das forças capitalistas, tão-pouco o está das forças anticapitalistas. O problema é mais profundo: a natureza das notícias.

A não compreensão da natureza limitada das notícias e da complexidade ilimitada da sociedade leva a um padrão de julgamento ilusório e enganador. A imprensa não está em condições de fornecer a quantidade de informação que a teoria democrática da opinião pública exige. Lippman distingue entre a verdade (que a imprensa não pode alcançar) e as notícias. A função das notícias é sinalizar um acontecimento. A função da verdade é trazer à luz os factos escondidos, colocá-los em relação uns com os outros, e produzir uma fotografia da realidade a partir da qual as pessoas possam agir. O cidadão geralmente não acede à verdade, mas a factos, e os factos estão delimitados pelos jornalistas. As notícias dependem, por conseguinte, dos estereótipos, da estandardização, dos julgamentos de rotina dos jornalistas.

As notícias não são um espelho das condições sociais, mas sim o relatório de um aspeto que se impôs[30]. A notícia deve ser escrita e exposta de forma a mostrar como é que um determinado acontecimento pode afetar a vida do leitor[31]. É este efeito que vai estimular a atenção e o interesse do leitor e, por conseguinte, o jornalista tenderá a procurar factos sensacionais (Lippmann, 1922/1998, p. 351). As notícias que não provoquem este efeito jamais poderão chegar a uma grande audiência.

Para que o leitor possa "entrar na história" da notícia, necessita de um ponto de apoio e esse ponto de apoio é-lhe dado pelo uso de estereótipos[32]. O critério da verdade não pode ser aplicado no julgamento das notícias pelos leitores. Estes, na maior parte das notícias, não conseguem distinguir a

30. As notícias não dizem quando é que as sementes estão a germinar no solo, mas quando é que o primeiro rebento chegou à superfície (Lippmann, 1922/1998, p. 341).
31. A imprensa está condicionada a respeitar o ponto de vista do *buying public*. É para este público comprador que os jornais são editados e publicados porque sem esse apoio os jornais não podem subsistir. Um jornal pode desprezar um anunciante, pode atacar um banco poderoso, mas, se alienar o *buying public*, perde o único ativo indispensável para a sua sobrevivência (Lippmann, 1922/1998, p. 324).
32. Se uma associação de canalizadores é designada como conspiração ou maquinação (*combine*), é uma forma de induzir a hostilidade do leitor; se, ao invés, é chamada "grupo de homens de negócios líderes", a pista é para uma reação favorável (Lippmann, 1922/1998, p. 353).

verdade da ficção; todavia, não abandonam um jornal se as notícias encaixarem nos seus estereótipos.

Muitas vezes os protagonistas das notícias consideram que há uma distorção ou que estão sub-representados. Não percebem que ao jornalista não interessam as razões intangíveis do acontecimento; ao jornalista interessa, sobretudo, aquilo que ele considera que interessa aos leitores (Lippmann, 1922/1998, p. 350).

Os jornalistas lidam com muitos assuntos para os quais não dispõem amiúde de testes rigorosos que lhes permitam aferir a verdade[33]. E quanto mais o jornalista percebe esta limitação, mais disponível estará para admitir que a sua opinião é, em larga medida, construída com base nos seus próprios estereótipos. Passa, assim, a ter consciência de que está a ver o mundo através de lentes subjetivas. Para Lippmann, é possível, e desejável, que os jornalistas transmitam ao público o carácter incerto da verdade sobre o qual as suas opiniões estão fundadas.

Não é possível conceber um mundo governado pelas opiniões da população inteira. De forma inconsciente, a teoria democrática definiu um leitor "omnicompetente", capaz de julgar ou lidar com todos os assuntos; ao mesmo tempo, coloca sobre os ombros da imprensa a responsabilidade de se alcançar um governo representativo. Agindo sobre cada pessoa 30 minutos por dia, é pedido à imprensa para criar uma "força mística" chamada opinião pública, que corrigirá as negligências das instituições públicas que não se souberam munir dos necessários instrumentos de conhecimento. Ingenuamente, a imprensa dá muitas vezes a entender que esta tarefa está ao seu alcance. Para Lippmann, este desiderato não é realizável. E, considerando a natureza das notícias, é impensável.

33. Para Lippmann, uma das principais limitações da imprensa tinha a ver com o facto de as forças do poder não oferecerem dados e registos suficientes e rigorosos. E não pode ser a imprensa a criar esses registos. A imprensa limita-se a registar e a transmitir o que antes foi registado pelas instituições. Tudo o resto é argumentação e opinião, que flutuam com as vicissitudes, a autoconsciência e a coragem dos jornalistas (Lippmann, 1922/1998, p. 361).

A imprensa, diz Lippmann, é como o feixe de luz de um farol que se move agitadamente a fim de trazer alguns episódios da escuridão para o campo de visão do indivíduo. O indivíduo não pode executar a tarefa que lhe é exigida pelos democratas apenas com esta luz. Não pode governar a sociedade apenas através de episódios, incidentes e erupções.

Os especialistas[34] eram a grande esperança de Lippman. A *Great Society* havia crescido de forma colossal devido à aplicação do conhecimento técnico. A sua governação estava dependente dos especialistas, muitos deles integrados em *intelligence bureaus* ou *observatories*, e estes usariam o método científico para gerar informação desinteressada sobre os assuntos públicos. Munidos de um jargão próprio, catálogos, papelada, gráficos, os especialistas têm como principal função tornar inteligíveis os factos invisíveis para aqueles que têm de tomar decisões e assegurar a administração diária da sociedade, ou seja, os *men inside* (ver o capítulo 1). Dito de outro modo, os centros de investigação deviam estar ao serviço dos homens de ação, dos governantes e dos jornalistas, fornecendo-lhes informação rigorosa e confiável, e se "não os ajudarem, não ajudarão ninguém no fim" (Lippmann, 1922/1998, p. 399). Os leigos – os *outsiders* e todos nós somos *outsiders* -, exceto para alguns aspetos da vida moderna, não têm tempo, nem interesse, nem estão apetrechados para julgamentos de assuntos específicos. O leigo não pode na maioria dos assuntos públicos decidir o que é relevante ou o que deve ser considerado. Os relatórios e estudos dos especialistas são estudados apenas por outros especialistas, alguns jornalistas e cientistas políticos.

A ação da opinião pública deve apoiar-se em princípios gerais de procedimento. Por exemplo, o leigo deve questionar os especialistas se os factos relevantes foram devidamente considerados; ou pode, porventura, avaliar se os grupos interessados nas decisões foram devidamente ouvidos (Lippmann, 1922/1998, pp. 400-401). Mas, mesmo em relação aos pro-

34. Lippmann (1922/1998, p. 370) enumera vários exemplos de especialistas: estatísticos, contabilistas, auditores, consultores industriais, engenheiros de muitos tipos, gestores científicos, pessoal administrativo, investigadores, cientistas e por vezes apenas simples secretárias privadas.

cedimentos, o indivíduo esperará, na maior parte dos casos, que os seus representantes defendam os seus interesses.

Lippmann critica o apelo constante à opinião pública. Especialmente em assuntos mais complexos, este apelo parece-lhe, sobretudo, um expediente para escapar à crítica, escudando-se no apoio da maioria, a qual, regra geral, nada sabe acerca do assunto em questão. Neste caso, o veredicto final fica dependente de quem fala mais alto ou de quem tem acesso mais fácil à imprensa[35].

Para o cidadão comum, o valor da mediação dos especialistas não está em reprimir ou inibir os sectários (*partisans*), mas em evidenciar o seu sectarismo[36]. A entrada em cena dos especialistas não altera a posição dos sectários, que continuarão tão convencidos como estavam antes. Mas os estereótipos e os *slogans* brandidos por estes, a que os reflexos dos cidadãos tendem a responder prontamente, podem ser denunciados pela intervenção dos especialistas. Sendo o cérebro do indivíduo uma amálgama de ideias, imagens, nomes e emoções, os especialistas podem tornar-se os "novos Sócrates" ao separar as palavras, ao colocar as questões certas, de modo a que as pessoas consigam transformar em palavras os nomes de ideias (Lippmann, 1922/1998, p. 406).

Em parte nenhuma do seu *Public opinion*, Lippmann se debruça sobre o facto de os especialistas poderem ter eles próprios estereótipos. De qualquer maneira, como referimos no capítulo 1, três anos mais tarde, em *The phantom public* (uma sequela de *Public Opinion*), as esperanças de Lippmann em relação aos especialistas já haviam esmorecido.

Para o cidadão tomar consciência do carácter subjetivo da sua apreensão da realidade e da complexidade do mundo, a educação cívica é o remédio supremo, podendo tornar-se uma preparação para lidar com um meio envolvente invisível. Só uma longa educação crítica permitiria aos indivíduos

35. Mesmo quando o editor de um jornal é escrupuloso e tenta dar voz ao outro lado, o procedimento é insuficiente porque pode haver muitos outros lados desconhecidos (Lippmann, 1922/1998, p. 401).
36. Como vimos no capítulo 1, Lippmann considerava que a principal virtude e função do debate público é denunciar os sectários, que apenas estão interessados em defender os seus próprios interesses.

tomarem consciência do carácter subjetivo da respetiva apreensão da realidade. Três anos mais tarde, em *The phantom public*, Lippmann insiste na importância da educação, ainda que de forma menos assertiva: o estudante pode, nomeadamente, perceber o quão complicado é o mundo e aprender a ser humilde. Em termos de opinião pública, o principal objetivo da educação deve ser descobrir os indivíduos mais capazes para resolver os problemas e as crises.

O professor deve preparar os alunos a lidar com o mundo com uma grande sofisticação sobre as suas próprias mentes e, com método, ensinar a examinar as fontes de informação. Por exemplo: o professor pode ensinar o aluno a observar o nome do correspondente, o nome da agência de notícias, a autoridade de quem proferiu a declaração, em que circunstâncias as declarações foram proferidas e verificadas; pode ensinar o aluno a questionar se o repórter observou de facto aquilo que descreve e como é que o repórter descreveu outros acontecimentos no passado; pode explicar o carácter da censura e o fenómeno da propaganda; pode, pelo uso correto da história, tornar o aluno consciente dos estereótipos e transmitir-lhe o hábito da introspeção acerca do imaginário invocado pelas palavras impressas (Lippmann, 1922/1998, pp. 408-409).

Ainda que dolorosa no início, devido à sua conexão com o auto-respeito, a destruição dos preconceitos torna-se mais provável à medida que a mente do indivíduo se torna mais consciente do seu subjetivismo; e essa destruição, quando é realizada com êxito, proporciona ao indivíduo um "imenso alívio e um grande orgulho" (Lippmann, 1922/1998, p. 410).

****

À semelhança de Montaige e Laclos, Locke destaca sobretudo o efeito da opinião pública sobre o indivíduo. A opinião pública é uma moda, ligada ao lugar e ao momento, mas que oprime enquanto dura. Nem um em dez mil seria capaz de suportar o desprezo dos seus vizinhos, considera o filósofo inglês. Em Skakespeare e Maquiavel a opinião pública faz tremer os governantes. É impossível governar contra a opinião do povo, lembra o autor

florentino ao Príncipe. Em Rousseau e Tocqueville, a opinião pública afeta o cidadão comum e os governantes.

Rousseau é ambivalente. Por um lado, a opinião pública garante a coesão social e, por outro, provoca um enorme sofrimento ao manter uma moral decadente a que os indivíduos se submetem por medo do isolamento. Numa palavra, em Rousseau o controlo social exercido pela opinião pública tem como reverso da medalha o sofrimento e o conformismo dos indivíduos.

Em Tocqueville não há ambivalência: a escravização em relação à opinião pública é o maior perigo da democracia. A era democrática é a era da igualdade e exige que cada indivíduo decida por si próprio. Mas gerou-se um efeito paradoxal. Em primeiro lugar, fora os cálculos sobre o interesse pessoal, a maioria dos indivíduos não é capaz de usar a razão. Temos aqui um primeiro esboço do público fantasmagórico que Lippmann desenvolveria 90 anos mais tarde (ver o capítulo 1). Em segundo lugar, o princípio da igualdade (de estatuto) leva a que os indivíduos não reconheçam autoridade ou infabilidade a quem quer que seja. Neste caso, assoma um primeiro esquisso do homem-massa, embora ainda sem os traços de surdez, arrogância, autossatisfação e insolência descritos por Ortega y Gasset um século depois (ver o capítulo 2). O princípio da igualdade leva, assim, ao conformismo na medida em que os indivíduos se veem compelidos a vergar-se à tirania da maioria. E a opinião pública é a opinião da maioria numérica.

Os iluministas escoceses tinham uma visão diferente. A opinião pública é um resultado de ações individuais, mas não é um desígnio humano, não é o resultado de uma vontade global. De acordo com Canel (1993), os filósofos escoceses trataram a opinião pública no mesmo plano que trataram o institucional. Por conseguinte, a opinião pública é um fenómeno não intencional, situado entre o natural e o artificial. Provêm de ações individuais, as quais são deliberadas (o artificial) e respondem a instintos (o natural), mas o resultado não é planeado. Tudo isto é possível devido à sociabilidade natural do homem. Graças a este "dom" o homem consegue compreender as opiniões alheias e tende a deixar-se influenciar por elas de modo a não ficar isolado.

O sentir comum é prévio à sua manifestação pública. O sentir comum é uma ideia afim da coesão mental à distância do público que de que falava Gabriel Tarde no final do século XIX. Há, todavia, uma diferença fundamental. Para o psicólogo social francês, essa coletividade espiritual tinha-se tornado possível com a imprensa. Todavia, para Canel (1993), o surgimento dos *mass media* não alterou o essencial da visão dos iluministas escoceses, alargou apenas o alcance da manifestação pública desse sentir comum.

A empatia, um conceito introduzido por Hume e desenvolvido por Adam Smith, é um elemento fundamental da sociabilidade natural do homem. Pela imaginação, colocando-nos no lugar dos outros, e os outros podem ser o público ou a sociedade, transcendemos o "eu" e percebemos melhor o que os outros sentem. Segundo Canel (1993), o conceito de empatia permite-nos entender melhor o medo sofrido pelos indivíduos ao sentirem-se isolados da sociedade. De qualquer maneira, o espaço público não surge nos iluministas escoceses, e em particular em Hume, como um campo de batalha onde se pode perder a reputação. Na linha dos gregos da Antiguidade e, por extensão, de Arendt e Habermas, o espaço público é aqui uma arena onde se pode alcançar a imortalidade da fama. Por esse motivo fundamental, Noelle-Neumann considera que Hume não consegue explicar o silêncio, o qual a autora associa à formação da opinião pública.

Walter Lippmann nada nos diz sobre o controlo social ou o medo do isolamento dos indivíduos, dois conceitos fundamentais da espiral do silêncio. Por outro lado, atribuiu um papel fundamental aos especialistas, um papel que Noelle-Neumann desvalorizou, como aludimos no capítulo anterior. E, no entanto, como veremos no capítulo seguinte, as marcas de *Public opinion* são, de facto, notórias na TES.

Sobre Lippmann, Noelle-Neumann (1995a, p. 190) começa por dizer que depois de ler *Public opinion* continuou sem saber o que era a opinião pública. A citação em epígrafe na última secção deste capítulo talvez nos ajude a perceber melhor este comentário da autora alemã. Nela, Lippmann distingue *public opinion* de *Public Opinion*. A primeira diz respeito a cada indivíduo;

a segunda, com letras maiúsculas, é relativa a grupos ou a indivíduos que agem em nome de grupos. Nestas definições, destaca-se uma palavra essencial: *pictures*, as quais, como vimos, são os estereótipos. Por isso, Noelle-Neumann (1995a, pp. 191-192) considera que Lippmann identificou a pedra angular da opinião pública: a cristalização das conceções e opiniões em estereótipos com carga emocional. A autora revê-se numa definição que surge no final de *Public opinion*, segundo a qual a opinião pública é uma versão moralizada e codificada dos factos.

Este carácter moral da opinião pública – aprovação e desaprovação – aproxima os dois autores: "a observação dos factos está filtrada inclusive moralmente por pontos de vista seletivos, pontos de vista guiados por estereótipos ou «códigos»" (Noelle-Neumann, 1995a, p.198). Como também os aproxima o facto de Lippmann ver a opinião pública como o veredicto de quem fala mais alto ou tem acesso mais fácil aos *media*. Por fim, como veremos no próximo capítulo, a visão que Lippmann tinha da natureza das notícias, do trabalho dos jornalistas e dos *media* em geral está presente na espiral do silêncio, a qual também é, indiretamente, uma teoria sobre os efeitos mediáticos.

Capítulo 5

A TEORIA DA ESPIRAL DO SILÊNCIO

> De facto, a tendência para falar abertamente ou permanecer em silêncio é apenas uma parte de uma abordagem teórica bastante extensa que tenta explicar como é que a opinião pública afeta as vidas e os comportamentos das pessoas, como é que assegura a coesão social e contribui para o processo de tomada de decisão
>
> Noelle-Neumann e Peterson (2004, p. 339)

A primeira formulação da teoria da espiral do silêncio (TES) surgiu em 1974, num artigo de Noelle-Neumann intitulado "The spiral of silence: a theory of public opinion". Noelle-Neumann e Peterson (2004) relembram que muita da incompreensão em relação à TES surgiu da falta de complexidade do artigo original, no qual a teoria parecia reduzida a uma hipótese central: os indivíduos quando sentem que estão do lado de uma minoria tendem a remeter-se ao silêncio. Na verdade, a TES não se pode reduzir a uma fórmula tão simples. Como sublinham os autores na frase em epígrafe, a TES é uma abordagem teórica mais ambiciosa, que procura explicar de que forma a opinião pública afeta a vida e o comportamento das pessoas, assegura a coesão social e influencia o processo de decisão numa sociedade. De qualquer maneira, na literatura gerada pela TES, a controvérsia permanece: até que ponto a TES simplifica demasiado um processo tão complexo como o da formação e mudança da opinião pública? Em parte como resposta a estas críticas, a teoria foi sofrendo ao longo dos anos modificações, algumas das quais introduzidas pela própria autora.

No capítulo 3, expusemos a visão geral de Noelle-Neumann sobre a opinião pública. Neste, analisamos com mais detalhe a espiral do silêncio, uma teoria psicossociológica dinâmica, que, cruzando variáveis macro, micro e meso, pretende explicar a formação, continuidade, alteração, efeitos e funções da opinião pública. Como veremos, a TES é também indiretamente uma teoria sobre os efeitos mediáticos (Rosas, 2010, p. 157).

A nossa análise e descrição da TES baseia-se, em primeiro lugar, na tradução para espanhol da segunda edição em língua inglesa do livro de Noelle-Neumann intitulado *The spiral of silence: public opinion – our social skin*, publicado em 1993 – a primeira edição em inglês data de 1984. Esta obra é, no fundo, uma síntese e um refinamento de vários textos que a autora publicou desde o seu artigo seminal de 1974, os quais teremos também em consideração, bem como os que publicou posteriormente.

5.1 Trinta imutáveis contra mil cata-ventos

No seu *O século de 1914*, Dominique Venner conta-nos um interessante episódio ocorrido em França, no outono de 1815, no rescaldo da derrota de Napoleão em Waterloo. Um editor livreiro parisiense, Alexis Émery, teve a ideia de publicar um *Dictionaire des girouettes*. Estava-se então na décima segunda mudança brutal de regime e de poder desde a revolução de 1789. O *Dictionaire* reunia as notas biográficas de homens políticos conhecidos, de altos funcionários, de académicos, de bispos ou de generais em atividade desde a revolução. Essas notas baseavam-se nos discursos e nos juramentos de toda essas figuras ilustres após várias reviravoltas. Era atribuído um "cata-vento" por cada renegação, ou seja, por cada mudança de campo ou posição no período em análise. O *Dictionaire* contava um milhar de nomes. Entre eles, Talleyrand, Fouché e o académico Fontanes contabilizavam cada um o número recorde de doze cata-ventos. A média era de três. O livro teve um êxito enorme - fizeram-se três edições até ao final de 1815. Atraído por estes resultados, um concorrente teve a ideia de confecionar um *Dictionaire des immobiles*, ou seja, dos personagens que haviam mantido as suas convic-

ções. Teve a maior dificuldade em encontrar 30 nomes, dos quais só um era conhecido, o marquês de la Fayette.

Trinta imutáveis contra mil cata-ventos: uma lição interessante, conclui Venner (2009, p. 21). Esta história não teria decerto impressionado muitos dos autores que analisámos no capítulo anterior. E Elisabeth Noelle-Neumann não hesitaria em recorrer à sua TES para explicar as sucessivas mudanças de posição dos "cata-ventos"[1].

Recuemos um pouco mais no tempo. Noelle-Neumann (1995a, 1974) evoca um relato de Tocqueville sobre a difusão da irreligiosidade no final do século XVIII em França, após a Revolução. O autor francês descreve uma espiral do silêncio, 120 anos antes de a autora alemã introduzir o conceito.

No capítulo II do Livro Terceiro da sua obra *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville (1856/1997) conta-nos que no final do antigo regime a "irreligiosidade estava difundida entre os príncipes e os intelectuais; ainda não penetrara muito no seio das classes médias e baixa; continuava sendo o capricho de determinados espíritos e não uma opinião comum" (p.149). Não sendo a irreligiosidade uma opinião comum antes da Revolução, Tocqueville questiona por que motivo nenhum dos grandes escritores escolheu a tese oposta, ou seja, a religiosidade. Mais importante: porque encontraram eles "mais de que seus predecessores, o ouvido da multidão aberto para escutá-los e o seu espírito disposto a acreditá-los? Somente causas muito específicas da época e do país destes escritores poderiam explicar seu empreendimento e principalmente seu êxito" (Tocqueville, 1856/1997, p. 149).

Foi a mudez do "cristal de massa" igreja, para usarmos a terminologia de Elias Canetti (1960/2014; ver o capítulo 2), que desencadeou a espiral do silêncio. Para Tocqueville (1856/1997), a "incredulidade" espalhou-se porque a igreja, sentindo-se abandonada, "ficou muda" (p. 152). Os homens que conservavam a antiga fé temeram ser os únicos que continuavam fiéis a ela e,

1. Uma das testemunhas ouvidas por Svetlana Aleksievitch em *O fim do homem soviético* descreve um fenómeno semelhante: "Faziam-se reviravoltas impressionantes: ontem comunista, hoje ultrademocrata. Diante dos meus olhos, comunistas «honestos» transformavam-se em crentes e liberais" (Aleksievitch, 2015, p. 45).

temendo "mais o isolamento que o erro", "juntaram-se à multidão sem pensar como ela" (Tocqueville, 1856/1997, p. 152). O que era só "o sentimento de uma parte da nação pareceu a opinião de todos, tornando-se irresistível aos próprios olhos daqueles que lhe davam esta falsa aparência" (Tocqueville, 1856/1997, p. 152).

A difusão do desprezo pela religião em França, no final do século XVIII, não surpreendeu Tocqueville (1856/1997): "aconteceu o que vimos tantas vezes, desde então, entre nós, não somente quanto à religião, mas também quanto a qualquer outra matéria" (p. 152). Como é próprio dos movimentos da multidão (ver o capítulo 2), passado pouco tempo, os ventos da opinião voltavam a soprar noutra direção. A antiga nobreza, "que era a classe mais irreligiosa antes de 89, tornou-se a mais fervorosa após 93" (Tocqueville, 1856/1997, p. 152). A burguesia seguiu-lhe os passos e, pouco a pouco, "o respeito da religião penetrou por toda parte onde os homens tinham algo a perder na desordem popular e a incredulidade desapareceu" (Tocqueville, 1856/1997, p. 152).

Não por acaso Noelle-Neuman (1995a, p. 122) considera Tocqueville o primeiro observador consciente da espiral do silêncio. De facto, no relato sobredito do autor francês, sobressaem alguns dos conceitos e elementos fundamentais da TES, que retomaremos mais adiante. Primeiro, o medo do isolamento e a tendência para o silêncio e o conformismo quando os indivíduos pressentem que se encontram no campo minoritário. Segundo, a importância da carga moral dos assuntos em discussão, especialmente em épocas de revolução, mudança e instabilidade – embora, como referimos, Tocqueville considere que estes movimentos da opinião podem ocorrer com "qualquer outra matéria". Terceiro, a possibilidade de os indivíduos avaliarem mal o verdadeiro peso de cada um dos campos de opinião em disputa. Quarto, e relacionado com o anterior, muitas vezes, a opinião que se impõe não é a do campo mais numeroso, mas a do campo mais ruidoso. Quinto, a opinião é delimitada pelo tempo e pelo espaço.

5.2 Prolegómenos

> A espiral do silêncio é uma reação ante a aprovação e a desaprovação patente e visível no contexto de constelações cambiantes de valores.
> Noelle-Neuman (1995a, p.90)

A inspiração para a teoria da espiral do silêncio radica em inquéritos realizados durante um período de 10 meses anteriores às eleições federais alemãs de setembro de 1965 (Noelle-Neumann, 1994). Nesses inquéritos, duas questões referentes às eleições apresentavam resultados de tal forma inesperados que dava a impressão que os inquiridos pertenciam a dois mundos diferentes e afastados. Uma das questões dizia respeito às intenções de voto: entre dezembro de 1964 e agosto de 1965, os dois partidos (SPD e CDU) foram alternando na liderança das intenções de votos. A outra questão era: "Quem acha que vai ganhar as eleições?" Este tipo de questão já havia sido utilizado anteriormente por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet em 1944: "Sem considerar qual homem ou partido você gostaria de ver eleito, qual partido você acha que será eleito de fato?" (citado em Noelle-Neumann, 1994, p. 77). Os resultados obtidos a partir destas duas questões surpreenderam Noelle-Neumann. Até poucas semanas antes das eleições de setembro de 1965, as intenções de voto não mostravam nenhuma mudança significativa. Em dezembro de 1964, tanto as intenções de voto em cada partido como as expectativas sobre quem iria ganhar rondavam os 50%. Nove meses mais tarde, em agosto de 1965, as expectativas de que os democratas-cristãos ganhariam as eleições subiram para mais de 50%, enquanto as expectativas de vitória dos social-democratas haviam caído para 16%. Foi a partir desta altura que as intenções de voto nos democratas-cristãos começaram a destacar-se, acabando estes por ganhar as eleições com uma vantagem de 8,6 pontos.

Passaram seis anos até que fosse elaborada uma hipótese sobre o comportamento aparentemente dissonante das respostas àquelas duas questões, uma hipótese que combinasse a mudança *in extremis* nas intenções de voto

a favor da CDU com a crescente expectativa sobre quem ganharia as eleições. Noelle-Neuman designaria essa hipótese por espiral do silêncio.

Parecia haver uma disposição diferente nos dois campos políticos para expressar publicamente as suas convicções e opiniões. E foi esse o ponto de partida de Noelle-Neumann. Se essa diferença na visibilidade pública existia de facto, então isto teria repercussões nas estimativas dos eleitores sobre a força de cada campo e, por consequência, nas estimativas sobre as suas possibilidades de vitória. Um campo tornar-se-ia, assim, subestimado e o outro sobrestimado. Os apoiantes do campo sobrestimado sentir-se-iam encorajados a expor publicamente as suas posições. Ao invés, os apoiantes do campo subestimado tenderiam a cair no silêncio. Apesar das intenções de voto serem das atitudes mais estáveis[2], quando um lado assume uma posição pública por um longo período de tempo e o outro se remete ao silêncio, então esta tendência terá consequências nos eleitores indecisos, que tenderão a colocar-se no lado que lhes parece mais popular e vitorioso.

A espiral do silêncio converge com o efeito do carro ganhador (*bandwagon effect*) sustentado por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), segundo o qual muitos votantes baseiam, conscientemente, a sua decisão de voto num único critério: juntar-se à maioria vencedora. Noelle-Neumann (1995a, 1995b) reconhece que, de facto, ambos os conceitos assentam no pressuposto de que os indivíduos observam e monitorizam, no seu meio social, os sinais de força e fraqueza de cada um dos lados ou fações em disputa. Mas, de acordo com a autora alemã, há diferenças entre os dois conceitos. Primeira, em termos temporais: enquanto o mecanismo de *bandwagon* se refere a um "salto" de uma posição para outra, baseado em informação sobre "quem é que está à frente", a espiral do silêncio enfatiza mudanças graduais que resultam de um processo social em curso. Segunda, no *bandwagon effect* a motivação é estar do lado dos vencedores; na espiral do silêncio é evitar o isolamento social. As diferenças entre os dois conceitos são subtis, até porque a própria Noelle-Neumann admite mudanças de "último minuto" – foi o que sucedeu,

2. De acordo com a "hierarquia da estabilidade" defendida nos anos 40 por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet em *The people's choice.*

aliás, nas sobreditas eleições federais alemãs de 1965. Todavia, para Noelle-Neumann (1995a) as mudanças de opinião não podem ser explicadas como um simples desejo de pertencer ao lado vencedor. Ao contrário do que se passa com os membros das elites, a maior parte das pessoas não espera obter um cargo com as eleições. A maior parte das pessoas tem pretensões e desejos mais simples e modestos: "evitar o isolamento, um desejo aparentemente partilhado por todos nós" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 23).

O medo do isolamento é uma força mais poderosa do que a vontade de se juntar ao lado vencedor. A baixa autoestima da maioria das pessoas não lhes concede ilusões sobre a possibilidade de subir ao carro dos vencedores ou de "tocar o trompete da vitória"; a maioria quer simplesmente "ir no pelotão" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 23). E, segundo a autora alemã, a vontade de "ir no pelotão" aplica-se mais ou menos a toda a humanidade. À semelhança de Tocqueville, Noelle-Neumann considera que a maioria dos indivíduos teme "mais o isolamento que o erro".

Noelle-Neumann (1977) invoca ainda vários estudos empíricos que sugerem diferenças entre os dois conceitos. Assim, após uma eleição, o número de indivíduos a clamar ter votado no partido vencedor é superior ao efetivamente registado no escrutínio eleitoral. Isto tem sido interpretado como mais uma prova do *bandwagon effect*. Muitos, num esforço em se juntar aos vencedores, esquecer-se-iam, seletivamente, de ter votado no partido derrotado. A autora considera a realidade mais complicada. Utilizando a técnica dos dados em painel, em que se questiona durante um período de tempo as mesmas pessoas, os estudos pós-eleitorais chegaram a duas conclusões importantes (Noelle-Neumann, 1977):

Primeira, quando os indivíduos, em entrevistas pós-eleitorais, indicam um partido diferente daquele que haviam assinalado a seguir imediatamente às eleições, essa inversão não se verifica sempre na direção do partido ganhador. A distorção das memórias sobre o sentido de voto no passado está associada aos grupos sociais e demográficos a que pertencem os indivíduos detentores dessas memórias. Por exemplo, Noelle-Neumann (1977) refere

estudos que mostram que os "exageros" na votação nos social-democratas, após as eleições alemãs de 1972, aparecem sobretudo nos grupos em que a maioria dos seus membros costuma votar no SPD, nomeadamente os mais jovens e os trabalhadores. Mas esses exageros também se revelaram no seio dos grupos cuja maioria costuma votar nos democratas-cristãos, como é o caso dos mais idosos. Por outras palavras, mais importante do que estar do lado vencedor parece ser estar em linha com a opinião dominante do grupo a que se pertence. Noelle-Neumann vê esta tendência como mais uma prova da inclinação dos indivíduos a evitar o isolamento dentro do seu meio social e não como um desejo de se juntar aos vencedores.

De acordo com a segunda conclusão, o "exagero" (ou, ao invés, a "subestimação") manifestado pela memória dos indivíduos sobre a votação no partido vitorioso não se mantém estático. O "exagero" move-se, subtilmente, de acordo com as mudanças no clima de opinião ao longo do tempo. O grau de exagero ou de subestimação pode, por conseguinte, ser usado como um indicador do clima de opinião.

O estudo supracitado, realizado pela equipa de Lazarsfeld em 1940 no Condado de Erie, Ohio, e do qual resultaria o célebre livro *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, deu origem a novos conceitos-chave (Noelle-Neumann, 1994, pp. 77-78), nomeadamente: (1) a importância da estabilidade de atitudes para a manutenção das relações de grupo; (2) a interação entre os elementos do grupo, que reforça as convicções políticas; (3) as pressões cruzadas, ou seja, o facto de cada indivíduo pertencer a diferentes grupos com diferentes orientações políticas; (4) o papel dos líderes de opinião; (5) a cristalização da opinião através da interação dos elementos do grupo; (6) a hierarquia de estabilidade em atitudes políticas.

Noelle-Neumann (1994) considera fundamentais estes novos conceitos introduzidos pela equipa de Lazarsfeld, focados nos indivíduos, nos eleitores e nos grupos aos quais tais indivíduos pertenciam, como a família, os amigos, os colegas de trabalho e "grupos abstratos, como grupos demográficos" (p.

76). Na TES emergem, por vezes, os resíduos da teoria dos grupos provinda de Lazarsfeld. Ao longo deste capítulo e do seguinte, veremos como a TES nunca abandonou por completo a influência direta dos grupos de pertença/referência. Aliás, como acabámos de referir acima, uma das diferenças, evocadas por Noelle-Neumann, entre a espiral do silêncio e o *bandwagon effect* está associada à influência dos grupos a que o indivíduo pertence.

Com a sua hipótese da espiral do silêncio, Noelle-Neumann (1994) pretendia introduzir novos elementos que considerava haverem sido ignorados pela equipa de Lazarsfeld, concretamente: o público anónimo e "os muitos sinais publicamente visíveis do clima de opinião" (p. 76). Como veremos mais adiante, a espiral do silêncio faz parte de um movimento de reação iniciado nos anos 60 ao chamado paradigma dos efeitos limitados.

5.3 Premissas e condições contingentes

A teoria da espiral do silêncio assenta em quatro premissas fundamentais. A saber (Noelle-Neumann, 1995a, p. 260):

1. **A ameaça de isolamento** – a coesão social tem de ser constantemente assegurada através de um nível de acordo sobre valores e objetivos. Para assegurar este acordo, a sociedade ameaça os indivíduos que ameaçam esse consenso;

2. **O medo do isolamento** - os indivíduos experimentam um medo permanente à ameaça de isolamento. Este medo, provavelmente genético ou desenvolvido ao longo do curso da evolução, fá-los temer ser rejeitados pelos que os rodeiam. Regra geral, os indivíduos não têm consciência desse medo, nem da ameaça de isolamento que lhe está subjacente;

3. **O sentido (ou senso) quase-estatístico.** Como resultado do medo de isolamento, os indivíduos observam e examinam constantemente o seu meio social. O sentido quase-estatístico permite-lhes sondar e monitorizar a distribuição atual das opiniões, bem como as suas futuras tendências, seja através dos *media*, seja através da observação direta ou da discussão interpessoal dos assuntos.

4. **Disposição para falar publicamente ou tendência para permanecer em silêncio** – A disposição do indivíduo para assumir em público o seu ponto de vista depende da avaliação que faz acerca da distribuição atual das opiniões e da sua evolução futura. As pessoas estão mais predispostas a exprimir publicamente as suas opiniões quando pressentem que a maioria está, e estará, do seu lado. Por outro lado, tendem a silenciar-se e a ser cautelosas quando pressentem que estão, e estarão, do lado de uma minoria.

A estas quatro premissas Noelle-Neumann acrescenta uma quinta, segundo a qual todas as premissas anteriores estão relacionadas entre si. A interação entre as quatro primeiras premissas produz, no tempo, a espiral do silêncio, a qual "proporciona uma explicação da formação, da manutenção e da modificação da opinião pública" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 260).

Nenhum dos conceitos-chave da TES é original: medo do isolamento, clima de opinião, consonância dos *media,* a espiral do silêncio. Noelle-Neumann reconhece explicitamente que a sua teoria é tributária de vários autores. A sua originalidade está em ter juntado e combinado conceitos e elementos de origem diversa num modelo integrado sobre a formação da opinião pública, suscetível de ser testado empiricamente (Salmon & Kline, 1985).

Além das cinco premissas acima referidas, há duas condições contingentes necessárias para que a TES possa ter lugar: a natureza dos assuntos em discussão e os *media*. Comecemos pela natureza dos assuntos em discussão. Como sublinham Noelle-Neumann e Peterson (2004):

> O processo de opinião pública não é colocado em movimento se não existir um fundamento moral subjacente, implicando que aqueles que pensam de forma diferente não são meramente estúpidos, mas maus. Este elemento moral é o que dá à opinião pública o seu poder e lhe permite levantar a ameaça de isolamento que coloca a espiral do silêncio em movimento. (p. 349)

A ameaça de isolamento funciona sobretudo em períodos revolucionários e de mudança, quando um valor, um costume, um hábito ou uma constelação de poderes ficam sob ataque na sequência de uma descoberta, de mudanças nas condições de vida, de crises, de mudanças de poder ou de um despertar da consciência. É neste tipo de situações que a espiral do silêncio é desencadeada, quando a ideologia, a agitação e as emoções entram em jogo. Os assuntos em discussão têm uma forte componente moral ou estão carregados de valor. Todavia, a autora considera que qualquer assunto pode, em determinado momento e sob certas circunstâncias, tornar-se controverso (Noelle-Neumann, 1979).

O segundo fator a desempenhar um papel essencial no processo da espiral do silêncio são os *media*. Voltaremos mais à frente aos *media*. Todavia, convém sublinhar desde já duas funções essenciais que lhes são atribuídas por Noelle-Neumann. Em primeiro lugar, o sentido quase-estatístico dos indivíduos, usado para sondar, monitorizar e avaliar o clima de opinião, depende em grande parte dos *media*. O indivíduo fica mesmo "totalmente dependente dos *mass media*" (Noelle-Neumann, 1974, p. 51) quando se trata de questões e assuntos com os quais não tem uma relação direta, que saem fora da sua esfera pessoal imediata. Em segundo lugar, o processo da espiral do silêncio apenas poderá ter lugar se os *media* assumirem uma posição identificável num conflito. As suas posições sobre os temas devem ser claras e unívocas (*clear-cut positions*). Uma posição inequívoca e consensual dos *media* sobre um tema pode, inclusive, encorajar e mobilizar uma minoria e torná-la, aos olhos do público, mais forte do que ela realmente é.

5.4 O ascendente do medo do isolamento

> O homem tem realmente uma natureza social que evita ansiosamente o isolamento em todos os momentos?
> Noelle-Neumann e Peterson (2004, p. 345)

Como vimos no capítulo 3, Noelle-Neumann vê a opinião pública como uma forma de controlo social. Nesse papel, a opinião pública promove a integração social e assegura os consensos necessários à legitimidade de determinadas

ações e decisões. Nesta perspetiva, e como vimos antes, a TES assenta em dois princípios psicossociológicos fundamentais: o controlo social e o medo do isolamento: "Pressão para o conformismo, medo do isolamento - estão são os conceitos que temos de manter em mente se quisermos compreender a teoria que descreve as dinâmicas da opinião pública em situações em que o clima de opinião está a mudar" (Noelle-Neumann & Peterson, 2004, p. 347).

O controlo social é uma premissa retirada do funcionalismo clássico (Rosas, 2010). Para garantir a coesão do todo ou do sistema, a sociedade exerce uma pressão permanente sobre o indivíduo, ameaçando-o com o isolamento, a marginalização e a exclusão[3]. O controlo social só é eficaz na medida em que existe o medo do isolamento, o qual resulta do desejo do indivíduo em evitar sanções sociais que o isolem e marginalizem. Em suma, de modo a criar uma sociedade coesa, a ameaça de isolamento exercida pela sociedade e o medo individual do isolamento têm de funcionar em conjunto, influenciando, entre outras coisas, a expressão pública da opinião.

Noelle-Neumann (1974, 1977, 1979, 1995a, 2004) associa claramente a opinião pública ao medo do isolamento. Este surge como a principal explicação para o indivíduo emitir a sua opinião sobre assuntos controversos ou, ao invés, para se remeter ao silêncio. É também este medo que leva o indivíduo a monitorizar e a sondar permanentemente o seu meio social, a fim de perceber que opiniões e modos de comportamento são aprovados ou reprovados e que opiniões e formas de comportamento estão a perder ou a ganhar terreno.

O medo do isolamento é constitutivo da natureza social do homem e é, provavelmente, determinado geneticamente ou pode ser também o resultado do processo de evolução humana (Noelle-Neumann, 1995a). Noelle-Neumann (1974) observa que a maioria dos indivíduos atribuem mais importância ao risco de ficarem isolados do que à sua própria opinião. E, no entanto,

3. Segundo Noelle-Neumann (1995a, p. 253), Herbert Spencer foi quem introduziu este conceito em 1879; Edward Ross adotou-o mais tarde e tornou-o popular nas ciências sociais.

a autora não oferece nenhuma definição explícita do medo do isolamento, mencionando-o muitas vezes como se fosse um conceito aceite e compreendido por todos.

Apesar de uma certa indefinição ou nebulosidade conceptual, transparece em vários dos textos de Noelle-Neumann o objetivo de comprovar a existência do medo do isolamento, seja do ponto vista histórico e filosófico, seja do ponto de vista empírico. Isto remete-nos para duas importantes tradições teóricas subjacentes à TES. A primeira tem a ver com os trabalhos de filósofos como Locke, Montaigne, Maquiavel, Rousseau, Tocqueville, cujos escritos abordam os efeitos da opinião pública e o ostracismo social. Nestes autores o medo do isolamento é dado como adquirido. Todavia, os iluministas escoceses, em especial Hume e Adam Smith, ofereceram uma explicação mais elaborada sobre a sensibilidade do homem ao seu meio social através do conceito de empatia, o qual é um elemento fundamental da sociabilidade natural do homem (ver o capítulo 4).

A segunda fundação da TES é psicossocial, baseando-se, em especial, nos chamados estudos da conformidade[4] e nas pressões da maioria (Asch, 1955, 1956) e na influência das normas dos grupos nos julgamentos e atitudes dos indivíduos. É a segunda grande fundação teórica da TES que nos interessa analisar agora.

Na sua busca de provas do medo do isolamento, Noelle-Neumann lamenta que apenas uma minoria dos cientistas sociais em geral e dos psicólogos sociais em particular considerem nas suas investigações conceitos como o controlo social, a pressão para o conformismo ou o medo do isolamento. Para Noelle-Neumann e Peterson (2004), esta tendência deve-se, por um lado, à colisão destes conceitos com a ideia da teoria democrática de um indivíduo autónomo e responsável e, por outro, ao grande fascínio que a racionalidade exerce sobre o Ocidente desde o século XVIIII.

4. Na maior parte da literatura sobre conformidade (ou conformismo) aparecem indistintamente os termos *conformity* e *compliance*.

Dentro da segunda grande fundação teórica da TES, Noelle-Neumann (1995a) invoca sobretudo o psicólogo social Solomon Asch, que analisamos na subsecção seguinte. Na segunda edição de *La espiral del silêncio*, incluiu também autores como George Herbert Mead, Erving Goffman, Michael Hallamann, bem como referências à investigação sobre a dinâmica de grupos. É com este grupo de autores que fechamos esta secção.

5.4.1 O impacto da pressão do grupo: o paradigma de Asch

> Presumimos que o temor ao isolamento dos indivíduos normais põe em marcha a espiral do silêncio, e a experimentação de Asch demonstra que esse medo pode ser considerável.
> Noelle-Neumann (1995a, p. 63)

Que tipos de motivação podem levar um indivíduo a ser influenciado por outros? A distinção mais geral e conhecida é a de Deutsch e Gerard (1955). Estes autores "defendem que o grau de influência que um emissor terá sobre um alvo é mediado pela relação de dependência que se estabelece entre o primeiro e o segundo" (Garcia-Marques, 2000, p. 278). Assim sendo, a conformidade social (seguir a maioria) teria duas fontes principais: (1) a influência social informativa, em que os indivíduos aceitam a informação que lhes é transmitida pelos outros como uma prova da realidade; (2) a influência social normativa, em que os indivíduos se conformam às expectativas dos outros, com o desejo de evitar a rejeição.

Está, como é evidente, fora de os objetivos do nosso trabalho descrever as várias teorias existentes sobre os fenómenos de influência. Convém, todavia, sublinhar que "a distinção entre influência informativa e normativa não pode ser considerada como definindo duas categorias mutuamente exclusivas de influência" (Garcia-Marques, 2000, p. 279). Dito de outra forma, estes dois tipos de razões do conformismo atuam, muitas vezes, em simultâneo, embora o peso relativo de cada tipo varie em função da situação.

Garcia-Marques (2000) relembra que a influência informativa predomina geralmente em situações de incerteza no julgamento dos indivíduos – vários

estudos apresentam correlações entre a incerteza e o conformismo (e.g., Coleman, Blake e Mouton, 1958) –, enquanto na influência normativa as variáveis mais importantes parecem ser "a atracção que o grupo em causa exerce sobre o indivíduo (...), a expectativa de interacção futura e o grau em que o comportamento dos indivíduos é do conhecimento do grupo" (Garcia-Marques, 2000, p. 280).

É na influência social normativa que a espiral do silêncio se filia. Como sublinham Scheufele e Moy (2000), a conformidade, no sentido usado por Noelle-Neumann, é definida como a aprovação pública de uma crença ou atitude que está em desacordo com a posição prévia do indivíduo, o qual tende a corresponder à posição aprovada pelo grupo. Todavia, no caso dos estudos experimentais de Asch, é também atribuído um papel à influência social informativa na explicação do conformismo[5]. Esta é, aliás, uma das críticas possíveis à associação que Noelle-Neumann estabelece entre as investigações de Asch e o medo do isolamento. Não é a única crítica, como veremos mais adiante. Mas, antes, apresentamos uma breve descrição das investigações deste importante psicólogo social.

Em 1955, o psicólogo social norte-americano Solomon Asch publicou um artigo intitulado "Opinions and social pressure". Asch investigou se os indivíduos estariam dispostos a ignorar os indícios inequívocos dos seus próprios sentidos. Nessas experiências, um indivíduo (sujeito crítico) era colocado num grupo de sete a nove indivíduos, que aparentemente também participavam nessa experiência, mas que, na realidade, eram colaboradores de Asch. A tarefa solicitada ao sujeito crítico era bastante simples: fazer corresponder uma linha, mostrada num grande cartão branco, a outra linha idêntica em comprimento, escolhendo para o efeito uma de três linhas de comparação. Duas das linhas de comparação eram notoriamente diferentes, variando a diferença entre quatro centímetros e meio e dois centímetros.

5. Os sujeitos que participaram nas investigações de Asch eram inseridos em grupos *ad hoc* e, por consequência, o medo da rejeição não deveria ser a sua única razão para o conformismo.

Nas primeiras duas rondas da experiência, todos concordaram na resposta certa. Subitamente, essa harmonia é quebrada numa terceira ronda. Sem que o sujeito crítico soubesse, todos os outros elementos do grupo (os colaboradores de Asch) haviam cometido deliberada e concertadamente um erro notório - quer para o sujeito, quer para qualquer pessoa racional. Fizeram corresponder a linha em questão a outra que era claramente mais comprida ou mais curta. O sujeito tinha agora de escolher: ou mantinha o seu parecer independente ou passava a aceitar a opinião da maioria unânime. A maioria dos inquiridos vergou-se ao grupo. Quando não conheciam a resposta dos outros e eram confrontados com a pergunta, erravam menos de um por cento das vezes. Todavia, numa série de 12 perguntas, 70 por cento das pessoas seguiram o grupo e não obedeceram aos sinais dos seus próprios sentidos, pelo menos uma vez[6].

Numa segunda fase do estudo, os "conformistas", em entrevistas privadas, declararam que as suas opiniões deviam estar erradas. Tal sugere que acreditavam que a opinião partilhada pelos outros devia estar certa. Por conseguinte, é mais provável as pessoas conformarem-se quando sabem que o seu desvio (ou conformidade) será facilmente detetado pelos outros.

Asch conclui que a maior parte das pessoas, mesmo numa tarefa inofensiva, que não afeta os seus interesses reais, e cujos resultados lhes deveriam ser indiferentes, prefere unir-se ao ponto de vista do grupo, mesmo que isso implique contrariar o que lhes é sugerido pelos seus sentidos. Daqui Noelle-Neumann infere que a nossa natureza social nos faz temer a separação e o isolamento dos outros e, ao invés, a desejar a aceitação e o respeito do grupo.

6. Convém referir que Asch (1956) realizou um grande número de experimentações, com inúmeros sujeitos e inúmeras variações, manipulando uma série de variáveis que pensava poderem ter impacto nos "sujeitos críticos". Por exemplo, a dimensão do grupo (apenas com um colaborador, o conformismo é eliminado; com dois aumenta e a partir de três atinge aproximadamente o seu limite máximo); variando o objeto de julgamento (em vez dos traços, foram usados, por exemplo, dois grupos de discos brilhantes); o número das alternativas de resposta (duas, por exemplo, em vez das três do estudo inicial); reforçando a objetividade do julgamento (permitindo que se usasse uma régua para medir os traços, tanto aos colaboradores como aos sujeitos críticos). Nenhuma destas variações experimentais provocou alterações significativas relativamente aos resultados do estudo inicial (Garcia-Marques, 2000).

Os estudos de Asch parecem sugerir uma tendência dos indivíduos para a imitação e o medo do isolamento. Pelo menos, é assim que muitos os entenderam. Curiosamente, Solomon Asch antes dos seus estudos experimentais criticava aquilo que designava como "sonambulismo social" (Garcia-Marques, 2000, pp. 238-239), traduzido no conceito de sugestão hipnótica de Jean Charcot e desenvolvido depois por autores como Gabriel Tarde e Gustave Le Bon (ver os capítulos 1 e 2): os indivíduos, reduzidos a sonâmbulos ou *zombies*, limitar-se-iam, acriticamente, a imitar, em especial os líderes. Não por acaso Noelle-Neumann evoca as leis da imitação de Gabriel Tarde[7]. Como vimos no capítulo 1, o psicólogo social francês tentou mostrar a tendência humana para a imitação e desde então esta tornou-se um tema de investigação nas ciências sociais (Noelle-Neumann, 1995, pp. 61-62).

Como vimos antes, Tarde sublinha que não se sabe ao certo se há uma tendência inata do sistema nervoso para a imitação. Todavia, se aceitarmos essa hipótese, considera legítimo estabelecer uma analogia entre as relações célula a célula no interior de um mesmo cérebro e a relação singular de dois cérebros em que um fascina o outro. Haveria, por consequência, uma motivação positiva para a imitação: o desejo de aprender com os melhores. Segundo Noelle-Neumann (1995a), esta perspetiva tornou-se dominante, sobretudo numa "civilização democrática que identifica a maioria numérica com o melhor critério" (p. 62) e que atribuiu um sentido pejorativo a etiquetas como conformista ou gregário. Noelle-Neumann distancia-se da visão otimista associada à imitação, que, desde Tarde, é a predominante. Para a autora, o processo de imitação deve-se a muitas razões. Em vez de ser um modo de aprendizagem, pode ser antes um reflexo do medo de isolamento. Nesse caso, os indivíduos imitariam os demais com o principal intuito de não serem marginalizados ou excluídos. Sejam quais forem as suas origens, a imitação, a ideia de repetir o que os outros dizem ou fazem, vai contra o ideal da autonomia individual. É uma imagem difícil de aceitar. Ninguém

7. No capítulo 2, analisámos também Freud e, em especial, Gustave Le Bon e a sua "Lei da unidade mental". Como vimos anteriormente, o conceito de "sugestão hipnótica" estava muito em voga no final século XIX e princípio do século XX.

quer ser identificado com ela. Quando muito, "muitos estariam de acordo em que poderia definir 'o outro'" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 62).

A invocação por Noelle-Neumann dos estudos experimentais de Asch como comprovação da sua premissa do medo do isolamento é alvo de vários tipos de crítica (e.g., Glyn & McLeod, 1985; Salmon & Kline, 1985; Scheufele & Moy, 2000):

Em primeiro lugar, os estudos experimentais de Asch referem-se a experiências cognitivas, exigindo respostas objetivas do tipo certo e errado. Este ponto é importante, porque a opinião pública (como forma de controlo social) não depende do que está correto ou errado, mas sim do que é bom ou mau – é a componente moral que torna a opinião pública tão poderosa a induzir resignação.

Em segundo lugar, as experiências de Asch utilizam um estímulo num determinado ponto do tempo e, por consequência, não podem explicar um processo que se desenrola no tempo, como a TES.

Em terceiro lugar, outros investigadores sugeriram que motivos positivos, como estar do lado vencedor, podem explicar melhor o comportamento conformista.

Em quarto lugar, ainda que os estudos de Asch e Milgram[8] evidenciem grandes níveis de conformismo, estamos perante um universo limitado de americanos, franceses e noruegueses, e as boas teorias devem ser universais, ou seja, devem ser capazes de atravessar as fronteiras.

Em quinto lugar, na experiência de Asch, a resignação ou o conformismo resultam de uma pressão unânime: um indivíduo é confrontado com uma resposta prévia e consensual - deliberadamente errada - de todos os elementos de um determinado grupo, a fim de testar até que ponto é capaz de contrariar esse consenso. No entanto, como relembram Salmon e Kline

8. Stanley Milgram realizou nos anos 60 testes semelhantes aos de Asch com noruegueses e franceses. Os resultados alcançados foram semelhantes, verificando-se inclusive níveis de conformismo superiores (80% no caso dos noruegueses e 60% no caso dos franceses) (Noelle-Neumann, 1995a).

(1985), o próprio Asch também concluiu que basta haver uma pessoa (um colaborador) a apoiar uma opinião alternativa para os "sujeitos críticos" se sentirem mais encorajados e, em consequência, os níveis de conformismo baixarem[9]. Noelle-Neumann não refere este pormenor. Outros investigadores (Moy, Domke & Stamm, 2001; Pollis & Cammalleri, 1968) sugerem que quando os indivíduos enfrentam este tipo de experiências, basta serem acompanhados por um amigo para o nível de "respostas conformistas" baixar; quando são acompanhados por um estranho, os níveis de conformismo também baixam, mas de forma menos acentuada.

Por fim, trata-se de experiências com pequenos grupos, enquanto a TES se refere ao público em geral.

5.4.2 O pelourinho do público anónimo

> Nas culturas ocidentais, tivemos uma forte consciência do caráter individual do homem desde a Antiguidade. Em contraste, não desenvolvemos, ou até reprimimos, a consciência de nossa natureza social, que é contrária às noções de razão, independência e responsabilidade individual.
> Noelle-Neumann e Peterson (2004, p. 345)

As investigações sobre a dinâmica de grupos estavam muito em voga nos Estados Unidos nos anos 40 e 50[10]. No essencial, pretendia-se analisar os mecanismos de coesão dos grupos, nomeadamente as estratégias usadas para garantir a estabilidade e lidar com os membros que se desviam das normas estabelecidas pelo grupo.

9. Asch, uma vez mais, criou várias situações na introdução de um "aliado" do sujeito crítico. No caso em que o aliado (um colaborador de Asch) começa por dar respostas corretas e a meio dos ensaios críticos muda de posição, aderindo à norma da maioria, o conformismo restabelece-se imediatamente. Asch (1955) considera que a explicação do sucedido está na traição do "aliado". Noutra situação, o aliado dá respostas corretas e a meio arranja uma desculpa para abandonar a experiência. Neste caso, o conformismo não é restabelecido. Este resultado parece indicar que "o aliado não é apenas importante por quebrar a unanimidade, mas também por servir de exemplo na resistência ao conformismo" (Garcia-Marques, 2000, p. 254).
10. Noelle-Neumann (1995a) refere vários autores que se destacaram nessa área de investigação: Muzafer Sherif, Jacob L. Moreno, Kurt Lewin. Geralmente, Lewin é considerado o fundador desta área de estudos: Forsyth (2006, p. 17) definiu a dinâmica de grupos como uma tentativa de submeter os muitos aspectos dos grupos à análise científica através da construção de teorias e do rigoroso teste dessas teorias através de pesquisas empíricas.

A pressão para o conformismo assegura a coesão do grupo. De acordo com estas teorias, os grupos despendem muito tempo a tentar recuperar os membros "desviantes"; a exclusão desses membros é uma solução de último recurso[11]. Todavia, estas investigações limitam-se às interações dentro dos grupos. Para Noelle-Neumann e Peterson (2004), este tipo de processo é muito mais benigno do que as perdas de reputação nos "pelourinhos" públicos. Ao contrário do que sucede no interior dos grupos, o anónimo e intangível tribunal da opinião pública procede a julgamentos sumários, sem possibilidade de recurso.

Noelle-Neumann e Peterson (2004) consideram que George Herbert Mead (1863-1931) é, a seguir a Locke e a Rousseau, o "grande 'gigante'" (p. 342) na descoberta da natureza social do homem. Mead antecipou o conceito de interacionismo simbólico (*symbolic interaction*), introduzido e aprofundado mais tarde por Blumer: antes de qualquer reação exterior, o indivíduo imagina o que os outros pensam e dizem dele e como é que o julgam (Noelle-Neumann, 1995a; Noelle-Neumann & Peterson, 2004)[12]. Este pensamento influi nos indivíduos como se fosse real.

Não cabe nos objetivos deste trabalho aprofundar o conceito de interacionismo simbólico, cujas raízes teóricas são bastante complexas[13]. De qualquer modo, vale a pena determo-nos na distinção entre interacionismo simbólico e empatia proposta por Noelle-Neumann e Peterson (2004). A empatia é a capacidade de nos colocarmos no lugar dos outros, para assim os compreendermos melhor. Por seu turno, o interaccionismo simbólico não implica uma melhor compreensão dos outros, tem antes a ver com a nossa capacidade para prever como é que os outros reagirão a nós. Os conceitos não

11. A dinâmica de grupos resume-se a um processo de três etapas em relação aos indivíduos "desviados" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 264). Na primeira etapa, tenta-se a persuasão amistosa; na segunda, se não funcionar a persuasão, ameaça-se o indivíduo com a exclusão; por fim, falhando as duas anteriores estratégias, o indivíduo é excluído do grupo.
12. Noelle-Neumann e Peterson (2004) relembram ainda os conceitos de "I" e "Me" de Mead: o "I" refere-se à consciência do indivíduo em relação à sua própria identidade e o "Me" tem a ver com a sua "auto-imagem": como é que ele acha que os outros o veem e julgam.
13. As suas influências filosóficas indiretas incluem o pensamento de Adam Smith, o empirismo de David Hume, as ideias de Rousseau, a filosofia alemã (em especial Hegel), a epistemologia compreensiva de Weber (Blanco, 1998; Carvalho, Borges & Rêgo, 2010).

são, de facto, equivalentes, mas apresentam, em nosso entender, sobreposições, pelo menos se nos ativermos ao conceito de *sympathy*, introduzido por Hume e desenvolvido por Smith, como vimos no capítulo 4. É pela imaginação que o processo de empatia funciona; e é também pela imaginação que funciona o interacionismo simbólico.

A empatia, no sentido que lhe foi atribuído por Adam Smith, implica sempre um julgamento: seja dos outros em relação a nós, seja de nós em relação aos outros, seja das nossas próprias ações. É no último tipo de julgamento que entra a figura original e engenhosa do espetador imparcial. Neste caso, o indivíduo não visa compreender melhor os outros, mas sim colocar-se no lugar dos outros (e os outros podem ser a própria sociedade) para, desde fora, julgar as suas próprias ações, imaginando o que os outros pensam delas.

Nesta linha traçada por Noelle-Neumann e Peterson (2004), a próxima estação é Erving Goffman (1922-1982). Goffman desenvolveu e aprofundou o conceito de interacionismo simbólico. Partindo do ponto de vista da psicologia social, concentrou-se em situações públicas, iluminando uma área que anteriormente havia sido ignorada. Os indivíduos transformam-se quando deixam de estar sozinhos, devido à consciência de que os outros estão a formar uma opinião sobre eles. Segundo Noelle-Neumann (1995a), todos os livros de Goffman publicados entre 1955 e 1971 refletem o seu interesse pela natureza social do homem e pelo sofrimento do indivíduo inerente a essa mesma natureza social[14]. A autora menciona duas obras de Goffman (Noelle-Neumann,1995a; Noelle-Neumann & Peterson, 2004) [15], ambas publicadas em 1963: *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings* e *Stigma: notes on the management of spoiled identity.*

14. Segundo Noelle-Neumann (1995a, p. 265), Goffmann encontrou nas descrições de Charles Darwin muitas das características físicas que mostram a natureza social do homem. A própria autora invoca a obra do autor inglês *The expression of the emotions in man and animals,* publicada em 1873. No capítulo 13, Darwin analisa o embaraço e descreve os sintomas físicos que lhe estão associados, como corar, empalidecer, transpirar, gaguejar, mãos trementes, voz fraca ou anormalmente grave ou aguda, sorrisos forçados. Darwin acrescenta que os indivíduos tentam evitar dar-se conta de que estão a ser observados, evitando o contacto visual. Para Darwin, a timidez é a causa do rubor e a timidez é simplesmente a sensibilidade sobre o que os outros possam pensar de nós.
15. Além destas obras, menciona também um artigo publicado em 1956 por Goffmann intitulado "Embarrassment and social organization".

Em *Behavior in public places*, Goffman analisa as interações públicas quotidianas e vários tipos de pequenos encontros sociais (*public gatherings*)[16]. Mais do que a qualquer família ou clube, mais do que a qualquer classe ou sexo, mais do que a qualquer nação, o indivíduo pertence a grupos[17] (*gatherings*). É importante que o indivíduo mostre que é um membro idóneo dos grupos a que pertence. A punição pela quebra das regras é dura. A sociedade enche as prisões com os que transgridem a ordem legal, e enche, em parte, os manicómios com os que não se comportam adequadamente. As prisões são usadas para proteger as nossas vidas e propriedade; os manicómios para proteger os nossos grupos e eventos sociais (*gatherings and occasions*) (Goffman, 1966, p. 248).

A relação social entre os estigmatizados e os "normais" é o tema central de *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Estigma foi uma palavra inventada pelos gregos, para designar sinais corporais, feitos com cortes ou fogo. O objetivo era marcar e sinalizar alguém como escravo, criminoso ou traidor. Com o tempo, foram acrescentadas outras camadas metafóricas ao sentido original. Goffman considera três tipos de estigma: (1) as deformações físicas; (2) as culpas de carácter individual (vontade fraca, paixões tirânicas, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo estas inferidas a partir de comportamentos de distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio, comportamentos políticos radicais); (3) estigmas de raça, nação e religião. Em todos estes três tipos de estigma[18] – incluindo os que os gregos tinham em mente – verifica-se

16. No início de *Behavior in public places*, Goffman (1966) define vários conceitos, incluindo estes três tipos de reuniões públicas (*public gatherings*): (1) *gathering* é definido como "any set of two or more individuals whose members include all and only those who are at the moment in one another's immediate presence" (p. 68); (2) *situation* é entendido como "the full spatial environment anywhere within which an entering person becomes a member of the gathering that is (or does then become) present" (p. 68); (3) *social occasion* é "a wider social affair, undertaking, or event, bounded in regard to place and time and typically facilitated by fixed equipment" (p. 68)

17. No início de *Behavior in public places*, Goffman define vários conceitos, nomeadamente *gathering*: qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão no momento na presença imediata um do outro.

18. O estigma mais do que um "atributo profundamente depreciativo" (Goffman, 1963/2008a, p. 13) é uma "linguagem de relações". Isto significa que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas apenas os que são incongruentes com o estereótipo que "criamos para um determinado tipo de indivíduo" (Goffmann (1963, 2008a, p. 13). Dito de outro modo, um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem. Goffman exemplifica. Por exemplo, um rapaz da classe média pode não ter problemas em ser visto a entrar numa biblioteca, mas o mesmo pode não acontecer

o mesmo problema: um indivíduo que poderia ser facilmente integrado e recebido nas relações sociais quotidianas possui um traço que pode sobressair e, por consequência, afastar ou repelir os "normais". De caminho são destruídas as possibilidades de atenção para outros atributos do "estigmatizado". O estigmatizado é reduzido ao surdo, ao cego, ao judeu, ao deficiente, ao homossexual, etc. e são ignoradas todas as outras suas características pessoais distintivas[19].

Estigmatizados e "normais"[20] não são propriamente pessoas concretas divididas em dois grupos, mas sim "um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida" (Goffman, 1963/2008a, p. 148). Na América dos anos 60, havia apenas um tipo de homem que não tinha nada que o pudesse envergonhar: "um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos desportos" (Goffman, 1963/2008a, p. 139). Fora deste restrito grupo, esta-

com um criminoso profissional. Esta incongruência, entre estereótipo e atributo, corresponde a uma discrepância entre identidade social virtual (expectativas normativas, criadas através da maior probabilidade de serem encontradas determinados atributos num indivíduo num determinado ambiente social) e a identidade social real (os atributos que o indivíduo efetivamente possui). De qualquer maneira, Goffman (1963/2008a) considera que o estigma não é apenas uma relação entre atributo e estereótipo "porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito" (p. 13).

Em Goffman, a identidade social (*social identity*) é um conceito próximo de *status* social, mas mais abrangente, uma vez que também inclui atributos como honestidade e ocupação. Goffmann recorre ainda aos conceitos de identidade pessoal (*personal identity*) e a identidade do eu (*ego identity*). Se a identidade social se manifesta no estigma e no "símbolo de prestígio" (neste caso, ao invés do estigma, a incongruência acima referida é positiva), a identidade pessoal refere-se a marcas positivas ou de apoio de identidade (imagem fotográfica, impressões digitais) e à combinação única de *itens* da história de vida (ou seja, é um conjunto de factos sobre uma pessoa que não se encontra em mais nenhuma outra pessoa no mundo, vinculado às vezes ao nome da pessoa ou ao corpo) (Goffman, 1963/2008 a, pp. 66-67). A identidade pessoal está, por conseguinte, associada à suposição de que um indivíduo pode ser diferenciado de todos os outros. Se as "identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão" (Goffman, 1963/2008 a, p. 116), a identidade do eu é "sobretudo, uma questão subjetiva e reflexiva que deve necessariamente ser experimentada pelo indivíduo cuja identidade está em jogo" (Goffman, 1963/2008 a, p. 116). O indivíduo constrói a imagem que tem de si a partir do mesmo material que os outros construíram as suas identidades pessoal e social, "mas ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora" (Goffman, 1963/2008 a, p. 117).

19. Como referimos acima, apesar de se tratar de conceitos distintos, há uma forte associação entre estereótipo e estigma, reconhecida por Goffmann.

20. O que é a normalidade? Goffmann (1963/2008a) limita-se a classificar como "normais" todos os que não se afastam negativamente "das expectativas particulares em questão" (p. 14).

riam todos, de uma maneira ou outra, tarde ou cedo, condenados a carregar um ou vários estigmas.

Quando o estigma não é notório e há a possibilidade (mesmo que remota) de o esconder, os estigmatizados tentam ultrapassar a sua estigmatização e isolamento ajustando o seu comportamento e aparência, esforçando-se por parecer "normais" e por ser reconhecidos como tal[21]. Estes esforços são muitas vezes inglórios e levam os estigmatizados a viverem num clima de permanente tensão, com o medo de, a qualquer momento, serem apanhados em falso, correndo inclusive o risco de serem vítimas de chantagem. Sem dúvida, a conclusão mais positiva de Goffmann sobre a relação entre estigmatizados e "normais" é que a tendência para o embaraço mútuo tende a diminuir com o tempo, à medida que as relações se prolongam.

Estes argumentos de Goffman vão ao encontro da tese do medo do isolamento preconizada por Noelle-Neumann. A sociedade pune os que se desviam dos "normais". Todos somos potenciais estigmatizados, sujeitos, por consequência, a sofrer o descrédito, a vergonha e o isolamento. E são poucos os que estão dispostos a enfrentar tal ameaça e punição. Na sociedade moderna, não se punem e sinalizam os indivíduos com cortes e fogo no corpo. As sanções são mais subtis. Mas o tribunal do público é igualmente implacável (Noelle-Neumann & Peterson, 2004).

21. Goffman (1963/2008a) distingue os desacreditados (*discredited*) dos desacreditáveis (*discreditable*). No primeiro caso, o estigmatizado assume que o seu atributo distintivo, o seu estigma, é conhecido ou imediatamente evidente para os outros; no segundo caso, assume que o seu atributo não é conhecido pelos presentes, nem imediatamente percetível por estes. Isto leva a diferentes estratégias por parte do estigmatizado. No caso dos desacreditados, há uma manipulação da tensão (e.g., um cego que faz piadas sobre a sua cegueira para amenizar o ambiente); nos desacreditáveis, há uma manipulação ou controlo da informação, um "encobrimento" (*passing*) ou "acobertamento" (*covering*) – estes termos são retirados da tradução da obra numa versão brasileira. No encobrimento e no acobertamento são usadas estratégias semelhantes, de modo a controlar a informação que chega aos normais – a diferença reside no facto de no "acobertamento" os desacreditáveis admitirem um estigma considerado menos grave a fim de esconder o seu verdadeiro estigma, considerado mais grave. A aprendizagem do "encobrimento" faz parte da "carreira moral" do estigmatizado, e é uma fase posterior à tomada de consciência do seu estigma e da administração da tensão sentimental no seu dia-dia. Pode haver ainda uma fase posterior ao encobrimento, "tipicamente descrita como a fase final, madura e bem-ajustada – um estado de graça" (Goffman, 1963/2008a, p. 113). Nesse estado de graça, o estigmatizado aceita-se e respeita-se e acha que já não há necessidade de esconder o seu estigma. Todavia, não é fácil atingir esse estádio. Na definição da sua identidade do eu, o estigmatizado sofre pressões contraditórias. Por um lado, tende a juntar-se aos seus pares, ao seu grupo natural (alinhamentos intragrupais), e pode inclusive sofrer sanções se se afasta dele; por outro, pede-se-lhe que se veja na perspetiva dos normais (alinhamentos exogrupais). Em síntese, diz-se ao estigmatizado "que ele é igual a qualquer outra pessoa e que ele não o é" (Goffman, 1963/2008 a, p. 135). E esta contradição constitui "a sua sorte e o seu destino" (Goffman, 1963/2008a, p. 135).

Goffman (1956, pp. 265-275) considera que, se queremos aprender mais sobre a natureza social do homem, devemos estudar as situações que provocam embaraço. Todavia, o embaraço surge aqui como uma forma relativamente suave de castigo, que obriga os indivíduos a seguir certas regras de conduta em público. Noelle-Neumann (1995a) evoca as experiências de dois autores que desenvolveram o conceito de embaraço de Goffmann. Ao contrário do sociólogo americano, Michael Hallemann e Florence Van Zuuren não veem o embaraço como um castigo suave, mas antes como um sinal ou um indicador do medo do isolamento.

Hallemann (1984, 1989, citado por Noelle-Neumann, 1995a) conclui que o embaraço é uma reação a qualquer situação em que o indivíduo se sente isolado. Segundo Noelle-Neumann (1995a), à época, ninguém se havia aproximado mais do que Hallemann na medição do medo do isolamento.

Através de inquéritos[22], Hallemann classificou a sensibilidade social dos entrevistados como muito excecional, excecional, média e muito escassa, em função da forma como cada indivíduo considerava certas situações embaraçosas. Depois analisou a disponibilidade dos entrevistados em expressar a sua opinião ou a permanecer em silêncio. Conclui que os indivíduos com maior sentido do embaraço – e, portanto, com maior medo de isolamento, acrescenta Noelle-Neumann (1995a, p. 274) – têm maior tendência a permanecer calados[23]. Obviamente, Noelle-Neumann vê nestas conclusões uma corroboração das suas teses.

22. Halleman (1984, 1989, citado em Noelle-Neumann, 1995a, pp. 266-273) utilizou uma amostra representativa num inquérito, no qual eram apresentados dois desenhos, um com duas mulheres, outro com dois homens. Em cada um dessas figuras, uma das pessoas diz à outra: "Imagina o que me aconteceu ontem. Foi tão embaraçoso...eu...". Então o entrevistador diz ao entrevistado: "Tem aqui duas pessoas a conversar. Lamentavelmente a frase do homem/mulher está inacabada. O que pensa que queria contar? O que lhe sucedeu?" Depois de analisar as respostas de cerca de 2000 entrevistados, Hallemann definiu 30 situações embaraçosas. Num inquérito posterior, Hallemann apresentou estas 30 situações embaraçosas, escrevendo a designação de cada uma numa ficha. Depois, disse aos entrevistados: "Estas fichas descrevem situações embaraçosas que podem acontecer nalgum momento. Por favor, coloque as fichas sobre esta folha, segundo lhe pareça ou não embaraçosa a situação". Realizou este inquérito na República Federal Alemã, Coreia e Espanha. Nestes três países, houve uma grande coincidência na identificação das situações consideradas como mais embaraçosas pelos inquiridos.

23. Segundo Noelle-Neumann (1995a), as conclusões de Hallemann não têm a ver com o carácter taciturno ou tímido desses indivíduos, uma vez que estavam dispostos a falar com os outros sobre assuntos não controversos.

Van Zuuren (1983, citado por Noelle-Neumann 1995a) descreveu uma série de auto-experimentações de cientistas sociais perante situações embaraçosas[24]. A partir de determinado momento, muitos desses cientistas sociais deixaram de realizar as experiências que haviam planeado – perderam a "coragem". Segundo Noelle-Neumann (1995a), estas auto-experimentações mostram que há uma espécie de controlo interno que "filtra o comportamento antes de se realizar o controlo social, anticipando a ameaça de isolamento" (p. 269).

Todos estes exemplos, de Goffman a Hallemann e Zuuren, pertencem à área do interacionismo simbólico, um mundo de discussões silenciosas que "têm lugar na própria mente, com o medo procedente da natureza social do homem" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 269).

Como referimos no início deste capítulo, Noelle-Neumann não nega a importância dos grupos de referência nos comportamentos e atitudes dos indivíduos. Pretende, todavia, destacar a importância do público anónimo, que considera ter sido negligenciada ou desvalorizada na investigação social. As investigações de Hallemann são também, na opinião da autora, uma demonstração de que o embaraço e, por consequência, o medo do isolamento aumenta à medida que aumenta o público. Numa primeira análise, poder-se-ia pensar que uma situação desagradável entre conhecidos é mais embaraçosa do que entre desconhecidos, uma vez que, em princípio, não tornaremos a ver esses desconhecidos ou público anónimo. Mas os resultados apresentados por Hallemann parecem refutar essa lógica.

O estigma resultante de uma situação embaraçosa ante conhecidos não é definitivo; há sempre a possibilidade de retificar a impressão produzida. Ao invés, quando se trata de um público anónimo, não há recurso possível. Não se pode explicar ou pedir desculpas pelas ações realizadas. O estigma é indelével (Noelle-Neumann, 1995a).

24. Por exemplo, ficar a falar no meio de uma zona pedonal extremamente movimentada; entrar num café meio vazio e sentar-se à mesa junto de um casal desconhecido; ir várias vezes à mesma loja comprar o mesmo produto num curto espaço de tempo.

5.5 Uma questão de perceção

> São as perceções do clima de opinião, não o clima real, que são importantes.
>
> Salmon e Kline (1985, p. 36)

Noelle-Neumann (1995a) conta-nos que logo nas primeiras verificações empíricas da TES, realizadas em 1972, percebeu que a regra tinha exceções. As exceções a que se refere a autora estão relacionadas sobretudo com uma das premissas da teoria: o sentido quase-estatístico dos indivíduos.

É aqui, ao nível desta premissa fundamental da TES, que sobressaem mais claramente as influências dos iluministas escoceses, nomeadamente de David Hume, que Noelle-Neumann cita abundantemente nos seus textos sobre a espiral do silêncio. Como vimos no capítulo 4, David Hume, à semelhança de outros autores escoceses do século XVIII (em especial Adam Smith), enfatizou a sensibilidade do indivíduo ao social, a sua capacidade em perceber o que se passa à sua volta e a sua tendência em deixar-se influenciar pelas opiniões alheias.

De acordo com Noelle-Neumann (1995a), este sentido quase-estatístico do indivíduo funciona ao nível do inconsciente e tem tendência a atrofiar-se em momentos de maior estabilidade, porque o "que há que fazer ou dizer ou deixar de fazer ou dizer é tão óbvio que a pressão da conformidade atua como a pressão atmosférica sob a qual vivemos: não nos damos conta dela" (p. 107). Todavia, o sentido quase estatístico põe-se de guarda nos períodos de maior instabilidade - o mesmo se passa, aliás, com a ameaça de isolamento, que aumenta de intensidade quando a coesão da sociedade entra em perigo. Em resultado dos conflitos, os membros da população ficam apreensivos, alarmados. O indivíduo coloca-se em estado de alerta em relação ao seu meio social. A controvérsia contém um potencial de isolamento e quem baixa a guarda corre o risco de ficar, subitamente, isolado. É o medo do isolamento que leva os indivíduos a observar o seu meio social, recorrendo, sobretudo, aos *media* para obter pistas sobre a posição da maioria dos indivíduos em questões controversas da atualidade.

É com a ajuda do sentido quase-estatístico que os indivíduos conseguem monitorizar o clima de opinião, quer na forma estática (distribuição atual das opiniões), quer dinâmica (a evolução futura dessa distribuição). Estas estimativas influenciam a inclinação dos indivíduos a expressar-se, bem como o seu comportamento em geral. A intensidade da observação do meio social[25], por parte de cada indivíduo, depende do seu interesse pelo assunto em questão, mas também do facto de ser ou não obrigado a tomar uma posição publicamente (Noelle-Neumann, 1974).

Noelle-Neumann estabelece uma correlação positiva entre a apreciação presente e a apreciação antecipada: se um indivíduo considera que uma determinada opinião é dominante num determinado momento, é plausível pensar que continuará a sê-lo no futuro (e vice-versa). Quanto mais fraca for essa correlação, mais a opinião pública tenderá a sofrer variações ao longo do tempo. Se há uma divergência entre a apreciação da atual força de uma opinião e a apreciação sobre a sua força futura, o que determina até que ponto o indivíduo está disposto a expor-se publicamente é a sua previsão sobre a situação futura[26].

Segundo Scheufele e Moy (2000, p. 9), o sentido quase-estatístico é provavelmente o conceito da TES que gerou mais incompreensão. Noelle-Neuman e Peterson (2004) concordam com esta observação e falam mesmo no "mais grave mal-entendido" (p. 351) em torno da TES. Quando apresentou a TES pela primeira vez em 1974, Noelle-Neumann usou o termo *quasi-statistical organ*. Noutros textos, refere-se a um *opinion organ* (e.g., Noelle-Neumann, 1979). De qualquer maneira, a ideia é sempre a mesma: os indivíduos, supostamente, dispõem de uma capacidade, de um órgão, de um senso ou sentido

25. Em sociedades em que a mudança é lenta o indivíduo não sente a necessidade de observar energicamente o seu meio social a fim de evitar o isolamento: as normas e os padrões de comportamento são conhecidos, bem como as opiniões dominantes. Ao invés, em sociedades industriais, sujeitas a mudanças constantes, sobretudo durante fases revolucionárias, uma observação atenta do meio social torna-se indispensável; nestas situações, os indivíduos sentem, com mais intensidade, o perigo das sanções sociais, nomeadamente o isolamento (Noelle-Neumann, 1977).
26. Algumas investigações empíricas sugerem, de facto, que a perceção sobre as tendências futuras da opinião são uma variável melhor de previsão sobre a disponibilidade dos indivíduos em se exprimirem publicamente do que as perceções sobre o clima de opinião presente. Isto é, os indivíduos podem estar mais interessados em perceber como é que as opiniões vão evoluir do que no seu estado atual (e.g., Salmon & Neuwirth, 1990; Scheufele *et al*., 2001).

que lhes permite estimar não só a distribuição atual das opiniões da sociedade, como a sua evolução futura. Estamos, por consequência, no reino da perceção. Sobre este ponto não há dúvidas.

Como é que os indivíduos sabem, em cada momento, se a população mudou ou não de opinião? Noelle-Neumann (1979) admite que não sabemos exatamente como é que funciona este sistema de comunicação. Todavia, a autora acredita que os indivíduos dispõem de um "órgão da opinião". Este órgão inato, capaz de registar os movimentos da opinião, manifesta-se nos inquéritos. Quando os indivíduos são questionados sobre os mais diversos assuntos, raramente respondem "Como é que eu deveria saber?" (Noelle-Neumann, 1979, p. 147). A autora vê nesta atitude um sinal claro de que as pessoas estão atentas ao seu meio social. A disposição em fazer estimativas é um indício de que tentam permanentemente avaliar a força dos campos de opinião sobre um determinado tema controverso.

Noelle-Neumann (1979) considera ainda mais elucidativas as respostas a questões como: "O que é que a maioria das pessoas pensa sobre eles? Como é que acha que essas opiniões vão evoluir? Haverá mais ou menos pessoas a pensar isto ou daquela maneira daqui a um ano?" (p. 147). Muitas vezes, as respostas dos inquiridos coincidem com as distribuições reais das opiniões - medidas pelos inquéritos e sondagens. O interessante, segundo a autora, é que esta correspondência ocorre sem que os indivíduos tenham tido conhecimento prévio das sondagens e inquéritos. Declarações e observações de Noelle-Neumann como as sobreditas contribuíram também para o "mais grave mal-entendido" sobre a TES. Ou seja, aparentemente, o tal "órgão da opinião", ou "órgão quase-estatístico", ou "sentido quase-estatístico, permitiria aos indivíduos alcançarem a distribuição real das opiniões, bem como a sua tendência futura. E foi dessa forma que alguns autores entenderam o conceito e o criticaram (e.g., Salmon & Kline, 1985).

Noelle-Neumann e Peterson (2004) tentam desfazer os mal-entendidos. O sentido quase-estatístico não implica que os indivíduos tenham uma máquina de calcular e estejam permanentemente a fazer contas e estimativas

sobre as tendências da distribuição das opiniões. Regra geral, a perceção sobre quais as opiniões que encontrarão a aprovação ou a rejeição públicas não é um processo consciente.

No artigo supracitado, escreveram os autores: "O clima de opinião, por outras palavras, o sentimento geral da população sobre qual é a opinião mais forte" (p. 352). O que nos remete para outra questão: o que é, afinal, o clima de opinião[27]? Noelle-Neumann não é completamente clara neste ponto. Por vezes, como na citação acima, dá a entender que o clima de opinião é a perceção dos indivíduos sobre a distribuição das opiniões; noutras passagens, sugere que se trata da própria distribuição das opiniões[28]. Como solução, a maioria dos autores costuma distinguir o clima de opinião (uma perceção da situação social ou da distribuição de opiniões) do clima real da opinião (distribuição real das opiniões): "Esta incompreensão é geralmente ultrapassada com a ideia de que as perceções dos sujeitos incidem sobre o clima de opinião e não sobre o clima real da opinião" (Rosas, 2010, p. 160).

Na verdade, Noelle-Neumann (1995a) admite que os indivíduos podem amiúde percecionar mal a distribuição das opiniões, gerando-se erros de perceção coletiva. Alguns desses tipos de erro são conceitos fundamentais da TES, a saber: (1) a ignorância pluralista (*pluralistic ignorance*) - a perceção errada da distribuição das opiniões; (2) a perceção em espelho (*looking-glass perceptions*) – erradamente, os indivíduos julgam que os "outros pensam ou têm opiniões iguais às suas" (Rosas, 2010, p. 160); (3) o clima duplo de opinião (*dual climate of opinion*), que geralmente aparece associado aos anteriores – trata-se de uma representação errada da opinião pública dada pelos *media*.

Noelle-Neumann (1995a) relembra que a ignorância pluralista é um conceito definido por sociólogos norte-americanos e, basicamente, resume-se a uma

27. A expressão *climate of opinion* foi, de acordo com Robert Merton, utilizada pela primeira vez em meados do século XVII em Inglaterra (Noelle-Neumann, 1977, p. 145).
28. Por exemplo, quando escreve "Podem as pessoas perceber o clima de opinião? (Noelle-Neumann, 1995a, p. 274).

situação em que existe uma ideia errada sobre o que pensa a maioria das pessoas ou, dito de outro modo, o "público julga mal o público" (p. 274).

No seu *Social psychology*, publicado em 1924, Floyd Allport enumera as três formas pelas quais os indivíduos estimam as opiniões e os pontos de vista predominantes numa população: a imprensa, o rumor e a projeção social. A projeção social é um conceito similar à perceção em espelho. Para Noelle-Neumann (1995a), o recurso ao conceito da perceção em espelho por parte de alguns autores serviu para dois fins. Primeiro, como explicação da ignorância pluralista (e.g., Fields & Schuman, 1976). Segundo, como oposição ou explicação alternativa ao sentido quase-estatístico (e.g., Glyn & McLeod, 1985; Salmon & Kline, 1985). A maioria dos estudos empíricos tem confirmado a perceção em espelho. Isto não impede a autora alemã de considerar que, independentemente dos pontos de vista individuais, a população total consegue perceber quais são as opiniões que estão a ganhar e a perder terreno. Trata-se de algo tão natural como perceber se "sobe ou baixa a temperatura" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 275).

O clima duplo de opinião só é gerado "quando o clima de opinião entre as pessoas e o predominante entre os jornalistas são diferentes" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 220). Trata-se, por consequência, de uma representação errada da opinião pública fornecida pelos *media* ao público. Se há uma clara divergência entre a perceção dos indivíduos sobre a distribuição das opiniões e a distribuição real destas, é porque a opinião cuja força está sobrevalorizada se expõe com mais frequência em público (Noelle-Neumann (1974, 1995a). Como veremos mais adiante, os *media* são a principal explicação para essa divergência ou erro de perceção dos indivíduos.

Além de gerar erros de perceção, o sentido quase-estatístico também está, por vezes, debilitado (*impaired*) (Noelle-Neumann, 1977, p. 156). A debilidade deste sentido ou órgão acentua-se nas situações de polarização. Quanto mais aguda e viva for uma controvérsia, mais os partidários de pontos de vista opostos tenderão a evitar-se e a ignorar-se mutuamente. Esta tendência leva a que as estimativas sobre o clima de opinião difiram bastante entre

os campos opostos, porque os indivíduos avaliam "cada vez mais com base em impressões de diferentes círculos sociais" (Noelle-Neumann, 1977, 156). Ou seja, os membros de cada campo preferem ouvir sobretudo os que pertencem à sua fação e ignorar o resto. Neste caso, os erros de perceção não derivam das notícias dos *media*, mas dos grupos de referência em que os indivíduos estão inseridos.

Atendendo ao importante papel da observação do meio social, a opinião pública surge, regra geral, associada a um certo lugar e a um certo tempo. Noelle-Neumann aproxima-se, uma vez mais, de Tarde, que considera a opinião delimitada pelas fronteiras nacionais e pelos problemas da "atualidade" (ver o capítulo 3). Numa palavra, a TES não é uma teoria universal. A autora alemã admite, todavia, exceções a esta regra, tanto em termos temporais como em termos espaciais. Por exemplo, a questão da importância do valor da igualdade tem atravessado séculos nas sociedades ocidentais; por outro lado, por vezes, forma-se uma opinião pública global, como foi o caso da condenação do regime de *apartheid* da África do Sul (Noelle-Neumann & Peterson, 2004, p. 350).

Mais recentemente, vários estudos têm chamado a atenção para a importância dos fatores culturais. Quanto mais coletivista é a cultura de um país, maior é o medo de isolamento e, por consequência, menor é a disposição dos indivíduos em assumir publicamente posições sobre assuntos controversos (e.g., Huang, 2005; Scheufele, 2008; Scheufele & Moy, 2000).

5.6 Um processo dinâmico e interativo e uma exceção

Segundo Scheufele (2008), o aspeto dinâmico tem sido um dos mais negligenciados pela investigação em torno da TES. A espiral do silêncio é um processo que se desenrola ao longo do tempo. De acordo com o mesmo autor, a TES é uma das poucas teorias verdadeiramente macro-sociais da opinião pública, isto é, liga vários níveis de análise - micro, macro e meso[29].

29. O nível "meso" tem a ver com os grupos de referência, a que voltaremos mais adiante.

Como micro-teoria, a TES examina a predisposição dos indivíduos para se exprimirem publicamente tendo em conta fatores como o medo de isolamento, mas também variáveis demográficas (e.g., Noelle-Neumann, 1974, 1995a; Scheufele & Moy, 2000) – voltaremos a esta questão no capítulo 6. Se o indivíduo acredita que a sua opinião faz parte de um consenso, expressa-a com confiança, em conversas públicas e privadas, manifestando as suas convicções não apenas com palavras, mas também, por exemplo, com a roupa que veste e "outros símbolos publicamente percetíveis" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 260). Ao contrário, quando se sente em minoria, o indivíduo torna-se inseguro, prudente e silencioso. Em função destas tendências, os indivíduos vão adaptando as suas posições e convicções.

Para Noelle-Neumann, a interação entre as convicções do indivíduo e as suas perceções sobre o clima de opinião é a principal característica do processo de formação da opinião pública. Esta interação tem repercussões a longo prazo. Se existir uma incongruência entre as duas variáveis, o indivíduo tende a remeter-se ao silêncio. Ao invés, se existir uma congruência, o indivíduo tende a exprimir publicamente o seu ponto de vista[30].

É a expressão pública da opinião que move a espiral do silêncio para um nível mais macroscópico de análise (Scheufele, 2008, p. 178). Se alguém fala publicamente com confiança, a sua posição torna-se, aos olhos do público, mais forte - mais forte do que efetivamente é. As perceções do público sobre a distribuição das opiniões começam a mudar. Dito de outro modo, a maior ou menor disposição de cada indivíduo em exprimir publicamente a sua opinião, baseada na sua perceção sobre o que os outros pensam, tem importantes implicações a nível social. Por sua vez, as percepções sociais de nível macro influenciam as percepções individuais e a vontade das pessoas em expressarem, ou não, as suas opiniões (Scheufele, 2008, p. 178). Isto leva a que mais pessoas se exprimam publicamente de acordo com o *zeitgeist*.

30. Muitos autores operacionalizaram incorretamente a congruência percecionada (*perceived congruency*), ou seja, a relação entre a opinião dos indivíduos e a sua perceção sobre a distribuição das opiniões. Ao invés, focam-se muitas vezes (erradamente, de acordo com a TES) na congruência objetiva (*objective congruency*), isto é, a relação entre a opinião dos indivíduos e a distribuição real das opiniões (Scheufele & Moy, 2000).

Os outros, os que se mostraram mais tímidos e moderados, vão-se afundando no silêncio. Um dos campos aumenta a sua vantagem, enquanto o outro retrocede. A tendência de expressar-se num caso e de guardar silêncio no outro engendra um processo de espiral que, paulatinamente, vai instalando uma opinião dominante ou, eventualmente, uma norma social.

É importante sublinhar que, na fase inicial de uma polémica, o lado mais ruidoso não é necessariamente o mais numeroso. Como vimos no capítulo 3, Gabriel Tarde chamou a atenção para esse fenómeno. A opinião que se impõe não é necessariamente a que está, num determinado momento, mais disseminada, mas sim a mais violenta e ruidosa – como referimos no início deste capítulo, Tocqueville partilhava desta opinião. Neste particular, Noelle-Neumann (1995a, 1995b) não evoca Tarde, mas relembra as maiorias silenciosas, uma expressão introduzida nos anos 70 por Spiro Agnew[31], e, segundo a autora, comprovadas empiricamente.

No caso de uma minoria confiante em relação ao seu domínio no futuro e, por consequência, disposta a expor-se publicamente na defesa das suas posições, há uma grande probabilidade de a sua opinião se tornar dominante. A partir desse momento, as outras fações não a podem contrariar, sob pena de sofrerem sanções. Essa opinião deixaria, por conseguinte, de ser uma opinião de fação para se transformar na opinião pública. A probabilidade de uma evolução deste tipo é ainda maior se, ao mesmo tempo, essa minoria for confrontada com uma maioria cética sobre a possibilidade das suas posições vingarem no futuro e, por isso, menos disposta a assumir publicamente os seus pontos de vista.

Este tipo de análise pode ser aplicado a previsões sobre o desenvolvimento das opiniões políticas, tendências de moda ou à evolução dos costumes e das convenções sociais. Ou seja, este tipo de previsão pode ser aplicado a todas as esferas em que a atitude e o comportamento do indivíduo são regidos "pela articulação entre as suas próprias convicções e os resultados das suas observações do meio social" (Noelle-Neumann, 1974, p. 50).

31. Spiro Agnew foi vice-presidente de Richard Nixon entre 1969 e 1973.

A opinião pública evolui de uma questão carregada moralmente ou em "estado fluido" – um dos três estados definidos por Ferdinand Tönies: sólido, fluido e gasoso (Noelle-Neumann, 1995a) - para uma norma ou dogma "sólido" (Scheufele & Moy, 2000).

Como vimos no capítulo 3, de acordo com Noelle-Neumann, a opinião pública é a opinião que pode ser exprimida publicamente sem medo de sanções e sobre a qual se pode basear a ação em público. Por outras palavras, a opinião pública pode ser descrita como a opinião dominante que impõe uma atitude e um comportamento de submissão, e tanto ameaça o indivíduo dissidente com o isolamento, como o político com a perda de apoio popular (Noelle-Neumann, 1974, p. 44)[32]. Todavia, a conclusão lógica da TES não é a formação de uma opinião unânime. Como admite Noelle-Neumann (1995a), logo nas primeiras comprovações empíricas da espiral do silêncio, realizadas em 1972, tornou-se evidente que a TES tinha exceções. Por vezes, como vimos antes, a maioria, mesmo sabendo que o é, permanece em silêncio; por vezes, a minoria, mesmo sabendo que o é, está disposta a falar. A autora alemã distingue dois tipos de minoria que não se resignam à opinião maioritária ou dominante: os núcleos duros (*hard cores*) e as vanguardas (*avant-gardes*).

O núcleo duro é a "minoria que permanece no final de um processo de espiral de silêncio desafiando a ameaça de isolamento" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 225). O núcleo duro está de certa forma relacionado com a vanguarda. Ambos aceitam o isolamento como o preço a pagar por manterem e assumirem as suas posições. Os núcleos duros são o último reduto de uma ideia, norma, convicção que a sociedade em geral decidiu abandonar. As vanguardas apresentam-se como arautos da mudança, do novo, do impopular, indo contra as normas sociais predominantes. Há, em princípio, uma diferença entre estes dois tipos de minoria. Ao contrário da vanguarda, o núcleo duro pode voltar as costas ao público, pode "encerrar-se completamente quan-

32. Esta noção de opinião pública baseia-se largamente nos trabalhos do sociólogo alemão Ferdinand Tönies que escreveu: "Public Opinion always claims to be authoritative. It demands consent or at least compels silence, or abstention from contradiction" (Noelle-Neumann, 1974, p. 44).

do se encontra em público com desconhecidos, pode-se encapsular como uma seita e orientar-se para o passado ou para o futuro" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 225). Mas o núcleo duro pode comportar-se simultaneamente como uma vanguarda; nesse caso, mostra uma disposição tão intensa como a vanguarda para se expressar publicamente.

Alguns autores (e.g., Glyn & Mcleod, 1985; Salmon & kline, 1985) criticam a deficiente conceptualização dos conceitos de núcleo duro e vanguarda propostos por Noelle-Neumann. Para Scheufele (2008), a resistência dos núcleos duros e das vanguardas a um clima de opinião hostil pode basear-se em fortes crenças ideológicas, mas também pode dever-se aos grupos de referência, onde os elementos destas minorias encontram o apoio social necessário para fazer frente a uma opinião maioritária[33].

5.7 O papel dos media

Ao longo do século XX, assistimos à emergência e transição de vários paradigmas sobre os efeitos dos *media*. Nos anos 20 e 30 do século passado, predominavam os modelos da agulha-hipodérmica (*hypodermic needle*) ou da bala mágica (*magic-bullet*). Nos anos 40, foram substituídos por um paradigma mais sofisticado teórica e metodologicamente, baseado nas ideias de Paul Lazarsfeld e dos seus colegas na Columbia University's Bureau of Applied Social Research. Estas ideias deram origem ao livro *The People's Choice*, publicado em 1944.

Na conclusão de *The people's choice*, é apresentada a hipótese do fluxo de comunicação em dois níveis (*two-step flow of communication*): muitas vezes as ideias fluem dos *media* para os líderes de opinião e destes para as secções menos ativas da população (Katz, 1957; Klapper, 1960). Em 1955, Lazarsfeld e Katz publicaram *Personal influence* e algumas das hipóteses apresentadas em *The people´s choice* surgem agora de forma mais desenvolvida e plena.

33. Segundo Scheufele (2008), os conceitos de núcleo duro e de vanguarda são consistentes com os estudos de conformidade de Asch (1955, 1965). Como vimos, a percentagem de pessoas dispostas a falar contra a opinião da maioria aumenta substancialmente a partir do momento em que pelo menos um dos indivíduos na sala se coloca do mesmo lado do sujeito crítico.

Em 1960, em *The effects of mass communication*, Klapper faz o ponto da situação sobre os estudos dos efeitos dos *media*. Os efeitos dos *media* sobre a opinião pública eram, afinal, muito mais complexos. Não seriam tão fortes e diretos como preconizavam os modelos anteriores. Os *media* tenderiam, normalmente, a atuar como agentes de reforço de valores e atitudes[34] e a funcionar através de mediadores. As redes pessoais, os grupos em que os indivíduos estavam inseridos eram fundamentais. A influência pessoal parecia ser mais persuasiva do que os *media*[35]. Os fluxos de informação seriam mediados pelos líderes de opinião, os quais estariam espalhados por todos os grupos sociais. Regra geral, os líderes de opinião são mais competentes na sua especialidade, estão mais expostos aos *media* do que os membros dos grupos que eles influenciam, têm acesso a vastas fontes de informação pertinentes. Mas são também "como todos os outros, apenas um pouco mais" (Klapper, 1960, p. 35)[36].

O líder de opinião pode sê-lo em três ou quatro tópicos, mas geralmente é-o apenas num. Os *media* fornecem informação e pontos de vista que o líder de opinião pode ou não passar aos seus seguidores. Os líderes de opinião tanto funcionam ao serviço da mudança da opinião como da manutenção do estado de coisas. Qual é o peso relativo de cada uma das suas funções? De acordo com Klapper (1960), as investigações não eram conclusivas à época. Mas a maior parte havia-se focado mais no papel da mudança de opinião, como foi o caso de Katz e Lazarsfeld (1955/2006). De qualquer maneira, Klapper (1960) considera que os líderes de opinião servem frequentemente para reforçar as normas dos grupos e as opiniões dos indivíduos. Costumam

34. Isto não significa que as grandes mudanças e conversões não ocorram e de que, sob determinadas circunstâncias, não se possam tornar bastante difundidas; quer apenas dizer que são relativamente raras (Klapper, 1960).
35. De acordo com Katz e Lazarsfeld (1955/2006), em termos de influência, o grau de vantagem da influência pessoal sobre os *media* variava em função do tópico em análise (escolha de filmes, moda, assuntos públicos, marketing). Por exemplo, na seleção de um filme, a influência pessoal foi cinco vezes e meia mais importante do que os jornais - o seu concorrente mais próximo neste caso; em relação à moda, os indivíduos eram impelidos pela influência pessoal apenas duas vezes mais do que as revistas. Todavia, no tópico assuntos públicos, 60% das mudanças de opinião dos indivíduos não estavam relacionadas com a influência pessoal. De qualquer maneira, sempre que a influência pessoal entrava em ação, revelava-se mais eficaz do que os *media* (Klapper, 1960).
36. O líder de opinião e as pessoas que ele influencia são muitos parecidos e tipicamente pertencem aos mesmos grupos primários, família, amigos ou colegas de trabalho.

também ser os membros mais conformistas, funcionando inclusive como prevenção aos desvios das normas dos grupos. Por exemplo, em relação ao conteúdo dos *media*, podem selecionar apenas a informação que está de acordo com as normas do grupo e não transmitir ou censurar a restante. Além disso, os indivíduos tendem a adotar e a permanecer fiéis às opiniões e normas dos grupos a que pertencem – embora o sentido de pertença ao grupo varie de pessoa para pessoa.

Em meados dos anos 60, o paradigma dos efeitos limitados, nomeadamente na sua versão mais conhecida do *two step flow*, começou a ser colocado em causa. É neste contexto que Noelle-Neumann apresenta a sua teoria da espiral do silêncio em 1974. Antes, em 1973, já havia publicado um artigo intitulado "Return to the concept of powerful mass media", no qual proclama o regresso dos efeitos poderosos dos *media*.

Katz (1987) define e agrupa em três paradigmas uma série de autores que haviam desafiado em termos teóricos e conceptuais o paradigma dominante dos efeitos limitados: (1) paradigma institucional – defende que os *media* nos dizem "aquilo em que há que pensar"; (2) paradigma crítico – os *media* dizem-nos "aquilo que há que não pensar"; (3) paradigma tecnológico – os *media* dizem-nos "como pensar ou a que grupo pertencer".

Katz (1987) agrupa Noelle-Neumann no paradigma crítico, invocando, para o efeito, o artigo supracitado da autora de 1973. Inclui também nesse grupo autores como Adorno, Horkheimer, Todd Gitlin e George Gerbner. À semelhança dos seus companheiros de paradigma, Noelle-Neumann baseia-se nos "mitos fundadores da sociedade de massas" (Katz, 1987, p. 33).

Noelle-Neumann, Gitlin e Gerbner, apesar das suas diferentes orientações teóricas e ideológicas[37], partilham a ideia de que os *media* são agentes ativos de uma "falsa consciência", levando as pessoas a perceberem mal os seus meios envolventes e o seu próprio lugar (Katz, 1981). Em linha com a Escola de Frankfurt, Gitlin e Gerbner veem os *media* como agentes de glorificação

37. A propósito do facto de Noelle-Neumann se afastar de todos estes autores em termos ideológicos, Katz (1987) assinala que, afinal, a direita também pode ter uma teoria crítica.

do sistema, reforçando a autoridade existente, despolitizando os indivíduos e fazendo as coisas parecer melhor do que realmente são. Ao contrário, Noelle-Neumann vê os *media* sobretudo como agentes que debilitam o sistema (Katz, 1981). Seja como for, ambas as visões ou teorias assentam em duas premissas fundamentais: por um lado, a atomização dos indivíduos e, por outro, o enorme poder de agências de controlo social remoto. Os indivíduos, desconectados uns dos outros, desenraizados, estão indefesos perante a "realidade construída" que lhes é imposta pelo seu mestre e senhor, os *media*.

Como sublinha Katz (1981), Noelle-Neumann trouxe de volta as teorias da sociedade de massas (ver o capítulo 2). Para a autora alemã, a sociedade de massas materializou-se na era da televisão; antes, havia apenas um prenúncio da sociedade de massas, um "espantalho". O público anónimo a que se refere Noelle-Neumann é uma massa composta por indivíduos atomizados, manietados pelo seu silêncio devido ao medo de ficarem isolados. A atomização do indivíduo aumenta a sua dependência em relação à definição da realidade social proposta pelos *media*. A mensagem "monopolista" dos *media* e a ausência de grupos de referência neutralizam tanto a seletividade como a influência interpessoal - as duas variáveis mediadoras fundamentais do paradigma dos efeitos limitados. Segundo Katz (1987), é com base nestes pressupostos que Noelle-Neumann proclama o regresso dos efeitos poderosos.

Numa nota de rodapé, Katz (1987, p. 27) distingue efeitos diretos dos *media* de efeitos poderosos. Nos efeitos diretos, não há uma mediação, ou seja, a influência dos *media* não é filtrada por mecanismos de defesa como a seletividade ou as relações interpessoais. Os efeitos poderosos são um conceito mais vago. De um modo ideal[38], tomariam a forma de uma influência que se exerce sobre todos (influência total), simultânea (influência imediata) e dire-

38. Katz (1987, p. 27) refere ainda mais quatro categorias dos efeitos poderosos: (1) pequeno grau de influência sobre um número alargado de indivíduos; (2) grande influência sobre um número reduzido de pessoas; (3) pequena influência sobre um número pequeno de indivíduos com grande influência; 4) diferenças estatisticamente significativas entre grupos expostos aos *media* e grupos não expostos aos *media*.

tamente (influência sem mediação). Como veremos mais adiante, os efeitos poderosos preconizados por Noelle-Neumann aproximam-se, em parte, deste conceito ideal.

A espiral do silêncio é também, ainda que indiretamente, uma teoria sobre os efeitos mediáticos. Numa nota de rodapé, de um artigo publicado em 1983, intitulado "The effects of media on media effects research", Noelle-Neumann (1983/2002) considera que, de acordo com a TES:

> os efeitos dos meios de comunicação consistem, basicamente, em formar concepções da opinião pública e os climas de opinião, e estas noções, quanto às grandes tendências presentes no meio social, influenciam o comportamento dos indivíduos na decisão de voto. (p. 157).

Já sublinhámos antes que, no âmbito da TES, os *media* são o principal barómetro utilizado pelos indivíduos para avaliar e monitorizar o clima de opinião. Como veremos de seguida, o papel dos *media* não se esgota nessa função.

5.7.1 Os *media* como criadores da opinião pública

> os mass media devem ser vistos como criadores de opinião pública: eles fornecem a pressão social a que as pessoas reagem com entusiasmo, ou com aquiescência, ou com silêncio.
> Noelle-Neumann (1974, p. 51)

No seu *La espiral del silencio: opinión pública – nuestra piel social*, Noelle-Neumann termina o capítulo 23, intitulado "A função de articulação: aqueles cujos pontos de vista não estão representados nos meios de comunicação estão realmente mudos", com uma longa citação do ensaio *Le public et la foule* de Gabriel Tarde, publicado em 1898, autor que abordámos nos capítulos 1 e 3:

> Um telegrama privado dirigido ao chefe de redação dá lugar a uma notícia sensacional de uma atualidade intensa, que comove instantaneamente as multidões de todas as grandes cidades do continente. A partir

> destas multidões dispersas, em contacto íntimo, ainda que distante, pela sua consciência da simultaneidade e da interação criadas pela notícia, o jornal criará uma multidão imensa, abstrata e soberana a que chamará opinião. O jornal completou assim a obra ancestral que a conversação havia iniciado, que a correspondência havia expandido, mas que sempre permanecera num estado de esboço disperso e insinuado: o trabalho de fusão das opiniões pessoais em opiniões locais, destas em opinião nacional e opinião mundial, a unificação grandiosa do Espírito público (...) Este é um poder enorme que apenas pode aumentar, porque a necessidade de estar de acordo com o público do qual se faz parte, de pensar e agir de acordo com a opinião, torna-se mais forte e irresistível à medida que o público se torna mais numeroso, a opinião mais imponente e essa necessidade é satisfeita com mais frequência. Por isso não nos deveria surpreender ver os nossos contemporâneos tão dóceis ante o vento da opinião do momento, nem daí, necessariamente, concluir que os caracteres enfraqueceram. Quando uma tempestade derruba os choupos e os carvalhos, não são estes que se tornaram mais débeis, é o vento que se tornou mais forte. (Tarde, 1901, pp. 73-74)

Após esta longa citação, Noelle-Neumann (1995a) remata o capítulo com a seguinte questão: "Que haveria escrito Tarde na era da televisão?" (p. 227). Na era da imprensa, o vento da opinião era bastante forte, tão forte que poucos lhe podiam resistir. Todavia, como aludimos no capítulo 3, Tarde acreditava na capacidade de resistência das sumidades intelectuais e artísticas da humanidade. Na era da televisão, como vimos antes, Noelle-Neumann atribui aos núcleos duros e às vanguardas o papel de resistentes ao vento da opinião, um vento que, como insinua a autora, o autor francês veria agora como um furação.

Algumas páginas antes, a autora alemã coloca uma questão semelhante à sobredita. Desta vez o alvo das suas cogitações é Walter Lippmann, a quem dedica um capítulo inteiro intitulado "O estereótipo como veículo de difusão da opinião pública". Escreveu Noelle-Neumann (1995a): "Lippmann baseia

tudo isto apenas na observação da imprensa. Quanto mais válidas deveriam ser as suas ideias na era da televisão!" (pp. 194-195).

Como vimos nos capítulos anteriores, tanto Lippmann como Noelle-Neumann consideram irrealista e ilusória a ideia iluminista de um cidadão maduro e tolerante que examina, num esforço incessante, a realidade de forma racional e objetiva com a ajuda dos *media*. A esta "ilusão" o autor norte-americano contrapõe uma realidade completamente diferente. A visão de Noelle-Neumann sobre os efeitos dos *media* é tributária de Lippmann, a quem vai buscar o conceito fundamental de estereótipo.

Com o conceito de estereótipo, Lippmann desmascara o "nosso autoengano racionalista sobre o modo como as pessoas supostamente se informam e formam os juízos que guiam as suas ações no mundo moderno" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 190). Os estereótipos são opiniões com carga emocional, concisas, claras, sem ambiguidades, que permitem a todos saber quando devem falar e quando devem ficar calados (Noelle-Neumann, 1995a, p. 198)[39]. Em consequência, a autora alemã conclui que os estereótipos são indispensáveis para pôr em marcha os processos de conformismo. Os estereótipos distorcem a perceção da realidade e a comunicação sobre essa realidade por dois motivos essenciais. Primeiro, levam a uma perceção seletiva – para usar um conceito introduzido por Lazarsfeld nos anos 40 (Noelle-Neumann, 1995a, p. 194) -, ou seja, os indivíduos evitam ativamente a dissonância cognitiva de modo a manter uma imagem harmoniosa do mundo. Segundo, reduzem a complexidade cognitiva.

A influência dos *media* funciona ao nível do inconsciente. O indivíduo não tem consciência das diferenças entre as suas perceções diretas e as perceções que recolhe dos *media*. Segundo Noelle-Neumann (1995a), Lippmann percebeu que o indivíduo tende a adotar completamente a experiência indireta que recolhe dos *media* e a acomodá-la às suas conceções e opiniões, de tal forma que as suas experiências diretas e indiretas se tornam inseparáveis.

39. Uma vez mais, convém sublinhar que Lippmann nada disse sobre conceitos centrais à espiral do silêncio, sobretudo a ameaça e o medo do isolamento.

veis. A proporção das nossas observações diretas do mundo é infinitamente pequena quando comparada com a proporção das observações indiretas que nos são fornecidas pelos *media*. Para Noelle-Neumann, a televisão veio aumentar esse fosso, um fosso evidenciado 50 anos antes por Lippmann.

Como vimos no capítulo anterior, de acordo com a visão de Lippman, todos os indivíduos se encontram numa situação limitada e desprotegida[40]: a sua perspetiva do mundo, a sua realidade percebida, está reduzida ao que os *media* selecionam para lhes contar. E o que não se conta nos *media* é como se não existisse, ou melhor, as suas possibilidades de fazer parte da "realidade percebida" são reduzidas.

Para poder enfrentar o mundo, o indivíduo precisa de o reconstruir num modelo mais simples. Os *media* têm um papel essencial nessa reconstrução. É neste sentido que Noelle-Neumann preconiza os efeitos poderosos dos *media*. Ao contrário, por exemplo, de C. W. Mills (ver o capítulo 2), a autora alemã não atribui aos *media* nenhum poder de manipulação. Neste ponto, afasta-se dos seus companheiros do paradigma crítico, em que Katz (1987) a incluiu. No essencial, a autora revê-se na visão de Lippmann sobre os jornais e os jornalistas, eles próprios condicionados pelos estereótipos, a estandardização, os julgamentos de rotina (ver o capítulo 4).

Em 1976, antes de umas eleições federais alemãs, surgiu uma polémica sobre os efeitos da televisão no clima de opinião. Para Noelle-Neumann (1995a), tratava-se de uma polémica extemporânea. Não fazia sentido acusar de manipulação os jornalistas e os *media*[41], uma vez que os "jornalistas apenas informavam acerca do que realmente viam" (p. 195). E também vê como anacrónicas declarações dos jornalistas do género: "Limita-nos a dizer as coisas tal como elas são" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 195). No entender da autora, este tipo de polémicas ou de declarações já não eram admissíveis 50 anos após a publicação da obra de Lippmann e das posteriores confirmações empíricas obtidas pela investigação. Os jornalistas não contam as coisas

40. No fundo, é este o grande tema de Lippmann.
41. Noelle-Neumann (1973) considerava que a maioria dos jornalistas alemães era de esquerda.

como elas são; contam as coisas como os seus olhos as veem. E os olhos dos jornalistas, tal como os olhos do resto dos indivíduos, estão condicionados pelas *pictures in their heads*.

A despeito das comprovações empíricas de que "as atitudes determinam as percepções" (Noelle-Neumann, 1983/2002, p. 155), os jornalistas "continuam, porém, a insistir que as condições gerais da percepção humana não se lhes aplicam" (p. 155). Noelle-Neumann (1983/2002) não tem dúvidas: as notícias são influenciadas "pelas atitudes políticas dos jornalistas" (p. 155); acreditar no contrário é uma "auto-ilusão"[42] (p. 155).

Segundo Noelle-Neumann, Lippmann antecipou várias teorias e conceitos que seriam utilizados anos mais tarde nas ciências da comunicação. Desde logo, o conceito de *gatekeeper*, introduzido em 1947 por Kurt Lewin. O jornal que chega às mãos do leitor é sempre o resultado prévio de várias seleções, que têm em conta o tempo e a atenção reduzidos do *buying public* (ver o capítulo 4). Lippmann antecipou também o conceito de valores-notícia: temas claros, sem contradições e conflitos, surpreendentes, com os quais o leitor se possa identificar. Como os jornalistas seguem as mesmas regras de seleção das notícias (valores-notícia), criam um consenso nas informações fornecidas. E assim se produz o que Lippmann designa por *pseudo-environment* [43].

Noelle-Neumann (1995a) dedica também um capítulo a Niklas Luhmann, intitulado "A opinião pública seleciona os temas". A autora invoca apenas um ensaio do sociólogo alemão, publicado em 1971, em língua alemã[44]. Embora não tenhamos tido acesso a esse texto, percebemos, pelos comentários da

42. Noelle-Neumann (1983/2002) considera que "enquanto as teses de objetividade e da falta de poder dos *media* se mantiverem, o ponto de vista político dos jornalistas passará por inconsequente e o problema da legitimação não será equacionado" (p. 155). Isto explicaria também, em parte, o sucesso duradouro do paradigma dos efeitos limitados. Esta visão agradaria aos *media*. Em consequência, aos investigadores do paradigma dominante "foi-lhes concedido publicamente grande prestígio científico" (p. 153). Noelle-Neumann (1983/2002) admite, todavia, outra causa importante para a longevidade deste erro científico: "a pesquisa sobre os efeitos dos meios de comunicação está repleta de problemas" (p. 152). Ou seja, não é fácil do ponto de vista empírico medir os efeitos dos *media* sobre os indivíduos.
43. Como fizemos referência no capítulo anterior (numa nota de rodapé), Lippmann explicaria, após a publicação de *Public opinion* em 1922, que *pseudo-environment* é equivalente à expressão *the pictures in our heads*.
44. O artigo de Luhmann intitula-se "Öffentliche Meinung" (opinião pública) e foi publicado na revista *Politische Vierteljahresschrift*.

autora, que se trata, no fundo, de uma antecipação de alguns dos conceitos que Luhmann viria a desenvolver mais tarde, nomeadamente em *The reality of the mass media* ou em *Sistemas sociales: lineamientos para una teoria general*. De acordo com a autora alemã, Luhmann seguiu por um caminho semelhante ao de Lippmann. As diferenças principais entre os autores são mais de terminologia do que de conteúdos: "em lugar de «estereótipos», Luhmann fala da necessidade de encontrar «fórmulas verbais» para que comecem os processos de opinião pública" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 199). A terminologia usada pelos dois autores é diferente, mas a função dos estereótipos e das fórmulas verbais é a mesma: desencadear a opinião pública.

O tema de Luhmann não é a moralidade baseada na aprovação e desaprovação (Noelle-Neumann, 1995a, p. 200). As fórmulas verbais não servem para etiquetar os temas de bons ou maus, mas são necessárias para tornar um tema alvo de discussão. Para Luhmann, é uma questão de vida ou morte para o sistema social colocar alguns temas mais urgentes e vitais em cima da mesa de negociações e chegar rapidamente a uma solução, uma vez que o campo de interesses dos *media* é bastante volátil.

Noelle-Neumann não se revê na visão de Luhmann de uma opinião pública sem carga moral. Mas revê-se na importância que o sociólogo alemão atribui à "estruturação da atenção, da seleção dos temas, como uma fase do processo da opinião pública" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 201). Mais importante: Luhmann não deixa dúvidas sobre a relevância dos *media*, que assumem a tarefa de selecionar os temas da opinião pública mais do que qualquer tribunal [45].

No seu *Reality of mass media*, publicado em 1996, escreveu Luhmann (2000): "Tudo o que sabemos sobre a nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo em que vivemos, sabemo-lo através dos *mass media*" (p. 1). Esta afirmação está em linha com a espiral do silêncio. E, no entanto, o sociólogo alemão afasta-se da espiral do silêncio num ponto essencial. Segundo Luhmann (2000), a

45. Noelle-Neuman (1995a) considera que a teoria do *agenda-setting*, desenvolvida pelos investigadores americanos Maxwell e Shaw (2000a), se aproxima muito dos resultados de Luhmann, ainda que seguindo um caminho muito diferente.

regra nos *media* não é uma realidade consensual. Pelo contrário. O normal é a existência de uma diversidade de opiniões sobre cada tema. O consenso gerado pelos *media* limita-se aos objetos ou temas selecionados para discussão. Todavia, como referimos antes, a espiral do silêncio é desencadeada quando os *media* assumem uma posição clara e unívoca sobre um determinado assunto ou tema.

5.7.2 Efeitos cumulativos, de consonância e de articulação

> Até ao momento, não conhecemos nenhum caso em que houvesse uma espiral do silêncio que se movesse em direção contrária ao conteúdo dos *media*.
>
> Noelle-Neumann e Peterson (2004, pp. 349-350)

Ao contrário da conversação, os *media* são formas de comunicação unilateral, indireta e pública. Por consequência, os indivíduos sentem-se impotentes perante os *media*. Noelle-Neumann (1995a) dá alguns exemplos dessa impotência. Devido aos processos de seleção próprios dos *media*, há uma enorme dificuldade dos indivíduos em atrair a atenção pública sobre eles próprios ou sobre uma determinada ideia, informação ou ponto de vista. Um outro exemplo dessa impotência entra em ação quando os *media* se transformam num "pelourinho". Um indivíduo não se pode defender das "pedras e flechas" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 204) que lhe são atiradas quando os *media* o exibem como um bode expiatório perante um público anónimo. Este segundo exemplo de impotência sugere a ideia de multidão de que falámos no segundo capítulo. Os *media* assumem neste caso o moderno papel de condutores (*meneurs*), usando a terminologia de Gustave Le Bon. Por fim, Noelle-Neumann (1995a) considera que os que voluntariamente aceitam aparecer num debate ou numa entrevista televisiva sem pertencer aos círculos interiores dos *media* estão a meter a "cabeça na boca do tigre" (p. 204).

Como vimos na subsecção anterior, Noelle-Neumann considera que os efeitos dos *media* sobre os indivíduos são um processo inconsciente. Não existe uma relação simples e direta de causa e efeito, em que as informações trans-

mitidas pelos *media* produzem mudanças ou reforços imediatos na opinião dos indivíduos. A influência real dos *media* é muito mais complexa e muito diferente do modelo de conversação individual. Uma vez mais, a autora alemã invoca Lippmann. Os estereótipos são inculcados pelos *media* na mente das pessoas através de "inumeráveis repetições" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 205). A estas repetições inumeráveis Noelle-Neumann (1973, 1995a, 1983/2002) chama efeitos cumulativos dos *media*. Ou seja, são efeitos que atuam ao longo do tempo: "Costumam ser cumulativos, segundo o princípio de que «muitas gotas de água desgastam a pedra»" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 221). Os efeitos cumulativos resultam da função de *agenda-setting* descrita por Luhmann: são os *media* que decidem quais são os assuntos urgentes que devem interessar a todos.

Além dos efeitos cumulativos, Noelle-Neumann refere-se à ubiquidade e aos efeitos de consonância dos *media*. As mensagens dos *media* são consonantes porque a maioria dos jornalistas partilha os mesmos valores, depende das mesmas fontes, influenciam-se mutuamente e são similares em termos sociodemográficos (Noelle-Neumann, 1973). Esta consonância dos *media* limita as possibilidades do público em formar uma opinião. Além disso, inviabiliza o processo de perceção seletiva – o qual, na definição da autora, é um mecanismo usado pelos indivíduos para manterem as suas opiniões imunes a influências. Tocqueville em *Da democracia na América* já havia alertado para o perigo do conjunto de jornais de um país assumir o mesmo ponto de vista. O autor francês "só via uma solução – tornar os jornais o mais independentes possível uns dos outros" (Noelle-Neumann, 1983/2002, p. 155). Um século e meio depois, Noelle-Neumann (1983/2002) considera que o alerta de Tocqueville continua válido: "Hoje, podemos falar de canais, e a afirmação continua válida" (p. 155)[46].

46. Esta ideia de consonância é consistente com o conceito de *inter-media agenda-setting* de McCombs (2004), o qual sugere que as escolhas dos jornalistas acerca do que cobrir e a forma como produzir uma notícia são muitas vezes influenciadas pelos seus colegas. Todavia, a consonância dos *media* não é uma questão consensual. Por exemplo, Salmon e Kline (1985) rejeitam-na para os Estados Unidos: "pluralism which characterizes the American political system is reflected in pluralistic mass media" (p. 22).

Para ilustrar estes dois efeitos dos *media* - cumulativos e de consonância -, voltemos aos fenómenos da ignorância pluralista e do clima duplo de opinião, os quais aparecem geralmente associados na TES. Como referimos antes, Noelle-Neumann associa os erros de perceção dos indivíduos ao poder dos *media*. Numa palavra, os *media* não são apenas decisivos para explicar o funcionamento da TES, são também decisivos para explicar o seu não funcionamento.

Vejamos como funciona o clima duplo de opinião (Scheufele, 2008, p. 175). Por vezes, a maioria das pessoas tem perceções erradas sobre o clima real de opinião, ou seja, avalia mal o que os outros pensam. De acordo com a TES, os erros de perceção dos indivíduos derivam, em princípio, das notícias. Uma série de mensagens cumulativas e consonantes dos *media* pode dar uma imagem distorcida ou errada da realidade. Por exemplo, a maioria dos indivíduos pode pensar que o candidato X está à frente numa corrida eleitoral, quando, na verdade, nesse momento, a maioria dos eleitores prefere o candidato Y. Este desfasamento pode ter consequências decisivas nos resultados finais das eleições. Sobretudo os indecisos tenderão a votar no candidato que lhes parece ter maiores hipóteses de ganhar. Numa palavra, devido a uma perceção errada, provocada pelos *media*, pode ganhar o candidato que não era, de facto, o preferido inicialmente pelos eleitores.

De acordo com a TES, os *media* selecionam um conjunto restrito de assuntos que penetram, de forma cumulativa, no discurso do público e, ao mesmo tempo, excluem desse mesmo discurso posições opostas e rivais. Os indivíduos, imersos neste clima de opinião limitado e, no entanto, penetrante e consonante, são muitas vezes iludidos quanto ao estado real da opinião pública. Induzidos pelo medo do isolamento, ficam menos propensos a expressar as suas opiniões quando sentem que as suas opiniões e ideias estão em minoria.

Noelle-Neumann atribui também aos *media* a função de articulação. Isto significa que são os *media* que fornecem as palavras e as frases que os indivíduos usam para defender um determinado ponto de vista. Assim se poderá

explicar por que motivo, às vezes, a maioria, mesmo tendo consciência de que é maioria, se remete ao silêncio, tornando-se uma maioria silenciosa: não se sente capaz de argumentar em defesa de uma determinada posição porque os *media* não lhe forneceram previamente um argumentário[47].

****

A espiral do silêncio é um processo dinâmico que se desenrola ao longo do tempo. É uma teoria da opinião pública que liga os níveis micro, macro e meso (grupos de referência). Por outras palavras, a perceção de cada indivíduo sobre o que os outros pensam é determinante na decisão de exprimir ou não publicamente a sua opinião. Estas decisões individuais afetam a perceção social ou coletiva, que por sua vez influencia a perceção e a disposição de cada indivíduo em se expressar. É assim engendrada uma espiral que instala uma opinião dominante ou uma norma social. A opinião que acaba por prevalecer não é necessariamente a que correspondia à opinião da maioria no início do processo de espiral. Por vezes, há uma minoria mais ruidosa que se impõe a uma maioria silenciosa. De qualquer maneira, regra geral, a opinião prevalecente não é unânime. Há sempre focos de resistência, compostos por indivíduos dispostos a exprimir publicamente a sua opinião, mesmo quando sabem ou pressentem que estão do lado de uma minoria. Noelle-Neumann chamou a estes grupos núcleos duros ou vanguardas. Dois conceitos que, todavia, não aprofundou ou operacionalizou.

Os estudos da conformidade, da pressão da maioria e da influência das normas dos grupos nos julgamentos e atitudes dos indivíduos são uma fundação teórica fundamental da TES. As investigações do psicólogo social Solomon Asch são invocadas por Noelle-Neumann na sua tentativa em provar a existência do medo do isolamento dos indivíduos, o qual subjaz à espiral do silêncio. A autora alemã invoca também a dinâmica de grupos, uma área de investigação fundada nos anos 40 do século passado por Kurt

47. Relacionado com este ponto, Noelle-Neumann (1995a) refere o psicólogo social Gary Schulman, o qual afirma que, ao fim de algum tempo, os partidários de uma opinião maioritária deixam de ser capazes de argumentar adequadamente porque "nunca encontram ninguém que tenha uma opinião diferente" (p.226).

Lewin. A pressão para o conformismo garante a coesão do grupo e a expulsão dos elementos desviantes é uma solução de último recurso. Todavia, Noelle-Neumann considera que as interações dentro dos grupos são mais benignas do que a interação do indivíduo com o público anónimo.

George Herbert Mead e, sobretudo, Erving Goffman merecem um lugar de destaque na nossa genealogia da espiral do silêncio. Juntamente com Locke e Rousseau, Noelle-Neumann eleva os dois sociólogos americanos à condição de "gigantes" na descoberta da natureza social do homem, a qual nos faz temer o isolamento e a desejar ser respeitados e estimados pelos outros. Com o seu conceito de estigma, Goffman mostrou de que forma a sociedade pune os que se desviam dos "normais" e o sofrimento que isso acarreta para os estigmatizados. E todos nós, de uma forma ou outra, tarde ou cedo, carregamos um ou vários estigmas: basta que nos afastemos dos estereótipos ou expectativas dos "normais".

A perceção do clima de opinião e o papel dos *media* são dois elementos centrais na espiral do silêncio. Em ambos são notórias as marcas de alguns autores que analisámos nos capítulos anteriores. O sentido quase-estatístico, que permite aos indivíduos avaliar a distribuição agregada, atual e futura, das opiniões, é um sistema de comunicação que não sabemos bem como funciona, como admite a própria Noelle-Neumann. Este órgão, como também lhe chamou a autora alemã, é, no fundo, mais um desenvolvimento ou derivação da sociabilidade natural do homem, descrita pelos iluministas escoceses de forma original no século XVIII (ver o capítulo 4).

Por vezes, o público julga mal o público. A chamada ignorância pluralista resulta, de acordo com a TES, de uma representação errada ou distorcida da realidade fornecida pelos *media*. A visão de Noelle-Neumann sobre *os media* é tributária de autores como Gabriel Tarde, Niklas Luhmann e, sobretudo, Walter Lippmann. O argumento de Tarde de que a imprensa tem um poder enorme ao gerar "a opinião" é invocado pela autora alemã para corroborar a sua proclamação sobre os efeitos poderosos dos *media* na era da televisão. Mas esses efeitos poderosos não têm a ver com intuitos de manipulação de

elites perversas ou com a glorificação do sistema. Pelo contrário, os *media* estariam muitas vezes a minar o sistema. Essa sabotagem dos jornalistas não era, todavia, o resultado de uma conspiração ou de um plano deliberado, mas sim dos estereótipos, um conceito diretamente importado de Lippmann. Os estereótipos simplificam, reduzem a complexidade e criam uma imagem harmoniosa do mundo; distorcem a realidade e a comunicação sobre essa realidade. Os estereótipos são inculcados no público pelos *media* e é a partir deles que o indivíduo se orienta no mundo e decide quando deve falar ou calar-se. Por conseguinte, os estereótipos induzem conformismo. É neste sentido que Noelle-Neumann se revê na conceção de Lippmann da opinião pública como uma versão moralizada e codificada dos factos.

São os *media* que decidem o que merece ser discutido, como sublinhou Luhmann. Dito de outra forma, são os *media* que determinam quais são os temas da opinião pública, uma conclusão semelhante à da teoria do *agenda-setting*. Esta ideia, como vimos no capítulo 3, já estava presente em Gabriel Tarde, embora Noelle-Neumann não o refira neste particular. Mas, em Luhmann, o consenso estabelecido pelos *media* existe apenas ao nível do que é discutido. De resto, a regra é a profusão de comentários sobre cada tema selecionado. Não era este o entendimento de Noelle-Neumann.

O poder dos *media* atua ao nível do inconsciente dos indivíduos. Através de inumeráveis repetições os estereótipos penetram no público; a consonância dos *media* limita as possibilidades de os indivíduos formarem opiniões alternativas; sem argumentos fornecidos pelos *media*, os indivíduos ficam sem palavras para defender um determinado ponto de vista, o que poderá explicar, em grande parte, a existência de maiorias silenciosas. Nestes três efeitos dos *media*, cumulativos, consonância e articulação, é evidente a influência de Lippmann. Há, todavia, um aspeto no autor americano que, a nosso ver, o afasta de Noelle-Neumann. Verdade que a imagem que os indivíduos têm do mundo depende em grande parte dos *media*. Mas os *media* não são insensíveis ao seu público. Pelo contrário, tentam ir ao encontro do seu público comprador, do qual depende a sua independência e sobrevivência, como vimos no capítulo 4. Numa palavra, ao contrário de

Noelle-Neumann, em Lippmann há um condicionamento mútuo entre os *media* e o seu *buying public*.

Como referimos no início do capítulo, a espiral do silêncio faz também parte de um movimento de reação ao paradigma dos efeitos limitados, introduzido em meados dos anos 40 por Paul Lazarsfeld e os seus colegas na Columbia University´s Bureau of Applied Social Research. Noelle-Neumann reconheceu grande mérito aos estudos realizados pela equipa de Paul Lazarsfeld. Estes sublinharam a importância dos grupos a que os indivíduos pertencem (família, amigos, colegas de trabalho) na formação das intenções de voto. A autora alemã, por seu lado, quis sublinhar a importância do público anónimo e do clima nacional de opinião, que considera haverem sido ignorados. Ao fazê-lo, tratou os indivíduos como seres isolados, sem interação com os grupos a que pertencem, interagindo apenas com o meio social. Por este motivo, Elihu Katz considera que a autora alemã trouxe de volta as teorias da sociedade de massas. No entanto, a teoria dos grupos de Lazarsfeld emerge várias vezes na espiral do silêncio, como vimos neste capítulo e veremos no próximo.

Neste capítulo, completámos a nossa genealogia da espiral do silêncio. Uma vez descritos os principais antecedentes ou ramificações históricos e teóricos da espiral do silêncio e exposta a teoria, podemos passar no capítulo seguinte aos desenvolvimentos analíticos e empíricos a que a TES deu origem.

Capítulo 6

ESPIRAL DO SILÊNCIO: ABORDAGENS CRÍTICAS E DESENVOLVIMENTOS METODOLÓGICOS

> Doravante, fica a tarefa de investigar a interação entre os grupos de referência, a dinâmica de grupos, a psicologia de massas e a opinião pública como controlo social.
>
> Noelle Neumann (1995a, p. 293)

Noelle-Neumann encerra o seu *La espiral del silencio: opinión pública - nuestra piel social* com a frase em epígrafe. Nela fornece algumas pistas e sugestões sobre como a TES poderia evoluir no futuro. Como referimos antes, a própria Noelle-Neumann foi, ao longo dos anos, fazendo modificações, aprofundando alguns dos conceitos, lapidando os testes empíricos.

A perceção do clima de opinião e o medo do isolamento são as duas variáveis-chave para explicar a disposição dos indivíduos em expressar-se publicamente sobre assuntos controversos ou, ao invés, para se remeterem ao silêncio. Os princípios básicos da TES aparentam uma verdade intuitiva e uma certa lógica. Nos seus mais de 40 anos de vida, a espiral do silêncio gerou uma investigação considerável. Os resultados são contraditórios e inconsistentes. A evidência empírica é ambígua.

A TES recebeu muitos elogios, mas também muitas críticas. As áreas mais criticadas foram também as que se revelaram mais profícuas em termos de novas investigações sobre a opinião pública em geral e da TES em particular (Scheufele & Moy, 2000; Scheufele, 2008). Neste capítulo, pretendemos analisar as principais

"áreas críticas" da TES: a operacionalização da disposição dos indivíduos para expressarem as suas opiniões sobre assuntos controversos; o medo do isolamento como principal conceito explicativo da TES; os grupos de referência. Não são áreas estanques. Estão, como veremos, interligadas. Por fim, analisamos algumas tentativas de reforço do poder explicativo da TES através da incorporação de novas variáveis explicativas importadas da teoria do comportamento planeado (*theory of planned behavior*) e do constructo apreensão comunicacional (*communication apprehension*).

6.1 Operacionalização da expressão da opinião

Os primeiros testes empíricos da TES foram realizados pela própria Noelle-Neumann em 1971 e 1972. Numa série de inquéritos, Noelle-Neumann (1974) mediu a relação entre as perceções dos indivíduos sobre o clima de opinião, presente e futuro, e a sua disposição para entrarem numa conversa com estranhos numa viagem de comboio[1].

O primeiro "teste do comboio" realizou-se em janeiro de 1972. O entrevistador apresentava a uma amostra constituída apenas por mulheres um desenho no qual apareciam duas donas-de-casa a discutir sobre a possibilidade de bater nas crianças que se portam muito mal. Uma das mulheres que surgiam no desenho declarava: "Bater nas crianças é um erro. Pode-se educar qualquer criança sem lhe bater"; ao invés, a outra afirmava: "Bater nas crianças faz parte da sua educação e nunca fez mal a ninguém." Cerca de 40% das inquiridas estavam de acordo com a primeira opinião, 47% com a segunda e 13% estavam indecisas. Todavia, a pergunta crucial era esta: "Suponha que está a começar uma viagem de comboio de cinco horas e há uma mulher no seu compartimento que pensa...". A partir daqui o conteúdo

1. Antes de experimentar o teste do comboio, Noelle-Neumann (1995a) havia experimentado outro tipo de teste, no qual se pedia aos entrevistados para se imaginarem numa reunião. Segundo a autora, este tipo de teste não funcionou bem porque a "situação não era suficientemente pública, e as reacções dos inquiridos eram muito influenciadas por considerações de cortesia para com as opiniões expressadas pelos anfitriões e os outros convidados" (p. 38). Ao contrário, o teste do comboio apresentava uma situação pública "algo semelhante a uma via pública: qualquer um podia entrar nela, e o inquirido não conhecia os nomes e as atitudes das pessoas que encontrava nela. Ao mesmo tempo, era uma situação tão pouco exposta que até uma pessoa tímida podia participar se lhe apetecesse" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 38).

da questão variava. O resto do texto correspondia a uma das duas versões das donas-de-casa do desenho supracitado, sendo apresentada aquela que fosse diametralmente oposta à opinião de cada inquirido. Por fim, a pergunta terminava assim:" Gostaria de falar com essa mulher para conhecer melhor o seu ponto de vista, ou acha que não valeria a pena?"

Grande parte dos estudos empíricos realizados posteriormente seguiu este padrão original. O "teste do comboio" passou a fazer parte de muitos dos inquéritos aplicados por Noelle-Neumann e pelos seus colaboradores do Instituto Allensbach[2]. Muitas vezes, a amostra era dividida ao meio. Metade dos inquiridos eram confrontados com uma pergunta que envolvia pessoas que falavam "muito favoravelmente" sobre um assunto controverso; para a outra metade, a pergunta dizia "muito desfavoravelmente".

A divisão da amostra ao meio, confrontando cada metade com um cenário diferente, era especialmente aconselhada por Noelle-Neumann em assuntos controversos, sobre os quais a opinião pública ainda não se havia estabilizado, em discussões em curso ou em conflitos latentes que não haviam subido à superfície. De acordo com Noelle-Neumann (1995a), neste tipo de situações, as pessoas mostram-se mais sensíveis ao meio envolvente e ao tom da conversa do "teste do comboio" e essa sensibilidade pode "ser muito reveladora" (p. 51)[3].

À época, os assuntos analisados eram mais ou menos controversos, como o castigo físico de crianças, a lei do aborto, a construção de novas centrais nucleares, a pena de morte, a vida em conjunto de casais solteiros, as drogas ilegais, os fumadores fumarem na presença de não fumadores. Conforme as previsões da TES, os resultados apresentados por Noelle-Neumann mostram que a disposição dos indivíduos em expressar as suas opiniões aos

2. O Instituto Allensbach para a pesquisa da opinião pública (em alemão: Institut für Demoskop ie Allensbach) foi fundado em 1947 por Noelle-Neumann e pelo jornalista Erich Peter Neumann.
3. Entre 1973 e 1976, foi eliminada uma das situações alternativas porque pareceu à equipa de Noelle-Neumann que as respostas dos inquiridos eram redundantes. Todavia, mais tarde, voltariam a formular inquéritos com dois cenários alternativos. Porque somente quando a espiral se desenrolou plenamente é que uma das fações passa a possuir toda a visibilidade pública e a outra se oculta plenamente na sua concha (Noelle-Neumann, 1995a, p. 51).

outros varia em função da sua avaliação sobre a distribuição e a tendência da opinião no seu meio social. Por outras palavras, a disposição para se expressarem perante os outros era maior quando acreditavam que o seu ponto de vista era, e continuaria a ser, dominante ou que estava a tornar-se cada vez mais difundido.

Numa meta-análise de mais de 17 estudos empíricos, realizados em seis países diferentes, Glyn, Hayes e Shanahan (1997) examinam a relação fundamental da TES: a "relação entre as percepções das pessoas sobre o apoio às suas opiniões e a sua vontade de expressar essas opiniões" (p. 453)[4]. Os autores concluíram que a relação é em média positiva e estatisticamente significativa. Todavia, o efeito médio dos 17 estudos é reduzido e bastante heterógeno. Esta conclusão é válida independentemente de os estudos em questão considerarem as perceções dos inquiridos sobre o clima de opinião presente ou futuro. Estudos posteriores apresentaram conclusões semelhantes: apesar de ser um fenómeno real, a perceção sobre o clima de opinião revela um fraco poder explicativo. Por exemplo, Hayes (2007) concluiu que o efeito do clima de opinião não contava mais do que 2% do total da variância.

Noelle-Neumann e Peterson (2004) desvalorizam os resultados da meta-análise de Glyn, Hayes e Shanahan (1997). Consideram que os estudos enfermam de uma grave lacuna. Em nenhum deles foi engendrada uma situação de entrevista em que, para os inquiridos, fosse realmente percetível a pressão do clima de opinião e este é "o pré-requisito para um teste bem-sucedido da espiral do silêncio" (Noelle-Neumann & Peterson, 2004, p. 351). A pressão do clima de opinião emanada de um assunto controverso, em que os *media* assumem claramente um dos lados em disputa, deve ser forte e

4. A maioria dos estudos empíricos tem em consideração a "congruência percecionada", ou seja, a correspondência (ou não) entre a opinião do indivíduo e a sua perceção sobre o clima de opinião. Esta informação exige dados, por um lado, sobre a opinião real dos indivíduos e, por outro, sobre a sua perceção do clima de opinião, atual e/ou futuro. Há congruência ou consonância quando os indivíduos pressentem que a sua opinião faz parte da maioria; há incongruência ou dissonância quando os indivíduos pressentem que a sua opinião está associada a uma minoria.

notória, a ponto de os inquiridos não necessitarem de imaginar essa pressão através de uma situação hipotética[5].

Glyn, Hayes e Shanahan (1997) admitem que os estudos analisados podem não ter captado bem o processo da espiral do silêncio. Antes de mais, a TES foi apenas testada parcialmente. Não foram realizados testes a outras variáveis independentes fundamentais, como os *media* ou o sentido quase-estatístico. Mais importante: os autores aventam a possibilidade de existência de erros de medida nas variáveis utilizadas, em especial na operacionalização da expressão da opinião, porque foram propostas aos inquiridos situações hipotéticas, e não "situações reais". Em consequência, os autores sugerem que, no futuro, se utilizem também estudos experimentais.

Na maioria dos testes empíricos à TES, a medição da variável dependente (ou seja, a expressão da opinião) baseia-se num dos seguintes tipos de situações hipotéticas: (1) os inquiridos são questionados sobre a sua disponibilidade para entrar numa conversa; (2) os inquiridos são questionados

5. Noelle-Neumann (1995a, pp. 65-72) descreve a sua primeira tentativa em simular o perigo do isolamento social, realizada em 1976. Dividiu uma amostra de 2000 pessoas em dois grupos de 1000: o grupo de controlo e o grupo experimental. Ambos os grupos foram submetidos a um conjunto de questões sobre o tema "fumar na presença de não fumadores". A todos os inquiridos era perguntado: se eram fumadores; a sua opinião sobre o assunto; a sua perceção sobre a opinião da maioria; por fim, eram submetidos a um teste do comboio – metade dos inquiridos era confrontada com uma opinião favorável e a outra com uma opinião desfavorável.
O grupo experimental era, ainda, confrontado com um teste de terminação de frases, realizado antes do teste do comboio. E esta era a única diferença em relação ao grupo de controlo. Nesse teste, surgia um desenho com duas pessoas a conversar, uma delas dizia: "Os fumadores não têm consideração pelos outros. Obrigam os demais a respirar o seu fumo, tão prejudicial para a saúde"; a outra pessoa dizia apenas "Bem, eu...". Pedia-se depois aos inquiridos para terminarem a frase.
O grupo experimental era assim sujeito a um dupla ameaça de isolamento. Primeiro, respondiam ao teste de terminação de frase e depois ao teste do comboio. Os resultados foram interessantes. Tanto no grupo experimental como no de controlo, a ameaça de isolamento foi sentida por fumadores e não fumadores. Todavia, essa ameaça tornou-se mais evidente no grupo experimental, sobretudo para os fumadores. Primeiro, realizavam o teste de terminação de frases, em que aparece, como vimos acima, alguém com uma opinião contundente contra os fumadores que fumam na presença de não fumadores; depois eram confrontados com um teste de comboio em que alguém diz que os "as pessoas deviam abster-se de fumar na presença de não fumadores." Nestas condições, apenas 23% dos fumadores se mostraram dispostos a entrar nesta conversa – esse valor era 41% no grupo de controlo. Todavia, entre os fumadores do grupo experimental, aqueles que a seguir à ameaça de isolamento do teste de terminação de frases foram confrontados com um teste de comboio no qual alguém partilha o seu ponto de vista, 54% mostraram-se dispostos a entrar na conversa – apenas um ponto percentual a menos do que os fumadores do grupo de controlo (os que não foram sujeitos previamente ao teste de terminação de frases). Numa palavra, a dupla ameaça de isolamento (teste de terminação de frases, seguido de teste de comboio no qual alguém assume uma opinião contrária à do fumador) torna mais evidente a espiral do silêncio.

sobre a sua disponibilidade para expressar a sua opinião em público[6]. Um exemplo do primeiro tipo de situação hipotética (envolvimento numa conversa com estranhos) é o clássico teste do comboio, sugerido, como vimos, por Noelle-Neumann. No teste original (Noelle-Neumann, 1974, 1995a), pede-se ao inquirido para imaginar uma longa viagem de comboio na qual passageiros desconhecidos tentam envolvê-lo numa discussão sobre um assunto controverso. A disposição para entrar nessa conversa é usada como medida da expressão da opinião e as respostas a esta questão são examinadas *vis-à-vis* com a perceção do indivíduo sobre o clima de opinião.

O teste do comboio foi bastante criticado, nomeadamente por ser culturalmente enviesado. As longas viagens de comboio e conversas com estranhos podem não ser suficientemente realistas para serem usadas em inquéritos noutros países (Scheufele, 2008). Tendo em conta estas críticas, a própria Noelle-Neumann (1995a) sugeriu outras medidas mais indiretas: "Falar e ficar calado" (p. 42) deve ser considerado num sentido amplo, argumenta a autora. Colocar um *pin* na lapela, colar um autocolante no carro, exibir de forma ostensiva um jornal partidário são também modos de falar. Ao invés, esconder esse mesmo jornal é uma forma de ficar calado. Em consequência, Noelle-Neumann (1995a) propôs testes alternativos que sugerissem aos inquiridos situações hipotéticas como viagens de autocarro, exibição de material de campanhas eleitorais, participação em reuniões públicas ou outras formas de participação política, entrevistas na rua por um repórter televisivo[7]. Outros autores propuseram variantes da medida clássica do teste do comboio. Em vez de uma viagem de comboio, sugere-se uma viagem de autocarro ou de táxi ou de avião (e.g., Lasorsa, 1991; Salmon & Neuwirth, 1990; Shamir, 1997).

Em relação ao segundo tipo de "situação hipotética" (exprimir a opinião ante um público), a operacionalização também varia em função do contexto su-

6. Os estudos considerados por Glyn, Hayes e Shanahan (1997) não foram exceção, usando um método ou outro.
7. À semelhança do teste do comboio, todos estes testes são realizados através de inquéritos em que são propostas aos inquiridos situações hipotéticas.

gerido aos inquiridos: interagir com um grupo numa festa ou noutro tipo de reunião social (e.g., Moy, Domke & Stamm, 2001; Scheufele, 1999; Scheufele, Shanahan & Lee, 2001); participar num fórum público (e.g. Gonzenbach & Stevenson, 1994); falar com um repórter (e.g., Salmon & Neuwirth, 1990; Shamir, 1997); telefonar para um *talk show* radiofónico (Perry & Gonzenbach, 2000); interagir com outros num contexto académico - uma discussão de grupo, por exemplo (Hornsey, Majkut, Terry & McKimmie, 2003).

Em vez dos habituais inquéritos[8] com as suas situações hipotéticas, pode-se, em alternativa, como propõem Glyn, Hayes e Shanahan (1997), recorrer a estudos experimentais. Este método, embora menos usual, apresenta algumas vantagens. Os estudos experimentais permitem criar uma "situação real" de discussão, como um *focus group* (e.g., Scheufele, Shanahan & Lee, 2001). Permitem também um melhor controlo das variáveis independentes, uma vez que estas estão interrelacionadas[9]. Todavia, estes estudos têm o problema de tornar mais difíceis as generalizações. As críticas aos estudos de conformidade de Asch, que expusemos no capítulo anterior, resumem, em grande parte, os problemas levantados por este tipo de técnica[10].

Embora reconheça as virtudes das investigações experimentais, Noelle-Neumann (1995a) prefere e aconselha os inquéritos porque as pessoas "imaginam tão vivamente as situações descritas nos inquéritos que reagem

8. Com a exceção dos *media*, em que sugerem análises de conteúdo, Noelle-Neuman e Peterson (2004) consideram que os inquéritos são a melhor técnica para medir as variáveis da TES.
9. A própria Noelle-Neumann (1995a), referindo-se aos estudos de Asch, enumera uma série de vantagens deste tipo de técnica experimental em relação aos inquéritos: "Quando comparamos o método de investigação de Asch com o método de inquérito com perguntas, como o do teste do comboio, notamos imediatamente que o método de Asch possui uma atração e uma classe de força de persuasão completamente diferente. Asch trabalha na tradição das chamadas «experimentações de laboratório». Pode controlar até ao último detalhe relevante da situação experimental: a localização das cadeiras, o comportamento dos seus ajudantes durante as sessões, o grau de clareza da diferença de longitude entre as linhas, etc. A configuração experimental, o «laboratório», permite-lhe criar uma situação inequívoca e mantê-la constante para todos os sujeitos. O inquérito é um instrumento de investigação mais «sujo» porque está submetido a diversas perturbações e contaminações (...) Todas estas variáveis introduzem incertezas nos resultados. Ao contrário, num laboratório como o de Asch pode-se criar uma «situação real»" (p. 61).
10. Noelle-Neumann (1995a) menciona também desvantagens dos estudos experimentais ou laboratoriais: "As mesmas características que dão força aos métodos de laboratório – a sua possibilidade de controlo rigoroso e de introduzir variações nas circunstâncias que poderiam influir nos resultados – são as que também constituem a sua debilidade. O contexto de laboratório poderia excluir inadvertidamente certos aspectos da vida real quiça decisivos no comportamento que se pretende investigar" (p. 65).

perante elas como se fossem reais. De modo que não temos de realizar a investigação num laboratório secreto com um comboio autêntico e cientistas disfarçados de viajantes" (p. 72).

Scheufele e Moy (2000) enumeram cinco condições necessárias para que as "situações hipotéticas" se possam tornar medidas válidas: (1) ter em conta as diferenças entre países e culturas – e.g., o teste do comboio pode fazer sentido na Alemanha, mas, como admitiu a própria Noelle-Neumann (1995a), as viagens de comboio de cinco horas não são comuns em muitos países; (2) para testar a disposição para expressar em público uma opinião controversa, é necessário que o público seja operacionalizado como um tribunal onde se realizam julgamentos; (3) o carácter anónimo do público - ou seja, situações privadas, como conversas em família ou com amigos, não são adequadas para este tipo de teste; (4) na operacionalização da variável dependente, o público deve ser mantido num tamanho constante e o mais pequeno possível: quanto maior o público, mais as características pessoais – autoconfiança, educação – irão influenciar as respostas dos inquiridos, independentemente do clima de opinião; (5) o assunto deve ser controverso, com uma dimensão moral claramente identificável.

6.2 Quando o silêncio não é uma opção

Ir atrás do pelotão constitui "um estado de relativa felicidade", diz Noelle-Neumann (1995a, p. 23). Mas, acrescentava a autora, se tal não for possível - porque não se quer compartir publicamente uma convicção, aparentemente, aceite de modo universal - permanecer em silêncio é a segunda melhor opção para continuar a ser tolerado pelos outros. Todavia, nem sempre o silêncio é uma opção aceitável ou viável.

Na realidade, a diferença entre os dois tipos de "situação hipotética" acima descritos é muito subtil. Basicamente, a diferença consiste no seguinte: no caso de uma conversa, há muitas maneiras de se envolver sem expressar explicitamente uma opinião sobre um assunto controverso. Dito de outro modo, as alternativas não são apenas entre falar e ficar calado, até porque

seria, por vezes, considerado rude não responder quando se é diretamente interpelado (Hayes, 2007). Como o silêncio não é uma opção em certas situações sociais, os indivíduos sentem, muitas vezes, a necessidade de evitar expressar as suas verdadeiras opiniões por outros meios que não o silêncio. Partindo deste pressuposto, Hayes, Glyn e Shanahan (2005a) propõem um conceito que designam por *willingness to self-censor* (WSC), o qual surgiu em resposta à meta-análise de Glyn, Hayes e Shanahan (1997). A disposição ou inclinação para a autocensura é um atributo individual relativamente estável, reflete a propensão dos indivíduos para conterem a expressão da sua opinião num clima de opinião hostil. Por sua vez, o *willingness to self-censor scale* (WSCS) é um instrumento concebido para medir as diferenças individuais.

Hayes, Glyn e Shanahan (2005a) sugerem que as conclusões de Glyn, Hayes e Shanahan (1997) se devem, em grande parte, ao facto de os investigadores haverem tratado os indivíduos como se estes fossem todos igualmente suscetíveis às forças sociais que podem levar à inibição da expressão da opinião. Desta forma, ignoraram a possibilidade de o clima de opinião ter efeitos fortes nalguns indivíduos, mas fracos noutros. De acordo com este argumento, existem indivíduos "facilitadores" das espirais do silêncio, que usam a informação sobre o clima de opinião quando têm de decidir se exprimem ou não a sua opinião; mas existem também os "inibidores" das espirais do silêncio, que dizem o que pensam, independentemente do clima de opinião e dos potenciais custos de aparecerem ao lado de uma opinião minoritária.

O WSCS é constituído por oito *itens* e permite medir o grau de autocensura de cada indivíduo. Os indivíduos que apresentam maiores índices de autocensura tendem a ser relativamente mais ansiosos na interação social, mais preocupados com a forma como os outros os avaliam, com menor capacidade de argumentação e autoestima, politicamente mais conservadores, menos instruídos, menos abertos a novas experiências. Embora esteja correlacionado com estas variáveis, o WSC é estatisticamente diferenciável delas.

O WSC foi corroborado por estudos *poste*riores. Hayes, Glyn e Shanahan (2005b) calcularam o WSCS e usaram também um teste de timidez de 13 *itens* de Cheek e Buss (1981), numa amostra de 742 alunos dos cursos de comunicação da Ohio State University em Columbus. Além disso, recorreram a um inquérito baseado num cenário hipotético, como os descritos na secção anterior. Era perguntado aos inquiridos até que ponto estavam dispostos a exprimir a sua opinião sobre um determinado assunto controverso[11]. Metade dos inquiridos eram confrontados com um cenário em que o clima de opinião descrito era hostil; à outra metade era-lhes descrito um cenário amigável[12]. Hayes, Glyn e Shanahan (2005b) concluem que tanto o WSC como o clima de opinião são variáveis significativas da expressão da opinião. Curiosamente, chegam a uma conclusão semelhante à do estudo de Glyn, Hayes e Shanahan (1997), estudo que, como referimos acima, questionavam no início das suas investigações: o clima de opinião é uma variável estatisticamente significativa, mas com fraco poder explicativo da expressão da opinião[13]. Mais: a interação entre o clima de opinião e o WSC é estatisticamente significativa. O clima de opinião tem um efeito maior na expressão da opinião quando os indivíduos exibem maiores valores no WSCS, ou seja, quando são autocensores (*self-censorers*).

Para Hayes (2007), a operacionalização da expressão da opinião comummente usada – isto é, "Falaria ou não falaria" ou "Qual a probabilidade de falar?" - falha ao não recolher informação sobre a forma como as pessoas lidam com uma situação social em que a sua opinião é solicitada por uma audiência hostil ou que provavelmente estará em desacordo. No estudo de Hayes (2007), os participantes foram confrontados com várias estratégias evasivas da expressão da sua própria opinião (*opinion expression avoidance*

11. Foram distribuídos aleatoriamente inquéritos com três temas diferentes: pena de morte, discriminação positiva (*affirmative action*), legitimidade de protestos violentos na defesa de causas ambientais.
12. A nenhum dos inquiridos era perguntado qual era a sua opinião efetiva sobre o assunto. Era-lhes apenas pedido que imaginassem um cenário (uma festa de estudantes de fim-de-semana, na qual não conheciam ou conheciam apenas de vista os colegas) e em que a maioria das pessoas presentes parecia discordar (ou concordar) da opinião do inquirido.
13. E propõem também que em investigações futuras se use como alternativa, ou de forma complementar, "situações reais", ou seja, investigações experimentais.

strategies), devendo indicar, numa escala de 1 (nada provável) a 5 (muito provável), a probabilidade de utilizarem cada uma das estratégias propostas[14]: exprimir indiferença ou ambivalência, fingir ignorância sobre o assunto, declarar que não se tem opinião sobre o assunto, tentar mudar de assunto, abandonar o grupo, falar antes sobre a opinião de um conhecido, não dizer nada, devolver a questão sem responder. Metade dos inquiridos era confrontada com um clima de opinião hostil e a outra metade com um clima de opinião amigável. Tal como era esperado, o ato de evitar expressar a opinião é mais frequente num clima de opinião hostil do que num clima de opinião amigável. Todavia, a timidez e o interesse em política revelaram-se mais importantes na explicação de estratégias evasivas de expressão do que o clima de opinião, o qual revelou um efeito relativamente pequeno. Hayes (2007) propõe a aplicação do WSCS em investigações experimentais. Talvez os resultados respeitantes ao clima de opinião pudessem ser, nessa situação, diferentes. Todavia, estudos posteriores não confirmaram essa hipótese (e.g., Hayes, Uldall & Glynn, 2010).

Perante estes resultados, Hayes (2007) sugere que talvez o clima de opinião seja apenas um dos muitos fatores que podem influenciar a expressão da opinião. Mais: talvez o seu efeito seja relativamente pequeno.

6.3 Para além do medo do isolamento

> Parece que o medo do isolamento é a força que põe em marcha a espiral do silêncio
> Noelle-Neumann (1995a, p. 23)

Como vimos antes, o medo do isolamento subjaz a toda a TES e é o seu principal conceito explicativo. É o medo do isolamento que impele os indivíduos a sondarem e a monitorizarem permanentemente o clima de opinião; para o efeito, usam os *media* como barómetro, mas também a observação direta e as relações interpessoais.

14. As estratégias propostas por Hayes (2007) resultaram de um estudo prévio do autor, no qual 91 inquiridos (estudantes) descreveram a forma como reagiriam a um clima de opinião hostil.

Desde as investigações iniciais sobre a espiral do silêncio que tem sido debatido o papel desempenhado pelo medo do isolamento na expressão e na supressão da opinião. De entre as muitas críticas de que a TES tem sido alvo destaca-se o argumento de que o medo do isolamento e a perceção do clima de opinião são apenas duas das muitas variáveis que afetam a disposição dos indivíduos para exprimirem publicamente as suas opiniões sobre assuntos controversos.

Na realidade, não existe muita investigação dedicada a explicar e a validar empiricamente o conceito do medo do isolamento. Não há muitos autores que tenham tentado medir o medo do isolamento. Noelle-Neumann (1995a, pp. 63-65) tinha consciência dessa dificuldade. Numa sociedade que preza tanto a razão, a liberdade, a sinceridade e o individualismo, os indivíduos agem como se esses valores fizessem parte do seu ser. Por isso, não podemos esperar que as pessoas admitam conscientemente o "seu medo do isolamento se lhe perguntamos diretamente sobre as suas motivações num inquérito" (Noelle-Neumann, 1995a, p. 64).

Durante os anos 70 e 80, e na linha dos trabalhos originais de Noelle-Neumann, a perceção do clima de opinião era, na maioria dos estudos empíricos, a única variável explicativa usada. O medo do isolamento surgia, assim, apenas de forma implícita, no sentido em que a perceção do clima de opinião é, de acordo com a TES, um reflexo desse medo. Só a partir dos anos 90 o conceito do medo do isolamento começou a ser efetivamente operacionalizado (Scheufele, 2008). Os resultados dos estudos empíricos não são consistentes e conclusivos. Nuns casos, parecem contrariar a validade do medo do isolamento como principal explicação para a expressão da opinião sobre assuntos controversos (e.g., Neuwirth & Frederick, 2004; Neuwirth *et al.*, 2007; Scheufele, 2008). Noutros, os efeitos são considerados moderados ou negligenciáveis (e.g., Glyn, Hayes & Shanahan, 1997; Kim, Han, Shanahan & Berdayes, 2004; Scheufele & Moy, 2000). Por fim, alguns estudos sugerem que os efeitos do medo do isolamento são fortes (e.g., Moy, Domke & Stamm, 2001; Ho & McLeod, 2008; Yun & Park, 2011; Lee & Kim, 2014).

Estes resultados inconclusivos incentivaram a demanda de mecanismos explicativos alternativos ou complementares ao medo do isolamento. Segundo alguns autores (e.g., Glyn & McLeod, 1984; Scheufele & Moy, 2000; Scheufele, 2008), a expressão da opinião em contextos públicos é determinada por múltiplos motivos. São vários os estudos que indicam e sublinham alguns desses motivos: (1) o mecanismo de autocensura (*willingness to self--censor*), referido acima, é dos mais citados; (2) o grau de conhecimento do indivíduo sobre o assunto em questão (Salmon & Neuwirth, 1990; Shamir, 1997); (3) o interesse por assuntos políticos ou públicos (e.g. Baldassare & Katz, 1996; Lasorsa, 1991; Wilnat, Lee & Detenber, 2002); (4) a timidez (Hayes, Glyn & Shanahan, 2005a; Wilnat, Lee & Detenber, 2002); (5) o efeito do carro ganhador (Salmon & Kline, 1985); (6) motivos positivos para a expressão da opinião (Lasorsa, 1991; Salmon & Kline, 1985); (7) o medo de parecer ignorante (Salmon & Neuwirth, 1990).

Noelle-Neumann (1995a) não ignorava a influência de fatores individuais como a timidez, a autoestima ou o interesse por assuntos políticos na expressão da opinião. Admitia que estes fatores podiam, de facto, tornar alguns indivíduos mais sensíveis ao clima de opinião do que outros: "é provável que os que têm menos confiança em si mesmos e menos interesse pela política mudem o seu voto no último minuto" (p. 23). Simplesmente para a autora alemã estes fatores individuais não são prevalecentes.

Independentemente das suas avaliações sobre o clima de opinião, os mais jovens, os homens, os indivíduos mais qualificados e de maiores rendimentos revelam maior interesse pelos assuntos em discussão pública e uma maior propensão para se exprimir publicamente[15], (Noelle-Neumann, 1974, 1995a). Outros estudos vieram corroborar estas conclusões (e. g., Lasorsa, 1991; Moy, Domke & Stamm, 2001). A visibilidade pública dos diversos pontos de vista em discussão é afetada por este tipo de fatores individuais. Ou seja, a fação que inclua nas suas fileiras mais jovens, homens, indivíduos

15. Noelle-Neumann (1995a) não define "situação pública", mas dá exemplos concretos do que entende por "situação pública real": "na rua, num talho ou como espetador de um acontecimento público" (p. 39).

mais qualificados e de maiores rendimentos tem maior probabilidade de surgir aos olhos do público como a fação destinada a obter a aceitação geral. Mas esta é apenas metade da história. A outra metade da história, acrescenta Noelle-Neumann (1995a), é "o acordo entre as convicções próprias e a avaliação que cada um faz das tendências vigentes, do espírito da época, do ânimo dos que parecem mais modernos, mais sensatos" (p. 44). A língua tende a soltar-se quando o indivíduo se sente em harmonia com o espírito da época, resume a autora alemã.

Apesar da existência de diferenças entre os subgrupos (género, idade, nível educativo, nível de rendimento) em termos da sua disposição para se exprimirem em situações públicas sobre assuntos controversos, ninguém é insensível à avaliação que faz do clima de opinião[16]. Numa palavra, ninguém é imune ao medo do isolamento - exceto, como referimos no capítulo 5, os núcleos duros e as vanguardas.

Ao contrário de Noelle-Neumann, Matthes, Morrison e Schemer (2010) consideram que os núcleos duros nem sempre são minorias. Por vezes, correspondem à maioria da população. Os autores analisaram se a relação entre o clima de opinião e a expressão da opinião depende da "convicção da atitude" (*attitude certainty*) dos indivíduos. Através da análise de três inquéritos independentes, concluíram que o clima de opinião influencia a expressão da opinião apenas quando as atitudes dos indivíduos são fracas ou moderadas. Os autores concluem que a espiral do silêncio tem um efeito

16. Noelle-Neumann (1995a) descreve um caso concreto. No outono de 1972, do total da população considerada (indivíduos com mais de 16 anos), 49% dos partidários de Willy Brandt estavam dispostos a conversar sobre Brandt com um companheiro de viagem de comboio, contra apenas 35% dos seus opositores. Vejamos agora, por exemplo, os dados por grupos de idade. Dentro dos apoiantes de Brandt, 53% dos que tinham entre os 16 e os 29 anos estavam dispostos a falar; verifica-se uma redução para 47% dos que tinham entre os 30 e 44 anos – confirma-se, portanto, a diferença de comportamentos entre grupos etários. Se compararmos estes dados, por grupos de idade, com os referentes aos opositores de Brandt, verificamos que as percentagens são, respetivamente, 43% e 37%. Em suma, apesar dos mais jovens, de ambas as fações, revelarem uma maior propensão para se exprimir numa situação pública (a hipotética viagem de comboio) não são indiferentes à avaliação que fazem do clima de opinião e, por isso mesmo, os apoiantes de Brandt revelam sempre uma maior propensão para se exprimirem do que os opositores, independentemente da idade – mas também do género, nível educativo, nível de rendimento, profissão (Noelle-Neumann, 1995a, pp. 44-50).

limitado e não consegue explicar o comportamento de todos os indivíduos do público em termos da expressão das suas opiniões.

6.4 Opiniões minoritárias em linha

Nos últimos anos, vários autores testaram a espiral do silêncio em ambientes *online*. A mudança para ambientes *online* levou a que os investigadores reformulassem a operacionalização da principal variável dependente da TES: a vontade para exprimir publicamente uma opinião. Em vez das situações hipotéticas de conversar com os outros ou da probabilidade de exprimir uma opinião ante um público, os respondentes são agora questionados, por exemplo, sobre a probabilidade de comentarem um *post*, partilharem um *post*, colocarem um "gosto" num *post*, criarem um novo *post* sobre o mesmo assunto (Gearhart & Zang, 2014; Jang *et al.*, 2014; Stoycheff, 2016).

Usando como tema o aborto, Yun e Park (2011) testaram a relação entre a perceção do clima de opinião e a disposição dos indivíduos para exprimir opiniões *online*, medida pela quantidade de *posts*. O estudo utilizou dois grupos: os "não anónimos" – neste caso, os inquiridos deviam registar-se antes de postar; e os "anónimos". Foram criados mais dois grupos: num, os indivíduos eram confrontados com mensagens sobre o aborto congruentes com as suas opiniões; no outro, com mensagens incongruentes. Conforme as previsões da TES, os resultados do estudo mostram que quando há uma congruência percecionada, os indivíduos revelam maior probabilidade de postar em fóruns *online*. Todavia, de forma inesperada, a disposição dos indivíduos em expressar as suas opiniões era semelhante entre os "anónimos" e os "não anónimos". À primeira vista, estes resultados são surpreendentes. O anonimato, característico de muitas plataformas *online*, deveria, em princípio, fazer desaparecer ou, pelo menos, atenuar os efeitos do medo do isolamento. Mas não é nesse sentido que apontam alguns estudos (Lee, Oshita, Oh & Hove, 2014)[17]. Os indivíduos parecem acreditar que o clima de

17. Há, todavia, pelo menos uma exceção relativamente a este tipo de conclusões, sublinhadas, aliás, pelos próprios Lee *et al.* (2014). Ho e McLeod (2008) testaram de que forma o contexto comunicacional pode afetar a expressão da opinião e os efeitos do medo do isolamento. Procederam a uma comparação

opinião dos utilizadores *online* é representativo do público em geral (Kim, Kim & Oh, 2014).

Especialmente nos últimos anos, os académicos têm tentado perceber como é que os indivíduos usam as redes sociais *online* para avaliar o clima de opinião (Stoycheff, 2016). As redes sociais *online* ao permitirem que se estabeleçam contactos com conhecidos mais distantes geográfica e politicamente (apesar de serem "laços fracos" - *weak ties*) aumentam a heterogeneidade nas redes sociais de cada indivíduo. Quanto mais larga, extensa, descentralizada e diversa for a rede social, maior seria a probabilidade da perceção dos indivíduos sobre o clima de opinião se aproximar da realidade. Nesse sentido, as redes sociais *online* permitiriam uma perceção mais exata do verdadeiro clima de opinião do que as redes sociais *offline*, constituídas apenas por familiares e amigos mais próximos (Stoycheff, 2016). Seja como for, a maioria dos estudos oferece pouca evidência sobre a possibilidade de os contextos *online* libertarem ou incentivarem a expressão de opiniões minoritárias ou de reduzirem os comportamentos conformistas. Ao invés, estudos recentes alertam para o perigo de um recuo maior e mais acelerado das opiniões minoritárias nas redes sociais (Stoycheff, 2016).

Jang, Lee e Park (2014) sugerem que aqueles que usam redes sociais mais amplas têm menos vontade de publicitar as suas opiniões. Tem sido consistentemente observada uma relação negativa entre o clima de opinião percecionado e a disposição dos indivíduos para expressar a opinião numa grande variedade de plataformas *online* (Stoycheff, 2016), incluindo fóruns *online* (Kim *et al.*, 2014; Yun & Park, 2011); *chat rooms* (Ho & McLeod, 2008); o Facebook (Fox & Warber, 2015; Gearhart & Zhang, 2014; Jang *et al.*, 2014); o Twitter (Miyata, Yamamoto & Ogawa, 2015).

entre uma comunicação *face-to-face* e *chats* de discussão *online*. Concluíram que o medo do isolamento tinha um efeito significativo na expressão da opinião. Todavia, essa influência reduz-se substancialmente nos *online chat rooms*. Segundo os autores, uma discussão *online* pode atenuar o papel do medo de isolamento devido ao anonimato e à falta de presença física, reduzindo assim a pressão para o conformismo.

Stoycheff (2016) analisou de que forma a perceção dos americanos sobre a existência de uma vigilância *online* por parte do Estado pode influenciar a relação entre o clima de opinião percebido e a disposição para expressar pontos de vista minoritários. A maioria dos americanos tem hoje consciência de que tudo o que faz na internet deixa impressões digitais. As "ciberpegadas" não se apagam; é sempre possível recuperá-las. As mensagens ficam para sempre armazenadas nas profundezas do ciberespaço. Em 2013, o caso Edward Snowden[18] alargou e aprofundou essa consciência. Foi neste contexto que Stoycheff (2016) testou a espiral do silêncio, tentando detetar o potencial efeito silenciador da vigilância *online* do Estado. Num inquérito *online*, 255 indivíduos foram confrontados com um *post* fictício do Facebook relativo a ataques aéreos dos Estados Unidos ao Estado Islâmico na Síria e no Iraque. Aos respondentes foram colocadas questões sobre a sua disponibilidade para expressar publicamente a sua opinião sobre este tema, a sua perceção sobre o sentimento dos americanos, até que ponto consideravam justificável a vigilância estatal *online*, e informação demográfica.

Os opositores à vigilância *online* do Estado parecem menos sensíveis às opiniões dos outros e, por consequência, mais disponíveis para darem o seu verdadeiro ponto de vista, independentemente de o percecionarem como pertencendo ao campo maioritário ou ao campo minoritário. Por seu turno, os apoiantes desse tipo de programas estatais são mais propensos a comportamentos conformistas. Expressam a sua opinião quando sentem que estão do lado da maioria, suprimem-na quando pressentem que estão do lado da minoria.

18. Em 2013, Edward Snowden tornou públicos documentos classificados da NSA (National Security Agency), descrevendo - entre outras atividades classificadas - um programa t*op-secret* conhecido como PRISM.
O PRISM foi originariamente concebido para monitorizar e colher comunicações *online* de estrangeiros suspeitos de envolvimento terrorista. Mas posteriores investigações do *Washington Post* e do *Guardian* sugeriram que o programa é muito mais invasivo e intrusivo. Permite às *intelligence agencies* ter acesso aos servidores de companhias bastante populares como a Google, Microsoft, Apple, Facebook, Yahoo, Youtube, Skype, entre outras. As i*ntelligence agencies* podem vigiar os cidadãos americanos sem necessidade de um mandado, monitorizando e arquivando *emails*, *chats*, transferências de ficheiros, etc.
Após as revelações de Snowden – acusado de traição pelas autoridades americanas e obrigado a pedir asilo político – foram realizados vários inquéritos sobre o assunto. Hoje, quase 90% dos americanos têm consciência de que as suas ações *online* podem ser intercetadas pelo governo (Stoycheff, 2016).

Segundo Elizabeth Stoycheff, este é o primeiro estudo que fornece evidência empírica sobre o potencial efeito silenciador dos programas estatais de vigilância *online* sobre opiniões minoritárias; ao mesmo tempo, esses programas parecem contribuir para o reforço das opiniões maioritárias. Segundo a autora, ao reforçar o silêncio das minorias, o Estado pode estar a abalar as bases da própria democracia. Aventa ainda que talvez o maior medo dos indivíduos não seja o medo do isolamento ou da ostracização social como defendia Noelle-Neumann, mas sim o medo das possíveis retaliações do Estado, como perder o emprego ou consequências a nível legal.

6.5 Grupos de referência versus público anónimo

> O problema consiste em tornar empiricamente visível e teoricamente inteligível a atenção que os indivíduos prestam às opiniões do grupo.
> Noelle-Neumann (1995a, p. 63)

Em 1960, Joseph Klapper lamentava que a investigação em comunicação tivesse redescoberto a importância do grupo tardiamente. Klapper destacava o estudo de Katz e Lazarsfeld (1955/2006), os quais haviam sugerido que muitas das opiniões e atitudes individuais coincidem com as normas dos grupos de referência a que os indivíduos pertencem. Os poucos estudos feitos até então não eram conclusivos, mas pareciam apontar numa relação entre a pertença ao grupo e a resistência à mudança e entre a saliência de uma questão e a resistência à mudança. Hoje, mais de 50 anos depois, continuam por demonstrar de forma consistente essas relações.

Katz (1983) considera que Noelle-Neumann foi ambivalente em relação aos grupos de referência. De facto, como vimos antes, na TES os indivíduos surgem atomizados, desintegrados, impotentes perante os *media*, interagindo apenas com o seu meio social. E, no entanto, é a própria Noelle-Neuman que reconhece a importância dos grupos de referência, como a frase em epígrafe no início deste capítulo atesta.

Como vimos no capítulo 5, os resíduos da teoria dos grupos provinda de Lazarsfeld emergem, por vezes, na TES. Abordámos inclusive os dois exemplos que Katz (1983) retirou dos textos de Noelle-Neumann para corroborar o seu argumento: (1) nas memórias sobre o seu voto em eleições no passado, os indivíduos parecem atribuir mais importância aos grupos a que pertencem do que ao desejo de se juntarem aos vencedores; (2) quando há uma grande polarização na sociedade, os indivíduos ouvem a sua fação e ignoram o resto. Além disso, como vimos antes, na maioria dos testes empíricos, a TES é avaliada num contexto interpessoal, ao recorrer-se ao "teste do comboio", proposto por Noelle-Neumann, ou a variantes do mesmo.

O poder de influência dos grupos de referência sobre os indivíduos foi reconhecido há muito tempo noutras áreas de investigação[19]. Os argumentos de Elihu Katz sobre a TES poderiam ser apenas um reflexo da sua estreita colaboração com Paul Lazarsfeld no âmbito da teoria dos grupos do paradigma dos efeitos limitados. Todavia, outros autores têm chamado a atenção para a importância de incorporar ou de ter em consideração os grupos de referência no âmbito da TES (e.g., Scheufele & Moy, 2000; Scheufele, Shanahan & Lee, 2001). Apesar destes apelos ou sugestões, relativamente pouca investigação tem sido levada a cabo para provar a potencial relação entre os grupos de referência e a expressão da opinião.

Os estudos realizados sobre os grupos de referência, no âmbito da TES, envolvem dois problemas principais: clima de opinião e medo do isolamento (Scheufele & Moy, 2000; Scheufele, 2008). Os dois problemas estão interrelacionados. Podem os grupos de referência servir de *proxy* (substituto) para o clima de opinião? Por outras palavras, será que os indivíduos fazem inferências sobre o clima geral de opinião a partir dos seus grupos de referência (amigos, família, colegas de trabalho)? Mais: será a distribuição da opinião

19. Por exemplo, Moy, Domke e Stamm (2001) destacam os trabalhos dos psicólogos sociais Theodore Newcomb, Alberta Engvall Siegel e Sidney Siegel, realizados, respetivamente, nos anos 40 e 50. Estes autores concluem que a mudança de atitude dos indivíduos ao longo do tempo está relacionada com os grupos de referência com que se identificam. Este tipo de estudos faz parte da investigação sobre a dinâmica de grupos, que, como vimos no capítulo 5, é invocada por Noelle-Neumann para justificar a premissa central da TES: o medo do isolamento.

dentro dos grupos de referência um fator explicativo melhor do que o clima nacional de opinião para a disposição para falar? Alguns estudos sugerem que a resposta a estas duas questões é afirmativa.

Vários autores (e.g., Glyn & McLeod, 1985; Glyn & Park, 1997; Kennamer, 1990; Oshagan, 1996; Salmon & Kline, 1985; Moy, Domke & Stamm, 2001) argumentam que não são as perceções sobre a distribuição de opiniões da sociedade em geral que prevalecem quando decidimos se exprimimos ou não as nossas opiniões, mas sim as nossas perceções sobre a distribuição das opiniões dentro dos grupos de referência com os quais interagimos diariamente. Dito de outro modo, os *media* são uma fonte de informação sobre a opinião pública, mas as discussões interpessoais desempenham um papel fundamental naquilo que o nosso sentido quase-estatístico perceciona. Scheufele, Shanahan e Lee (2001) sugerem que os indivíduos projetam o mundo a partir das suas experiências nos grupos de referência com que interagem.

Moy, Domke e Stamm (2001) examinaram três componentes fundamentais da espiral do silêncio: medo do isolamento, os *media* e o clima de opinião. Os resultados vão ao encontro das previsões da TES. Os indivíduos são sensíveis às avaliações que fazem do clima de opinião. Todavia, ao contrário das formulações originais da TES, os autores sugerem que as perceções dos indivíduos sobre os "microclimas" de opinião referentes aos círculos de amigos e familiares estão mais associadas à disposição dos indivíduos para se expressar do que o clima nacional de opinião.

De acordo com Moy, Domke e Stamm (2001), os grupos de referência são o meio no qual o indivíduo sente de forma mais imediata e forte a ameaça do isolamento. A possibilidade de isolamento num grupo é uma preocupação mais significativa para muitos indivíduos do que a ameaça de isolamento emanada da sociedade no seu todo. Na maior parte dos assuntos, a variedade de opiniões é tão extensa dentro de uma sociedade que a maioria dos pontos de vista tem sempre a oportunidade de encontrar acolhimento algu-

res. Por conseguinte, a pressão para o conformismo é potencialmente maior dentro dos "microclimas" dos grupos de referência.

Provavelmente, os castigos são aplicados aos dissidentes por pessoas do seu meio social mais próximo e não por um público nebuloso e amorfo (e.g., Salmon & Kline, 1985; Hayes, 2007). Vimos no capítulo 5 que Noelle-Neumann (1995a) evoca a dinâmica de grupos, mas, ao contrário do que sugerem os autores desta área, considera que o castigo mais temido pelos indivíduos é aquele que pode ser administrado por um público anónimo e não pelos grupos a que pertencem. Numa palavra, a questão continua em aberto.

6.6 Aproximação da espiral do silêncio a outras teorias

Nos últimos anos, alguns autores têm tentado combinar a TES com outras teorias. Não são muitos os exemplos disponíveis. Essas combinações teóricas passam essencialmente pela incorporação de novas variáveis independentes na formulação original da TES. Estas tentativas de reforço do poder explicativo da TES merecem ser sublinhadas. Concretamente, temos em atenção a teoria do comportamento planeado (TCP) e o constructo apreensão comunicacional (AC). Voltaremos à TCP e à AC no próximo capítulo, na nossa investigação empírica.

6.6.1 Teoria do comportamento planeado

Neuwirth e Frederick (2004) recorrem à TES e à TCP para analisar, respetivamente, a influência social e a influência dos colegas num *campus* universitário em atos comunicativos relativos ao comportamento de consumo de bebidas alcoólicas. É o primeiro estudo empírico que combina estas duas abordagens teóricas.

Relativamente à TCP, os autores baseiam-se sobretudo nos trabalhos de Ajzen (1991, 2002a, 2002b). A TCP assenta nas seguintes premissas (a) as ações dos indivíduos são voluntárias, (b) os indivíduos usam a informação

disponível no seu processo de decisão e (c) avaliam as consequências prováveis decorrentes das suas decisões (Ajzen, 1988, p. 117).

A TCP é um desenvolvimento da teoria da ação refletida de Fishbein e Ajzen (1975), à qual Ajzen (1988, 1991) acrescentou uma nova componente que permite ter em conta a perceção do controlo sobre o comportamento (Leyens & Yzerbyt, 1997/2011). Assim, na TCP o comportamento dos indivíduos é determinado pela (a) intenção comportamental e pela (b) perceção do controlo comportamental. A intenção comportamental é considerada o antecedente imediato do comportamento (Ajzen, 2006)[20].

Por sua vez, a intenção comportamental depende de três fatores: (1) a atitude em relação ao comportamento – é a avaliação global do indivíduo sobre um comportamento específico; (2) as normas subjetivas ou pressão social percebida –são as crenças individuais sobre aquilo que as pessoas e grupos de referência pensam sobre um determinado comportamento; (3) a perceção do controlo comportamental – são as crenças do indivíduo sobre o controlo que possui sobre determinado comportamento.

Tal como podemos observar na figura 1, a TCP tenta também explicar os fatores antecedentes da "atitude em relação ao comportamento", das "normas subjetivas" e da "perceção do controlo comportamental".

20. Para Fishbein e Ajzen (1975), a relação entre a atitude e o comportamento passa pela formulação de uma intenção comportamental, a "atitude só influenciará o comportamento se essa intenção estiver presente" (Leyens & Yzerbyt, 1997/2011, p. 95). Geralmente, o teste empírico passa por duas fases. Por exemplo, Ajzen (2006) para testar o comportamento "Fazer exercício durante pelo menos 20 min, três vezes por semana nos próximos três meses" (p. 2), defende que passados três meses (ou outro período considerado adequado) se deve novamente questionar os inquiridos para verificar qual foi o seu comportamento real. É nesta segunda fase que se pode apurar se a "intenção comportamental" e a "perceção do controlo comportamental" – os dois antecedentes imediatos do comportamento – são ou não determinantes do comportamento estudado.

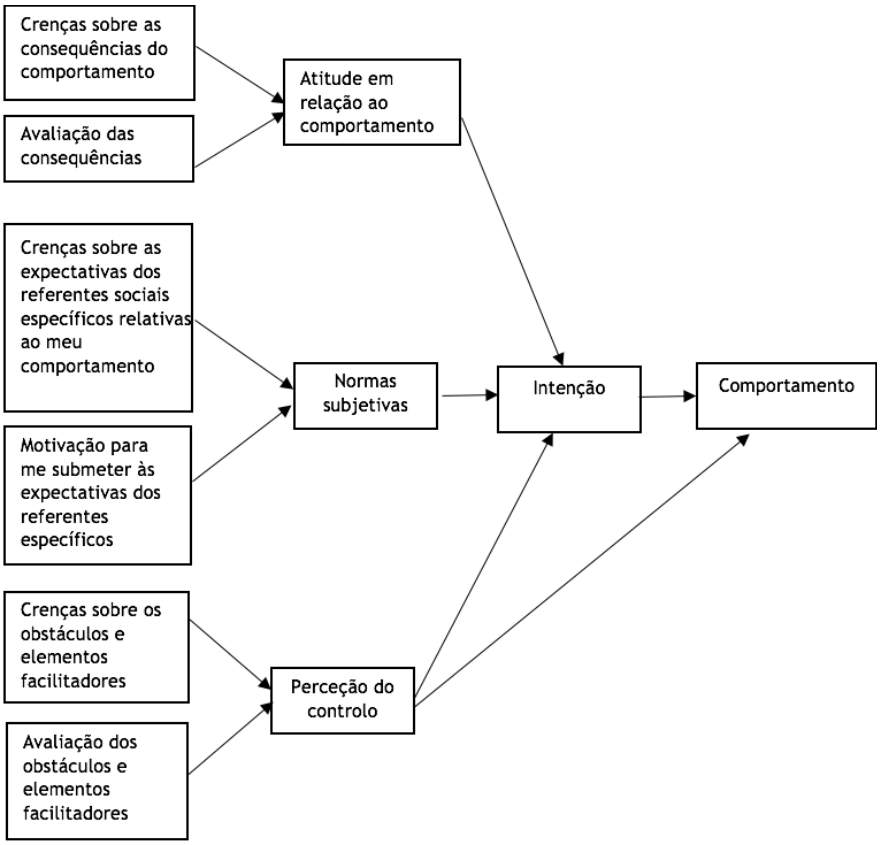

Figura 1: Representação esquemática da teoria do comportamento planeado.
Fonte: Leyens e Yzerbyt (1997/2011, p. 97)

Por detrás da atitude em relação ao comportamento estão as crenças comportamentais sobre as consequências do comportamento. A atitude pode ser medida direta ou indiretamente – no último caso, multiplica-se cada crença comportamental por uma avaliação de cada resultado esperado (e.g., quão bom ou mau). Atendendo a que a TCP normalmente incorpora as crenças comportamentais como uma componente da atitude indireta (i.e., crença comportamental x avaliação), Neuwirth e Fredrick (2004) isolaram e examinaram o papel de uma crença comportamental-chave: a eficácia, a qual pode ser definida como a crença de que um determinado comportamento alcançara um resultado desejado.

As normas subjetivas são compostas por dois elementos: (1) as crenças normativas, as quais refletem a aprovação ou reprovação de determinado comportamento por pessoas ou grupos de referência; (2) a motivação para se submeter: até que ponto o indivíduo se sente compelido a comportar-se de acordo com as expectativas de pessoas ou grupos de referência.

Por fim, a perceção do controlo comportamental depende das crenças sobre o controlo dos obstáculos e elementos facilitadores do desempenho de um determinado comportamento. Neuwirth e Fredrick (2004) tiveram em conta dois conjuntos de crenças sobre o controlo: (1) a autoeficácia: a confiança de cada um na realização de uma determinada ação; (2) a controlabilidade: em que medida determinado comportamento depende do indivíduo.

No geral, as conclusões do estudo de Neuwirth e Frederick (2004) sugerem que tanto a influência social como a influência dos colegas dos estudantes têm impacto no discurso dos inquiridos sobre o consumo de álcool. Os resultados confirmam as proposições importadas da TCP, mas corroboram apenas de forma limitada as previsões da TES. Neuwirth e Fredrick (2004) sugerem que talvez não tenham sido usados os instrumentos mais adequados para medir a influência social. Talvez o tema selecionado não fosse o mais adequado para testar a TES. O problema do consumo de bebidas alcoólicas pode não ter uma carga moral para os jovens e ser antes visto como fazendo parte de uma determinada cultura, como sendo uma norma social estabelecida. Ou talvez possam existir núcleos duros entre os estudantes. Por todas estas razões, os autores consideram prematuro concluir que a influência dos colegas (*peer influence*) supera a influência social.

Quatro variáveis explicativas da TCP revelaram-se positivamente associadas à expressão da opinião: (1) a força da própria opinião[21] (*own opinion strenght*); (2) as normas subjetivas; (3) a autoeficácia; (4) a eficácia. Neuwirth e Frederick (2004) propõem que os investigadores incorporem estes conceitos da TCP na TES, especialmente as normas subjetivas[22], a autoeficácia e a

21. A "força da própria opinião" (*own opinion strenght*) é uma adaptação dos autores do conceito da TCP atitude em relação ao comportamento, que descrevemos no início desta secção.
22. Neuwirth e Frederick (2004) sugerem que a TCP passe também a explorar o potencial de influência

eficácia, alargando assim o leque de fatores que podem explicar a expressão da opinião.

Ao contrário dos outros conceitos da TCP, no caso das normas subjetivas pode-se estabelecer um paralelismo com conceitos da TES. Como vimos acima, as normas subjetivas decompõem-se em crenças normativas e motivação para se submeter. No primeiro caso, o conceito paralelo da TES é a perceção da opinião maioritária; no segundo, é o medo do isolamento.

Segundo os autores, o conceito de eficácia pode funcionar como um mecanismo alternativo ao medo do silêncio. O facto de os indivíduos, por vezes, preferirem não exprimir a sua opinião pode não radicar no medo do isolamento; podem seguir essa opção por questões de eficácia, ou seja, por considerarem que as suas palavras serão inconsequentes. A "eficácia" pode levar os investigadores a considerarem a hipótese de os indivíduos terem diferentes objetivos quando são confrontados com a oportunidade de exprimir uma opinião. Dito de outro modo, evitar a ostracização ou o isolamento social pode não ser o único objetivo ou preocupação dos indivíduos quando se trata de exprimir a sua opinião.

Neuwirth e Frederick (2004) avaliam também o papel dos *media*. Os efeitos detetados são reduzidos. Todavia, os autores desvalorizam estes resultados. Tratava-se de um assunto local, o que, em princípio, reduz a influência dos *media*.

6.6.2 Apreensão comunicacional

Neuwirth, Frederick e Mayo (2007) exploram a relação entre o medo do isolamento e conceitos derivados da literatura sobre a apreensão comunicacional, que pode ser definida como "o nível de medo ou ansiedade de um indivíduo associado a uma comunicação real ou antecipada com outra pessoa ou pessoas" (McCroskey, 1977, p. 78). Os autores baseiam-se especialmente nos trabalhos de McCroskey (1978, 1983). A apreensão comunicacional

das estimativas sobre a opinião da maioria (da sociedade). Ou seja, não é só a TES que pode importar e incorporar conceitos da TCP, o inverso também é possível.

pode ser encarada como um traço de personalidade ou como um estado. Como traço de personalidade, é uma orientação da personalidade relativamente estável que afeta o indivíduo numa grande variedade de contextos comunicacionais (e.g., apresentações em público, conversas, participação em reuniões, discussões em grupo) (McCroskey, 1984, p. 16). Como estado, a AC é uma orientação transitória que afeta o indivíduo apenas nalgumas situações (McCroskey, 1984, p. 18).

Neuwirth *et al.* (2007) criticam a formulação do medo do isolamento da TES. O medo associado à dissonância entre as opiniões dos indivíduos e as suas estimativas sobre a opinião da maioria não é fixo, como sugere a TES; é, ao invés, flutuante e instável. O medo do isolamento depende de fatores como a personalidade do indivíduo, a situação e o assunto em discussão. Por conseguinte, os investigadores devem ter em consideração estes fatores quando analisam as fontes ou origens do medo do isolamento, concluem os autores.

Segundo Neuwirth *et al.* (2007), algumas das variáveis retiradas da apreensão comunicacional influenciam a expressão da opinião e são empiricamente distintas do medo do isolamento.

Tendo como pano de fundo a possibilidade de invasão do Iraque pelos EUA em 2003, Neuwirth *et al.* (2007) concluem que o medo do isolamento está significativamente correlacionado com estratégias de comunicação evasivas – mentir, fazer comentários neutros, não dizer nada. Todavia, não está correlacionado com estratégias comunicacionais de envolvimento – participar numa discussão e revelar o verdadeiro ponto de vista.

A avaliação das estratégias evasivas usadas pelos indivíduos tende a reforçar a formulação original de Noelle-Neumann porque "a evidência sugere claramente que os processos de conformismo operam com base no medo do isolamento" (Neuwirth *et al.*, 2007, p. 464). Esta descoberta tem ainda um significado adicional. A aversão dos indivíduos ao isolamento social conjugada com o uso de estratégias evasivas implica a construção ativa de um clima de opinião interpessoal falso e enganador, dando, assim, um grande ímpeto a um processo de espiral. Estes mecanismos individuais de conformidade

podem também ajudar a explicar, por exemplo, a formação de fenómenos como a ignorância pluralista em níveis macro. Em suma, segundo Neuwirth *et al*. (2007), os resultados verificados sugerem, no mínimo, que investigações anteriores, ao ignorarem estratégias comunicacionais evasivas, podem ter subestimado bastante a dimensão dos processos de conformidade social.

As variáveis explicativas retiradas da apreensão comunicacional são bastante robustas e empiricamente distintas do medo do isolamento. A variável "AC-estado"[23] é significativa tanto nas estratégias comunicacionais evasivas como nas de envolvimento – é significativa em seis das sete regressões utilizadas pelos autores. Por seu turno, a variável independente relativa ao traço de personalidade é positivamente correlacionada com a estratégia evasiva "não dizer nada" e negativamente correlacionada com a estratégia de envolvimento entrar numa discussão.

Neuwirth *et al*. (2007) recorreram também a variáveis da TCP. No essencial, chegaram a conclusões semelhantes às de Neuwirth e Frederick (2004): os grupos de referência (normas subjetivas), a eficácia e a perceção do controlo comportamental são variáveis independentes significativas.

Neuwirth *et al*. (2007) utilizaram dois tipos de normas subjetivas: uma em relação aos amigos e outra em relação à opinião da maioria dos americanos. As duas variáveis explicativas surgem associadas à expressão da opinião. Todavia, os autores consideram que a sua função e papel exactos permanecem relativamente obscuros. Por fim, os *media* não são uma variável independente relevante.

****

Neste capítulo, sublinhámos alguns dos problemas colocados pela operacionalização da variável dependente da TES: a disposição para exprimir publicamente uma opinião. O teste do comboio introduzido por Noelle-

23. Na realidade, Neuwirth *et al*. (2007) não usaram uma variável "estado", mas sim três; não usaram uma variável relativa ao traço de personalidade, mas sim três. Aplicaram, todavia, a análise fatorial. No próximo capítulo, voltaremos a esta questão e analisaremos com mais detalhe cada uma das variáveis (medidas) relativas ao "estado" e cada uma das variáveis (medidas) relativas ao traço de personalidade da apreensão comunicacional.

-Neumann sofre de várias limitações, reconhecidas, aliás, pela própria autora. Uma dessas limitações é o facto dos inquiridos, na situação hipotética de uma viagem de comboio de cinco horas, serem confrontados apenas com duas possibilidades em termos de expressão da sua opinião: estão, ou não, dispostos a conversar com um estranho que manifeste uma opinião contrária à sua num determinado assunto controverso? Todavia, em situações reais, estas nem sempre estão são as duas únicas opções (falar ou ficar calado) que se colocam a um indivíduo. Por vezes, pode mesmo ser considerado rude alguém recusar falar quando é interpelado por outrem. Uma solução possível para ultrapassar esta limitação do teste do comboio, ou afins, é oferecer nos inquéritos mais opções de resposta aos respondentes: comentários neutros, desviar o assunto, eventualmente a possibilidade de mentir.

O medo do isolamento é o principal conceito explicativo da espiral do silêncio. Até à década de 90, e na linha, aliás, dos testes originais de Noelle-Neumann, a maioria dos testes consistia na análise da relação entre a incongruência percecionada e a expressão da opinião dos indivíduos. O medo do isolamento só começou a ser efetivamente operacionalizado a partir dos anos 90. Os resultados dos estudos empíricos são inconclusivos. Isto levou alguns autores a sugerir que haveria outros fatores explicativos da expressão da opinião. Mais: talvez o medo do isolamento e, por consequência, a perceção do clima de opinião não fossem as variáveis explicativas mais importantes ou fossem mesmo marginais. A maioria desses fatores explicativos alternativos da expressão da opinião assentam em traços de personalidade ou características individuais. O mecanismo de autocensura é um dos mais referidos. Noelle-Neumann nunca rejeitou estes fatores individuais. Simplesmente, considerou-os secundários.

Sublinhámos a relação da espiral do silêncio com os grupos a que os indivíduos pertencem ou desejam pertencer. Dito de outra forma: até que ponto os grupos de referência são mais ou menos importantes do que os *media* na avaliação que os indivíduos fazem do clima de opinião?

No final do capítulo, apresentámos os estudos de Neuwirth e Frederick (2004) e Neuwirth, Frederick e Mayo (2007), os quais nos servirão de referência na nossa investigação empírica. Estes autores propõem a incorporação na TES de variáveis importadas da teoria do comportamento planeado e do constructo apreensão comunicacional. Trata-se de uma tentativa de responder a algumas das sobreditas dúvidas e questões, levantadas durante os mais de 40 anos de investigação empírica sobre a TES. A teoria do comportamento planeado permite, nomeadamente, uma aproximação aos grupos de referência. Por seu turno, a apreensão comunicacional de James McCroskey chama a atenção para o medo ou ansiedade dos indivíduos perante situações de comunicação com uma ou várias pessoas (discussão de grupo, díades, participação em reuniões, falar em público).

Uma vez expostas as principais abordagens críticas e desenvolvimentos metodológicos suscitados pela TES ao longo dos seus mais de 40 anos de vida, podemos passar no próximo capítulo à nossa investigação empírica.

Capítulo 7

A EXPRESSÃO DA OPINIÃO SOBRE AS PRAXES ACADÉMICAS

Neste capítulo, e atendendo ao que foi exposto nos capítulos anteriores, apresentamos um teste empírico da TES. Escolhemos como tema da nossa investigação empírica a expressão da opinião sobre as praxes académicas. Como veremos de seguida, as praxes preenchem muitas das condições necessárias à formação de uma espiral de silêncio. Para o efeito, começamos por fazer um breve enquadramento das praxes académicas, no qual evocamos, nomeadamente, alguns dos autores que analisámos nos primeiros quatro capítulos. Nas restantes secções apresentamos as questões de pesquisa, as hipóteses, o método, os resultados e a discussão da nossa investigação empírica.

7.1 Enquadramento

Nesta secção, não pretendemos apresentar uma revisão da literatura aprofundada ou sistematizada sobre as praxes académicas. A nossa perspetiva de análise não é sociológica, antropológica, psicológica ou histórica. Todavia, recorremos a alguns trabalhos de investigadores dessas áreas para mostrar por que motivos consideramos as praxes académicas um tema apropriado para verificar empiricamente a TES. Por último, expomos uma pequena amostra de opiniões sobre as praxes académicas dos "atores" nacionais deste assunto público, para usarmos a terminologia de Walter Lippmann (ver o capítulo 1).

7.1.1 As praxes sob a forma de binómios

Na sua investigação sobre a praxe coimbrã, Cruzeiro (1979) relembra que o sentido etimológico do termo praxe nos remete para a prática, a execução, a ação[1]. Conotações posteriores associaram o termo a aspetos de regulamentação e norma: "como se procede" e "como se deve proceder" (Cruzeiro, 1979, p. 800). De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, praxe é o "que se pratica habitualmente; "o que é conforme o costume"; "regra ou norma"; "conjunto de regras da sociedade"; "Execução, realização, prática". Por sua vez, "praxe académica" designa o "conjunto de costumes especiais e convenções, usados por estudantes de algumas universidades, baseados na hierarquia académica".

De acordo com Cruzeiro (1979), o termo praxe surgiu apenas na segunda metade do século XIX[2]. Veio substituir designações mais antigas como "investidas", "caçoadas" e "troças"[3]. À época, a Universidade de Coimbra, a única do país, começava a sentir-se ameaçada pelo surgimento de novos polos académicos em Lisboa e Porto (Cardina, 2008; Cruzeiro, 1979). A praxe coimbrã assumiu, por um lado, a função de "preservar uma originalidade tradicional" e, por outro, de responder "à ameaça de destruição da homogeneidade interna da instituição, concretizada pela pressão das transformações que fora e dentro dela se processam" (Cruzeiro, 1979, p. 838). A praxe foi também uma forma de impor o "foro académico", sobrepondo-se à lei civil (Sampaio, 2014, 2 de fevereiro)[4].

1. De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de José Pedro Machado, a palavra praxe vem do grego *praxis*, que significa "acção; o facto de agir; execução; realização; empresa, condução de um caso; comércio, negócio; intriga, maneira de agir; maneira de ser". O autor situa a utilização original do termo na língua portuguesa num texto do século XVII intitulado a *Arte de furtar*.
2. Nos textos consultados por Cruzeiro (1979) o termo "Praxe(s)" aparece "pela primeira vez numa obra editada em 1863, reforçada pelo adjectivo velho, em sentido muito genérico e associado a lei" (p. 809).
3. "Investida" era um termo mais usado no século XVIII. Durante todo o século XIX e especialmente na sua primeira metade, troça(s) e sobretudo caçoadas(s) "são "designações aplicadas às práticas relativas aos caloiros" (Cruzeiro, 1979, p. 808). Ao mesmo tempo, e de forma autónoma, surgiu o termo "canelão" (pontapés nas canelas), "essa dura forma de pagamento de direitos à entrada material e simbólica da Universidade, isto é, na Porta Férrea e nos primeiros dias de aulas" (Cruzeiro, 1979, p. 809).
4. Havia um corpo policial próprio designado "Archeiros" que "aplicavam a "lei" e zelavam pela "ordem" no *campus* (Sampaio, 2014, 2 de fevereiro, p. 36).

A praxe numa aceção larga "é sinónimo de vida académica" (Cruzeiro, 1979, p. 799). Nesse sentido, analisar "a praxe seria analisar praticamente todos os costumes existentes, a cada momento, entre os estudantes" (Cruzeiro, 1979, p. 799). Noutra aceção possível, a "praxe é tida como o ciclo ritual que vai do início do ano lectivo a Maio" (Ribeiro, 2000, p. 14). A praxe é um ritual "iniciático" ou de "passagem" na medida em que realça o processo de maturação dos estudantes (Ribeiro, 2000, p.89)[5]. Há, todavia, uma aceção mais restrita de praxe – relacionada com as anteriores - e é essa que nos interessa em particular: "o conjunto de relações e procedimentos que se devem estabelecer entre os 'caloiros' e os 'doutores'" (Prata, 1993, p. 166). Como sublinha Cruzeiro (1979),"as acções mais visíveis da praxe" (p. 798) estão relacionadas com os caloiros.

Durante o século XX, a praxe sofreu duas longas suspensões. Foi abolida em 1910, logo após a implantação da República. Foi reposta em 1919. Entretanto, foram criadas em 1911 as Universidades de Lisboa e do Porto. Mas a praxe continuou confinada a Coimbra. Durante o Estado Novo, a reorganização da praxe culminou na publicação do *Código da praxe académica* em 1957[6]. O código foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Trata-se de uma extensa regulamentação, com quase 300 artigos, fixando uma hierarquia entre os estudantes e "uma assimetria entre os caloiros e os 'doutores'" (Cruzeiro, 1979, p. 798). A PRAXE ACADÉMICA – sempre em letras maiúsculas – é definida logo no artigo 1.º do *Código da praxe académica* como "o conjun-

5. Este ciclo ritual está bem definido no tempo. Os atos cerimoniais da maior parte das instituições são decalcados da Universidade de Coimbra – embora as suas denominações variem conforme a instituição. No caso da UBI, de acordo com o *Código de praxe* (2012), o "ciclo ritual" começa com o "Baptismo" (Parada), a realizar nos primeiros quinze dias após o início das aulas do primeiro ano. Segue-se a "Latada", um cortejo de caloiros. Com o "Enterro do Caloiro" termina a "Semana de Receção ao Caloiro". Por fim, há o "Cortejo de Finalistas e Bênção" (abril-maio), mais destinada aos finalistas, mas na qual se rasga a sebenta da "última cadeira", sendo a última página dedicada à UBI, devendo-se pronunciar as palavras "FINITUS PRAXIS". No caso do IPG, de acordo com o *Código de praxe* (2008), há uma "semana do caloiro", que inclui o "Baptismo"; depois é o "Enterro do Caloiro"; por fim, a "Semana Académica".

6. Segundo Cruzeiro (1979, pp. 797-798), antes (durante o século XX) já tinha havido duas tentativas de codificação da praxe académica. A primeira remonta a 1916 e intitula-se *Leis extravagantes da Academia de Coimbra ou Código das muitas partidas* de Barbosa de Carvalho, bacharelando em Direito. A segunda remonta a 1925 e é de Dinis de Carvalho, Pereira da Mota e Sousa Ribeiro: *As praxes académicas de Coimbra*. Não é ainda exatamente um código, apesar de uma parte do livro se apresentar sob a forma de parágrafos numerados e alíneas. A maior parte dos pontos focados dizem respeito à relação com os caloiros. Nele se estabelece uma hierarquia entre os estudantes, com direitos e obrigações. Para os caloiros, só há obrigações. Finalmente, foi publicado *Código da praxe académica* de Coimbra de 1957 de Mário S. de Andrade e Vitor D. Barros.

to de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da Universidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos da Universidade de Coimbra".

Entre 1969-1979, a praxe sofreu a sua segunda longa paragem, na sequência de um "luto académico"[7] (Cardina, 2008, p. 112). No final da década de 80 e em especial a partir dos anos 90, voltaria em força. Desta vez, deixaria de estar confinada à Universidade de Coimbra. Alastrou à maioria das instituições de ensino superior do país[8]. Este processo de retorno da praxe coincidiu com a massificação do ensino e a criação de várias instituições privadas de ensino superior (Cabral & Mineiro, 2015).

Em 2014, o jornal *Público* lançou no seu *site* um desafio aos seus leitores: "Foi praxado? Conte-nos a sua experiência". Em 4 de maio foi publicada na *Revista 2* do *Público* uma reportagem de Andreia Sanches, tendo por base as cerca de 250 respostas por *email* de estudantes, ex-estudantes, praxados, praxistas e anti-praxe, de diversas e gerações e profissões. Nos *emails* recebidos pelo *Público*, os termos "integrar" e "integração" são referidos cerca de 200 vezes; "respeito" e "respeitar" mais de 150; "tradição" mais de 100. Estas palavras evocam três conceitos fundamentais associados às praxes: tradição, integração[9], hierarquia – o "respeito" e o "respeitar" surgem aqui ligados, sobretudo, à ideia de hierarquia[10].

7. A paragem de 1969-1979 deveu-se ao luto académico decretado em 1969 pela Associação Académica de Coimbra. No dia 17 de abril, na inauguração do edifício das matemáticas da Universidade de Coimbra, Alberto Martins pediu a palavra a Américo Thomaz, o então Presidente da República, para falar em nome dos estudantes. Não lhe foi dada a palavra, a cerimónia foi interrompida e a comitiva vaiada. Todavia, Alberto Martins declarou recentemente que "a greve à Queima das fitas foi uma forma de luta, não uma recusa da praxe" (Sanches, 2014, 4 de maio, p. 22).
8. Entre setembro e outubro de 2010, Bruno Moraes Cabral filmou as praxes em oito instituições de ensino superior espalhadas por todo o país. Estas filmagens deram origem ao documentário PRAXIS, que estreou em 2011 no DocLisboa, tendo ganhado o prémio de melhor curta-metragem da competição nacional. O vídeo está disponível no Youtube, em https://www.youtube.com/watch?v=FJHVbIare3k
9. "Confrontados com a interrogação 'Porque praxam os caloiros?', os praxantes respondem, quase invariavelmente, invocando dois motivos justificativos: a integração dos caloiros no corpo e no espírito estudantil da Universidade e as tradições académicas que se perpetuam nestas práticas" (Ribeiro, 2000, p. 116).
10. Como diz uma jovem estudante de 19 anos da Universidade de Coimbra: "A praxe ensina-nos que na vida há uma hierarquia natural e que nós vamos ter de aceitá-la, ensina-nos a respeitar essa hierarquia" (Sanches, 2014, 4 de maio, p. 16).

A praxe coimbrã serviu de referência às outras instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo, as praxes podem ser vistas como uma tentativa de diferenciação (em relação a Coimbra) e de afirmação de identidade de muitas universidades e politécnicos. Os códigos de praxe da Universidade da Beira Interior e do Instituto Politécnico da Guarda são ilustrativos dessa ambivalência. Por um lado, é evidente a sua colagem ao *Código de praxe* de Coimbra; por outro, apesar de serem instituições relativamente recentes[11], é invocada, em ambos os casos, uma tradição singular para justificar e legitimar as praxes[12]. Não é propósito deste trabalho apurar até que ponto estamos perante uma "fabricação da autenticidade" (Peterson, 1992) ou de uma "tradição inventada" (Hobsbawn & Roger, 1983). Importa apenas sublinhar que a tradição é sempre invocada no discurso de legitimação sobre as praxes, independentemente das instituições em causa serem seculares ou relativamente recentes[13].

Cruzeiro (1979) sublinha que as praxes sempre estiveram associadas a uma função integradora e, por isso, "compreende-se que as praxes por excelência sejam as que dizem respeito à relação com os caloiros" (p. 838). A integração é o objetivo declarado da praxe, mas "é atingido por via sinuosa, já que

11. Pelo decreto-lei n.º 402/73, de 11 de agosto foi criado o Instituto Politécnico da Covilhã (juntamente com os de Faro, Leiria, Setúbal, Tomar, Vila Real, Coimbra, Lisboa, Porto e Santarém, os últimos quatro por reconversão e fusão dos institutos industriais e comerciais e escolas de regentes agrícolas existentes nessas cidades) (Prata, 2008, pp. 15-16). Mais tarde, em 1979, seria criado o Instituto Universitário da Beira Interior. Finalmente, em 1986, foi fundada a Universidade da Beira Interior. A criação do Instituto Politécnico da Guarda verifica-se em 1980 através do decreto-lei n.º 303/80, de 16 de agosto. As atividades letivas arrancariam em 1983, num "pequeno andar de três assoalhadas" (Prata, 2008, p. 25). A partir de 1989, as instalações começaram a ser transferidas para a Quinta do Zâmbito: primeiro, em agosto desse ano, a Escola Superior de Educação; posteriormente, os Serviços Centrais e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, respetivamente, em 1991 e 1992 (Prata, 2008, p. 27).

12. No código de praxe da UBI, pode ler-se logo nas primeiras páginas: "É pois, a PRAXE ACADÉMICA, parte integrante desta Cidade, paradigma da simbiose harmoniosa entre a modernidade e vanguarda do saber, com a tradição e os valores ancestrais, que nos chegam ecoando do passado histórico e glorioso de pessoas, como por exemplo, Viriato". Por sua vez, no Código de praxe do IPG, o discurso alinha pelo mesmo diapasão: "Perde-se na memória dos tempos o ano em que nasceu a Academia da Guarda. Sabe-se, contudo que a tradição terá mais de cem anos e que a Real Academia da cidade teria sido uma das primeiras a serem criadas no país e instituído, segundo se pensa, em 1856 por Foral Real, daí o nome de Real Academia da Guarda (...) Em 1988, os estudantes do IPG procuraram retomar a tradição, interrompida nos anos setenta e assim se criou a moderna Academia".

13. "Estas tradições existiam em algumas universidades antigas – no caso português, Coimbra. O que as universidades novas fizeram foi apropriar-se destas práticas e, simultaneamente, dar-lhes uma tonalidade local, recuperando histórias mais ou menos mitificadas acerca daquilo que os estudantes liceais de cada cidade faziam ou das instituições eclesiásticas que tinham uma componente de ensino superior" (Ribeiro, 2014, 25 de janeiro, p. 14).

a convivialidade e a cooperação decorrem de uma imposição - a de estarem todos juntos, na mesma situação, cumprindo as mesmas ordens" (Ribeiro, 2000, p. 71).

Em qualquer análise das praxes, mesmo que pouco sistematizada, sobressai de imediato o binómio hierarquia-igualdade (Ribeiro, 2000). Hierarquia e igualdade são os dois pilares em que assentam os rituais iniciáticos ou de passagem da praxe. É notória a "relação de dominação entre dois grupos rigidamente hierarquizados" (Ribeiro, 2000, p. 72). Não obstante as fontes de legitimação e regulamentação (os códigos de praxe), verifica-se sempre um exercício de "poder arbitrário dos estudantes mais antigos sobre os colegas que frequentam pela primeira vez a Universidade" (Ribeiro, 2000, p. 72). De um lado, temos os "doutores" (ou "superiores" na UBI e no IPG) como espaço de hierarquia (as regras sobre as posições e os direitos de praxar), em que a autoridade do mais velho, o que tem mais matrículas, é a base da praxe (Cabral & Mineiro, 2015, pp. 32-33); do outro, os caloiros como um espaço de igualitarismo.

Os caloiros são um grupo homogéneo, "um grupo que, indubitavelmente, partilha a mesma condição e, sobretudo, onde são cerceadas quaisquer veleidades de diferenciação" (Ribeiro, 2000, p. 75). Há um despojamento das marcas pessoais, uma desinvidualização. Ou, dito de outro modo, a praxe "procura tornar os estudantes diferentes inferiorizando uma parte deles; e, simultaneamente, torná-los iguais, descaracterizando-os no seu conjunto" (Cabral & Mineiro, 2015, p. 30).

As praxes geram "espaços de conformismo e subjugação em massa, onde a individualidade e a crítica não têm lugar" (Cabral & Mineiro, 2015, p. 23); as praxes promovem a "lógica da uniformização e da redução da individualidade a um corpo coletivo formado na obediência e no respeito das regras" (p.29). Cabral e Mineiro (2015) são assumidamente contra as praxes. Não vale a pena escavar as críticas às praxes, até porque não é esse o nosso objetivo. De qualquer maneira, as críticas acima aduzidas resumem o essen-

cial. Regra geral, remetem-nos para os binómios de dominação-submissão, hierarquia-igualdade, coletivo-individual, crítica-conformismo.

7.1.2 Do ruído da multidão ao pacto de silêncio do grupo

> o efeito mais importante da praxe conjunta é a metamorfose que opera no modo como os caloiros encaram o facto de serem praxados (...) Isto é confirmado pela maioria esmagadora dos caloiros com quem falei, que realça a importância de a praxe ser feita colectiva e não individualmente - desse modo, sim, seria humilhante.
>
> Ribeiro (2000, p. 71)

Para muitos, ou melhor, para a maioria esmagadora dos estudantes, a praxe individual seria embaraçosa, humilhante. Na praxe coletiva, opera-se uma metamorfose que torna suportáveis as ordens dos "doutores", mesmo as "mais humilhantes e embaraçosas" (Ribeiro, 2000, p. 71). Verifica-se, assim, uma igualdade na submissão e na humilhação. Mais: deste modo "a praxe é para os caloiros um divertimento e, por regra, dizem que vão guardar uma boa memória desses dias" (Ribeiro, 2000, p. 72).

Como vimos no capítulo 2, Gustave Le Bon descreveu a transformação do indivíduo quando inserido numa multidão. Este deixa-se arrastar irresistivelmente pela multidão porque se apagam as suas capacidades intelectuais e se intensificam as emoções. Por sugestão hipnótica, os indivíduos deixam-se impressionar pelo "prestígio", que Le Bon considerava o mais poderoso recurso de dominação. Geralmente, o prestígio emana de um líder, mas também pode provir de uma obra ou de uma ideia. No caso das praxes, o prestígio manifesta-se aos caloiros[14] essencialmente através de uma ideia, a ideia de "que a prática dessa tradição os eleva a uma condição superior - a de membros de uma comunidade socialmente reconhecida e valorizada, que também eles terão o dever e o desejo de conservar e reproduzir" (Ribeiro, 2000, p. 123).

14. Valente (2014, 25 de janeiro) destaca também a ânsia de prestígio das universidades privadas, o qual é procurado em três caminhos: "grandes cerimónias, imitadas de universidades medievais; trajos de professores de grande pompa e circunstância; e uma total liberdade para as 'praxes'" (p. 48).

A análise da multidão de Canetti também pode trazer alguma luz ao fenómeno das praxes. Desde logo o seu conceito de "cristais de massa"[15]. São estes pequenos grupos rígidos de pessoas que desencadeiam as massas. No caso das praxes, esse papel é desempenhado pelos conselhos de veteranos[16] ou comissões de praxe. São eles, os "doutores" ou "superiores", com a sua organização estável, vertical, hierárquica, acima da multidão dos caloiros, que põem em marcha os rituais da praxe. Por sua vez, os caloiros são massas fechadas e rápidas. Fechadas, porque há um limite ao seu crescimento (são apenas os alunos com uma matrícula); rápidas, porque se consumam na "descarga". Os caloiros não são, em termos das suas emoções, uma massa festiva. Não é o relaxamento que é procurado, mas sim a descarga. A descarga materializa-se nos rituais da praxe – batismo, latada, enterro do caloiro, semana académica, etc. É o momento em que todos os caloiros se libertam das diferenças e se sentem iguais. É o "momento feliz", nas palavras de Canetti, em que ninguém está acima dos outros. A descarga é libertadora, mas também pode ser destrutiva ou violenta. O indivíduo tende a transgredir os limites e é essa transgressão que lhe dá a sensação de liberdade.

Como assinala Ribeiro (2014, 25 de janeiro), o apagamento e a formatação das individualidades é "uma prática comum a todas as instituições em que estão muitas pessoas juntas durante muito tempo, como as forças armadas ou os mosteiros" (p. 15). As praxes criam um "espírito de corpo", "uma identificação com a universidade, com um curso, com um grupo de pessoas" (Ribeiro, 2014, 25 de janeiro, p. 15). Este espírito de corpo tem a ver com o pacto de silêncio das estruturas associadas à praxe quando alguma coisa corre mal: "há uma protecção dos nossos" (Ribeiro, 2014, 25 de janeiro, p. 15).

Os pactos de silêncio das praxes não têm, todavia, apenas a ver com a existência de um "espírito de corpo", com a "protecção dos nossos". Há também elementos de pressão e coação subjacentes a esse silêncio: "o facto é que o

15. Como referimos no capítulo 2, massa é neste caso uma multidão.
16. No IPG é o Dux Veteranorum (um nome roubado de Coimbra) que preside ao conselho de veteranos. Na UBI, é o Imperatorum quem preside ao Forum Veteranum, vulgo conselho de veteranos.

ambiente de multidão, intimidação e coação torna mais fácil ceder do que resistir" (Ribeiro, 2000, p. 97). Há uma pressão exercida sobre os caloiros e os riscos de exclusão são reais. Por exemplo, na Universidade do Minho, quem se declara anti-praxe tem o seu nome afixado em local público, para os colegas tomarem conhecimento; na Universidade de Coimbra, não se pode participar nas festas académicas, o que inclui o cortejo da Queima das Fitas. No IPG e na UBI as consequências não são menos suaves para os dissidentes. Tanto o código de praxe da UBI como o do IPG sublinham o carácter opcional das praxes para os caloiros. Todavia, essa opção tem consequências. De acordo com o *Código de praxe da UBI* (2012), qualquer um pode "declarar-se objetor de Praxe (anti-praxe) sendo consequentemente banido de todos os atos académicos (Batismo, Latada, Enterro do Caloiro, Bênção das Pastas e uso de Traje Académico)" (p. 19). Por seu turno, segundo o *Código de Praxe do IPG* (2008), quem não adere à praxe perde direitos, como "sendo o Traje ou mesmo ter direito de opinião, podendo mesmo, visto não serem membros da Academia da Guarda, ser-lhes vedado o acesso à Recepção aos caloiros e Semana Académica assim como todas as actividades académicas" (p. 31).

Na reportagem supracitada do *Público*, é referido que 80% dos testemunhos "são um elogio à praxe" (Sanches, 2014, 4 de maio, p.16). Os restantes 20% falam de medo e, destes, muitos preferiram permanecer anónimos. Este excerto é elucidativo: "O aluno que nos contou este episódio achou tudo muito perturbador, mas, explica, não quer prejudicar a 'imagem' da instituição de ensino que frequentou, por isso prefere não se identificar nem identificá-la. De resto, outros fizeram o mesmo" (Sanches, 2014, 4 de maio, p. 16). Ribeiro (2000) sublinha que, apesar de existir a figura do objetor de praxe na Universidade do Minho, "a esmagadora maioria dos caloiros escolhe participar" (p. 72). Todavia, "muitos são também os que se dizem humilhados, fatigados, angustiados e receosos no decurso das actividades" (Ribeiro, 2000, p. 72).

No mesmo sentido aponta o estudo de Dias e Sá (2014), que parte da perspetiva da dinâmica de grupos. As praxes, enquanto prática iniciática

intimidatória, desencadeiam nos caloiros comportamentos de conformismo e de adesão a um grupo – os estudantes de uma instituição. Com base numa amostra de 30 caloiros (num total de 43 matriculados) de uma licenciatura em engenharia eletrotécnica, e utilizando o método qualitativo da entrevista semiestruturada, Dias e Sá (2014) concluem que o medo e a ansiedade são os sentimentos negativos prevalecentes entre os caloiros, em especial num primeiro momento. Num segundo momento, o medo e a apreensão podem dar lugar a emoções positivas como o divertimento e o orgulho.

Apesar de terem consciência da natureza ameaçadora e, por vezes, violenta das praxes, muitos caloiros acabam por participar, ainda que, amiúde, sem entusiasmo – pelo menos, numa primeira fase, como referimos acima. A necessidade de serem aceites pelo grupo é tão forte que gera comportamentos conformistas, os quais servem como catalisadores para lidar com o medo e a ameaça emanada das praxes. Quer rejeitem ou adiram às praxes, sejam quais forem as suas perspetivas e experiências pessoais, independentemente das habilitações dos pais e da proveniência geográfica, nenhum estudante fica indiferente. A relação de submissão subjacente a estes rituais iniciáticos é experimentada pelos alunos do primeiro ano como o preço a pagar para a sua entrada na universidade, concluem Dias e Sá (2014). Recorrendo à terminologia de Erving Goffman (ver o capítulo 5), diríamos que a maioria dos caloiros parece não querer correr o risco de carregar um estigma associado à autoexclusão das atividades "praxísticas".

Convém, todavia, frisar que nem todos os alunos opositores ou críticos das praxes se remetem ao silêncio. Ribeiro (2000) descreve a resistência de alguns grupos de estudantes - muitas vezes associados a partidos políticos. Considera essa resistência a "fissura mais radical e patente a acossar a ordem ritual das praxes" (Ribeiro, 2000, p. 95). Trata-se de grupos de alunos declaradamente contra as praxes, que promovem a contestação e distribuem panfletos anti-praxe. No âmbito da TES, podemos designar por vanguarda os resistentes ou os dissidentes assumidos. Estão virados para o futuro e não para o passado. Ao contrário de um núcleo duro, não resistem à mudança, lutam pela mudança, afrontando a tradição.

Os movimentos contra as praxes extravasam largamente os muros universitários. Por exemplo, em 5 de julho de 2016, 100 personalidades ligadas à música, teatro, jornalismo, literatura, televisão, política, militares de abril dirigiram uma "Carta aberta a todas as instituições de ensino superior"[17]. Os subscritores apelam a todas as instituições de ensino superior para desenvolverem atividades alternativas à praxe, aquando da receção dos novos estudantes. Porque em "democracia, deve haver sempre lugar à escolha, mas só é possível escolher se houver opção, ou seja, alternativas consistentes". E, nas atuais circunstâncias, "a pressão para aderir é muitas vezes muito forte e em si mesma uma violência, e a ausência de outros mecanismos integradores é um facto".

Além deste tipo de apelos da sociedade civil, as praxes já foram alvo de vários debates no Parlamento Nacional. Em 2014, o governo e a Assembleia da República aprovaram um conjunto de medidas para desincentivar a violência nas praxes[18]. Foi criado um *email* de denúncia e passaram a ser distribuídos panfletos e cartazes nos quais se apela a um "Não às praxes agressivas e violentas"[19]. Em 5 de fevereiro de 2016, a Assembleia da República aprovou "projectos de resolução do BE, PS e CDS-PP, exigindo ao Governo o reforço de medidas relativas às praxes académicas, como um estudo nacional e campanhas informativas aos estudantes" (Lusa, 2016, 6 de fevereiro, p. 21).

17. A carta pode ser consultada aqui https://www.publico.pt/sociedade/noticia/integracao-no-ensino-superior-a-democracia-fazse-de-alternativas-1737223
18. As medidas do poder político surgem, regra geral, após polémicas ou acidentes graves. A primeira proibição da praxe é de 1727 e foi determinada por D. João V, após a morte de um aluno - em bom rigor, como vimos antes, à época, a designação não era praxe, mas sim "investidas". Por exemplo, em 2003, o CDS-PP propôs a realização de um estudo aprofundado sobre as praxes (Sanches, 2015, 4 de maio). Todavia, esse estudo nunca avançou. Em 2008, a Comissão Parlamentar de Educação ouviu dezenas de reitores e presidentes de politécnicos. Na sequência, produziu um relatório no qual se propõem várias medidas, entre as quais um "estudo independente", o qual também não se realizou até à data.
19. Muitos duvidam da eficácia destas medidas. Consideram que não há praxes boas e más porque estas assentam sempre na dominação-submissão. A violência faz parte da natureza deste fenómeno. Por consequência, preconizam soluções mais drásticas, como a criminalização, à semelhança do que aconteceu em França a partir de 1998 (e.g., Cabral & Mineiro, 2015).

7.1.3 Atores e espetadores de uma história polémica

> É sob o prisma dos abusos que as praxes que acontecem por todo o país aparecem ao público em geral através dos meios de comunicação social. E é, sobretudo, por causa dos abusos que tantas vozes (estudantes e seus familiares, professores, *opinion makers*, população em geral) se levantam contra esta tradição académica.
>
> Ribeiro (2000, p. 124)

Nos últimos anos, o tema das praxes tem aparecido com alguma regularidade nos *media*, geralmente associado a tragédias, acidentes graves ou a queixas de violência e abusos[20]. Nesta história, também existe um público intermitente, que emerge nas polémicas mediadas pelos *media*. Usando a terminologia de Walter Lippmann (ver o capítulo 1), há atores e espetadores. Os atores são os mais sensíveis ao problema e tentam persuadir os outros com os seus pontos de vista; os espetadores são a audiência dos atores e seguem as ações destes com maior ou menor interesse. Os atores principais deste público são, sobretudo, académicos e líderes de opinião. Fazendo uma simples pesquisa com a palavra praxes no *site* do jornal *Público*[21], verificamos que os atores deste assunto público se manifestam, sem exceção, contras as "praxes violentas" e a maioria é contra as praxes *tout court*.

Valente (2014, 25 de janeiro) equipara certas práticas das praxes às da "máfia", com os seus códigos e ameaças (nomeadamente na internet) sobre os estudantes que se atreverem a revelar as "regras secretas da 'praxe' local" (p. 48)[22]. As praxes são uma "aberração", prossegue o autor, uma aberração adotada com entusiasmo em Portugal, quando nos últimos anos no "Ocidente inteiro se abandonavam as 'praxes' pela sua brutalidade e pela

20. A lista de casos de praxe polémicos é relativamente extensa (e.g., Cabral & Mineiro, 2015, pp.81-91). Todavia, a morte de seis estudantes da Universidade Lusófona, membros do COPA (Conselho Oficial da Praxe Académica) em Aiana de Cima, perto do Meco, na noite de 14 de dezembro de 2013, chocou o país e levantou, uma vez mais, uma discussão pública sobre as praxes. Alegadamente, na noite em que morreram afogados, os jovens estudantes estariam na praia envolvidos num ritual de praxe.
21. O arquivo *online* do *Público* contém todos os textos publicados naquele jornal a partir de 1 de janeiro de 2001.
22. O autor refere-se em concreto à tragédia da Praia do Meco, ocorrida na noite de 14 de dezembro de 2013.

sua absoluta falta de sentido no mundo contemporâneo" (p. 48). Ante a indiferença e passividade de dirigentes e professores, "nasceu assim uma nova cultura, cada vez mais sádica e tirânica" (Valente, 2014, 25 de janeiro, p. 48).

Pereira (2014, 25 de janeiro) fala em "abjecção", com a institucionalização da violência "aos mais absurdos comandos" (p. 48), com a promessa de que se "fores obediente e lamberes o chão, podes vir a mandar, quando for a tua vez, e, nessa altura, podes escolher um chão ainda mais sujo, do alto da tua colher de pau. És humilhado, mas depois vingas-te" (p. 48). Onze anos antes, o mesmo autor havia considerado a praxe um retrato do atraso do país, "um dos sinais de degradação do ensino universitário" (Pereira, 2003, 9 de janeiro, p. 5), um rito de passagem, mas "que passagem? Cada vez mais a única coisa que os estudantes transportam do liceu para a universidade é a sua carga de ignorância" (p. 5).

Cortez (2014, 17 de fevereiro) situa as praxes no "reino da estupidez" (p. 46). Santos (2012, 14 de outubro) questiona se não se "pode exterminá-las?" (p. 58). Sampaio (2014, 2 de fevereiro) manifesta-se pelo "fim das praxes" (p. 36).

Há também autores que julgam possível outro tipo de praxe, embora admitam que essa possibilidade é hoje remota. Estanque (2014, 28 de janeiro) considera que "nem todas as praxes são violentas e humilhantes, e que continuam a existir brincadeiras inteligentes, que veiculam uma irreverência juvenil saudável (...) Receia-se, porém, que esses casos sejam hoje a exceção e que o processo de perversão seja imparável" (p. 47).

Afonso (2014, 29 de janeiro) começa por sublinhar que a sua experiência pessoal de praxe foi "globalmente positiva" – foi estudante de medicina em Coimbra entre 1987-1993. Mas reconhece o risco da praxe se transformar em *bullying*. Como os rituais de praxe ocorrem normalmente em grupo, num ambiente de excitação coletiva, "os mecanismos dos limites sociais estão enfraquecidos, criando-se condições para o aparecimento de violência física ou psicológica, expressas através de humilhações gratuitas" (Afonso, 2014, 29 de janeiro, p. 47). Só as regras morais poderão servir de travão a

esta "forma de crueldade". Em consequência, defende que as praxes devem obedecer a um código de conduta devidamente regulamentado.

Fernandes (2014, 31 de janeiro), apesar de assumidamente detestar as praxes, não acredita que a solução passe por mais leis e proibições e critica a "nossa irreprimível tendência para nos indignarmos e nos excitarmos, todos ao mesmo tempo, todos em manada - até quando é para criticar o comportamento de manada que é característico das praxes" (p. 46). O problema é moral. O autor vê as praxes como um reflexo de um mal mais profundo que enferma a nossa sociedade. Os excessos das praxes que nos indignam "não são tão indistintos como isso de algumas 'normalidades' que nos entram casa adentro todos os dias" (Fernandes, 2014, 31 de janeiro, p. 46). A "alarvidade" tornou-se a cultura dominante e enche hoje a "programação de televisão", sem que tal suscite a menor indignação. Uma sociedade "sem valores e sem referências morais" está condenada a reduzir-se ao código da praxe, conclui o comentador.

No programa *Prós e Contras* da RTP 1[23], emitido em 3 de fevereiro de 2014, o tema foi "Sim ou não às praxes?". No palco do teatro Paulo Quintela em Coimbra, José Caldas de Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, e Fernanda Câncio, jornalista e cronista do *Diário de Notícias*, manifestaram-se contra as praxes; por outro lado, Eduardo Vera Cruz, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e Ricardo Morgado, o então Presidente da Associação Académica de Coimbra, afirmaram que as praxes violentas não são as "verdadeiras praxes". Na plateia e nas galerias do teatro, a maioria a favor das praxes era mais ruidosa, como, aliás, admitiram os convidados a representar o papel "do contra". Como fez questão de sublinhar o Professor José Caldas de Almeida, nenhum dos estudantes "pró-praxe" que tomaram a palavra conseguiu explicar de forma articulada e convincente o conceito de "praxes verdadeiras". Na realidade, mesmo os dois convidados em palco que se manifestaram favoráveis às "praxes verdadeiras" não as definiram,

23. O programa está disponível no Youtube em https://www.youtube.com/watch?v=eo3lX_gIPo0

ou melhor, limitaram-se a afirmar que seriam brincadeiras engraçadas. Talvez Noelle-Neumann explicasse esta ocorrência com a função de articulação dos *media* (ver o capítulo 5): os oradores "pró-praxe" revelaram um défice argumentativo porque os *media* não lhes forneceram previamente um argumentário, como a pequena amostra de intervenções na imprensa acima aduzida sugere.

Sobram ainda os espetadores, como lhes chamaria Lippmann. Provavelmente, a população em geral assiste com perplexidade e alguma indiferença aos "abusos praxísticos" que irrompem intermitentemente nos *media*. Sobre essa parte do público sabemos pouco. Há, todavia, espetadores deste público que são criticados por não assumirem ou recusarem o papel de atores: "As reitorias nunca tiveram vontade de expulsar as praxes ou de as domesticar sequer" (Ribeiro, 2014, 26 de janeiro, p. 14)[24].

Há ainda o público dos estudantes. Alguns são atores, apoiantes ou opositores das praxes. Não são atores puros no sentido "lippmanniano", porquanto o seu protagonismo é exercido sobretudo dentro do grupo e afastado dos holofotes mediáticos; nesse sentido, são, quando muito, líderes de opinião no sentido "lazarsfeldiano". A maioria dos estudantes são espetadores, seguem os atores e, com maior ou menor entusiasmo, participam nas praxes, ou rejeitam-nas.

De qualquer maneira, muitos dos alunos envolvidos (praxados e praxistas) argumentam que o "cerne da 'polémica em torno das praxes' é que quem está 'de fora' não as percebe: 'A praxe não se conta, nem se fala, vive-se, sente-se', dizem" (Sanches, 2014, 4 de maio, p. 16).

7.2 Questões de pesquisa e hipóteses

Pelo exposto acima, o tema das praxes académicas parece reunir algumas das condições essenciais associadas à formação de uma espiral de silêncio. É um tema controverso, abordado com regularidade nos *media*, nos quais

24. Convém sublinhar que na sequência de uma intervenção muito dura contra as praxes de Mariano Gago em 2008, então ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a reitoria da UBI foi das primeiras a proibir as praxes dentro do c*ampus* universitário (Cabral & Mineiro, 2015).

pontificam as opiniões anti-praxe. Além disso, na maioria dos estudos sobre o tema, as praxes académicas surgem conotadas com o conformismo, o medo, a ansiedade, a submissão, a coação, o desejo de integração e aceitação por um grupo. Apresentamos de seguida as questões de pesquisa e as hipóteses da nossa investigação empírica.

7.2.1 Questões de pesquisa

Na nossa investigação empírica, partimos de duas questões principais. Primeira: serão os estudantes condicionados na expressão da sua opinião sobre as praxes académicas? Segunda, e relacionada com a anterior: existirá uma espiral do silêncio associada às praxes académicas? Destas duas questões principais derivam mais três.

Vimos, em especial nos capítulos 5 e 6, que o medo do isolamento dos indivíduos subjaz à espiral do silêncio. É o medo de ser ostracizado e marginalizado socialmente que leva os indivíduos a auscultarem as tendências no seu meio social, especialmente em assuntos com uma forte carga moral. Em função das suas estimativas sobre a força de cada um dos campos em disputa, os indivíduos decidem expressar ou não publicamente a sua verdadeira opinião sobre um assunto polémico. Para Noelle-Neumann, esse medo era um traço de personalidade, possivelmente genético ou fruto da evolução humana. Vimos no capítulo 6 que alguns autores consideram que esse medo varia de indivíduo para indivíduo – a própria Noelle-Neumann não rejeitava a existência de variações individuais. Daqui decorre uma terceira questão: serão os traços de personalidade dos estudantes importantes na expressão da sua opinião sobre as praxes?

Sublinhámos nos capítulos 5 e 6, o papel central dos *media* na TES. De acordo com a TES, a opinião expressa nos *media*, quando é consonante e cumulativa, produz o clima nacional de opinião (distribuição agregada das opiniões). Isto conduz-nos à quarta questão: terão os *media* um papel importante na expressão da opinião dos estudantes sobre as praxes académicas?

Por fim, como referimos no capítulo 6, Noelle-Neumann, no final do seu *La espiral del silencio: opinión pública – nuestra piel social*, sugere que, no futuro, se investigue mais as interações entre os grupos de referência e a opinião pública como controlo social. O problema, como sublinhava a autora, estava em tornar empiricamente visível e teoricamente inteligível a atenção que os indivíduos prestam às opiniões do grupo. Daqui resulta a quinta e última questão: em relação às praxes, a pressão do grupo condiciona a expressão da opinião dos estudantes?

7.2.2 Hipóteses

Espiral do silêncio

Tendo ainda em conta as premissas da TES (ver o capítulo 5) e a investigação empírica levada a cabo nos últimos anos (ver o capítulo 6), esperamos que:

Hipótese 1: O medo do isolamento diminua significativamente a probabilidade de os estudantes expressarem a sua opinião sobre as praxes académicas.

Hipótese 2: A perceção sobre a opinião da maioria influencie a disposição dos estudantes em entrar numa discussão sobre as praxes.

Hipótese 3: Uma incongruência (ou desalinhamento) entre a própria opinião e a perceção sobre a opinião da maioria reduza a probabilidade de exprimir a opinião sobre as praxes académicas.

Apreensão comunicacional

Como referimos no capítulo 6, Noelle-Neumann não ignorava, nem rejeitava a influência de fatores individuais como a timidez, a autoestima ou o interesse por assuntos políticos na expressão da opinião. Considerava, todavia, que o medo do isolamento dos indivíduos era prevalecente. Dito de outra forma, a despeito das diferenças individuais, ninguém é insensível às ameaças da sociedade de ostracização e marginalização social. Além disso, referimos ainda no mesmo capítulo que Neuwirth *et al.* (2007) consideram que, ao contrário do que sugere a TES, o medo do isolamento dos indivíduos é variável e flutuante. E varia em função não só dos traços de personalidade dos indivíduos, mas também do estado/situação comunicacional e do assunto

em discussão. Na esteira destes autores, utilizamos na nossa investigação empírica variáveis da apreensão comunicacional, variáveis que passamos a designar por AC-traço de personalidade e AC-estado (ver a secção 6.6.2 do capítulo 6).

O medo/ansiedade/apreensão estudado por McCroskey é diferente do medo do isolamento enfatizado por Noelle-Neumann. É um medo que não tem a ver diretamente com o risco de ostracização e marginalização social, nem com o assunto em debate. Todavia, num sentido geral, a apreensão comunicacional coincide ou aproxima-se da noção de Noelle-Neumann de medo do isolamento provocado pela perspetiva de expressar uma opinião sobre um assunto controverso (Neuwirth *et al*., 2007, p. 453). Como referimos, a apreensão comunicacional é um traço de personalidade do indivíduo, que pode variar em função do contexto em que a comunicação se produz. A apreensão comunicacional centra-se, assim, na medição e tratamento[25] daqueles que sofrem de ansiedade (ou medo) em termos da comunicação perante uma ou mais pessoas.

Existe uma considerável investigação empírica sobre a apreensão comunicacional que parece confirmar de forma robusta as suas previsões. Regra geral, utiliza-se um instrumento designado por *Personal Report Communication Apprehension* (PRCA-24), introduzido pelo próprio McCroskey (1982). O PRCA-24 mede o AC-traço de personalidade e é composto por 24 afirmações,

25. James McCroskey é também um autor muito estudado ao nível das ciências da educação, sobretudo devido aos seus estudos sobre *communication education* (CE) e *instructional communication* (IC), introduzindo este conceito em 1972. A CE é o estudo do ensino da disciplina de comunicação, enquanto a IC centra-se no papel da comunicação no ensino em várias disciplinas (McCroskey, Teven, Minielli & McCroskey,2014, p.288).
McCroskey *et al*. (2014) relembram a história evocada pelo próprio James McCroskey para explicar a origem do seu interesse pela ansiedade/apreensão comunicacional. Na observação do comportamento dos estudantes da Pennsylvania State University durante as épocas de exame, McCroskey associou o suicídio de muitos estudantes ao formato dominante de exame oral. Em consequência, tentou descobrir métodos (ou tratamentos) que pudessem reduzir os níveis de ansiedade comunicacional de estudantes e professores.
Nos anos 70, prevaleciam as teorias da aprendizagem (*learning theories*) e McCroskey acreditava que a apreensão/ansiedade comunicacional era aprendida e, por conseguinte, também podia ser desaprendida. Vinte anos mais tarde, e atendendo ao relativo fracasso dos tratamentos prescritos para a ansiedade comunicacional, o autor reconsiderou a sua tese. Os grandes avanços da biologia e das neurociências levaram-no a concluir que muitos dos fatores que estão por detrás da apreensão/ansiedade comunicacional são inatos. A biologia explicaria 60 a 80% dessas características pessoais e o meio social envolvente os restantes 20 a 40% (Beatty, McCroskey & Heisel, 1998). De qualquer maneira, independentemente dos pesos relativos da biologia e do meio social envolvente, mantém-se válida a possibilidade de medir esse traço de personalidade individual chamado apreensão comunicacional.

seis para quatro diferentes contextos comunicacionais: falar em público, discussões em grupo, conversas (díades) e participação em reuniões. Por exemplo, parece haver correlações significativas entre a apreensão comunicacional e a discrição (eg., keaten, Kelly, Begned, Heller & Walken, 1993, citado em Pribyl, Keaten, Sakamoto & Koshikaw, 1998) e a extroversão (eg., McCroskey, Daly, Richmond & Falcione, 1977).

Pelo exposto, e atendendo aos resultados das investigações empíricas (Neuwirth *et al.*, 2007), esperamos que:

Hipótese 4: A AC-traço de personalidade e a AC-estado afetem significativamente a probabilidade de os estudantes expressarem a sua opinião sobre as praxes.

A própria opinião

Neuwirth *et al.* (2007) identificaram uma correlação negativa entre a força da própria opinião ou grau de convicção pessoal (*own opinion strenght*) e as estratégias de comunicação evasivas - mentir, fazer comentários neutros, não dizer nada. Vários autores identificaram uma relação positiva entre a expressão da opinião e o grau de convicção dos indivíduos (e.g., Glyn & McLeod, 1985; Matthes, Morrison & Schemer, 2010; Neuwirth & Frederick, 2004; Salmon & Oshagan, 1990). Assim sendo, esperamos que:

Hipótese 5: O grau de convicção pessoal aumente a probabilidade de os estudantes expressarem a sua opinião sobre as praxes académicas.

Teoria do comportamento planeado

Há uma profusão de estudos empíricos que aplicam a TCP a comportamentos como a gravidez, o consumo de drogas, a procura de emprego, problemas com o álcool, participação eleitoral, atividades de lazer (Ajzen, 1991). No nosso caso particular, consideramos a variável dependente expressão da opinião como uma "intenção comportamental" (ver o capítulo 6). Concetualmente, a TES e a TCP concentram-se em fenómenos diferentes. A TES tenta explicar os fatores que levam os indivíduos a preferirem muitas vezes remeter-se ao silêncio, prestando especial atenção teórica ao papel,

dentro de uma sociedade, da opinião da maioria. Por seu turno, a TCP especifica os fatores associados à adoção de determinado comportamento (ver a secção 6.6.1 do capítulo 6). Na nossa investigação empírica, e à semelhança de Neuwirth *et al.* (2007), recorremos a três variáveis independentes da TCP: eficácia, perceção do controlo comportamental e normas subjetivas.

Eficácia. A eficácia envolve a crença de que a adoção de determinado comportamento levará a um resultado desejado (Ajzen, 1991; Neuwirth & Frederick, 2004; Neuwirth *et al.*, 2007). Por conseguinte, esperamos que:

Hipótese 6: A eficácia aumente a probabilidade de os estudantes expressarem a sua opinião sobre as praxes académicas.

Perceção do controlo comportamental. A crença de cada um acerca da sua capacidade em se envolver ou gerir um comportamento é um fator importante na sua decisão em adotar ou não um determinado comportamento (Ajzen, 1991). Alguns estudos empíricos sugerem a existência de uma correlação entre a perceção do controlo comportamental e a expressão da opinião (Neuwirth & Frederick, 2004; Neuwirth *et al.*, 2007). Assim sendo, esperamos que:

Hipótese 7: A perceção do controlo comportamental aumente a probabilidade de os estudantes expressarem a sua opinião sobre as praxes académicas.

Normas subjetivas. Além da perceção do controlo comportamental e da dimensão atitudinal[26], a TCP assenta na ideia fundamental de que os grupos de referência são fatores sociais determinantes no comportamento dos indivíduos: "o que é que os outros vão pensar se eu actuar desta forma e será que me importo com a opinião deles?" (Leyens & Yzerbyt, 1997/2011, p. 95). Numa palavra, não somos indiferentes às potenciais reações dos que nos rodeiam. Tendo em conta investigações anteriores (e.g., Neuwirth & Frederick, 2004; Neuwirth *et al.*, 2007), esperamos que:

26. Como referimos no capítulo 6, a atitude em relação ao comportamento assenta nas "crenças sobre as consequências do meu comportamento" (crenças comportamentais) e na "avaliação das consequências" – ou, seja, "Que é que eu ganho se actuar desta maneira" (Leyens & Yzerbyt, 1997/2011, p. 95). Na nossa investigação empírica, e à semelhança de Neuwirth *et al.* (2007), temos em consideração a eficácia, a qual é uma crença comportamental-chave.

Hipótese 8: As normas subjetivas influenciem a disposição dos estudantes em entrar numa discussão sobre as praxes.

Media

Na maioria dos testes empíricos da TES, são utilizadas medidas de "exposição" e "atenção" aos *media*. A evidência empírica produzida pelos investigadores sobre a TES mostra que a exposição aos *media* está significativamente associada às estimativas sobre a opinião da maioria. Por exemplo, trabalhando em termos da ignorância pluralista (perceção errada sobre o que os outros pensam), Rimmer e Howard (1990) concluem que o consumo de jornais está associado a um crescente rigor na perceção dos indivíduos sobre a opinião da maioria. Glyn e McLeod (1984) sugerem a existência de relações significativas entre o consumo de jornais e televisão e as estimativas dos inquiridos sobre o apoio popular a candidatos políticos. Moy, Domke & Stamm (2001) concluíram que a leitura de jornais e as notícias das televisões[27] sobre políticas locais contaram em 8% no total da variância da disposição dos indivíduos em se expressarem sobre um referendo polémico (*Iniative 200*), no Estado de Washinghton, sobre a revogação de uma lei de discriminação positiva (*affirmative action*) em termos de género e raça. Assim sendo, esperamos que:

Hipótese 9: A atenção e a exposição aos *media* sejam relevantes na disposição dos estudantes em se expressarem sobre as praxes académicas.

7.3 Método

Como vimos no capítulo 6, Noelle-Neumann considerava pouco razoável os investigadores esperarem que os inquiridos admitissem conscientemente o medo do isolamento quando eram questionados sobre as suas motivações num inquérito. Todavia, no entender da autora, não era necessário realizar o teste do comboio num comboio real, num laboratório secreto, com os investi-

27. O impacto da informação obtida a partir dos jornais ou televisão era similar. Todavia, controlando o uso de outros *media*, apenas a leitura de jornais se manteve como uma variável independente significativa. Para avaliar se os efeitos dos *media* eram diretos ou indiretos, seria, segundo os autores, necessário utilizar dados em painel, ou seja, realizar uma avaliação durante um período de tempo e não apenas num determinado momento – neste caso, os 217 inquéritos foram recolhidos no sistema público de *ferry* de Seattle, entre 26 e 30 de outubro de 1998.

gadores disfarçados de viajantes. Apesar de as investigações experimentais revelarem algumas vantagens, o "laboratório" podia, inadvertidamente, excluir aspetos da vida real decisivos na conduta ou comportamento que se pretende investigar. Numa palavra, para a autora alemã, os inquéritos são a técnica ideal para testar a TES. Não obstante alguns autores terem recorrido a investigações experimentais, a larga maioria utilizou inquéritos para testar a TES. Em geral, os resultados obtidos com essa técnica alternativa vieram apenas confirmar ou reforçar as conclusões obtidas por inquérito (ver o capítulo 6).

7.3.1 Instrumentos e procedimentos

Para testar as hipóteses acima descritas, utilizámos a técnica de inquérito por questionário. Adaptámos os questionários utilizados por Neuwirth e Fredrick (2004) e Neuwirth *et al.* (2007), dois estudos que descrevemos no final do capítulo 6.

Entre 1 de março e 27 de abril de 2016, foram inquiridos 701 alunos de 14 licenciaturas: sete do Instituto Politécnico da Guarda (362 respondentes) e sete da Universidade da Beira Interior (339)[28]. Do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), as licenciaturas são as seguintes: Comunicação Multimédia (91 respondentes; 121 alunos matriculados), Comunicação e Relações Públicas (60; 127), Desporto (80; 214), Gestão (77; 167), Gestão de Recursos Humanos (23; 58), Contabilidade (16; 96) e Marketing (20; 68). Em relação à Universidade da Beira Interior (UBI): Ciências da Comunicação (78 respondentes; 182 alunos matriculados), Cinema (31; 143), Ciências da Cultura (13; 52), Sociologia (48; 139), Ciência Política e Relações Internacionais (43; 142), Psicologia (86; 174) e Design de Moda (35; 167). Em suma, há 1851 alunos matriculados (851 no IPG e 1000 na UBI), o que significa que o número de respondentes (701) representa 38% do total dos alunos matriculados nas 14 licenciaturas.

28. Segundo dados que nos foram fornecidos pelos serviços das duas instituições, no ano letivo de 2015/2016, o IPG tinha matriculados cerca de 2700 alunos em todos os cursos (cursos de técnico superior profissional, licenciaturas e mestrados) e a UBI cerca de 6700 (licenciaturas, mestrados e doutoramentos).

Foram elaborados dois questionários, cada um com 34 questões, que demoravam entre 15 a 20 minutos a responder. Os questionários apenas diferem numa questão, referente à nossa variável dependente: a expressão da opinião. O número de respondentes a cada questionário é praticamente igual: 350 e 351.

Os questionários eram anónimos e estavam disponíveis *online* apenas no momento do seu preenchimento. Para o efeito, criámos um blogue intitulado *Genealogia do silêncio*. Os questionários foram sempre preenchidos com a nossa presença nas salas de aula e os inquiridos eram divididos ao meio, preenchendo cada metade apenas um dos dois questionários. Antes da aplicação dos questionários, houve uma fase piloto. A fim de validarmos os questionários, elaborámos uma primeira versão que foi administrada a participantes (10 alunos do ensino superior) com características similares aos 701 inquiridos, mas que não fizeram depois parte deste estudo. Dessa forma, podemos observar a compreensão das questões, a clareza da linguagem. Foram feitos apenas pequenos acertos relativos à compreensão das questões. De qualquer maneira, como aludimos acima, a nossa presença no momento do preenchimento dos questionários permitiu esclarecer pequenas dúvidas que foram surgindo.

As primeiras questões dos questionários são relativas a dados sociodemográficos dos inquiridos: sexo, idade, curso que frequenta, ano do curso, habilitações académicas dos pais, residência do agregado familiar. As restantes questões foram elaboradas no contexto das teorias que expusemos acima: TES, TCP e AC.

Após a aplicação dos inquéritos, e sempre que os docentes tinham disponibilidade, estabelecemos conversas informais com os alunos. Geralmente começávamos com a seguinte pergunta: "Antes de entrarem no ensino superior já tinham ouvido falar das praxes? Se sim, como é que tomaram conhecimento delas?" Em todas as situações de debate, houve sempre estudantes que voluntariamente falaram do assunto. De qualquer maneira, logo que a oportunidade se proporcionava, colocávamos uma segunda questão:

"Vinham com apreensão ou medo em relação às praxes?" Por vezes, quando a disponibilidade do docente o permitia, exibíamos excertos do documentário *Praxis* e perguntávamos no final: "Acham que estas imagens correspondem à realidade das praxes?" Regra geral, estas conversas informais com os alunos duravam cerca de 30 minutos. Envolveram sobretudo alunos dos cursos da área da comunicação: 1.º, 2.º e 3.º anos de Comunicação Multimédia (IPG); 1.º, 2.º e 3.º anos de Comunicação e Relações Públicas (IPG); 1.º ano de Gestão de Recursos Humanos (IPG), 2.º ano de marketing (IPG), 1.º ano de Desporto (IPG); 2.º e 3.º anos de Ciências da Comunicação da UBI; 2.º ano de Ciências da Cultura (UBI); 2.º ano de Design de Moda (UBI).

Utilizamos na discussão dos resultados algumas declarações dos estudantes proferidas nessas discussões ou debates em grupo como forma de ilustrar as nossas conclusões.

7.3.2 Medidas

A expressão da opinião

Como referimos acima, a questão relativa à expressão da opinião (variável dependente) é a única diferença entre os dois questionários. Os inquiridos eram confrontados com uma situação hipotética: uma festa com um grupo de estudantes que o respondente não conhece bem. Num dos questionários, a maioria dos presentes nessa festa hipotética assumia uma posição categórica e veemente a favor das praxes (VP)[29]; no outro questionário, passava-se o inverso, a maioria dos estudantes era claramente contra as praxes (VN). Assim, os inquiridos eram confrontados com uma das seguintes situações hipotéticas:

> Imagine que está numa festa com um grupo de estudantes que não conhece muito bem. Suponha que alguém diz o seguinte: "A*s praxes académicas são uma forma divertida de integrar os caloiros na tradição académica e de ensinar o respeito por esta.*" Com o decorrer da conversa, percebe que a maioria dos presentes concorda com esta opinião. Tendo

29. Doravante, VP é referente à amostra e ao questionário em que a maioria dos estudantes presentes na festa hipotética é veementemente a favor das praxes; VN refere-se à situação inversa.

em consideração a opinião da maioria dos elementos deste grupo, como acha que reagiria se lhe perguntassem qual era o seu ponto de vista sobre as praxes académicas:

Imagine que está numa festa com um grupo de estudantes que não conhece muito bem. Suponha que alguém diz o seguinte: *"As praxes académicas são uma integração forçada e humilhante e um exercício arbitrário de poder dos estudantes mais velhos sobre os caloiros."* Com o decorrer da conversa, percebe que a maioria dos presentes concorda com esta opinião. Tendo em consideração a opinião da maioria dos elementos deste grupo, como acha que reagiria se lhe perguntassem qual era o seu ponto de vista sobre as praxes académicas:

Como referimos, nas duas situações hipotéticas, a maioria dos estudantes presente assume uma posição clara e veemente a favor ou contra as praxes. O objetivo é simular um clima de opinião mais agressivo e tornar mais evidente a ameaça de isolamento para os inquiridos que têm opiniões contrárias às dos estudantes da festa hipotética.

Aos respondentes era-lhes solicitado que considerassem com que probabilidade seguiriam cinco diferentes estratégias em termos da intenção em expressar a sua opinião, numa escala de 7 pontos, variando entre 1 (nada provável) e 7 (extremamente provável): (1) "Qual é a probabilidade de afirmar que concorda com a opinião destes colegas sobre as praxes?" (Mp = 4,43, DPp = 2,07; Mn = 2,92, DPn = 2,04)[30]; (2) "Qual é a probabilidade de fazer comentários neutros de modo a não revelar o que realmente pensa?" (Mp = 2,86, DPp = 1,8; Mn = 2,73, DPn = 1,79); (3) "Qual é a probabilidade de discutir com esses colegas as suas opiniões sobre as praxes?" (Mp = 4,26, DPp = 1,9; Mn = 4,43, DPn = 1,95); (4) "Qual é a probabilidade de dar o seu verdadeiro ponto de vista sobre as praxes académicas?" (Mp = 5,48, DPp =

30. Mp é a média das respostas do questionário cuja questão referente à variável dependente apresenta uma situação hipotética favorável às praxes; Mn é a média das respostas do outro questionário. DPp e DPn são os desvios-padrão e obedecem à mesma lógica utilizada para as médias. No final do trabalho, apresentamos novamente as médias e os desvios-padrão das variáveis descritas (Anexo 3).

1,75; Mn = 5,38, DPn = 1,73); (5) "Qual é a probabilidade de não dizer nada?" (Mp = 2,63, DPp = 1,88; Mn = 2,40, DPn = 1,63).

O medo do isolamento

Para aferir o medo do isolamento, foram colocadas duas questões, com uma escala de sete pontos, de "nada preocupado" a "extremamente preocupado": (1) "Se a sua opinião sobre as praxes académicas se tornasse conhecida na sua escola, em que medida ficaria preocupado que os seus colegas o evitassem ou agissem de forma diferente consigo?" (Mp = 2,13, DPp = 1,66; Mn = 2, DPn = 1,59); (2) "Até que ponto se preocuparia com as consequências das suas afirmações sobre o tema das praxes académicas?" (Mp = 2,26, DPp = 1,6; Mn = 2,25, DPn = 1,74).

Opinião maioritária percebida

Perceção de maioria a favor e *perceção de maioria contra*. Em primeiro lugar, foi perguntado aos respondentes: "Independentemente da sua própria opinião, qual pensa ser a opinião da maioria dos estudantes sobre as praxes académicas?". Considerando o total das duas amostras, 72,4% dos respondentes consideram que a maioria dos estudantes é a favor (VP = 73%; VN = 71,9%), 6,8% que a maioria é contra (VP = 7,5%; VN = 6%) e 20,8% que a maioria é neutra (VP = 19,5%; VN = 22,1%).

Grau de convicção dos apoiantes e opositores. Para apurar a intensidade percecionada do grau de convicção dos apoiantes e opositores das praxes, usámos uma escala de 7 valores, de "sem convicção" a "convicção total": (1) "Na sua opinião, qual é o grau de convicção dos apoiantes das praxes académicas?" (Mp = 5,23, DPp = 1,22; Mn = 5,4, DPn = 1,19); (2) "Na sua opinião, qual é o grau de convicção dos opositores das praxes académicas?" (Mp = 4,83, DPp = 1,62; Mn = 4,81, DPn = 1,29).

Incongruência percecionada

Foram utilizadas duas variáveis independentes, resultantes da interação de outras variáveis: (1) "a favor da praxe x perceção de maioria contra": neste caso, são tidos em conta apenas os respondentes a favor da praxe que percecionam que a maioria é contra; (2) "contra a praxe x perceção de maio-

ria a favor": são considerados apenas os respondentes contra a praxe que percecionam uma maioria a favor. Multiplicando duas variáveis *dummy* (assumem os valores 0 ou 1), a nova variável apenas vai ter o valor 1 quando ambas forem 1. No nosso caso concreto, por exemplo, a variável "a favor da praxe x perceção de maioria contra" assume o valor 1 apenas para os alunos que são, simultaneamente, a favor da praxe e que percecionam que a maioria é contra.

Apreensão comunicacional

AC-traço de personalidade. Para avaliar a variável relativa à personalidade, apresentámos três afirmações, solicitando a resposta numa escala de sete pontos a variar de "nada provável" a "extremamente provável": (1) "Gosto de falar numa pequena reunião de grupo" (Mp = 4,77, DPp = 1,64; Mn = 4,86, DPn = 1,61); (2) "Sinto-me descontraído quando falo numa pequena reunião de grupo" (Mp = 4,77, DPp = 1,74; Mn = 4,94, DPn = 1,65); (3) "Em geral, evito falar em público" (Mp = 3,36, DPp = 1,86; Mn = 3,27, DPn = 1,86).

AC-estado. Em relação à variável situacional, foi pedido aos respondentes que imaginassem a sua reação numa conversa (a festa de estudantes) em que a maioria dos indivíduos discorda da sua opinião. Foi usada a mesma escala da variável anterior: (1) "O meu coração bateria mais rápido do que o usual" (Mp = 2,38, DPp= 1,58; Mn = 2,28, DPn = 1,57); (2) "Sentir-me-ia desconfortável quando falasse" (Mp = 2,42, DPp = 1,61; Mn = 2,34. DPn = 1,64); (3) "As minhas palavras tornar-se-iam confusas quando falasse" (Mp = 2,15, DPp = 1,49; Mn = 2,05, DPn = 1,39).

A própria opinião

A direção da opinião dos alunos sobre as praxes académicas foi aferida através da seguinte questão: "É a favor, contra, ou sente-se neutro em relação ao tema das praxes académicas?". Se considerarmos o total dos 701 inquiridos, 49,1% são a favor das praxes (VP = 49,9%; VN = 48,3%), 9,8% contra (VP = 10,2%; VN = 9,4%) e 41,1% têm uma posição neutra (VP = 39,9%; VN = 42,2%).

Os respondentes também classificaram o seu grau de convicção pessoal: "Em que medida está seguro sobre a resposta que deu na questão anterior?".

As respostas variavam numa escala de 7 pontos, entre "nada seguro" e "extremamente seguro" (Mp = 5,99, DPp = 1,17; Mn = 5,98, DPn = 1,18).

Teoria do comportamento planeado

Foram derivadas três variáveis-chave da teoria do comportamento planeado (Ajzen, 1991). Em todas elas foi usada uma escala de 7 pontos, de "não se aplica de forma nenhuma" a "aplica-se totalmente".

Eficácia. Est*a* crença comportamental-chave (Neuwirth & Frederick, 2004, p. 672) foi aferida da seguinte forma: "Na festa acima referida, acha que exprimir a sua verdadeira opinião sobre as praxes seria uma forma eficaz de promover o seu ponto de vista?" (Mp = 4,88, DPp = 1,77; Mn = 5,03, DPn = 1,65).

Perceção do controlo comportamental. Esta variável foi avaliada da seguinte forma: "Na festa acima referida, acha que exprimir a sua verdadeira opinião sobre as praxes depende apenas de si?" (Mp = 4,78, DPp = 1,9; Mn = 4,6, DPn = 1,81).

Normas subjetivas. Avaliámos dois tipos de normas subjetivas: em termos dos amigos e em termos da maioria dos colegas: (1) norma subjetiva: amigos - "Quando se trata de dar a sua opinião sobre as praxes académicas, acha que a maioria dos seus amigos gostaria que você dissesse o que realmente pensa sobre o assunto?" (Mp = 4,99, DPp = 1,85; Mn = 5,35, DPn = 1,67); (2) norma subjetiva: maioria dos colegas - "Quando se trata de dar a sua opinião sobre as praxes académicas, acha importante perceber o que é que a maioria dos seus colegas gostaria que você dissesse?" (Mp = 3,24, DPp = 1,98; Mn = 3,07, DPn = 1,88).

Importância do assunto

A importância das praxes para os respondentes foi aferida numa escala de 7 pontos, de "nada importante" a "extremamente importante": "Em que medida são importantes para si as histórias relacionadas com as praxes académicas?" (Mp = 4,29, DPp = 1,79; Mn = 4,09, DPn = 1,82).

Media

Exposição aos media. Os respondentes foram inquiridos sobre o número de dias que leram jornais (em papel e/ou *online*) (Mp = 2,33, DPp = 2.17; Mn = 2,39, DPn = 2,32) e viram os noticiários televisivos (Mp = 3,66, DPp = 2,32; Mn = 3,76, DPn = 2,32) na última semana.

Atenção aos media. Numa escala de 7 pontos, de "nenhuma atenção" a "bastante atenção", os respondentes classificaram a sua atenção às notícias sobre as praxes académicas surgidas nos jornais (Mp = 2,95, DPp = 1,94; Mn = 3,06, DPn = 2), nas revistas (Mp = 2,31, DPp = 1,69; Mn = 2,31, DPn = 1,68), na televisão (Mp = 4,43, DPp = 2,03; Mn = 4,42, DPn = 2,09), na rádio (Mp = 2,33, DPp = 1,83; Mn = 2,46, DPn = 1,8) e na internet (Mp = 4,59, DPp = 2,01; Mn = 4,62, DPn = 2,06).

7.3.3 Regressão ordinal

Para a análise dos dados, utilizámos uma regressão ordinal. Trata-se de uma técnica adequada quando a variável dependente é ordinal, ou seja, quando corresponde a uma ordenação. No tradicional modelo da regressão ordinal, assume-se que a variável dependente (Y_i) está associada a uma variável contínua subjacente, normalmente designada por variável latente (Y_i^*). Esta variável latente é tipicamente especificada como uma função linear, do seguinte modo:

$$Y_i^* = X_i\,\beta + \varepsilon_i \text{ e } i = 1,2,\ldots\ldots\ldots N$$

Em que i $(i = 1,2,\ldots\ldots\ldots N)$ representa os indivíduos, X_i é um vetor das variáveis independentes (excluindo a constante), β é um vetor de parâmetros a estimar e ε é o distúrbio aleatório (*random disturbance*).

j $(j = 1,2,\ldots\ldots J)$ são as categorias assumidas pela variável dependente e τ_i são os limiares (*thresholds*) associado a essas categorias. Assume-se que estes limiares desconhecidos dividem a propensão em J-1 partes. A (não observável) variável latente Y_i^* está relacionada com a (observável) variável

ordinal Y_i através dos limiares τ_s de acordo com um mecanismo de resposta que assume a seguinte forma:

$$Y_{i=}j \text{ se } \tau_{j\text{-}1} < Y_i^* < \tau_j, \text{ para } j = 1, 2, \ldots\ldots J$$

Assume-se que os limiares têm uma ordem crescente, de modo que $\tau_0 < \tau_1 < \ldots\ldots\ldots\ldots\tau_j$, onde $\tau_0 = \text{-}\infty$ e $\tau_j = +\infty$. A expressão da probabilidade assume a seguinte forma:

$$\pi_{ij} = Pr(Y_i = j/X_i) = F(\tau_j\text{-}X_i\beta) - F(\tau_{j\text{-}1}\text{-}X_i\beta)$$

Em que $F(\ )$ representa a função de distribuição cumulativa e π_{ij} é a probabilidade do indivíduo i atingir a categoria j.

Na nossa investigação empírica, em cada um dos dois cenários hipotéticos, existem cinco estratégias de expressão da opinião, ou seja, existem cinco variáveis dependentes ordinais, as quais designamos, nas tabelas 1 e 2, por "concordar", "neutro", "discutir", "dar opinião" e "não dizer nada". Como vimos antes, existem sete categorias, variando entre 1 (nada provável) e 7 (extremamente provável).

A interpretação dos coeficientes estimados não é como nas regressões lineares. Nas regressões lineares, o coeficiente é uma estimativa do impacto da variável independente na variável dependente. Na regressão ordinal, o coeficiente dá-nos o impacto na função de distribuição (de probabilidade). Um coeficiente positivo diz-nos que se a variável independente aumenta, então toda distribuição se desloca para a direita, ou seja, a probabilidade de se verificarem os valores mais elevados aumenta (e baixa a probabilidade dos valores mais baixos).

Tipicamente, considera-se que os resíduos seguem uma distribuição normal ou logística. Nesta tese considerámos a última hipótese, ou seja, estimámos um *ordered logit*. Para verificar a robustez, estimámos também um *ordered probit* (que corresponde à distribuição normal). Os resultados foram qualitativamente semelhantes e, por isso mesmo, omitidos.

7.4 Análise e discussão dos resultados

Nas tabelas 1 e 2, surgem apenas as variáveis independentes com coeficientes estatisticamente significativos em pelo menos uma das 10 regressões (cinco para cada situação hipotética). Conforme descrevemos acima, cada regressão corresponde a uma das cinco estratégias da expressão da opinião, as quais designamos nas tabelas 1 e 2 por "concordar", "neutro", "discutir", "dar opinião" e "não dizer nada".

Em termos gerais, os resultados corroboram as proposições derivadas da TES e confirmam, pelo menos parcialmente, o conjunto das nove hipóteses enunciadas. Em particular, os resultados evidenciam: (1) uma grande semelhança nas respostas dadas pelos respondentes das duas amostras, semelhanças essas refletidas, antes de mais, nas médias que fomos apresentando nas secções anteriores; (2) a validade das medidas utilizadas para o medo do isolamento; (3) o impacto dos *media*, em especial nas estratégias de comunicação de envolvimento; (4) a aparente utilidade de utilizar medidas derivadas da apreensão comunicacional; (5) a relevância das normas subjetivas – um conceito importado da TCP; (6) a importância de considerar um leque mais alargado de estratégias de comunicação no estudo dos fatores que podem influenciar a expressão da opinião; (7) a utilidade em considerar na investigação dois cenários hipotéticos alternativos: um, claramente favorável às praxes e o outro claramente desfavorável. Vamos por partes. Comecemos precisamente pela utilização de dois cenários alternativos.

Como vimos no capítulo 6, mormente em temas cuja discussão pública estava inacabada e, por consequência, a opinião pública ainda não havia cristalizado, Noelle-Neumann advogava a criação de dois cenários nos testes empíricos. Cada metade dos respondentes deveria ser confrontada com um cenário diferente, um abertamente a favor e outro abertamente contra uma ideia, uma corrente, uma personagem pública.

Tabela 1: Variáveis independentes da expressão da opinião: numa situação hipotética em que as praxes académicas recebem o apoio da maioria.

	Concordar	Neutro	Discutir	Dar opinião	Não dizer nada
AC-estado					
Coração			0,19**		
Desconforto	0,24***	0,19**		-0,30***	0,29***
Confusão		0,30***			0,27**
AC-traço de personalidade					
Gostar de falar	0,15**		0,26***		-0,18***
Descontração em grupo				0,15**	
Medo do público			-0,11*		
Medo do isolamento					
Preocupação com as consequências		0,26***	-0,23**		
Preocupação com os colegas			0,18*		
Comportamento planeado					
Eficácia	0,26***	-0,16***	0,12*	0,36***	
Perceção do controlo comportamental			0,13**		
Norma subjetiva: amigos			0,22***	0,33***	
Norma subjetiva: maioria colegas				-0,11*	
A própria opinião					
A favor da praxe	2,38***	-0,70***		0,63***	-0,51**
Contra a praxe	-1,22***	-0,71**	1,97**	0,91*	
Grau de convicção pessoal	0,33***			0,21**	
Opinião maioritária percebida					
Perceção de maioria a favor			-0,31*		
Grau de convicção dos apoiantes			0,20**		
Grau de convicção dos opositores					
Exposição aos *media*					
Jornais					
Televisão					-0,10**
Atenção aos *media*					
Jornais	0,21***				
Rádio	-0,15**		0,27***	-0,14*	
Revistas				0,21**	
Internet				0,18***	
Televisão					

Habilitações dos pais					
Mãe			0,14*	0,26***	
Pai					
Incongruência percecionada					
A favor da praxe x perceção maioria contra		1,02*			
Contra a praxe x perceção maioria a favor			-1,57*		
Importância do assunto	0,19**				
Idade	-0,11*				
Praxado	0,85***				
Ano de curso			0,28**		0,35***
IPG				-0,49**	

Nota: *p < 0,1, **p < 0,05, ***p< 0,01.

Tabela 2: Variáveis independentes da expressão da opinião: numa situação hipotética em que as praxes académicas recebem o repúdio da maioria.

	Concordar	Neutro	Discutir	Dar opinião	Não dizer nada
AC-estado					
Coração					
Desconforto	0,16**		0,15**		0,28***
Confusão		0,30***			0,22**
AC-traço de personalidade					
Gostar de falar					-0,32***
Descontração em grupo	0,13**		0,14**		
Medo do público					0,12*
Medo do isolamento					
Preocupação com as consequências		0,17**			
Preocupação com os colegas					-0,25***
Comportamento planeado					
Eficácia			0,35***	0,39***	
Perceção do controlo comportamental		-0,12*		0,14**	
Norma subjetiva: amigos	-0,13***	-0,14**		0,20***	
Norma subjetiva: maioria colegas		0,13**			0,12**
A própria opinião					
A favor da praxe	-1,60***	-1,27***	0,87***		-0,80***
Contra a praxe	3,06***		0,88**	1,98***	
Grau de convicção pessoal	-0,33***			0,30***	

Opinião maioritária percebida					
Perceção de maioria a favor				0,46*	
Grau de convicção dos apoiantes			0,30***	0,38***	
Grau de convicção dos opositores	0,12*			-0,11*	
Exposição aos *media*					
Jornais				0,18***	
Televisão					
Atenção aos *media*					
Jornais		-0,14**	0,12*		
Rádio		0,22***			0,12*
Revistas				-0,18**	
Internet	0,14***				
Televisão			0,14**	0,25***	-0,13**
Habilitações dos pais					
Mãe			0,23***	0,16*	
Pai		0,17**			
Incongruência percecionada					
A favor da praxe x perceção maioria contra					
Contra a praxe x perceção maioria a favor		-1,59***			
Importância do assunto		0,24***			
Idade					
Praxado					
Ano de curso					-0,36**
IPG					

Nota: *p < 0,1, **p < 0,05, ***p< 0,01.

As praxes são uma norma estabelecida, uma tradição. Mas são igualmente uma discussão em aberto na sociedade portuguesa. Há ainda outro aspeto que deve ser realçado e que diferencia a nossa investigação da maioria dos testes empíricos da TES, a começar pelos de Noelle-Neumann. Geralmente, são investigados temas polémicos de âmbito nacional, mas as praxes têm também uma forte dimensão local, no sentido em que se desenrolam num *campus* académico ou nas suas proximidades. Por todos estes motivos, era de esperar que os estudantes, relativamente à sua expressão da opinião sobre as praxes, sofressem vários tipos de influência ou pressão, com diferentes proveniências, umas mais próximas e imediatas e outras mais

distantes e mediadas. Os resultados parecem confirmar essa diversidade de influências.

Se compararmos as tabelas 1 e 2, verificamos que as diferenças nos resultados estão associadas, sobretudo, a variáveis derivadas da TES. Mais concretamente, a "opinião maioritária percebida" e a "incongruência percecionada" – "a favor da praxe x perceção de maioria contra" e "contra a praxe x perceção de maioria a favor".

De entre as variáveis independentes referentes à "opinião maioritária percebida", o "grau de convicção dos opositores" parece-nos a mais reveladora. Em primeiro lugar, esta variável é significativa apenas no cenário em que a maioria dos estudantes da festa hipotética é abertamente contra as praxes. Em segundo lugar, à medida que aumenta o "grau de convicção dos opositores" às praxes percecionado pelos respondentes, aumenta também a probabilidade de estes concordarem com a opinião negativa sobre as praxes dos estudantes da festa hipotética. De qualquer maneira, a ideia importante a reter destes resultados é que, tal como tínhamos previsto na hipótese 2, a perceção sobre a opinião da maioria tem influência na expressão da opinião.

A incongruência percecionada, ou seja, o desalinhamento entre a opinião do indivíduo e as suas estimativas sobre a opinião da maioria, é a relação ou associação mais testada no âmbito da TES. Os resultados mostram que, de facto, esse desalinhamento ou contradição tem impacto na expressão da opinião sobre as praxes. Uma vez mais, os resultados não são indiferentes ao facto de o cenário hipotético ser claramente favorável ou desfavorável às praxes.

No cenário favorável (ver tabela 1), os opositores às praxes que, simultaneamente, percecionam uma maioria favorável ("contra a praxe x perceção de maioria a favor") mostram-se menos dispostos a entrar numa discussão. Todavia, num cenário desfavorável (ver tabela 2), os opositores parecem ganhar alguma confiança. Essa maior confiança ainda não é suficiente para se envolverem numa discussão ou estarem dispostos a dar o seu verdadeiro

ponto de vista, mas é suficiente para se mostrarem menos dispostos a fazer comentários neutros.

Se há sinais de uma espiral do silêncio do lado dos opositores às praxes, os resultados não são tão evidentes relativamente à outra parte da espiral, ou seja, os apoiantes. Neste caso, a probabilidade da espiral se revelar deveria ser maior num cenário desfavorável às praxes. Não é o que se verifica. Nesse cenário, a variável independente "a favor da praxe x maioria contra" não é significativamente relacionada com nenhuma das cinco estratégias de expressão da opinião.

Outra proposição fundamental derivada da TES é o medo do isolamento. Uma vez mais, é possível detetar marcas de uma espiral do silêncio, em particular na variável que reflete uma preocupação dos respondentes com as consequências das suas afirmações sobre as praxes. Uma maior "preocupação com as consequências" aumenta a probabilidade de os respondentes fazerem comentários neutros sobre as praxes nos dois cenários e diminui a probabilidade de se envolverem numa discussão num cenário favorável. Todavia, a variável explicativa "preocupação com os colegas" aponta num sentido oposto, pelo que é necessário cautela nas conclusões sobre os efeitos do medo do isolamento na expressão da opinião.

Além da utilidade da aplicação de dois cenários hipotéticos alternativos, estes resultados comprovam também a vantagem em confrontar os respondentes com várias estratégias de expressão da opinião. Como sublinharam Neuwirth *et al*. (2007), o recurso a estratégias de comunicação evasivas (fazer comentários neutros) é um passo em frente em relação à técnica tradicional usada pela maioria dos investigadores, os quais se limitam a questionar: "falaria ou não falaria?" ou "qual é a probabilidade de falar?". O uso de um leque mais alargado de estratégias de comunicação reforça, no fundo, a formulação original de Noelle-Neumann. Permite, antes de mais, detetar relações que de outra forma seriam ignoradas. Por exemplo, tanto a incongruência percecionada como o medo do isolamento são significativas a explicar estratégias comunicacionais evasivas.

Além disso, a aversão ou medo do isolamento social, em conjunção com o uso de comentários neutros, pode estimular uma perceção errada do clima de opinião interpessoal. É a chamada ignorância pluralista (perceção errada sobre o que os outros pensam), a qual pode acelerar um processo de espiral - como referimos antes, em ambas as amostras, mais de 70% pensam que a maioria é a favor das praxes, apesar de, na realidade, em nenhuma delas a maioria efetiva dos apoiantes chegar aos 50%. O clima de opinião interpessoal leva-nos a outra questão.

A utilização das normas subjetivas foi uma forma de incorporarmos aspetos do meio social mais próximo dos estudantes: amigos e colegas. Na nossa investigação empírica, utilizámos medidas genéricas ou de síntese das normas subjetivas. Estas podem, todavia, ser desagregadas em crenças normativas (e.g., os meus colegas são a favor das praxes) e em motivação para se submeter (e.g., em relação às praxes, gostaria muito de fazer o que os meus amigos gostariam que eu fizesse) (ver a secção 6.6.1.). Neuwirth e Frederick (2004) e Neuwirth *et al*. (2007) consideram profícuo o estudo da relação entre o medo do isolamento e a motivação para se submeter, porquanto alguns estudos sugerem uma correlação positiva entre as duas variáveis. Todavia, Ajzen (1991) sublinha que, geralmente, a variável "motivação para se submeter" não acrescenta poder preditivo e tende mesmo a suprimir correlações.

Embora apresentem padrões de comportamento opostos, as duas normas subjetivas por nós utilizadas evidenciam várias relações significativas. Todavia, a "norma subjetiva: colegas" afigura-se-nos mais reveladora. Quanto maior é a sensibilidade dos respondentes ao que os outros (os colegas) pensam, menor é a probabilidade de expressarem o seu verdadeiro ponto de vista (no cenário favorável às praxes) e maior é a probabilidade de fazerem comentários neutros e de se remeterem ao silêncio (no cenário desfavorável). Estes resultados sugerem a existência de um processo de conformismo. Dito de outra forma, parece que pelo menos uma parte dos estudantes deseja adaptar-se às expectativas dos colegas, provavelmente com o objetivo de evitar a rejeição. Algumas das declarações dos estudantes

nas discussões após a aplicação dos inquéritos traduzem essa preocupação (ou sensibilidade) com o grupo, a qual assume várias tonalidades:

Em primeiro lugar, a consciência de um preço a pagar para quem recusar as praxes: "Só vais se quiseres, mas se não fores, ficas fora do grupo" (estudante do 2.º ano de Comunicação Multimédia do IPG); "Deixei de querer ser praxado e senti que comecei a ser olhado de lado" (estudante do 2.º ano de Comunicação Multimédia do IPG).

Em segundo lugar, a noção de uma escolha limitada ou condicionada: "Existe uma pressão. Não foi bem uma escolha" (estudante do 3.º ano de Ciências da Comunicação da UBI); "Nós, no fundo, não tivemos opção" (estudante do 3.º ano de Ciências da Comunicação da UBI); "Há alunos que se autoexcluem, os que não são praxados" (estudante do 2.º ano de Ciências da Comunicação da UBI).

Em terceiro lugar, o reconhecimento do poder dos "superiores": "É normal existir hierarquia para poder existir respeito" (estudante do 2.º ano de Comunicação Multimédia do IPG); "A submissão e o respeito são muito maiores noutras universidades do que na UBI" (estudante do 2.º ano de Design de Moda da UBI); "Há um ambiente intimidatório que serve para criar uma barreira entre os mais velhos e os mais novos" (estudante do 3.º ano de Ciências da Comunicação da UBI); "A praxe prepara-nos para o mercado de trabalho porque nos ensina a respeitar os superiores" (estudante do 2.º ano de Comunicação e Relações Públicas do IPG); "Acho normal que os tratemos por excelentíssimos superiores" (estudante do 2.º ano de Comunicação e Relações Públicas do IPG).

Por fim, as vantagens de estar associado a um grupo: "A praxe não é uma preparação para a vida, mas é uma preparação para o ambiente escolar, é integração" (estudante do 2.º ano de Design de Moda da UBI); "É um bom meio de integração dos alunos" (estudante do 3.º ano de Comunicação Multimédia do IPG); "Graças à praxe conheci muita gente. Se não fosse a praxe, estaria sozinho" (estudante do 3.º ano de Comunicação e Relações públicas do IPG); "Se não tivesse participado nas praxes, não me tinha integrado tão bem" (es-

tudante do 3.º ano de Ciências da Comunicação da UBI); "Graças às praxes, criei um grupo de amigos" (estudante do 2.º ano de Comunicação e Relações Públicas do IPG).

Convém sublinhar que, nas discussões de grupo, vários estudantes – sobretudo os apoiantes, que são a maioria como sabemos – insistiram no argumento de que "só participa quem quer" e "ninguém é obrigado".

Em suma, conjugando as variáveis independentes "preocupação com as consequências" e "norma subjetiva: colegas", podemos concluir que o medo de ser excluído do grupo dos colegas parece ser uma força com influência na expressão da opinião dos estudantes.

Até aqui temos realçado os resultados que sugerem a existência de uma espiral do silêncio do lado dos opositores às praxes. Uma espiral supostamente reduzida a uma dimensão grupal, nomeadamente porque as estimativas ou perceções dos respondentes tiveram apenas em conta a opinião maioritária dos colegas e não foi considerada a sociedade no seu todo. Mas esta não é a história toda que os resultados nos contam. Não podemos descartar a possibilidade de uma influência social mais alargada. Desde logo porque os *media*, uma variável fundamental da TES, mostram várias relações significativas com estratégias de expressão da opinião. No geral, uma maior exposição e atenção aos *media* aumenta a probabilidade de os respondentes seguirem estratégias de envolvimento e diminui a probabilidade de seguirem estratégias evasivas. Por outras palavras, ler os jornais e ver os noticiários televisivos, prestar atenção às notícias sobre as praxes aumenta a probabilidade de os respondentes se envolverem numa discussão ou de expressarem o seu verdadeiro ponto de vista; ao mesmo tempo, diminui a probabilidade de fazerem comentários neutros ou de não dizerem nada.

É também provável que os *media* alimentem o medo e a ansiedade dos estudantes através das opiniões e notícias difundidas sobre as praxes, geralmente associadas a tragédias e a abusos. Os *media* podem, assim, ser uma fonte de conformismo, mas um conformismo que nasce, sobretudo, de uma

influência social informativa – os estudantes tomam como uma prova da realidade a informação que lhes é transmitida pelos *media* (ver o capítulo 5).

Se atentarmos sobretudo nos *media* que recebem maiores níveis de atenção - a internet e a televisão -, torna-se ainda mais visível a sensibilidade dos estudantes às notícias sobre as praxes. No caso concreto da atenção prestada às notícias na internet, os respondentes revelaram uma maior probabilidade de concordar com a maioria da festa hipotética que manifesta um claro repúdio pelas praxes.

Após a aplicação dos inquéritos, nas conversas com os estudantes, o papel dos *media* foi várias vezes aludido. Podemos dividir essas declarações em dois tipos de argumentos.

Um dos argumentos recorrentes era o medo incutido pelos *media*: "No início tive medo da praxe por causa das notícias da televisão" (estudante do 2.º ano de Comunicação Multimédia do IPG); "O medo que os estudantes têm é por causa das notícias negativas" (estudante do 2.º ano de Comunicação Multimédia do IPG); "Os noticiários assustam muito" (estudante do 3.º ano de Ciências da Comunicação da UBI); "Eu vinha cheia de medo por causa das histórias que via na televisão" (estudante do 3.º ano de Comunicação e Relações Públicas do IPG); "A verdade é que os estudantes vêm com algum receio das praxes e isso deve-se aos *media*" (estudante do 2.º ano de Ciências da Comunicação da UBI); "Nós não abusamos da malta e, por isso, é que os *media* não vêm cá" (estudante do 1.º ano de Comunicação Multimédia do IPG).

Outro argumento era o da distorção da realidade das praxes: "Os noticiários distorcem" (estudante do 3.º ano de Ciências da Comunicação da UBI); "As notícias focam-se nos aspetos piores da praxe. Não representam a verdadeira praxe" (estudante do 3.º ano de Ciências da Comunicação da UBI).

Não é, todavia, claro o papel dos *media* na formação de uma espiral do silêncio. Se, por um lado, podem induzir comportamentos conformistas (seguir

a maioria) através do medo veiculado pelas notícias e opiniões, por outro, surgem associados a estratégias comunicacionais de envolvimento.

Da teoria do comportamento planeado foram ainda importadas as variáveis "eficácia" e a "perceção do controlo comportamental". Ao contrário das normas subjetivas, estas variáveis focam-se em fatores individuais. Regra geral, mais "eficácia" e maior "perceção do controlo comportamental" aumentam a probabilidade de os respondentes seguirem estratégias comunicacionais de envolvimento e diminui a probabilidade de seguirem estratégias evasivas. A "eficácia" é uma das variáveis independentes mais robustas, com seis relações significativas em 10 possíveis. Como sublinham Neuwirth e Frederick (2004) e Neuwirth *et al.* (2007), a simples inclusão destas variáveis reforça os resultados relativos à TES porque, deste modo, elimina-se a possibilidade de se excluírem da análise variáveis-chave, sobretudo quando se sabe que estas podem influenciar a expressão da opinião. Este argumento também é válido para outras variáveis, nomeadamente as que foram importadas da apreensão comunicacional.

Tanto as variáveis referentes à "AC-estado" como à "AC-traço de personalidade" são robustas. Os resultados da "AC-traço de personalidade" estão em linha com estudos anteriores (ver capítulo 6, em especial a secção 6.1.; e.g., Hayes *et al.*, 2005a; Hayes *et al.*, 2005b). O impacto destes fatores individuais e contextuais ou situacionais (no nosso caso, uma festa de estudantes) sugere que há, provavelmente, medo, ansiedade, apreensão, para usarmos a terminologia de James McCroskey, a operar quando se trata de expressar aberta e publicamente uma opinião sobre as praxes. Numa palavra, estes resultados sublinham a vantagem de usar as variáveis (medidas) da AC como complementares ao medo do isolamento na análise da expressão da opinião. Todavia, as variáveis da AC podem ser mais do que um simples complemento à TES. Noelle-Neumann introduziu os conceitos de núcleo duro e de vanguarda – pessoas que exprimem as suas opiniões mesmo quando sentem que estão do lado de uma minoria. Como sugerem Neuwirth *et al.* (2007), o recurso à "AC-traço de personalidade" é um caminho possível para identificar esses núcleos ou vanguardas.

Referimos na secção 7.1 que alguns investigadores identificaram entre os estudantes focos de resistência às praxes (e.g., Ribeiro, 2000). De acordo com a terminologia da TES, esses focos devem, em bom rigor, ser designados por vanguardas, uma vez que não resistem à mudança, mas, ao invés, preconizam a mudança. As relações significativas de variáveis da "AC-traço de personalidade" com estratégias comunicacionais de envolvimento podem indicar a existência de vanguardas entre os estudantes. A possibilidade da existência de vanguardas é corroborada pelas discussões que tivemos com os estudantes após a aplicação dos inquéritos. Houve sempre estudantes que se manifestaram contra as praxes, mesmo sabendo que as suas posições eram minoritárias.

O comportamento "vanguardista" de alguns estudantes pode assentar num grupo ou subgrupo de apoio na retaguarda ou em fortes convicções ideológicas (ver secção 5.5). É essa, aliás, a sugestão de Ribeiro (2000) ao associar os grupos de resistência às praxes na Universidade do Minho a partidos políticos. Todavia, os nossos resultados dizem-nos que não podemos deixar de considerar a possibilidade dessa resistência vanguardista emergir também de fatores individuais, nomeadamente, o "gostar de falar", a "descontração" num debate, ou a "vontade de comunicar", como sugerem, por exemplo, Neuwirth *et* al. (2007).

Foram também testadas outras variáveis, não contempladas nas nossas nove hipóteses. Comecemos pelas que não se revelaram significativas. O "sexo" dos respondentes (32% do masculino e 68% do feminino) parece não influenciar a expressão da opinião sobre as praxes. O mesmo se passa com o curso frequentado; o distrito de proveniência dos estudantes (os principais são a Guarda, Castelo Branco, Viseu e Aveiro, com, respetivamente, 24%, 16,7%, 10,1% e 9,4%), o facto de residirem numa aldeia (34% dos 701 inquiridos), vila (21%) ou cidade (46%); o terem ou não praxado caloiros (82% não praxaram).

Há, todavia, outras variáveis independentes significativas, embora algumas evidenciem pouca solidez. Revelaram apenas uma relação significativa em

10 possíveis as seguintes variáveis: a idade; ter sido ou não praxado (73% foram praxados); ser do IPG ou da UBI; as habilitações do pai (67% possuem no máximo o 9.º ano e 10% têm um curso superior). Por seu turno, a variável "ano de curso" mostrou-se inconsistente, na medida em que, no cenário favorável às praxes, apresenta relações significativas com as estratégias comunicacionais "discutir" e "não dizer nada", o que é aparentemente contraditório.

Deste conjunto de sete variáveis não contempladas nas nossas nove hipóteses, as "habilitações da mãe" (57% possuem no máximo o 9.º ano e 14% têm um curso superior) é a mais sólida e merece, por isso, um comentário à parte. Em ambos os cenários, quanto maiores são as habilitações da mãe, maior é a probabilidade de os respondentes se envolverem numa discussão e de revelarem a sua verdadeira opinião sobre as praxes. Estas conclusões sobre a importância das habilitações das mães na expressão da opinião são coerentes, por exemplo, com as de um estudo de uma equipa do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, o *Atlas da Educação: contextos sociais e locais de sucesso e insucesso*. Tendo por base a análise estatística dos resultados nos exames nacionais do 9.º ano e do secundário, realizados entre 2009 e 2014, Justino, Franco, Santos e Batista (2015) concluíram que o nível de escolaridade das mães influencia os resultados dos filhos na escola.

Em resumo, os resultados sugerem a existência de uma espiral do silêncio do lado da minoria dos opositores, com uma forte componente grupal. Os *media* têm um papel nesta história, embora tenha ficado por determinar o seu lugar exato e a dimensão da sua importância. Há, todavia, sinais de focos de resistência às praxes entre os estudantes, de vanguardas, como lhes chamaria Noelle-Neumann. Há também outros fatores explicativos que deverão ser considerados em estudos futuros sobre a expressão da opinião. As normas subjetivas, traços de personalidade do indivíduo como a apreensão comunicacional, as habilitações das mães surgem como os mais prometedores.

Considerações Finais

Como pudemos comprovar ao longo deste trabalho, nenhum dos conceitos constitutivos da espiral do silêncio é original, nomeadamente a ameaça de isolamento da sociedade, o medo do isolamento dos indivíduos, a perceção do clima de opinião, os efeitos poderosos dos *media*. Como vimos, a originalidade de Noelle-Neumann consistiu antes em juntar e combinar elementos com diferentes procedências num modelo integrado que tenta explicar a formação, continuidade, alteração, efeitos e funções da opinião pública. A despeito de algumas interseções, no nosso percurso genealógico é possível identificar três grandes fundações teóricas da espiral do silêncio.

A primeira grande fundação diz respeito a um conjunto de autores clássicos que associaram a opinião pública ao ostracismo, concretamente: Montaigne, Locke, Maquiavel, Rousseau e, sobretudo, Tocqueville, a quem Noelle-Neumann atribuiu o título de primeiro observador consciente da espiral do silêncio. Nenhum deles analisou a opinião pública de forma sistematizada ou fez dela um tema central na sua obra; a opinião pública surge apenas de passagem, sob a forma de comentários marginais ou de um pequeno capítulo. Todavia, tal não impediu que trouxessem à luz importantes intuições e revelações sobre os efeitos da opinião pública.

A segunda grande fundação teórica da espiral do silêncio está associada à natureza social do homem, a qual nos faz temer o isolamento e desejar ser respeitados e estimados pelos outros. Esta fundação é composta por um grupo eclético de autores. Antes de mais, voltamos a encontrar Locke e Rousseau, dois gigantes na descoberta da natureza social do homem, nas palavras da autora

alemã. Dos iluministas escoceses, pioneiros na análise da sensibilidade do homem ao meio social e nas conexões entre o "eu" e a sociedade, Hume é o citado pela autora. Nesta linha genealógica, há também uma dimensão psicossocial, com especial destaque para os estudos da conformidade e da pressão do grupo de Solomon Asch. A última paragem nesta linha é nos sociólogos americanos George Herbert Mead e Erving Goffman. Mead antecipou o conceito de interacionismo simbólico, introduzido e desenvolvido mais tarde por Herbert Blumer. Goffman apresentou uma análise original sobre o estigma, ou seja, os desvios em relação às expetativas e estereótipos dos "normais" e o sofrimento que isso acarreta para os estigmatizados e todos somos potenciais estigmatizados.

Uma terceira grande fundação teórica está relacionada com o papel fundamental dos *media* na espiral do silêncio. Os efeitos poderosos dos *media* proclamados por Noelle-Nemann fazem parte de um movimento de reação, iniciado nos anos 60, ao paradigma dominante dos efeitos limitados. Gabriel Tarde, Walter Lippmann e Niklas Luhman são três referências incontornáveis nesta linha genealógica. Tarde pelo seu contributo original sobre a formação de uma "tempestade", gerada pela imprensa, e que ele chamou "a opinião", à qual os indivíduos, inconscientemente, se curvam. Lippmann pela sua análise pioneira sobre os estereótipos, os quais afetam tanto o público como os jornalistas. Luhman, na senda dos autores sobreditos, por destacar o papel dos *media* na seleção dos temas da opinião pública.

Os efeitos poderosos dos *media* proclamados por Noelle-Neumann pressupõem um público atomizado, manietado pelo medo do isolamento, destituído de mecanismos de defesa como a seletividade ou as relações interpessoais e, por consequência, indefeso perante a "realidade construída" pelos *media*. É por esta janela da espiral do silêncio que entram as teorias da sociedade de massas. O público anónimo a que se refere Noelle-Neumann é, no fundo, uma massa. Dito de outro modo, a espiral do silêncio faz parte de uma longa tradição pessimista que desconfia do público. Esta visão nasceu no século XIX com os ecos da Revolução francesa ainda bastante audíveis. Por este motivo fundamental, foi incluída nesta genealogia uma ramifica-

ção sobre a teoria da pressão do grande grupo, a qual subjaz à espiral do silêncio. Concentrámo-nos apenas em literatura canónica sobre a matéria. Desta linha genealógica fazem parte autores influentes que escreveram sobre as multidões como Gustave Le Bon e Elias Canetti e outros que escreveram sobre as massas como Ortega y Gasset, C. W. Mills, Herbert Blumer, Hannah Arendt. De todos eles, apenas Blumer e Le Bon são mencionados marginalmente por Noelle-Neumann nos seus textos. Este facto tem uma explicação. A autora evitava designações como massas, sociedade de massas ou homem-massa, por considerar mais correto e apropriado referir-se à natureza social do homem.

O homem descrito por Noelle-Neumann é temeroso e bastante sensível à corte anónima que reparte a popularidade e a impopularidade, o respeito e o escárnio. Este retrato pouco exaltante do ser humano, decorrente da sua natureza social, não pode ser emoldurado pelo modelo iluminista de opinião pública teorizado por Kant. A este modelo, que é uma referência para autores como Habermas, a autora alemã chamou opinião pública como racionalidade, usando-o como contraponto à opinião pública como controlo social. Ao introduzir esta dicotomia, pretendia evidenciar as diferenças e as relações entre o conceito dinâmico e psicossociológico da opinião pública como controlo social e o conceito da teoria democrática da opinião pública como uma troca racional de argumentos no espaço público.

Noelle-Neumann considerava irrealista, ilusória e enganadora uma visão da opinião pública assente na ideia de um público esclarecido, capaz de trocar argumentos racionais no espaço público, a fim de influenciar a ação governativa. É uma visão que ignora a natureza social do homem, o controlo social, a origem da coesão social, o público anónimo e que não reconhece as conexões entre fenómenos como o clima de opinião, o *zeitgeist*, a reputação, o politicamente correto, a moda e os tabus.

Na verdade, como pudemos verificar no capítulo 3, os dois modelos ou conceitos propostos por Noelle-Neumann não esgotam todas as conceções possíveis de opinião pública. E, em bom rigor, não devem ser vistos como

alternativos. Como admite a própria autora, mesmo os temas mais controversos e com maior carga moral e, por consequência, mais suscetíveis de gerar uma espiral do silêncio precisam de um suporte cognitivo para se poderem afirmar na opinião pública. Por seu turno, Habermas também não exclui por completo da opinião pública a irracionalidade, aceitando a existência de conexões entre *zeitgeist*, reputação, costumes, moda. Por outras palavras, Habermas faz parte de uma linha genealógica que por vezes se cruza com a espiral do silêncio. De facto, pensamos que o grande problema é encontrar um equilíbrio entre a dimensão racional e a dimensão consuetudinária.

Neste percurso genealógico, que foi também uma oportunidade para revisitar os conceitos de público, espaço público e opinião pública, não podemos deixar de destacar o nosso encontro com autores aparentemente improváveis, concretamente: Adam Smith, John Stuart Mill e John Dewey. Podemos classificá-los como parentes mais afastados da espiral do silêncio, embora todos eles tenham uma ligação forte com autores centrais na nossa genealogia. E nenhum deles tem sido alvo de atenção nas ciências da comunicação em Portugal, incluindo Dewey, principalmente nos últimos anos.

Adam Smith é conhecido, sobretudo, como o pai da economia e do liberalismo económico. Todavia, consideramos extremamente original e engenhoso o seu conceito de espetador imparcial, o qual constitui um aprofundamento do conceito de empatia do seu contemporâneo e amigo David Hume. Este diálogo imaginário com os outros, e os outros podem ser o público ou a sociedade, é o núcleo da explicação de Smith para o julgamento moral que o indivíduo faz das suas próprias ações e do seu sentido de dever. Stuart Mill, outro filósofo e economista como Smith, explorou o conceito de tirania da maioria de Tocqueville. O abandono da extravagância ou, como diríamos hoje, a normalização era um dos sinais dos tempos mais inquietantes para o autor inglês. Dewey, no diálogo travado com Walter Lippmann, chamou a atenção para importantes problemas do público que se mantêm pertinentes. A apresentação é uma questão de arte, sublinhava o filósofo pragmatista norte-americano. Os jornalistas e os investigadores sociais têm de apurar a

comunicação de modo a atingir uma audiência mais vasta. Esta é uma condição necessária para gerar um público reflexivo, organizado e democrático.

Ao longo dos seus mais de 40 anos de vida, a espiral do silêncio suscitou uma apreciável investigação. Recebeu muitas críticas e muitos elogios. Embora os resultados dos estudos empíricos não sejam conclusivos, tornou-se mais evidente que fatores como os grupos de referência e as características individuais podem ter também um papel fundamental na expressão da opinião. Por outras palavras, os *media* nem sempre são o principal barómetro para os indivíduos avaliarem o clima de opinião e o medo do isolamento pode não ser o único ou sequer o principal fator explicativo para os indivíduos preferirem por vezes o silêncio. Isto não significa que o poder explicativo da espiral do silêncio seja, afinal, despiciendo, significa que pode ser complementado ou expandido, como sugeria, aliás, a própria Noelle-Neumann. Um dos caminhos possíveis é incorporar na espiral do silêncio variáveis explicativas importadas de outras teorias. Foi essa a estratégia que seguimos na nossa investigação empírica sobre a expressão da opinião nas praxes académicas. Os resultados obtidos parecem justificar essa opção.

Os resultados apontam para uma espiral do silêncio do lado minoritário dos opositores às praxes. Os seus sinais mais evidentes são o medo do isolamento e a incongruência percecionada, ou seja, o desalinhamento entre a opinião do indivíduo e as suas avaliações do clima de opinião. Todavia, a utilização conjunta de variáveis explicativas da espiral do silêncio, da teoria do comportamento planeado e da apreensão comunicacional tornou mais visível a importância dos grupos de referência e dos fatores individuais. Em linha com outros estudos, os estudantes parecem ser sensíveis à pressão do grupo. Os *media* também não ficaram fora desta equação, especialmente em estratégias de comunicação de envolvimento como discutir e dar o verdadeiro ponto de vista. Mas não ficou claro o seu papel na formação de uma espiral do silêncio. A forte dimensão local das praxes pode estar associada à importância do grupo e ao papel mais dúbio dos *media*. Em investigações futuras, para uma mesma amostra, pode-se tentar apurar se a utilização de diferentes temas, uns de âmbito mais local e outros de âmbito mais na-

cional, tem implicações na influência dos grupos de referência e dos *media* na formação de uma espiral do silêncio. Pode-se também, para um mesmo tema, utilizar vários contextos comunicacionais e não apenas um (a festa de estudantes, no nosso caso) e verificar depois de que forma essas variações afetam a expressão da opinião.

Os resultados mostram também a importância dos fatores individuais na expressão da opinião. Estes revelam-se na robustez de variáveis como a eficácia e a perceção do controlo comportamental, ambas importadas da teoria do comportamento planeado; ou nas variáveis AC-traço de personalidade, importadas da apreensão comunicacional. A eficácia pode ser uma explicação alternativa ao medo do isolamento, ou seja, os estudantes podem não falar sobre as praxes por entenderem que as suas palavras não terão efeito. E o traço de personalidade apreensão comunicacional pode no futuro ajudar-nos a identificar as vanguardas, um conceito que Noelle-Neumann não desenvolveu, nem operacionalizou.

O vanguardista anti-praxe é, provavelmente, alguém com vontade de falar em debates, com descontração em grupo, atento às notícias e cuja mãe tem habilitações mais elevadas. Esta é também uma das conclusões possíveis da nossa investigação empírica.

Bibliografia

Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1997). *Dialectic of Enlightenment*. London: Verso. (Obra original publicada em 1947)

Afonso, P. (2014, 29 de janeiro). Praxes ou bullying perigoso? *Público*, 47.

Afonso, P. (2016, 10 de março). As redes sociais e a cultura da imaturidade**.** *Observador*. Consultado em 10 de março, 2016, em http://observador.pt/opiniao/as-redes-sociais-cultura-da-imaturidade/

Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality, and behavior*. Milton Keynes, UK: Open University Press.

Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179 – 211.

Ajzen, I. (2002a). Perceived behavioral control, self-efficacy, locus of control, and the theory of planned behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 32, 665-683.

Ajzen, I. (2002b). Residual effects of past on later behavior: Habituation and reasoned action perspectives. *Personality and Social Psychology Review*, 6 (2), 107-122.

Ajzen, I. (2006). Constructing a theory of planned behavior questionnaire. Consultado em 8 de julho, 2016, http://people.umass.edu/~aizen/pdf/tpb.measurement.pdf

Ajzen, I. (2015). Consummer attitudes and behavior: the theory of planned behavior applied to food consumption decisions. *Rivista di Economia Agraria*, 2, 121-138.

Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Aleksievitch, S. (2015). *O fim do homem soviético: um tempo de desencanto*. Lisboa: Porto Editora.

Allport, F. D. (1937). Toward a science of public opinion, *Public Opinion Quarterly*, 1, 7-23.

Alves, C. F. (2016, 16 de janeiro). Like me not. *Expresso*, A revista do Expresso, 3.

Arendt, H. (2001). *A condição humana* (M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D' Água. (Obra original publicada em 1958)

Aron, R. (2015). *Karl Marx* (R. Raposo, Trad.). Lisboa: D. Quixote. (Obra original publicada em 1967)

Aurélio, D., P. (2016, 16 de janeiro). Liberdade de informação: "Órgãos de comunicação enfraquecem quando vão a jogo com as redes sociais", [Entrevista com Nuno Ribeiro]. *Público*, 4-6.

Asch, S., E. (1955). Opinions and social pressure. *Scientific American*, 193 (5), 31-35.

Asch, S., E. (1956). Studies of Independence and conformity: minority of one against a unanimous majority. *Psychological Monographs: General and Applied*, 70, 1-70.

Baker, K. M. (1996). Defining the public sphere in eigtheenth-century France: variations on a theme by Habermas. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (4.ª ed., pp. 181-211). Cambridge: MIT.

Baldassare, M., & Katz, C. (1996). Measures of attitude strength as predictors of willingness to speak to the media. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 73, 147–158.

Beatty, M. J., McCroskey, J. C., & Heisel, A. D. (1998). Communication apprehension as temperamental expression: A communibiological paradigm. *Communication Monographs*, 65, 197–219.

Benhabib, S. (1996). Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and, Jürgen Habermas. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (4.ª ed., pp. 73-98). Cambridge: MIT.

Beniger, J. R. & Gusek, J. A. (1995). The cognitive revolution in public opinion and communication research. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 217-248). New York: Guilford Press.

Benson, L. (1968). An approach to the scientific study of past public opinion. *The Public Opinion Quarterly*. 31 (4), 522-567.

Blanco, A. (1998). *Cinco tradiciones en la psicología social*. Madrid: Ediciones Morata.

Bloom, A. (1987). *A cultura inculta: ensaio sobre o declínio da cultura geral* (F. Faia, Trad.). Lisboa: Publicações Europa América.

Blumer, H. (2000a). Public Opinion and public opinion polling. In S. M. Lyman & A. J. Vidich (Eds.), *Selected works of Herbert Blumer: a public philosophy for mass society* (pp. 147-160). Urbana: University of Illinois. (Obra original publicada em 1948)

Blumer, H. (2000b). The concept of mass society. In S. M. Lyman & A. J. Vidich (Eds.), *Selected works of Herbert Blumer: a public philosophy for mass society* (pp. 337-352). Urbana: University of Illinois. (Obra original publicada em 1948)

Boyte, H. C. (1995). Public opinion as public judgment. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 417-436). New York: Guilford Press.

Borges, S. (2010). Agendamento. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. E. Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 137-144). Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Bregman, D. (1995). La función de agenda: una problemática en transformación. In J. M. Ferry, D. Wolton y otros, *El nuevo espacio público* (2. ª ed., pp. 210-223). Barcelona: Gedisa.

Cabecinhas, R. (2005). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais. In A. Fidalgo & P. Serra (Orgs.), *Ciências da comunicação em congresso na Covilhã - Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, Volume IV* (pp. 539-549). Covilhã: Livros Labcom, Universidade da Beira Interior.

Cabral, B. M. (2011). *Praxis* (Documentário). B. M. Cabral, Dir. Garden Films. Consultado em 1 de fevereiro, 2016, em https://www.youtube.com/watch?v=FJHVbIare3k

Cabral, B. M. & Mineiro, J. (2015). *Desobedecer à praxe*. Porto: Deriva Editores.

Cacciatore, M. A., Dietram A. Scheufele, D. A. & Iyengar, S. (2015). The end of framing as we know it ... and the future of media effects. *Mass Communication and Society*, 1-23. Consultado em 30 de setembro, 2015, em http://dx.doi.org/10.1080/15205436.2015.1068811

Cadena, N. B. (2013). Scheler, os valores, o sentimento e a simpatia. *Revista Ética e Filosofia Política,* 2 (14), 76-88.

Calhoun, C. (1996). Introduction: Habermas and the Public Sphere. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (4.ª ed., pp. 1-50). Cambridge: MIT.

Canel, M. J. (1993). *La opinión pública: estudio del origen de un concepto polémico en la ilustración escocesa*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

Canetti, E. (2014). *Massa e poder* (P. O. de Castro & J. T. de Menezes, Trad.). Lisboa: Cavalo de Ferro. (Obra original publicada em 1960)

Cardina, M. (2008). Memorias incómodas e rasura do tempo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81. 111-131.

Carey, S. & Burton, J. (2004). Research note: the influence of the press in shaping public opinion towards the european union in Britain. *Political Studies*, 52, 623-640.

Carvalheiro, J. R. (2010). As políticas de identidade e os media. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. E. Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 67-75). Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Carvalho, V. D., Borges, L. O. & Rêgo, D. P. (2010). Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em psicologia social. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (1), 146-161.

Chomsky, N. & Herman, E. S. (1988). *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books.

Chong, D. & Druckman, J. N. (2007). A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments. *Journal of Communication*, 57, 99 –118.

Código de Praxe da Real Academia da Guarda (2008). Consultado em 30 de janeiro, 2016, em http://www.aag.ipg.pt/_publico/rcv/codigo-de-praxe-revisao-2008-print.pdf

Código de Praxe da Universidade da Beira Interior (2012). Consultado em 30 de janeiro, 2016, em http://neubi.pt/anexos/CodigodePraxeUBI.pdf

Coleman, F. F., Blake, R. R. & Mouton, J. S. (1958). Task difficulty and conformity pressures. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 57, 120-122.

Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República (2008, abril). *As praxes académicas em Portugal* (Relatório). Consultado em 30 de janeiro, 2016, em http://www.esquerda.net/media/relpraxesar.pdf

Correia, J. C. (1998). *Jornalismo e espaço público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Correia, J. C. (2004). *Comunicação e cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Correia, J. C. (2008). Identidades e realidades múltiplas: os estranhos no meio de "nós". In J. P. Esteves (Org.), *Comunicação e identidades sociais: diferenças e reconhecimento em sociedades complexas e culturas pluralistas* (pp. 131-154). Lisboa: Livros Horizonte.

Correia, J. C. (2009). *Teoria e crítica do discurso noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais*. Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Correia, J. C. (2010). Ideologia, crítica e deliberação. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. E. Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 9-19). Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: teorias e métodos*. Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Cortez, A. C. (2014, 17 de fevereiro). Praxes do meco: a educação ou no reino da estupidez. *Público*, 46.

Cruzeiro, M. E. (1979). Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional. *Análise Social*, 15, 795-838.

Cucurella, M. B. (2001). La opinión pública em Habermas. *Análisis*, 26, 51-70.

Curtis, M. (1998). Introduction to the transaction edition (Public opinion de Walter Lippmann). New Brunswick (U.S.A.) and London: Transaction Publishers. (Obra original publicada em 1922)

Davidson, W. P. (1980). The spiral of silence: public opinion_our social skin (Book review), *Public Opinion Quarterly,* 44 (4), 605-608.

Deutsch, M. & Gerard, H., B. (1955). A study of normative and informative social influences upon individual judgment. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51, 629-636.

Dewey, J. (1954). *The public and its problems*. Athens: Swallow. (Obra original publicada em 1927)

Dias, D. & Sá, M. J. (2014). Initiation rituals in university as lever for group cohesion. *Journal of Further and Higher Education*, 38 (4), 447-464.

Durham, F. D. (2001). Breaching powerful boundaries: a postmodern critique of framing. In Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 123-136). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Eco, U. (2015). *Apocalípticos e integrados* (H. Gubernatis, Trad.). Lisboa: Relógio D' Água. (Obra original publicada em 1964)

Eco, U. (2015, 18 de abril). [Entrevista com Luciana Leiderfarb]. *Expresso*, A revista do Expresso, 26-33.

Eco, U. (2015). *Número zero* (J. V. Carvalho, Trad.). Lisboa: Gradiva.

Edelman, M. (1995). The influence of rationality claims on public opinion and policy. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 403-416). New York: Guilford Press.

Edelstein, A. S. (1981). Continuing the search for validity in public-opinion: about social problems and social decision-making. In H. Baier, H. M. Kepplinger & K. Reumann, *Public opinion and social change* (pp. 50-63). Oplanden: Westdeutsher Verlag.

Entman, R. M. (1989). How the media affect what people think: an information processing approach. *Journal of Politics*, 51 (2), 347-370.

Entman, R. M. (2007). Framing bias: media in the distribution of power. *Journal of Communication*, 57, 163-173.

Espírito Santo, P. (2010). Inquéritos e sondagens de opinião pública. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. E. Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 125-135). Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Estanque, E. (2006). Cultura académica e movimento estudantil em Coimbra. In E. Estanque & R. Bebiano (Coords.), *Culturas Juvenis e Participação Cívica: diferença, indiferença e novos desafios democráticos*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Consultado em 1 de fevereiro, 2016, em https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/265_EE%20CULT%20ACAD%20na%20UC_%20UFSCar%5B1%5D.pdf

Estanque, E. (2014, 28 de janeiro). As "praxes" e o poder. *Público*, 46-47.

Esteves, J. P. (1993). *Niklas Luhmann: uma apresentação*. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior.

Esteves, J. P. (1997). *Opinião pública e democracia na sociedade de informação*. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior.

Esteves, J. P. (2002). O estudo dos meios de comunicação e a problemática dos efeitos. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 13-31). Lisboa: Livros Horizonte.

Esteves, J. P. (2008). Comunicação, media e identidades: sobre políticas de reconhecimento, novas identidades e movimentos sociais. In J. P. Esteves (Org.), *Comunicação e identidades sociais: diferenças e reconhecimento em sociedades complexas e culturas pluralistas* (pp. 13-81). Lisboa: Livros Horizonte.

Esteves, J. P. (2010). Opinião Pública. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. E. Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 21-32). Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Esteves, J. P. (2012). Agenda-setting e efeitos dos media: o desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspetiva comportamentalista. In I. F. Cunha, A. Cabrera & J. P. Sousa (Orgs.), *Pesquisa em media e jornalismo – homenagem a Nelson Traquina* (pp. 108-137). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Eveland Jr., W. P. & Shah, D. V (2003). The impact of individual and interpersonal factors. *Political Psychology*, 24 (1), 101-117.

Ferguson, N. (2015). *A lógica do dinheiro: poder e dinheiro no mundo moderno – 1700-2000* (P. Vidal, Trad.). Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores. (Obra original publicada em 2001)

Fernandes, J. M. (2014, 31 de janeiro). Um país que perdeu referências morais tem as praxes que merece. *Público*, 46.

Field, J. & Schuman, H. (1976). Public beliefs about the beliefd of the public. *Public Opinion Quarterly*, 40, 427-448.

Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research*. Reading, MA: Addison-Wesley.

Forsyth, D., R. (2006). *Group Dynamics* (4.ª ed.). Belmont: Thomson.

Fox, J., & Warber, K. M. (2015). Queer identity management and political self-expression on social networking sites: A co-cultural approach to the spiral of silence. *Journal ofCommunication*, *65*, 79-100.

Freud, S. (2010). *O mal-estar na cultura* (R. Zwick, Trad.). Porto Alegre: L&PM Editores. (Obra original publicada em 1930)

Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In P. C. Cunha (Trad.), *Sigmund Freud, obras completas, Psicologias das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (Vol. 15, pp. 9-100). São Paulo: Caminho das Letras. (Obra original publicada em 1921)

Garcia-Marques, L. (2000). O inferno são os outros: o estudo da influência social. In J. Vala & M. B. Monteiro, *Psicologia social* (4.ª ed.; pp. 227-292). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Garnham, N. (1996). The media and the public sphere. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (4. ª ed., pp. 359-376). Cambridge: MIT.

Gasset, J. O. (1989). *A rebelião das massas* (A. Guerra, Trad.). Lisboa: Relógio D' Água. (Obra original publicada em 1930)

Gearhart, S., & Zhang, W. (2014). Gay bullying and online opinion expression: Testing spiral of silence in the social media environment. *Social Science Computer Review*, *32*, 18-36.

Gerbner, G. (1985). Mass media discourse: message system analysis as a component of cultural indicators. In T. A. v. Dijk (Ed.), *Discourse and communication* (pp. 13-25). Berlin: Walter de Gruyter.

Giddens, A. (1998). *As consequências da modernidade* (4.ª ed., F. L. Machado & M. M. Rocha, Trad.). Oeiras: Celta Editora.

Gitlin, T. (2002). Sociologia dos meios de comunicação social: o paradigma dominante. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 105-149). Lisboa: Livros Horizonte.

Glynn, C. J., Hayes, A. F. & Shanahan, J. (1997). Perceived support for one´s opinions and willingness to speak out: a meta-analysis of survey studies on the 'spiral of silence'. *Public Opinion Quarterly*, 61, 452-463.

Glynn, C. J. & McLeod, J. M. (1984). Public opinion du jour: an examination of the spiral of silence. *Public Opinion Quarterly*, 48, 731-740.

Glynn, C. J., & McLeod, J. M. (1985). Implications of the spiral of silence theory for communication and public opinion research. In K. Sanders, L. L., Kaid, & D. Nimmo (Eds.), *Political communication yearbook 1984* (pp. 43–65). Carbondale, IL: Southern Illinois University Press.

Glynn, C. J. & Park, E. (1997). Reference Groups, Opinion Thresholds, and Public Opinion Expression. *International Journal of Public Opinion Research*, 9, 213-232.

Goffman, E. (1956). Embarrassment and social organization, *American Journal of Sociology*, 62, 264-271.

Goffman, E. (1966). *Behavior in public spaces: notes on the social organization of gatherings*. New York: The Free Press. (Obra original publicada em 1963)

Goffman, E. (2008a). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4.ª ed., M. B. Nunes, Trad.). Rio de Janeiro: LTC. (Obra original publicada em 1963)

Goot, M. (2008b). Mass-observation and modern public opinion research. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 93-103). London: Sage Publications.

Gray, John (2008*). Sobre humanos e outros animais* (2.ª ed., M. S. Pereira, Trad.). Alfragide: Lua de papel. (Obra original publicada em 2002)

Grunig, J. E. (1978). Defining publics in public relations: The case of a suburban hospital. *Journalism Quarterly*, 55, 109–118.

Habermas, J. (1987). *La logigue des sciences sociales et autres essais*. Paris: PUF. (Obra original publicada em 1982)

Habermas, J. (1996). *Between facts and norms*. Cambridge: MIT Press. (Obra original publicada em 1992)

Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (Vol. II, F. B. Siebeneichler, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1992)

Habermas, J. (2012). *A transformação estrutural da esfera pública* (L. Nahodil, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1962)

Hagen, L. M. (2008). Public opinion and the economy. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 526-533). London: Sage Publications.

Hall, S. *et al.* (1993). A produção social das notícias: o "mugging" nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 224-248). Lisboa: Veja.

Hall, S. (2005). Encoding/decoding. In S. Hall, A. Lowe &P. Willis (Eds.), *Culture, media language: working papers, 1972-79* (pp. 117-127). London: Routledge. (Obra original publicada em 1980).

Hant, B-C. (2017). *Sobre o poder*. Lisboa: Relógio D' Água.

Hardt, M. & Negri, A. (2004). *Multitude: war and democracy in the age of empire*. New York: The Penguin Press.

Hayes, A. F., Glynn, C. J., & Shanahan, J. (2005a). Willingness to self-censor: a construct and measurement tool for public opinion research. *International Journal of Public Opinion Research*, 17, 298–323.

Hayes, A. F., Glynn, C. J., & Shanahan, J. (2005b). Validating the willingness to self-censor scale: individual differences in the effect of the climate of opinion on opinion expression. *International Journal of Public Opinion Research*, 17, 443–455.

Hayes, A. F. (2007). Exploring the forms of self-censorship: on the spiral of silence and the use of opinion expression avoidance strategies. *Journal of Communication*, 57, 785 – 802.

Hayes, A. F., Scheufele, D. A., & Huge, M. E. (2006). Nonparticipation as self-censorship: Publicly observable political activity in a polarized opinion climate. *Political Behavior*, 28, 259–283.

Hayes, A. F., Uldall, B. R. & Glynn, C. J. (2010). Validating the willingness to self-censor scale II: inhibition of opinion expression in a conversational Setting. *Communication Methods and Measures*, 4 (3), 256–272.

Hegel, G. W. F. (1997). *Princípios da filosofia do direito* (O. Vitorino, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1918)

Herbst, S. (1995). On the disappearance of groups: 19 th- and early 20 th-century conceptions of public opinion. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 89-104). New York: Guilford Press.

Hertog, J. K. & McLeod, D. M. (2001). A multiperspectival approach to framing analysis: a field guide. In Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 139-161). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Hill, M. M. & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Ho, S. S., Chen, V. H. & Sim, C. (2013). The spiral of silence: examining how cultural predispositions, news attention, and opinion congruency relate to opinion expression. *Asian Journal of Communication*, 23 (2), 113-134

Ho, S. S., & McLeod, D. M. (2008). Social-psychological influences on opinion expression in face-to-face and computer-mediated communication. *Communication Research*, 35, 190–207.

Hobsbawm, E. & Ranger, T. (Eds.) (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hoffmann-Lange, U. (2008). Studying elite vs mass opinion. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 53-63). London: Sage Publications.

Hohendahl, P. U. (1996). The public sphere: models and boundaries. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (4.ª ed., pp. 99-108). Cambridge: MIT.

Hornsey, M. J., Majkut, L., Terry, D. J., & McKimmie, B. M. (2003). On being loud and proud: Non-conformity and counter-conformity to group norms. *British Journal of Social Psychology*, 42, 319–335.

Houellebecq, M. (2015). Submissão (C. V. da Silva, Trad.). Lisboa: Alfaguarda.

Huang, H. (2005). A cross-cultural test of the spiral of silence. *International Journal of Public Opinion Research*, 17, 324–345.

Hume, D. (1739). *A Treatise of Human Nature.* Consultado em 29 de março, 2015, em https://people.rit.edu/wlrgsh/HumeTreatise.pdf

Hume, D. (1882). *Essays: moral, political, and literary* (Vol. I). T. H. Green & T. H. Grose (Eds.). London. Consultado em 29 de março, 2015, em http://www.efm.bris.ac.uk/het/hume/philosophicalworks3.pdf

Jang, S. M., Lee, H., & Jin, P. Y. (2014). The more friends, the less political talk? Predictors of Facebook discussions among college students. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 17, 271-275.

Jansen, S. C. (2009). Phantom Conflict: Lippmann, Dewey, and the fate of the public in modern society. *Communication and Critical/Cultural Studies*, 6 (3), 221-245.

Jeffres, L. W., Neuendorf, K. A. & Atkin, D. (1999). Spiral of silence: expressing opinions when the climate of opinion is unabiguous. *Political Communication*, 16, 115–131.

Jensen, K. B. & Jankowski, N. M. (Eds.). (1993). *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas.* Bosch Casa Editorial.

Judt, T. (2009). *O século XX esquecido: lugares e memórias* (M. Felix, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Judt, T. (2015). *Quando os factos mudam* (M. Mata, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Justino, D., Franco, L., Santos, R. & Batista, S. (2015). *Atlas da educação: contextos sociais e locais do sucesso e insucesso*. Lisboa: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

Kant. I. (s.d.). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1795)

Kant. I. (1993). *O conflito das faculdades*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1797)

Katz, C. & Baldassare, M. (1992). Using the "L-Word" in public: A test of the spiral of silence in conservative Orange County, California**.** *The Public Opinion Quarterly***,** 56 (2), 232-235.

Katz, E. (1957). The two-step flow of communication: an up-to-date report on an hypothesis. *Public Opinion Quarterly*, 21, 61-78.

Katz, E. (1987). Communication research since Lazarsfeld. *Public Opinion Quarterly,* 51, 25-45.

Katz, E. (1981). Publicity and pluralistic ignorance: notes on the 'the spiral of silence". In H. Baier, H. M. Kepplinger & K. Reumann, *Public opinion and social change* (pp. 28-38). Oplanden: Westdeutsher Verlag.

Katz, E. (1993). Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 52-60). Lisboa: Veja.

Katz, E. (1995). La investigación en la comunicación desde Lazarsfeld. In J. M. Ferry, D. Wolton y otros, *El nuevo espacio público* (2.ª ed., pp. 85-103). Barcelona: Gedisa.

Katz, E. (2001). Lazarsfeld´s map of media effects. *International Journal of Public Opinion Research*, 13 (3), 270-279.

Katz, E. (2002). O fluxo de comunicação em dois níveis: memória actualizada de uma hipótese. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 61-78). Lisboa: Livros Horizonte.

Katz, E. & Dayan, D. (2003). The audience is a crowd, the crowd is a public: latter-day thoughts on Lang and Lang's "MacArthur day in Chicago". In Elihu Katz, John Durham Peters, Tamar Liebes & Avril Orloff (Eds.), *Canonic texts in media research* (pp. 121-136). Cambridge: Polity Press.

Katz, E. & Lazarsfeld, P. (2006). *Personal Influence: the part played by people in the flow of mass communications* (2.ª ed.). New Brunswick: New Jersey. (Obra original publicada em 1955)

Kennamer, J. D. (1990). Self-serving biases in perceiving the opinions of others: implications for the Spiral of Silence. *Communication Research*, 17, 393-404.

Kim, J.-N., Grunig, J. E., & Ni, L. (2010). Reconceptualizing the communicative action of publics: Acquisition, selection, and transmission of information in problematic situations. *International Journal of strategic Communication*, 4, 126–154.

Kim, J.-N., Shen, H., & Morgan, S. E. (2011). Information behaviors and problem chain recognition effect: Applying situational theory of problem solving in organ donation issues. *Health Communication*, 26, 171–184.

Kim, S. H., Han, M., Shanahan, J., & Berdayes, V. (2004). Talking on 'Sunshine in North Korea': A test of the spiral of silence as a theory of powerful mass media. International Journal of Public Opinion Research, 16 (1), 39–62.

Kim, S.-H., Kim, H., & Oh, S.-H. (2014). Talking about Genetically Modified (GM) foods in South Korea: The role of the Internet in the spiral of silence process. *Mass Communication and Society*, 17, 713-732.

Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1985). Public opinion and political action. In G. Lindzey and E. Aronson /Eds.), *The handbook of social psychology* (Vol. III, 3.ª ed., pp. 659-741). New York: Random House.

Klapper, J. T. (1960). *The effects of mass communication: an analysis of research on the effectiveness and limitations of mass media in influencing the opinions, values, and behavior of their audiences*. New York: The Free Press.

Laclos, C. de (2004). *As ligações perigosas* (J. P. de Andrade & A. Amorim, Trad.). Lisboa: Diário de Notícias. (Obra original publicada em 1782)

Lang, K., Lang, G. & Engel, L. (1981). The public as bystander: its political influence. In H. Baier, H. M. Kepplinger & K. Reumann, *Public opinion and social change* (pp. 39-49). Oplanden: Westdeutsher Verlag.

Lasorsa, D. L. (1991). Political outspokenness: Factors working against the spiral of silence. *Journalism Quarterly*, 68, 131–139.

Lasswell, H. D. (2002). A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 49-60). Lisboa: Livros Horizonte.

Lazarsfeld, P., Berelson, B. & Gaudet, H. (1944). *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.

Lazarsfeld, P. (1957). Public opinion and the classical tradition. *Public Opinion Quarterly*, 21, 39-53.

Lazarsfeld, P., Berelson, B & Gaudet, H. (1957).*The people´s choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Duell, Sloan and Pearce.

Le Bon, Gustave (1905). *Psychologie des foules* (9.ª ed.). Paris : Édition Félix Alcan. Consultado em 24 de abril, 2015, em http://classiques.uqac.ca/classiques/le_bon_gustave/psychologie_des_foules_Alcan/Psycho_des_foules_alcan.pdf

Lee, N. Y. & Kim, Y. (2014). The spiral of silence and journalists outspokenness on twitter. *Asian Journal of Communication*, 24 (3), 262–278.

Lee, H., Oshita, T., Oh, H. J. & Hove, T. (2014). When do people speak out? Integrating the spiral of silence and the situational theory of problem solving. *Journal of Public Relations Research*, 2014, 26(3), 185-199.

Lee, W., Detenber, B. H., Willnat, L., Aday, S. & Graf, J. (2004). A Cross-cultural Test of the Spiral of Silence Theory in Singapore and the United States. *Asian Journal of Communication*, 14 (2), 205-226.

Leyens, J-P & Yzerbyt, V. (2011). *Psicologia social*. Lisboa: Edições 70.

Lin, C A & Salwen, M B (1997). Predicting the spiral of silence on a controversial public issue. *Howard Journal of Communications*, 8(1), 129-141.

Lippmann, W. (1993). *The phantom public*. New York: Macmillan. (Obra original publicada em 1925)

Lippmann, W. (1998). *Public opinion* (2.ª ed.). New Brunswick (U.S.A.) and London: Transaction Publishers. (Obra original publicada em 1922)

Locke, J. (1999). *An Essay concerning human understanding*. Pennsylvania State University, Electronic Classics Series. Consultado em 25 de agosto, 2015, em ftp://ftp.dca.fee.unicamp.br/pub/docs/ia005/humanund.pdf (Obra original publicada em 1690)

Lubenow, J. A. (2012, maio). A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. Comunicação apresentada no *VIII Colóquio Habermas - A esfera pública 50 anos depois*, no IBICT-RJ, Brasil.

Luhmann, N. (1992). *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Veja.

Luhmann, N. (2000). *The reality of the mass media*. Stanford: Stanford University Press. (Obra original publicada em 1996)

Lusa (2016, 6 de fevereiro). Estudo e campanha para mudar praxes. *Público*, 21.

Machado, J. P. (1990). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (6.ª ed., Vol. IV). Lisboa: Livros Horizonte.

Magalhães, P. (2011). *Sondagens, eleições e opinião pública*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Maher, T. M. (2001). Framing: an emerging paradigm or a phase of agenda setting? In Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 83-94). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Maquiavel, N. (2008). *O príncipe*. Lisboa: Editorial Presença. (Obra original publicada em 1532)

Marx, K. & Engels, (1999). O manifesto do partido comunista. (Obra original publicada em 1848). Consultado em 25 de maio, 2015, em http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf

Marvasti, A. B. (2004). *Qualitative research in sociology*. London: Sage Publications.

Matthes, J., Morrison, K. & Schemer, C. (2010). A spiral of silence for some: attitude certainty and the expression of political minority opinions. *Communication Research*, 37 (6), 774-800.

McCarthy, T. (1996). Practical discourse: on the relation of morality to politics. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (4.ª ed., pp. 51-72). Cambridge: MIT.

McCombs, M., Danielian, L. & Wanta, W. (1995). Issues in the news and the public agenda: the agenda-setting tradition. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 281-300). New York: Guilford Press.

McCombs, M. (1997). Building consensus: the news media´s agenda-setting roles. *Political Communication*, 14, 433-443.

McCombs, M. & Shaw, D. L. (2000a). A função do agendamento dos media. In N. Traquina (Org.), *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento* (pp. 47-61). Coimbra: Minerva.

McCombs, M. & Shaw, D. L. (2000b). A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco no mercado das ideias. In N. Traquina (Org.), *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento (pp. 125-135).* Coimbra: Minerva.

McCombs, M. & Ghanem, S. I. (2001). The convergence of agenda setting and framing. In Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 67-82). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

McCombs, M. (2004). *Setting the agenda: the mass media and public opinion*. Malden: Blackwell Publishing.

McLuhan, M. (2008). *Compreender os meios de comunicação: extensões do homem* (J. M. Silva, Trad.). Lisboa: relógio d' Água.

McLuhan, M. (2010). *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto.

McCroskey, J. C. (1977). Oral communication apprehension: a summary of recent theory and research. *Human Communication Research*, 4, 78-96.

McCroskey, J. C. (1978). Validity of the PRCA as an index of oral communication apprehension. *Communication Monographs*, 45, 192-203.

McCroskey, J. C. (1983). Oral communication apprehension. A reconceptualization. In M. Burgoon (Ed.), *Communication yearbook 6* (pp. 136–170). Beverly Hills, CA: Sage.

McCroskey, J. C. (1984). The communication apprehension perspective. In J. A. Daly & J. C. McCroskey (Eds.), Avoiding communication: Shyness, reticence and communication apprehension (pp. 13–18). Beverly Hills, CA: Sage.

McCroskey, J. C., Beatty, M. J., Kearney, P. & Plax, T. G. & (1985). The content validity of the PRCA-24 as a measure of communication apprehension across communication contexts. *Communication Quarterly*, 33, 165-173.

McCroskey, J. C., Daly, J. A., Richmond, V. P. & Falcione, R. L. (1977). Studies of the relationship between communication apprehension and self-esteem. *Human Communication Research*, 3, 269-277.

McCroskey, L. L., Teven, J.J., Minielli, M. C. & McCroskey, V. P. R. (2014). James C. McCroskey's instructional communication legacy: collaborations, mentorships, teachers, and students. *Communication Education*, 63 (4), 283-307.

Merskin, D. & Tankel, J. D. (2008). Popular communication and public opinion. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 73-80). London: Sage Publications.

Mill, J. S. (2001). *On liberty*. Ontario: Batoche Books. (Obra original publicada em 1859)

Miller, P. V. (1995). The industry of public opinion. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 105-131). New York: Guilford Press.

Mills, C. W. (2000). *The power elite*. Oxford: Oxford University Press. (Obra original publicada em 1956)

Miller, M. M. & Riechert, B. P. (2001). The spiral of opportunity and frame reasonance: mapping the issue cycle in news and public discourse. In Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 107-122). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Miyata, K., Yamamoto, H., & Ogawa, Y. (2015). What affects the spiral of silence and the hard core on Twitter? An analysis of the nuclear power issue in Japan. *American Behavioral Scientist*, *59*, 1129-1141.

Moreno-Riaño, G. (2002). Experimental implications for the spiral of silence. *The Social Science Journal*, 39, 65–81.

Morgan, D. L. & Fellows, C. E. (2008). Focus groups and public opinion. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 340-347). London: Sage Publications.

Moscovici, S. (1991). Silent majorities and loud minorities. *Communication Yearbook*, 14, 298–308.

Moy, P., Domke, D., & Stamm, K. (2001). The spiral of silence and public opinion on affirmative action. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 78 (1), 7–25.

Neuwirth, K. (2000). Testing the spiral of silence model: the case of Mexico. International *Journal of Public Opinion Research*, 12, 137–159.

Neuwirth, K & Frederick, E (2004). Peer and social influence on opinion expression: combining the theories of planned behavior and the spiral of silence. *Communication Research*, 31 (6), 669-703.

Neuwirth, K., Frederick, E. & Mayo, C. (2007). The spiral of silence and fear of isolation. *Journal of Communication*, 57, 450-468.

Noelle-Neumann, E. (1973). Return to the concept of powerful mass media. *Studies in Broadcasting*, 9, 67-112.

Noelle-Neumann, E. (1974). The spiral of silence: a theory of public opinion. *Journal of Communication*, 24, 43-51.

Noelle-Neumann, E. (1977). Turbulances in the climate of opinion: methodological applications of the spiral of silence Theory. *Public Opinion Quarterly*, 41 (2), 143-158.

Noelle-Neumann, E. (1979). Public opinion and the classical tradition: a re-evaluation. *Public Opinion Quarterly*, 43 (2), 142-156.

Noelle-Neumann, E. (1980). The Public opinion research correspondent. *Public Opinion Quarterly*, 44 (4), 585-598.

Noelle-Neumann, E. (1994). Pesquisa eleitoral e clima de opinião. *Opinião Pública*, 1 (2), 74-97.

Noelle-Neumann, E. (1995a). *La espiral del silencio: opinión pública - nuestra piel social*. Barcelona: Paidós.

Noelle-Neumann, E. (1995b). Public opinion and rationality. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 33-54). New York: Guilford Press.

Noelle-Neumann, E. (2002). Os efeitos dos meios de comunicação na pesquisa sobre os seus efeitos. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 151-159). Lisboa: Livros Horizonte. (Artigo original publicado em 1983).

Noelle-Neumann, E. & Peterson, T. (2004). The spiral of silence and the social nature of man. In L. E. Kaid (Ed.), *Handbook of political communication research* (pp. 339-356). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Oberschall, A. (2008). The historical roots of public opinion research. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 83-92). London: Sage Publications.

Observatório dos Direitos Humanos (2010, dezembro). *Praxes académicas* (Relatório). Consultado em 30 de janeiro, 2016, em http://www.observatoriodireitoshumanos.net/relatorios/Relatorio_Praxes_Academicas.pdf

Olien, Clarice N., Donohue, G. A. & Tichenor, P. J. (1995). Conflict, consensus and public opinion. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 301-322). New York: Guilford Press.

Orwell, George (1999). *Mil novecentos e oitenta e quarto* (A. L. Faria, Trad.). Lisboa: Antígona. (Obra original publicada em 1948)

Orwell, George (2008). *Por que escrevo e outros ensaios* (D. Murcho, Trad.). Lisboa: Antígona.

Osborne, T. & Rose, N. (1999). Do the social sciences create phenomena?: the example of public opinion research. *British Journal of Sociology*, 50 (3), 367-396.

Oshagan, H. (1996). Reference group influence on opinion expression. *International Journal of Public Opinion Research*, 8, 335–354.

Pan, Z. & Kosicki, G. M. (2001). Framing as a strategic action in public deliberation. In Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 35-66). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Park, R. E. (2002). As notícias como uma forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 35-48). Lisboa: Livros Horizonte.

Patterson, T. E. (2008). The news as a refection of public opinión. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 34-40). London: Sage Publications.

Pereira, J. P. (2003, 9 de janeiro). A estupidez da praxe. *Público*, 5.

Pereira, J. P. (2014, 25 de janeiro). A abjeccção. *Público*, 44.

Pessoa, F. (1980). A opinião pública (a). In Joel Serrão (Org,*), Ultimatum e páginas de sociologia política* (Obra original publicada em Acção, n.º 1 e 3. Lisboa: 19-05-1919 e 04-08-1919). Consultado em 11 de junho, 2014, em http://arquivopessoa.net/textos/2908

Pessoa, F. (1980). A opinião pública (b). In Joel Serrão (Org,*), Ultimatum e páginas de sociologia política* (Obra original publicada em Acção, n.º 1 e 3. Lisboa: 19-05-1919 e 04-08-1919). Consultado em 11 de junho, 2014, em http://arquivopessoa.net/textos/2900

Perry, S. D. & Gonzenbach, W. J. (2000). Inhibiting speech through exemplar distribution_can we predict a spiral of silence. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 44, 268-281.

Peters, J. D. (1995). Historical tensions in the concept of public opinión. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 3-32). New York: Guilford Press.

Peters, J. D. (2003). The audience is a crowd, the crowd is a public: latter-day thoughts on Lang and Lang's "MacArthur day in Chicago". In Elihu Katz, John Durham Peters, Tamar Liebes & Avril Orloff (Eds.), *Canonic texts in media research* (pp. 58-73). Cambridge: Polity Press.

Peterson, R. A. (1992). La fabrication de l'authenticité: la country-music. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 93, 3-19.

Platão (2004). *A República* (S. marinho, Trad.). Lisboa: Planeta DeAgostini.

Pollis, N. P. & Cammalleri, J. A. (1968). Social conditions and differential resistance to majority pressure. *Journal of Psychology*, 70. 69-76.

Porten-Chéé, P. & Eilders, C. (2015). Spiral of silence online: how online communication affects opinion climate perception and opinion expression regarding the climate change debate. *Studies in Communication Sciences*, 15, 143–150

Prata, M. A. (1993). A praxe na academia de Coimbra: das práticas às representações. *Revista de História das Ideias*, 15, 161-176.

Prata, M. A. (2008). *Escola Superior de Educação da Guarda: breves notas soltas para a sua história*. Guarda: ESEG Publicações.

Pribyl, C. B., Keaten, J. A., Sakamoto, M. & Koshikawa, F. (1998). Assessing the cross-cultural contente validity of the personal report of communication apprehension scale (PRCA-24). *Japanese Psychological Research*, 40: 1, 37-53.

Price, V. (1994). *La opinión pública: esfera pública y comunicación*. Barcelona: Paidós. (Obra original publicada em 1992)

Price, V. (1995). Social-psychological perspectives on public opinion. In T. L. Glasser & C. T. Salmon (Eds.), *Public opinión and the communication of consent* (pp. 177-216). New York: Guilford Press.

Price, V. (2008). The public and public opinion in political theories. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 11-24). London: Sage Publications.

Proença, J. (2014, 29 de janeiro). A Universidade e as praxes. *Público*, 47.

Raphael, D. & Macfie, A. (Eds.) (1984). *Theory of moral sentiments* (de Adam Smith). Indianapolis: Liberty Fund. (Obra original publicada em 1790)

Reese, S. D. (2007). The framing project: a bridging model for media research revisited. *Journal of Communication*, 57, 148-154.

Ribeiro, R. M. (2000). *As lições dos aprendizes: as praxes académicas na Universidade do Minho*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Ribeiro, R. M. (2014, 26 de janeiro). Praxes académicas [Entrevista com Samuel Silva]. *Público*, 14-15.

Rimmer, T., & Howard, M. (1990). Pluralistic ignorance and the spiral of silence: a test of the role of the mass media in the spiral of silence hypothesis. *Mass Communication Review, 17*, 47-56.

Roberts, J. M. (2004). John Stuart Mill, free speech and the public sphere: a Bakhtinian critique. In N. Crossley & M. Roberts (Eds.), *After Habermas: new perspectives on the public sphere* (pp. 67-87). Oxford: Blackwell Publishing,

Roessler, P. (2008). Agenda-setting, framing and priming. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 205-218). London: Sage Publications.

Rogers, M. L. (2010). Introduction: Revisiting The Public and Its Problems. *Contemporary Pragmatism,* 7 (1), 1–7.

Rosas, A. (2010). A espiral do silêncio: uma teoria da opinião pública e dos media. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. E. Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 155-164). Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Rousseau, J. J. (1999). *O contrato social* (4.ª ed., L. M. P. Brum, Trad.). Mem Martins: Publicações Europa-América. (Obra original publicada em 1762)

Salmon, C. T., & Kline, F. G. (1985). The spiral of silence ten years later: an examination and evaluation. In K. R. Sanders, I. Kaid, & D. Nimmo (Eds.), *Poltical communication yearbook* 1984 (pp. 3–30). Carbodale and Edwardsville, IL: University Press.

Salmon, C. T., & Neuwirth, K. (1990). Perceptions of opinion climates and willingness to dicuss the issue of abortion. *Journalism Quarterly*, 67, 567–577.

Salmon, C. T., & Oshagan, H. (1990). Community size, perceptions of majority opinion, and opinion expression. In L. A. Grunig & J. E. Grunig (Eds.), *Public Relations Research Journal* (Vol. 2, pp. 157–171). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Sampaio, D. (2014, 2 de fevereiro). Pelo fim das praxes. *Publico*, Revista 2, 36.

Sanches, A. (2014, 4 de maio). Praxe: caricatura da vida adulta? *Público*, Revista 2, 14-23.

Santos, F. S. (2012, 14 de outubro). Praxes: e não se pode exterminá-las? *Público*, 58.

Saraiva. A. J. (2004). *Crónicas de António José Saraiva*. Matosinhos: QuidNovi.

Saraiva. A. J. (2015). *Filhos de saturno: escritos sobre o tempo que passa*. Lisboa: Gradiva.

Scheufele, D. A. (1999). Deliberation or dispute? An exploratory study examining dimensions of public opinion expression. *International Journal of Public Opinion Research*, 11 (1), 25-58.

Scheufele, D. A. & Moy, P. (2000). Twenty-five years of the spiral of silence: a conceptual review and empirical Outlook. *International Journal of Public Opinion Research*, 12 (1), 3-28.

Scheufele, D. A. (2000). Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication & Society*, 3 (2&3), 297-316.

Scheufele, D., A., Shanahan, J. & Lee, E. (2001). Real talk: manipulating the dependent variable in spiral of silence research. *Communication Research*, 28, 304-324.

Scheufele, D. A. & Eveland Jr, W. P. (2001). Perceptions of 'public opinion' and 'public' opinion expression. *International Journal of Public Opinion Research,* 13 (1), 25-44.

Scheufele, D. A. (2005). Setting the agenda: the mass media and public opinion (Book review). *Mass Communication & Society*, 8 (4), 387-390.

Scheufele, D. A. & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda-setting, and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57, 9-20.

Scheufele, D. A (2008). Spiral of silence theory. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 175-183). London: Sage Publications.

Schulz, A., & Roesser, P. (2012). The spiral of silence and the internet: selection of online content and the perception of the public opinion climate in computer-mediated communication environment. *International Journal of Public Opinion Research*, *24*, 346-367.

Schulz, W. (2008). Content analyses and public opinion research. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 348-358). London: Sage Publications.

Shamir, J. (1997). Speaking up and silencing out in face of a changing climate of opinion. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 74, 602–614.

Shen, F. & Wang, T. (2015). Does perceived incongruence in opinion climate influence the degree of outspokenness? Evidence from two national events in China. *Chinese Journal of Communication*, 8, 253-271.

Sena, N. M. (2007). Espaço público, opinião e democracia. *Estudos em Comunicação*, 1, 270-304.

Serra, J. P. (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*. Covilhã: Livros Labcom, Universidade da Beira Interior.

Shamir, J. (1997). Speaking up and silencing out in face of a changing climate of opinion. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 74, 602–614.

Shanahan, J., Scheufele, D., Yang, F. & Hizi, S. (2004). Cultivation and spiral of silence effects: the case of smoking. *Mass Communication & Society*, 7(4), 413–428

Silveirinha, M. J. (2010). Esfera pública. In J. C. Correia, G. B. Ferreira & P. E. Santo (Orgs.), *Conceitos de Comunicação Política* (pp. 33-42). Covilhã: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior.

Simonson, P. & Weimann, G. (2003). Critical research at Columbia: Lazarsfeld's and Merton's "Mass commmunication, popular taste, and organized social action". In E. Katz, J. D. Peters, T. Liebes & A. Orloff (Eds.), *Canonic texts in media research* (pp. 12-38). Cambridge: Polity Press.

Simpson, C. (1996). Elizabeth Noelle-Neumann's "Spiral of silence" and the historical context of communication theory. *Journal of Communication*, 46 (3), 149-173.

Smith, A. (1984). *Theory of moral sentiments*. D. Raphael & A. Macfie (Eds.). Indianapolis: Liberty Fund. (Obra original publicada em 1759)

Smith, A. (1993). *Riqueza das nações* (3.ª ed., Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1776)

Steiner, G. (2017). *George Steiner em The New Yorker* (J. P. Correia & M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D' Água.

Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 83-94). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Stoycheff, E. (2016). Under Surveillance: Examining Facebook's Spiral of Silence Effects in the Wake of NSA Internet Monitoring. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 1-16.

Sunstein, C. (2010). *Dos rumores: como se espalham os boatos, por que acreditamos neles e que podemos fazer* (R. A. Simões, Trad.). Lisboa: D. Quixote.

Tankard, Jr., J. W. (2001). The empirical approach to the study of media framing. In Stephen D. Reese, Oscar H. Gandy, Jr. & August E. Grant, *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 95-106). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Tarde, G. (1895a). *Les lois de l' imitation* (Vol. I, 2.ª ed.). Paris: Éditions Kimé. Consultado em 19 de maio, 2015, em http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/lois_imitation/tarde_lois_imitation_1.pdf

Tarde, G. (1895b). *Les lois de l' imitation* (Vol. II, 2.ª ed.). Paris: Éditions Kimé. Consultado em 19 de maio, 2015, em http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/lois_imitation/tarde_lois_imitation_1.pdf

Tarde, G. (1901). *L'opinion et la foule.* Paris: Les Presses universitaires de France. Consultado em 19 de maio, 2015, em http://livre-rose.hypermedia.eu/wp-content/uploads/2014/03/tarde_opinion_et_la_foule.pdf

Tavares, M. S. (2015, 22 de maio). A rendição do jornalismo. *Expresso*, p. 7.

Taylor, C. (1991). *The ethics of authenticity*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Taylor, D. G. (1982). Pluralistic ignorance and the spiral of silence: a formal analysis. *Public Opinion Quarterly*, 46, 311-345.

Taylor, P. A. & Harris, J. L. (2008). *Critical theories of mass media: then and now*. Berkshire: Open University Press, McGraw-Hill Education.

Tichenor, P. J., Donohue, G. A, & Olien, C. N. (2002). O fluxo dos meios de comunicação de massa e o crescimento diferencial do conhecimento. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 79-104). Lisboa: Livros Horizonte.

Tocqueville, Alexis de (1997). *O antigo regime e a revolução* (Y. Jean, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 1856)

Tocqueville, Alexis de (2001). *Da democracia na América* (C. C. M. de Oliveira, Trad.). S. João do Estoril: Principia. (Obra original publica em 1835)

Torres, E. C. (2013). *A multidão e a televisão*. Lisboa: Universidade Católica.

Traquina, N. (2000). A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In N. Traquina (Org.), *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento* (pp. 13-43). Coimbra: Minerva.

Traquina, N. (2001). Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX. In N. Traquina (Org.), *O jornalismo português em análise de casos* (pp. 19-91). Lisboa: Caminho.

Tuchman, G. (2002). As notícias como uma realidade construída. In j. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas* (pp. 91-104). Lisboa: Livros Horizonte.

Valente, V. P. (2014, 25 de janeiro). Igual à máfia? *Público*, 48.

Valente, V. P. (2015, 22 de maio). Lixo. *Público*, 52.

Valente, V. P. (2015, 25 de outubro). E depois do recreio. *Público*, 56.

Venner, D. (2009). *O século de 1914: utopias, guerras e revoluções na Europa do século XX* (M. F. Costa, Trad.). Porto: Civilização Editora.

Veron, E. (1988). Presse écrite et theorie des discours sociaux: production, réception, régulation. In P. Charaudeau (Dir.), *La presse: produit, production, réception* (pp. 11-26). Paris: Didier Érudition.

Warner, M. (1996). The mass public and the mass subject. In C. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (4.ª ed., pp. 377-401). Cambridge: MIT.

Weaver, D. H., McCombs, M. & Shaw, D. L. (2004). Agenda-Setting Research: Issues, Attributes, and Influences. In L. E. Kaid (Ed.), Handbook of political communication research (pp. 257-282). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Weaver, D. H. (2007). Thoughts on Agenda Setting, Framing, and Priming. *Journal of Communication*, 57, 142 – 147.

White, D. M.(1993). O Gatekeeper: uma análise de caso na selecção de Notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 142-151). Lisboa: Veja.

Willnat, L., Lee, W., & Detenber, B. H. (2002). Individual-level predictors of public outspokenness: a test of the spiral of silence theory in Singapore. *International Journal of Public Opinion Research*, 14, 391–412.

Wolff, J. (2003). *Porquê ler Marx hoje* (J. Franzão & F. Franzão, Trad.). Lisboa: Cotovia.

Yun, G. W. & Park, S.-Y. (2011). Selective posting: willingness to post a message online. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 16, 201-227.

Zaller, J. & Feldman, S. (1992). A simple theory of the survey response: answering questions versus revealing preferences. *American Journal of Political Science*, 36 (3), 570-616.

Zetterberg, H. L. (2008). The start of modern public opinion research. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 104-112). London: Sage Publications.

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
COMPETE
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR
LABCOM.IFP
COMUNICAÇÃO, FILOSOFIA E HUMANIDADES
UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Em 1974, Elisabeth Noelle-Neumann apresentou a espiral do silêncio, uma teoria que tenta explicar a formação, continuidade, alteração, efeitos e funções da opinião pública. A opinião pública assume aqui como principal função assegurar a coesão social, ameaçando com o ostracismo e a exclusão os que se lhe opõem.

A autora alemã sempre admitiu abertamente que a espiral do silêncio é tributária e subsidiária de outros autores. A sua teoria visava precisamente recuperar e resgatar um conceito de opinião pública que a autora dizia remontar à Antiguidade Clássica. Elaborar uma genealogia da espiral do silêncio é o primeiro objetivo deste trabalho. Para o efeito, partimos das referências deixadas pela própria autora nos seus textos e recorremos aos conceitos de público, espaço público e opinião pública. O segundo objetivo é testar empiricamente esta teoria da opinião pública. Teremos em conta as abordagens críticas e os desenvolvimentos metodológicos suscitados pela espiral do silêncio ao longo dos seus mais de 40 anos de vida.

A expressão da opinião sobre as praxes académicas é o tema da nossa investigação empírica. Tendo por base uma amostra de 701 estudantes da Universidade da Beira Interior e do Instituto Politécnico da Guarda, pretendemos responder a duas questões principais. Primeira, serão os estudantes condicionados na expressão da sua opinião sobre as praxes académicas? Segunda, existirá uma espiral do silêncio associada às praxes académicas? Os resultados do nosso estudo empírico apontam para uma resposta afirmativa a estas duas questões.

José Carlos Alexandre, Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior. Professor e subdiretor, entre 2009 e 2015, da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda. Investigador do LabCom.IFP.

Editora LabCom.IFP
www.labcom-ifp.ubi.pt